instituto epagri sc

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA NACIONAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA-SNPA/MA

VOLUME 2

SÍNTESE ANUAL

DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1986-87

SANTA CATARINA

UNIR·MUDAR·CRESCER

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA

INSTITUTO CEPA-SC
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRICOLA DE SANTA CATARINA
UNIDADE ESTADUAL DO SISTEMA DE PLANEJAMENTO AGRICOLA-SNPA/MA

VOLUME 2

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA

FLORIANOPOLIS
1987

SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - VOL. 2 - 1986-1987

ELABORAÇÃO

Econ. Luiz Marcelino Vieira - Gerente do Projeto
Sistemas de Transportes (Rodoviário, Ferroviário e Aeroviário) - Valor Bruto da Produção Agropecuária - Informações Básicas

Econ. Francisco Assis de Brito
Exportação

Engº Agrº Geraldo Buôgo
Crédito Rural

Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho
Eletrificação Rural - Sistemas de Transportes (Portuário e Hidroviário)
Telefonia Rural

Engº Agrº Ingo Jordan - SAA
Cobertura Florestal - Vegetação Nativa

Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva
Insumos e Máquinas Agrícolas

Engº Agrº José Maria Paul
Armazenagem - Clima - Solos

Equipe de Coordenação de Acompanhamento e Análise Conjuntural
Balanço de Oferta e Demanda de Produtos Agropecuários

PARTICIPAÇÃO (Bolsista - Convênio INSTITUTO CEPA/SC - UFSC)

. José Luis N. Menezes

ARTE E PRODUÇÃO

. Zélia Alves Silvestrini - Planejamento Vis. Coord.
. Alcemir Luiz Lessa - Montagem
. Joares A. Segalin - Copidesque
. Jocenir Miriam Cardoso de Sousa - Datilografia
. Aldo Cesar Machado Cruz - Reprodução

COLABORAÇÃO

EMATER-SC/ACARESC
ACARPESC
EMPASC
Banco do Brasil
Banco Central do Brasil
5ª Coordenadoria Regional da SUDEPE em SC
CFP
IBGE/GCEA-SC
IBDF
CIBRAZEM
CELESC/ERUSC
STO/DER-SC

Síntese anual da agricultura de Santa Catarina.
v.1- 1976- Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, 1976-

Anual em dois volumes.

Título anterior: Síntese informativa sobre a agricultura catarinense, 1976-1981.
A partir de 1983/84 passou a ser publicada em dois volumes.
1. Agropecuária - Santa Catarina - Periódico. I. Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina.

CDU 631/636(816.4)(05)

REPRODUÇÃO PERMITIDA DESDE QUE CITADA A FONTE

APRESENTAÇÃO

O presente volume completa a edição da "Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - 1986/87".

Enfatizamos a importância das informações relativas à estrutura de suporte do setor primário, pela sua íntima relação com os programas administrativos.

Foi nossa preocupação, neste início de governo, levantar as grandes prioridades agrícolas do Estado através de ampla pesquisa às bases. E o que pudemos constatar foi uma série de problemas relativos a questões estruturais. Com o lançamento do Programa Agropecuário Catarinense no corrente ano, esperamos colher, já na próxima edição da Síntese, em 88, um retrato modificado e melhorado do setor agropecuário, beneficiado pelos projetos que abrangem a estrutura básica, os recursos naturais, crédito, insumos, oferta e comercialização dos produtos.

Ao apresentarmos, com satisfação, mais este trabalho do Instituto CEPA/SC, cuja tarefa é prover informações fundamentais para o planejamento e a administração, é nosso dever também reconhecer a participação das bases que constituem o setor primário agrícola, cujo trabalho e desenvolvimento esta obra busca retratar.

Florianópolis, novembro de 1987

NEUTO FAUSTO DE CONTO
Secretário da Agricultura e do Abastecimento

SUMÁRIO

p.

1. INTRODUÇÃO 7

2. INFRA-ESTRUTURA 11

2.1. ARMAZENAGEM 13
2.2. ELETRIFICAÇÃO RURAL 22
2.3. TELEFONIA RURAL 26
2.4. SISTEMAS DE TRANSPORTES 28

3. RECURSOS NATURAIS 41

3.1. CLIMA 43
3.2. COBERTURA VEGETAL 80
3.3. VEGETAÇÃO NATIVA 81
3.4. SOLOS 85

4. CRÉDITO RURAL 93

5. INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS 123

5.1. AGROTÓXICOS 125
5.2. FERTILIZANTES E CORRETIVOS 134
5.3. MÁQUINAS AGRÍCOLAS 146

6. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS ... 151

7. EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS 157

8. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 168

9. INFORMAÇÕES BÁSICAS 209

LISTA DE GRÁFICOS 235

LISTA DE MAPAS 239

LISTA DE TABELAS 241

BIBLIOGRAFIA 251

1. INTRODUÇÃO

Com este volume, o Instituto CEPA/SC completa a Síntese da Agricultura de Santa Catarina - 1986/87.

Como é de praxe, os aspectos aqui enfocados têm relação com a estrutura do setor primário catarinense. No retrospecto proposto, a primeira observação é de que o estado, apesar de sua exígua participação geográfica no território nacional (1,13%), contribui com uma significativa parcela na produção agropecuária nacional.

Vários fatores concorrem para a explicação de tal desempenho.

Santa Catarina se situa na Região Sul, entre o Paraná e o Rio Grande do Sul, e tal configuração o beneficia com um clima particularmente propício à atividade agropecuária. As temperaturas mínimas mensais variam de 6ºC a 17ºC no planalto, de 6ºC a 19ºC no oeste, e de 9ºC a 22ºC no litoral. Por outro lado, a média das temperaturas máximas mensais vai de 15ºC a 29ºC no planalto; de 18ºC a 29ºC no oeste, e de 19ºC a 31ºC no litoral.

O clima, mesotérmico, é acompanhado de precipitações distribuídas regularmente durante o ano. Enquanto predominam, na quase totalidade do seu território, bons índices de excedentes hídricos, as deficiências são localizadas, praticamente desprezíveis. A este propósito, entretanto, é necessário alertar para o desmatamento crescente que vem reduzindo a mata nativa, e para um reflorestamento tímido e desproporcional, com previsíveis incidências sobre o ciclo das águas.

O território, de 95.985 km², apresenta uma topografia muito acidentada. Por esta razão, a exploração agropecuária sofre uma distribuição irregular em todo o estado. As diferenciações edafoclimáticas e de relevo, mais as condicionantes históricas, influíram sobre a atração e distribuição dos recursos hu-

manos, determinando significativas disparidades a nível microrregional. Em torno de 30%, apenas, de sua área, tem aptidão para culturas anuais sem restrições para a motomecanização, não passando de 1,9 milhão de ha (1985) a parte explorada por lavoura; 2,5 milhões de ha são ocupados com pastagens. Mesmo assim, o estado se destaca no cenário nacional (safra 85/86), como primeiro produtor de alho, maçã e fumo; segundo produtor de cebola; quinto produtor de feijão, batata-inglesa, milho e trigo; sétimo produtor de arroz, e oitavo produtor de raiz de mandioca, de soja e tomate.

Dos 4.256.000 habitantes de Santa Catarina, conforme estimativas do IBGE para o corrente ano, a população rural corresponde a 35%. Na lavoura, predomina a pequena propriedade, de exploração familiar, característica do estado, pois 88,94% dos estabelecimentos rurais tinham uma área inferior a 50 ha, pelas estatísticas de 1985.

Tais informações confirmam a vocação agrícola do estado. O número de estabelecimentos aumentou 8,8% no período de 1980 a 1985, passando de 216.324 para 235.361.

A apreciável força de trabalho do estado tem expressão não apenas na sua capacidade de produção em termos relativos, mas se mede pela relação com o abastecimento interno, registrando-se, no balanço oferta/demanda de produtos agropecuários, em 1987, um saldo positivo para o alho, o arroz, a batata-inglesa, a cebola, o feijão, o fumo, a maçã, a mandioca, o tomate, a banana, a carne suína e de aves e o leite.

Além disso, o setor conseguiu exportar, em 1986, para o mercado internacional, sob a forma de produtos in natura e elaborados, o equivalente a 950 milhões de dólares.

A nível nacional, considerando-se as atividades economicamente mais representativas, a participação de Santa Catarina no valor bruto da produção do setor primário, a preços de dezembro de 1986, foi de 32 bilhões de cruzados.

Embora ainda haja muito a se fazer em armazenagem - provam-no os inúmeros projetos para expansão e instalação de

vários tipos de armazéns que correm na área administrativa e política estadual e federal - a capacidade estática de armazenamento para grãos, tubérculos, erva-mate, farinha de mandioca, óleo de soja e outros era, em fevereiro de 1986, de 2.417.395 t.

Completam a resenha do estado os itens referentes à eletrificação rural e ao transporte. Em dezembro de 1986, os serviços de eletrificação rural implantada totalizavam 49.624 km de extensão, atingindo diretamente 190.000 consumidores. A expansão das redes, uma necessidade crescente pelas próprias exigências do modelo em penetração no meio rural, está na dependência da expansão do setor energético no estado.

O item transportes opera através do sistema rodoviário, ferroviário, hidroviário, portuário e aeroviário. A modalidade marítima e portuária é servida pelos portos de Laguna, Imbituba, Florianópolis, Itajaí e São Francisco do Sul. Alguns destes portos (principalmente Florianópolis e Laguna), estão tendo restringida sua função, transformando-se em terminais de pesca, em virtude da expansão de outros meios, principalmente o rodoviário, que é o que tem registrado um sensível desenvolvimento e intensificado o aproveitamento. Santa Catarina tem hoje 97.049 km de estradas vicinais, 5.877 km sob jurisdição estadual e 2.557 sob jurisdição federal.

A capilaridade da malha rodoviária deve ser considerada um decisivo fator de desenvolvimento e integração do setor agropecuário com os demais setores do próprio estado e do país.

O Instituto CEPA/SC espera, através da edição deste trabalho, oferecer um retrato objetivo do setor agropecuário catarinense, para que as decisões na área sejam tomadas da forma mais adequada possível, visando ao crescimento do setor e à otimização no emprego dos recursos naturais, humanos, econômicos e financeiros, tanto na área pública como na iniciativa privada.

INFRA-ESTRUTURA

2. INFRA-ESTRUTURA

2.1. ARMAZENAGEM

A Companhia Brasileira de Armazenamento-CIBRAZEM efetuou o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras no final de fevereiro de 1986 e indicou para o estado de Santa Catarina uma capacidade estática de armazenagem a meio ambiente da ordem de 2.417.375 toneladas. Os produtos agrícolas passíveis de utilização desta armazenagem em Santa Catarina são, principalmente, os grãos representados pelo milho, a soja, o feijão, o arroz e o trigo; além dos grãos, são armazenados tubérculos, erva-mate, farinha de mandioca, óleo de soja, etc..

A tabela 1 mostra que a propriedade da capacidade armazenadora está assim distribuída:

TABELA 1

PROPRIEDADE DA ARMAZENAGEM EM SANTA CATARINA CONFORME TIPO E PRODUTO ARMAZENADO-1986/87

(Em %)

ENTIDADE	TIPO DE ARMAZENAGEM			PRODUTO ARMAZENADO	
	Granel	Congela-mento	Resfria-mento	Maçã	Batata Semente
Particular	67,3	78,0	84,1	87,4	16,3
Oficial	8,8	21,1	3,4	1,8	36,8
Cooperativa	23,9	0,9	12,5	10,8	46,9

FONTE: CIBRAZEM e COCAR.

CÁLCULOS: Instituto CEPA/SC.

A armazenagem, tanto a granel como em regime de congelamento, está, na sua maioria, representada pelas grandes indústrias particulares do ramo de carnes e óleos, enquanto o tipo resfriamento está nas mãos das empresas produtoras e atacadistas de maçã, principalmente.

A armazenagem resfriada de batata-semente é efetuada principalmente por cooperativas e pela EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

Para a armazenagem a granel, um terço dos proprietários rurais do estado pode contar com 23,9% da capacidade pertencente às cooperativas, dispondo, os dois terços restantes dos produtores, de apenas 8,8% da armazenagem pertinente às entidades oficiais e da que normalmente está à disposição do público.

Os detalhes quantitativos da capacidade de armazenagem do estado poderão ser verificados na tabela 2.

Os levantamentos efetuados pelo Instituto CEPA/SC nas microrregiões Colonial do Oeste e Vale do Rio do Peixe permitem fazer algumas inferências:

a) As agroindústrias detêm 46% da capacidade de armazenagem instalada na região Oeste e 69% no Vale do Rio do Peixe.

b) Os equipamentos de processamento, entendidos como os de pré-limpeza, limpeza e secagem, ajustam-se à capacidade estática de armazenagem no global; no entanto, verifica-se deficiente distribuição dentro das categorias.

c) O período de maior ocupação dos armazéns estende-se de maio a agosto, sendo que a capacidade adicional disponível no mês de maior utilização (maio) varia de 34% a 57% no Oeste e de 24% a 47% no Vale do Rio do Peixe.

d) A distribuição do índice de ocupação dos armazéns apresentou uma inversão entre as duas microrregiões. No Oeste, os armazéns foram ocupados, em ordem decrescente, por Cooperativas, Agroindústrias, Comércio, Armazéns Oficiais e Agroindústria Ervateira; no Vale do Rio do Peixe, a ordem (invertida) foi Armazéns Oficiais, Agroindústrias, Comerciantes e Cooperativas, estas com índice inferior a 50%.

e) A distribuição geográfica da armazenagem é desigual entre os municípios, concentrando-se nos pólos de convergência da produção: São Miguel D'Oeste, Chapecó e Xanxerê na região Oeste e Vi-

deira, Joaçaba/Herval D'Oeste e Concórdia no Vale do Rio do Peixe, onde se reunem os armazéns intermediários e terminais. Esta deficiência de armazenagem contribui para a elevação dos custos de transporte e de armazenamento da produção, além de perdas de produção.

Quanto à armazenagem a nível de propriedade, as instalações não têm sido adequadas para o armazenamento dos estoques destinados ao consumo próprio e para os excedentes de produção, ocorrendo tanto perdas quanto queda na qualidade do produto.

Essa falta de armazéns em condições adequadas tem sido um entrave para os produtores rurais. Sem condições de limpar, secar e estocar sua produção, o pequeno produtor não tem acesso à política de preços mínimos, não consegue atender às necessidades de auto-consumo e obriga-se a vender a produção em períodos desfavoráveis à comercialização, diminuindo, conseqüentemente, sua renda.

Diante desta realidade, Santa Catarina está desenvolvendo o projeto de Armazenagem Comunitária, objetivando livrar o pequeno produtor rural dos problemas anteriormente descritos, através do FUNDEPROR-Fundo de Estímulo ao Pequeno Produtor Rural.

O projeto de Armazenagem Comunitária, que é coordenado pela COCAR, elegeu a armazenagem não como fim em si, mas como um meio para conferir ao produtor uma parcela maior de poder de barganha, criando melhores condições econômicas para a pequena propriedade de economia familiar, predominante em Santa Catarina.

Grupos de agricultores organizados a nível de comunidade rural, variando entre 10 e 30 participantes, são orientados para, de posse das informações e técnicas, definir sua forma de organização. Os grupos recebem financiamento junto ao Banco do Brasil, BADESC, BESC e BNCC, sendo que o pagamento das amortizações é efetuado pelo sistema "troca por produto".

Os grupos recebem assistência nos aspectos referentes às técnicas de manejo de armazenagem e política de preços míni-

mos, além de informações de mercados.

A execução do projeto tem o seguinte envolvimento institucional:

COCAR - Coordenação geral do projeto técnico e assessoramento ao grupo durante a construção da unidade.

ACARESC - Identificação, seleção das comunidades, elaboração do projeto para financiamento e treinamento dos agricultores.

CIDASC - Atuação no processo de recebimento dos produtos agrícolas objeto do termo de compromisso.

SECRETARIA DA AGRICULTURA - Aprovação e assinatura do Termo de Compromisso que oficializa a participação do Grupo Comunitário no programa "Troca-Troca". Até o momento, o grupo poderá, se necessário, amortizar o financiamento obtido com o próprio produto agrícola (escolhido para equivalência) produzido e estocado, tendo como base o preço mínimo oficial. Nos futuros financiamentos, o pagamento deverá ser efetuado em moeda, com valores correspondentes ao preço mínimo do produto.

CFP - Execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (AGF e EGF) junto aos grupos de produtores rurais.

CIBRAZEM - Apoio tecnológico através do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem - CENTREINAR.

Tendo em vista os objetivos do projeto e as condições do meio onde será implantado, optou-se por um sistema de armazenagem com as seguintes características:

Funcionalidade - Uso de sistemas simples de operação, com reduzido grau de automação, mas com eficácia.

Modulação - Em qualquer hipótese, o projeto permite ampliação, quer na capacidade, quer nos equipamentos utilizados.

Economicidade - Os custos podem ser reduzidos na medida em que utilizam materiais disponíveis nos próprios locais, de modo es-

pecial madeiras e artefatos de argila, como também no uso de secadores construídos na propriedade/comunidade, com baixos custos.

Até o momento, foram construídos 52 armazéns comunitários, com uma capacidade estática de 700.000 sacas ou 42 mil toneladas, devidamente equipados, beneficiando 722 pequenos produtores rurais associados ao empreendimento.

Este programa também financiou, até o momento, 715 paióis individuais de alvenaria e 10 armazéns para cooperativas.

Atualmente, o estado de Santa Catarina conta com aproximadamente 3% das propriedades agrícolas dispondo de armazéns próprios (não estão incluídos os paióis).

Tendo em vista que a produção agrícola catarinense estimada para a safra 86/87 foi de aproximadamente 4 milhões de toneladas e que 80% desta produção foi obtida por pequenos e médios agricultores, dos quais apenas 1/3 tem acesso à rede de armazenagem das cooperativas (578.167 t), os demais, não-cooperativados, têm acesso a apenas 102 mil t da rede oficial, ou seja, 4,2% da capacidade de armazenagem estadual a meio ambiente.

A armazenagem em meio controlado subdivide-se em três tipos:

1- Climatização - É usada para uniformizar e conservar a maturação de frutos. Em Santa Catarina, a banana é o produto que mais utiliza a climatização, proporcionando uma pequena aceleração na sua maturação, permitindo um amarelecimento uniforme que lhe melhora a apresentação; a CIBRAZEM não cadastra este tipo de beneficiamento.

2- Congelamento - É feito com temperatura inferior a zero graus centígrados e os produtos armazenados são, principalmente, as carnes, incluindo o pescado. Em Santa Catarina, estes armazéns são encontrados junto às agroindústrias de carnes, indústrias de pesca e também próximo ao porto de Itajaí.

3- Resfriamento - É feito com temperatura que varia entre zero e

cinco graus centígrados e a umidade do ar é controlada. Objetiva a conservação de hortícolas, subentendendo-se frutos, verduras, legumes, flores, etc... Em Santa Catarina, são resfriadas principalmente a maçã e a batata-semente.

Conforme a tabela 2, a armazenagem para maçã totaliza 113.170 toneladas, distribuídas nas regiões produtoras de Campos de Lages, principalmente os municípios de São Joaquim e Lages; em Campos de Curitibanos, sobressai o município de Campos Novos. A microrregião Colonial do Rio do Peixe, possuindo 71,6% da capacidade estadual para maçã, tem armazenagem concentrada nos municípios de Fraiburgo e Videira.

A rápida expansão da produção de maçã em Santa Catarina, prevendo-se 185 mil toneladas para a safra 1987/88, praticamente ultrapassa em 63% a atual capacidade estática de armazenagem. No âmbito geral, esta relação é bastante aceitável. No entanto, a comercialização vem apresentando sérios entraves, ressaltando-se como principal a falta de infra-estrutura de pós-colheita, notadamente a armazenagem refrigerada a nível de pequeno produtor rural, considerando que do total da capacidade existente, cerca de 87% pertence a grandes produtores e a empresas particulares, onde o pequeno produtor tem seu acesso dificultado. Disto, infere-se que das 74 mil toneladas de maçãs a serem produzidas por pequenos e médios produtores catarinenses na safra 87/88, apenas 14.235 toneladas terão acesso no sistema de armazéns refrigerados pertencentes a cooperativas e à COCAR.

Na região do Planalto de Canoinhas, principalmente no município de Canoinhas, a armazenagem refrigerada é destinada ao depósito de sementes certificadas de batata produzidas na região, tanto pela iniciativa particular como por organismos públicos de pesquisa agrícola.

O índice de ocupação destes armazéns frigorificados, principalmente os ocupados com maçã, é bastante baixo. Isto poderia ser evitado com o incremento de pesquisa em armazenagem para outras frutas e hortaliças, cuja possibilidade de armazenagem frigorífica permitiria um aproveitamento complementar das unidades de frio. Estas unidades, operando maior tempo durante o ano, teriam seus custos diminuídos, possibilitando o surgimento

pecial madeiras e artefatos de argila, como também no uso de secadores construídos na propriedade/comunidade, com baixos custos.

Até o momento, foram construídos 52 armazéns comunitários, com uma capacidade estática de 700.000 sacas ou 42 mil toneladas, devidamente equipados, beneficiando 722 pequenos produtores rurais associados ao empreendimento.

Este programa também financiou, até o momento, 715 paióis individuais de alvenaria e 10 armazéns para cooperativas.

Atualmente, o estado de Santa Catarina conta com aproximadamente 3% das propriedades agrícolas dispondo de armazéns próprios (não estão incluídos os paióis).

Tendo em vista que a produção agrícola catarinense estimada para a safra 86/87 foi de aproximadamente 4 milhões de toneladas e que 80% desta produção foi obtida por pequenos e médios agricultores, dos quais apenas 1/3 tem acesso à rede de armazenagem das cooperativas (578.167 t), os demais, não-cooperativados, têm acesso a apenas 102 mil t da rede oficial, ou seja, 4,2% da capacidade de armazenagem estadual a meio ambiente.

A armazenagem em meio controlado subdivide-se em três tipos:

1- Climatização - É usada para uniformizar e conservar a maturação de frutos. Em Santa Catarina, a banana é o produto que mais utiliza a climatização, proporcionando uma pequena aceleração na sua maturação, permitindo um amarelecimento uniforme que lhe melhora a apresentação; a CIBRAZEM não cadastra este tipo de beneficiamento.

2- Congelamento - É feito com temperatura inferior a zero graus centígrados e os produtos armazenados são, principalmente, as carnes, incluindo o pescado. Em Santa Catarina, estes armazéns são encontrados junto às agroindústrias de carnes, indústrias de pesca e também próximo ao porto de Itajaí.

3- Resfriamento - É feito com temperatura que varia entre zero e

cinco graus centígrados e a umidade do ar é controlada. Objetiva a conservação de hortícolas, subentendendo-se frutos, verduras, legumes, flores, etc... Em Santa Catarina, são resfriadas principalmente a maçã e a batata-semente.

Conforme a tabela 2, a armazenagem para maçã totaliza 113.170 toneladas, distribuídas nas regiões produtoras de Campos de Lages, principalmente os municípios de São Joaquim e Lages; em Campos de Curitibanos, sobressai o município de Campos Novos. A microrregião Colonial do Rio do Peixe, possuindo 71,6% da capacidade estadual para maçã, tem armazenagem concentrada nos municípios de Fraiburgo e Videira.

A rápida expansão da produção de maçã em Santa Catarina, prevendo-se 185 mil toneladas para a safra 1987/88, praticamente ultrapassa em 63% a atual capacidade estática de armazenagem. No âmbito geral, esta relação é bastante aceitável. No entanto, a comercialização vem apresentando sérios entraves, ressaltando-se como principal a falta de infra-estrutura de pós-colheita, notadamente a armazenagem refrigerada a nível de pequeno produtor rural, considerando que do total da capacidade existente, cerca de 87% pertence a grandes produtores e a empresas particulares, onde o pequeno produtor tem seu acesso dificultado. Disto, infere-se que das 74 mil toneladas de maçãs a serem produzidas por pequenos e médios produtores catarinenses na safra 87/88, apenas 14.235 toneladas terão acesso no sistema de armazéns refrigerados pertencentes a cooperativas e à COCAR.

Na região do Planalto de Canoinhas, principalmente no município de Canoinhas, a armazenagem refrigerada é destinada ao depósito de sementes certificadas de batata produzidas na região, tanto pela iniciativa particular como por organismos públicos de pesquisa agrícola.

O índice de ocupação destes armazéns frigorificados, principalmente os ocupados com maçã, é bastante baixo. Isto poderia ser evitado com o incremento de pesquisa em armazenagem para outras frutas e hortaliças, cuja possibilidade de armazenagem frigorífica permitiria um aproveitamento complementar das unidades de frio. Estas unidades, operando maior tempo durante o ano, teriam seus custos diminuídos, possibilitando o surgimento

de outras alternativas agrícolas de expressão estadual.

O pequeno e médio produtor catarinense tem sentido necessidades de estocagem de sua significativa produção, a fim de evitar perdas por ausência de estrutura de armazenagem, que, para o milho, gira em torno de vinte por cento por safra, e tornar acessível aos mesmos a política de preços mínimos do governo federal (EGF e AGF), o que poderá ser conseguido com a implantação de paióis e armazéns comunitários pelo agricultor e grandes armazéns reguladores - estrategicamente localizados - pela iniciativa governamental.

[illegible]

[illegible] ESTATÍSTICA DE ARMAZENAGEM EM MEIO AMBIENTE (1)-PEE/86, E EM MEIO CONTROLADO (2)-PEE/87, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES E ENTIDADES MANTENEDORAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA

(tonelada)

MICRORREGIÃO	ENTIDADE	TIPO DE ARMAZENAGEM									
		EM MEIO AMBIENTE								EM MEIO CONTROLADO	
		A Granel				Sacaria			Total Granel Sacaria	Congelamento (1)	Restriamento (2)
		Silo	Bateria	Graneleiro	Total	Armazenagem (Convenc.)	Depósito	Total			
Mic. de Joinville	Particular	4.857	12.390 (3)	70.858	88.105	25.446	9.450	34.896	123.001	1.175	-
	Oficial	-	8.280	110.000	118.280	20.000	2.850	22.850	141.130	-	-
	Cooperativa	3.320	-	-	3.320	5.496	-	5.496	8.816	-	-
	Total	8.177	20.670	180.858	209.705	50.942	12.300	63.242	272.947	1.175	-
Mic. de Itajaí	Particular	3.856	5.460	-	9.316	66.633	43.920	110.553	119.869	22.423	-
	Oficial	-	-	-	-	32.802	-	32.802	32.802	47.508	-
	Cooperativa	2.000	-	-	2.000	-	1.812	1.812	3.812	-	-
	Total	5.856	5.460	-	11.316	99.435	45.732	145.167	156.483	69.931	-
Mic. de Blumenau	Particular	9.402	9.044	27.772	46.218	22.589	32.376	54.965	101.183	3.466	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	5.543	-	-	5.543	3.000	2.418	5.418	10.961	-	-
	Total	14.945	9.044	27.772	51.761	25.589	34.794	60.383	112.144	3.466	-
Col. Itajaí Norte	Particular	-	-	-	-	680	3.073	3.753	3.753	-	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	680	3.073	3.753	3.753	-	-
Col. Alto Itajaí	Particular	6.828	-	1.836	8.664	6.797	15.132	21.920	30.584	439	-
	Oficial	-	-	-	-	1.500	1.560	3.060	3.060	-	-
	Cooperativa	7.886	-	-	7.886	4.900	-	4.900	12.786	-	-
	Total	14.714	-	1.836	16.550	13.197	16.683	29.880	46.430	439	-
Florianópolis	Particular	2.320	440	-	2.760	-	7.773	7.773	10.533	3.864	-
	Oficial	-	-	-	-	1.650	1.800	3.450	3.450	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	864	3.499	4.363	4.363	-	-
	Total	2.320	440	-	2.760	2.514	13.072	15.586	18.346	3.864	-
Col. Serrana Catarinense	Particular	-	780	-	780	54.439	-	54.439	55.219	-	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	780	-	780	54.439	-	54.439	55.219	-	-
Mic. de Laguna	Particular	-	-	-	-	8.599	13.200	21.799	21.799	147	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	2.190	-
	Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	-	-	-	-	8.599	13.200	21.799	21.799	2.337	-
Carbonífera	Particular	11.400	-	-	11.400	37.327	17.959	55.286	95.410	6.153	-
	Oficial	-	-	-	-	2.700	-	2.700	2.700	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	18.056	7.968	26.024	26.024	-	-
	Total	11.400	-	-	11.400	58.083	25.927	84.010	95.410	6.153	-

(continua)

(conclusão)

MICRORREGIÃO	ENTIDADE	TIPO DE ARMAZENAGEM									
		EM MEIO AMBIENTE								EM MEIO CONTROLADO	
		A Granel				Sacaria			Total Granel Sacaria	Congelamento (1)	Resfriamento (2)
		Silo	Bateria	Graneleiro	Total	Armazenagem (Convenc.)	Depósito	Total			
Lit. Sul Catarinense	Particular	2.370	-	-	2.370	10.414	43.077	53.491	55.861	-	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	2.820	900	3.720	3.720	-	-
	Total	2.370	-	-	2.370	13.234	43.977	57.211	59.581	-	-
Col. Sul Catarinense	Particular	-	-	-	-	17.460	16.011	33.471	33.471	-	-
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Cooperativa	-	-	-	-	5.559	1.200	6.759	6.759	-	-
	Total	-	-	-	-	23.019	17.211	40.230	40.230	-	-
Campos de Lages	Particular	3.484	-	-	3.484	-	826	826	4.310	-	14.195
	Oficial	-	-	-	-	2.880	-	2.880	2.880	-	1.200
	Cooperativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.110
	Total	3.484	-	-	3.484	2.880	826	3.706	7.190	-	26.505
Campos de Canoinhas	Particular	-	-	36.476	36.476	1.500	-	1.500	37.976	-	5.040
	Oficial	-	-	-	-	4.470	-	4.470	4.470	-	250
	Cooperativa	13.200	-	13.068	26.268	16.480	5.199	21.679	47.947	-	-
	Total	13.200	-	49.544	62.744	22.450	5.199	27.649	90.393	-	5.290
Col. do Rio do Peixe	Particular	90.355	60.558	124.542	275.455	29.302	16.172	45.474	320.929	114.503	79.400
	Oficial	5.042	-	-	5.042	11.551	-	11.551	16.593	-	550
	Cooperativa	6.000	1.680	3.000	10.680	30.635	10.860	41.495	52.175	-	1.125
	Total	101.397	62.238	127.542	291.177	71.488	27.032	98.520	389.697	114.503	81.075
Col. Oeste Catarinense	Particular	101.299	43.426	304.459	449.184	88.407	18.483	106.890	556.074	31.279	300
	Oficial	-	2.530	-	2.530	2.400	-	2.400	4.930	-	-
	Cooperativa	83.074	16.072	71.298	170.444	131.649	22.466	154.115	324.559	2.115	-
	Total	184.373	62.028	375.757	622.158	222.456	40.949	263.405	885.563	33.394	300
Planalto de Canoinhas	Particular	9.798	648	48.933	59.379	14.884	11.382	26.266	85.645	714	900
	Oficial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.040
	Cooperativa	-	-	35.886	35.886	30.780	5.979	36.759	72.645	-	2.600
	Total	9.798	648	84.819	95.265	45.664	17.361	63.025	158.290	714	5.540 (4)
Santa Catarina	Particular	245.969	132.746	614.876	993.591	384.477	249.125	633.602	1.627.193	184.163	99.835
	Oficial	5.042	10.810	110.000	125.852	79.953	6.210	86.163	212.015	49.698	4.040
	Cooperativa	121.023	17.752	126.852	265.627	250.239	62.301	312.540	578.167	2.115	14.835
	Total	372.034	161.308	851.728	1.385.070	714.669	317.636	1.032.305	2.417.375	235.976	118.710

FONTE: (a) CIBRAZEM - Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras - 1985.
(b) COCAR (1987) e CIBRAZEM (1985).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Nota: Não são cadastradas unidades com capacidade inferior a 180 t e 10 t para armazenagem em ambiente natural e em meio controlado, respectivamente.

(1) Inclusive pescado e leite - Dados de 1985.
(2) Principalmente maçã.
(3) Frutas para cítros vegetais.
(4) Para batata-semente.

2.2. ELETRIFICAÇÃO RURAL

Os serviços de distribuição e parte da geração de energia elétrica no estado de Santa Catarina estão afetos à concessionária Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A-CELESC.

No meio rural, a distribuição da energia elétrica é realizada pela CELESC e pelas Cooperativas de Eletrificação Rural existentes no estado, tidas como permissionárias. Conforme o Censo de 1980, da Fundação IBGE, existem 216.159 estabelecimentos rurais em Santa Catarina. De acordo com levantamentos efetuados pelo INCRA, em 1986 existiam 276.247 imóveis rurais cadastrados naquele Instituto. De outra parte, através de levantamentos efetuados, a CELESC concluiu que existem 231.830 propriedades rurais em Santa Catarina.

O estado possui, atualmente, 189.646 consumidores rurais de energia elétrica. Destes, 116.248 são atendidos diretamente pela CELESC (61,3%) e os outros 73.398 pelas 32 cooperativas de Eletrificação Rural (38,7%), as quais atendem integralmente, além do interior dos municípios de suas áreas de ação, a 23 sedes municipais.

Congregando 23 das 33 cooperativas existentes, em 1973 foi constituída a Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural-FECOERUSC, com o objetivo de defender os múltiplos interesses de suas filiadas.

Visando a dar apoio ao trabalho das Cooperativas de Eletrificação Rural (CERs), foi criada pelo governo do estado, em 1975, a Eletrificação Rural do Estado de Santa Catarina-ERUSC, cujo objetivo básico é o planejamento e a construção de redes de distribuição rural e sua entrega às CERs, que se encarregam do gerenciamento, da manutenção e da distribuição da energia para o meio rural. Atualmente, as atribuições da ERUSC estão sendo absorvidas gradativamente pela CELESC.

O papel desempenhado pelas CERs também foi importante,

pois, foram elas que, nas décadas passadas, permitiram e viabilizaram a interiorização da energia elétrica, através de um trabalho pioneiro, que vem sendo realizado até hoje.

Existem atualmente 32 CERs em Santa Catarina, 30 das quais estão filiadas à FECOERUSC, que hoje atua como órgão de representação das mesmas e de prestação de serviços, tais como:

- manutenção de duas oficinas de assistência técnica na recuperação de transformadores e medidores de energia elétrica;

- sistema de faturamento através de processamento de dados, em convênio com a UFSC.

Continua prevista, entre os serviços, a implantação de uma fábrica de postes e de um sistema de compras em comum.

Existiam implantados, em Santa Catarina, até dezembro de 1986, aproximadamente 49.614 km de redes de eletrificação rural, dos quais 26.218 são operados pela CELESC e 23.396 pelas CERs. Somente em 1986 foram instalados 585 km pela CELESC e 873 km pelas CERs.

Os preços médios do kwh praticados em 1986 pela CELESC e CERs foram de Cz$ 0,3204414 e Cz$ 0,595, respectivamente.

O mapa 1 mostra o consumo de energia elétrica por consumidor rural no estado de Santa Catarina, durante o ano de 1986, nas diversas regiões administrativas da CELESC, incluindo as Cooperativas de Eletrificação Rural.

Analisando o referido mapa, nota-se que o consumo médio/mês varia significativamente de região para região, apresentando um consumo médio, por consumidor, no estado, de aproximadamente 131 kwh/mês.

Tão importante quanto ter energia elétrica é o uso da mesma. Além de contribuir para a fixação do homem ao campo, levando conforto à sua família, a energia elétrica se constitui num fator de produção.

As informações disponíveis induzem à afirmação de que grande parte da energia consumida pelo agricultor catarinense é utilizada apenas para iluminação de suas residências e para proporcionar melhor nível de conforto à sua família.

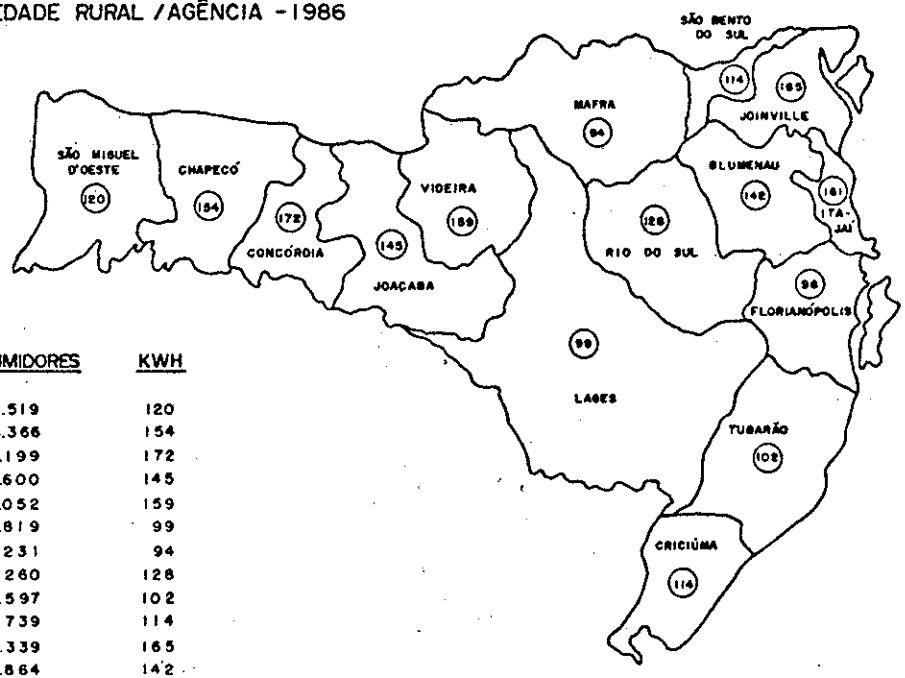
Para se atingir melhor aproveitamento e uso racional da energia como fator de produção, há necessidade de orientar o agricultor neste sentido.

A campanha de utilização racional de energia elétrica no meio rural, iniciada em 1985, já em 1986 alcançou alguns bons resultados, garantindo a sua continuidade, com um maior incremento por parte do governo estadual.

Além disso, torna-se necessário, também, adequar certas redes de distribuição rural, para que as mesmas possam ofertar energia em quantidade e qualidade compatíveis com as necessidades do meio rural.

MAPA 1

CONSUMO MÉDIO MENSAL(KWH)/PROPRIEDADE RURAL /AGÊNCIA - 1986



AGÊNCIA	CIDADE	Nº DE CONSUMIDORES	KWH
1	São Miguel D'oeste e 1 CER	32.519	120
2	Chapecó e CERMOC (parte)	16.366	154
3	Concórdia e CERMOC (parte)	12.199	172
4	Joaçaba e CERMOC (parte)	8.600	145
5	Videira e 1 CER	6.052	159
6	Lages e 2 CER's	6.819	99
7	Mafra e 2 CER's	8.231	94
8	Rio do Sul	21.260	128
9	Tubarão e 18 CER's	42.597	102
10	São Bento do Sul	739	114
11	Joinville	5.339	165
12	Blumenau e 2 CER's	10.864	142
13	Itajaí	2.233	161
14	Florianópolis e 1 CER	6.424	96
15	Criciúma e 4 CER's	9.404	114

ELABORAÇÃO: INSTITUTO CEPA/SC

menezes

2.3. TELEFONIA RURAL

A TELEBRÁS, a partir de 1973, iniciou os estudos para a determinação da demanda rural na área de telefonia, constatando que até 1984 o número de terminais rurais a serem implantados em todo o país estaria em torno de 300.000.

Em Santa Catarina, a TELESC, em 1978, elaborou um plano de Telefonia Rural que previa o atendimento das reais necessidades da área num período de 5 anos.

Algumas dificuldades de ordem financeira e a falta de equipamentos próprios para a telefonia rural fizeram com que a implantação do referido plano passasse a se tornar efetiva a partir de 1980.

Com todas as sedes de municípios atendidas, a TELESC preocupou-se em interiorizar suas linhas, tendo naquele ano estendido os benefícios da telefonia rural a 30 distritos e 71 povoados, através da instalação de 80 centrais e 8.140 terminais.

O quadro atual (1986) apresenta o atendimento de 147 distritos e 498 povoados, através da instalação de 145 centrais rurais e 22.130 terminais.

Tendo em vista que os distritos rurais (excetuados os distritos-sede) e povoados existentes em Santa Catarina são, respectivamente, 193 e 2.108, constata-se que, até 1986, 76% dos distritos e 24% dos povoados foram atendidos pela telefonia rural, através da instalação de 242 rotas e 2.596 km de cabos instalados.

No período 1980/1986 houve um crescimento de 390% no atendimento a distritos, 601% no atendimento a povoados, 81% na instalação de centrais Rurais, 172% na instalação de terminais, 2.925% na instalação de rotas e 2.990% em km de cabos instalados (tabela 1).

Em relação a 1985, houve, em 1986, um crescimento de 8% e 11% no atendimento a distritos e povoados, respectivamente; 1% na instalação de centrais rurais, 8% na instalação de terminais, 7% na instalação de rotas e 12% em km de cabos instalados (tabela 1).

A importância da telefonia no meio rural pode ser avaliada pelos seguintes aspectos:

1- Facilidade de comunicação:
a) com o mercado consumidor para comercialização da produção;
b) para aquisição de insumos;
c) para casos emergenciais na área da saúde humana, vegetal e animal;
d) para marcar reuniões comunitárias;
e) para contratar créditos e saber de sua liberação junto às instituições específicas.

2- Economia de tempo e combustível.

3- Fixação do agricultor em sua propriedade, para o que podem colaborar as facilidades de comunicação, aliadas a outros fatores.

TABELA 1
TELEFONIA RURAL EM SANTA CATARINA, 1980 A 1986

ANO	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	DISTRITOS ATENDIDOS	POVOADOS ATENDIDOS	CENTRAIS RURAIS INSTALADOS	TERMINAIS INSTALADOS	ROTAS INSTALADAS	km CABO INSTALADO
1980	197	30	71	80	8.140	8	84
1981	197	48	148	91	10.187	61	421
1982	199	96	298	128	16.413	173	1.471
1983	199	108	367	135	18.002	199	2.081
1984	199	121	401	141	19.514	204	2.184
1985	199	136	450	143	20.444	227	2.324
1986	199	147	498	145	22.130	242	2.596

FONTE: TELESC.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2.4. SISTEMAS DE TRANSPORTES

2.4.1. SISTEMA RODOVIÁRIO

Há uma forte tendência de expansão do transporte rodoviário em Santa Catarina, como ocorre em outros estados da Federação, exigindo uma acentuada modernização da rede rodoviária, uma vez que os demais meios de transporte não apresentam condições, no momento, de atender à demanda dos serviços existentes.

O complexo rodoviário estadual está distribuído em rodovias federais, a cargo do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem; em rodovias estaduais, de responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, e em rodovias municipais, administradas pelas Prefeituras.

As informações contidas junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem-DER/SC, órgão pertencente à Secretaria dos Transportes e Obras, indicam a situação a seguir exposta do sistema rodoviário catarinense, de acordo com levantamento concluído em meados de dezembro de 1986, pelo qual o órgão fez um novo recadastramento completo envolvendo todo o sistema rodoviário, nos diferentes níveis, utilizando-se de mapeamento, fotografias aéreas, além das cartas do IBGE.

Dos 97.049,4 km de estradas vicinais existentes, 52.849,1 km possuem leito natural; 43.902,8 km são de estradas planejadas (são as rodovias precariamente abertas, visando fornecer acesso a propriedades agrícolas, localidades, etc.) e 297,5 km de estradas pavimentadas com pistas simples (tabela 1).

As rodovias sob jurisdição do estado, incluídas as estradas denominadas transitórias, somam 5.877,20 km de extensão, dos quais 365,8 km são de estradas planejadas; 88,9 km de estradas em fase de implantação; 2.385,10 km de estradas não pavimentadas; 592,10 km em obras de pavimentação e 2.445,30 km totalmente pavimentados (tabela 1).

As principais rodovias estaduais que servem o estado, estão constituídas conforme mostra a tabela 2.

As rodovias federais que cortam o estado no sentido norte/sul são as seguintes:

. BR 101 (Chuí/Natal)
. BR 116 (Jaguarão/Fortaleza)
. BR 153 (Bagé/Belém)
. BR 158 (Santana do Livramento/Altamira-PA)
. BR 163 (São Miguel d'Oeste/Suriname-Serra Tumucumaque).

As rodovias federais que passam pelo estado no sentido leste/oeste são:

. BR 282 (Florianópolis/São Miguel d'Oeste)
. BR 280 (São Francisco do Sul/Barracão-PR)
. BR 283 (Itapiranga/Concórdia).

O estado é atendido por 2.556,8 km de rodovias sob jurisdição do governo federal.

Desse total, 1.952,2 km são de estradas pavimentadas, 128,8 km de obras em pavimentação, 372,2 km de estradas planejadas e 102,6 km de estradas implantadas, porém não pavimentadas (tabela 1).

A tabela 3 mostra a situação das principais rodovias federais do estado em dez/86.

TABELA 1

MALHA RODOVIÁRIA, POR SITUAÇÃO, SEGUNDO A JURISDIÇÃO EM SANTA CATARINA - DEZ/86

(km)

SITUAÇÃO / REDE	PLANEJADA (A)	EM OBRAS DE IMPLANTAÇÃO (B)	NÃO PAVIMENTADA			EM OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO (D)	PAVIMENTADA				TOTAL
			Leito Natural	Implantada	Total (C)		Pavim. Pista Simples	Em Obras de Duplicação	Duplicada	Total (E)	A+B+C+D+E
Federal	372,2	-	-	102,6	102,6	128,8	1.947,6	-	5,6	1.952,2	2.556,8
Estadual Transitória	-	-	359,9	18,2	378,1	110,8	514,4	-	-	514,4	1.003,3
Estadual	365,8	88,9	1.464,6	542,4	2.007,0	481,3	1.930,9	-	-	1.930,9	4.873,9
Municipal	43.902,8	-	52.849,1	-	52.849,1	-	297,5	-	-	297,5	97.049,4
TOTAL	44.640,8	88,9	54.673,6	663,2	55.336,8	720,9	4.690,4	-	5,6	4.696,0	105.483,4

FONTE: DER/SC - Sistema Rodoviário Estadual - 1986.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

EXTENSÃO TOTAL E DOS TRECHOS PAVIMENTADOS DAS PRINCIPAIS RODOVIAS ESTADUAIS EM SANTA CATARINA - DEZ/86

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (km)	TRECHO PAVIMENTADO (km)
SC 301	São Francisco do Sul - Balneário Piçarrada/Divisa SC/PR (Fragosos)	118,1	118,1
SC 302	Entronc. BR 282 (Alfredo Wagner)/Entronc. BR 280 (Porto União)	333,3	125,4
SC 303	Três Barras/Piratuba (Volta Grande)	283,6	140,0
SC 407	São José/Entronc. SC 437 (Imaruí)	181,2	21,1
SC 408	Biguaçu/Brusque	73,3	12,1
SC 411	Tijucas/Gaspar	85,8	67,3
SC 413	Entronc. BR 470 (Navegantes)/ Entronc. BR 101 (Joinville)	94,8	26,9
SC 416	Schroeder/Entronc. BR 470 (Rodeio)	68,3	28,9
SC 427	Entronc. BR 486 - SC 429 (Vidal Ramos)/Entronc. BR 282 (Bocaina do Sul)	82,8	47,1
SC 429	Entronc. BR 470 (Lontras)/Entronc. SC 302 - BR 282 (Alfredo Wagner)	93,7	2,0
SC 430	Entronc. BR 282 - Bom Retiro (Santa Clara) Divisa SC/RS (São Joaquim)	139,8	21,9
SC 431	Entronc. BR 282 (Águas Mornas)/Entronc. SC 438 (Gravatal)	93,1	8,3
SC 438	Entronc. BR 101 (Tubarão)/Entronc. BR 282 (Lages)	188,4	177,1
SC 446	Entronc. BR 101 (Maracajá)/Entronc. SC 438 (Orleans)	64,2	52,4
SC 448	Entronc. BR 101 (Araranguá/Forquilhinhas)	51,4	31,2
SC 451	Entronc. SC 302 (Caçador)/Entronc.-SC (p/Abelardo Luz)	157,3	65,4
SC 452	Entronc. SC 303 (Luzerna)/Entronc. SC 451/BR 153 (Divisa SC/PR)	72,6	21,2
SC 453	Leon Régis/Água Doce (Herciliópolis)	108,6	53,6
SC 456	Entronc. SC 458 (p/Anita Garibaldi)/Entronc. SC 453 (p/Fraiburgo)	98,2	39,6
SC 458	Entronc. BR 116 (Lages)/Jaborá	160,5	32,4
SC 468	Entronc. BR 282 (Coronel Freitas)/Entronc. BR 158/SC 473 (São Lourenço D'Oeste)	95,0	95,0
SC 469	Modelo/Entronc. BR 283 (p/Chapecó)	77,2	10,3
SC 470	Itajaí/Entronc. BR 470/477 (Blumenau)	48,0	48,0

FONTE: DER/SC - Sistema Rodoviário Estadual - 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3

EXTENSÃO TOTAL E DOS TRECHOS PAVIMENTADOS DAS PRINCIPAIS RODOVIAS FEDERAIS EM SANTA CATARINA - DEZ/86

RODOVIA	TRECHO	EXTENSÃO (km)	TRECHO PAVIMENTADO (km)
BR 101	Divisa PR/SC (Garuva)/Divisa SC/RS (São João do Sul)	478,5	478,5
BR 116	Divisa PR/SC (Rio Negro/Mafra)/Divisa SC/RS (Lages)	310,0	310,0
BR 153	Divisa PR/SC (Água Doce)/Divisa SC/RS (Concórdia)	123,0	123,0
BR 158	Divisa RS/SC (Palmitos)/BR 282 (Maravilha)	148,7	56,0
BR 163	Divisa RS/SC (Itapiranga)/Divisa SC/RS (Idamar)	61,9	49,6
BR 280	São Francisco do Sul/Divisa SC/PR (Porto União da Vitória)	187,3	187,3
BR 282	Florianópolis (entronc. BR 111)/São Miguel D'Oeste (entronc.BR 163/386)	642,1	497,5
BR 470	Navegantes/SC/Campos Novos (Divisa SC/RS)	310,9	290,9

FONTE: DER/SC - Sistema Rodoviário Estadual - 1986.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

2.4.2. SISTEMA FERROVIÁRIO

As ferrovias existentes no estado, em sua maioria, integram o Sistema Regional Sul, com sede em Curitiba (PR), componente da Rede Ferroviária Federal S.A.-RFFSA, vinculado ao Ministério dos Transportes e Obras.

A RFFSA tem por finalidade principal promover e gerir os trabalhos de transportes ferroviários nacionais nas áreas de planejamento, pesquisa, engenharia, fiscalização, tarifas, unificação e padronização do sistema e outras atividades afins ou correlatas.

No estado, as informações referentes ao sistema ferroviário, nos últimos anos, não sofreram alterações que mereçam destaque, prevalecendo aquelas referentes ao período 1985/86.

Sob a administração da superintendência da RFFSA, existe a ferrovia EF 153, que inicia em Marques dos Reis(PR), passando por Ponta Grossa(PR), atingindo Porto União(SC), chegando ao Rio Grande do Sul em Marcelino Ramos, prosseguindo para Santana do Livramento com passagem por Santa Maria. Em Santa Catarina, essa ferrovia perfaz 372 quilômetros de extensão.

No mesmo sentido, tem-se a estrada de ferro EF 116, que, em solo catarinense, começa em Mafra, passa por Lages e atravessa o rio Pelotas, atingindo o Rio Grande do Sul próximo a Vacaria. Esta ferrovia é denominada Tronco Sul, ligando Porto Alegre a São Paulo, perfazendo 368,8 quilômetros de extensão no estado de Santa Catarina.

Finalmente, ainda sob a jurisdição da RFFSA, encontra-se a EF 485, que sai de Porto União, passa por Mafra e atinge São Francisco do Sul. Cabe frisar que esta ferrovia serve de elo de ligação entre as EF 153 e 116 no trajeto de Porto União a Mafra, com 244,4 quilômetros de percurso. Partindo de Mafra, vai atingir o Porto de São Francisco do Sul, numa extensão de mais de 213 quilômetros, perfazendo, no total, 457,4 quilômetros.

A estrada de Ferro Dona Tereza Cristina-EFDTC, admi-

nistrada pela Divisão Operacional de Tubarão, é responsável pelas seguintes ligações ferroviárias: EF 488 (Imbituba-Tubarão-Rio Fluorita) com 138 quilômetros; EF 489 (Lauro Müller-Tubarão) com 57 quilômetros e EF 490 (Esplanada-Rio Deserto) com 33 quilômetros. Estas ferrovias atingem o Porto de Imbituba, não formando ligação com o restante do sistema ferroviário nacional; destinam-se, basicamente, ao transporte do carvão.

2.4.3. SISTEMA HIDROVIÁRIO E PORTUÁRIO

Os transportes marítimos representaram papel relevante para o desenvolvimento estadual, pelas condições favoráveis de instalação dos portos em grande extensão do litoral, e pela hidrografia abundante em algumas regiões do estado, principalmente o Vale do Itajaí.

Entre as vias aquáticas, atualmente apenas a via marítima tem importância no estado.

Em época passada, porém, a navegação fluvial se fazia em alguns trechos dos rios Itajaí-Açu e Iguaçu. Porém, com o desenvolvimento do transporte terrestre, foram gradativamente desaparecendo os pequenos vapores que ligavam Blumenau ao Porto de Itajaí, e a cidade de Porto União (União da Vitória-PR) a Mafra (Rio Negro-PR).

O sistema de transportes marítimos no estado dispõe dos seguintes portos: Laguna, Imbituba, Florianópolis, Itajaí e São Francisco do Sul.

Antes da acelerada expansão rodoviária, da indústria automobilística e conseqüente concorrência do transporte rodoviário, todos esses portos catarinenses apresentavam apreciável movimento de navios, principalmente em relação à navegação de cabotagem. Entretanto, com o desenvolvimento do transporte rodoviário, alguns desses portos foram perdendo sua função, sendo que o porto de Florianópolis praticamente encerrou suas atividades, restringindo-se apenas a alguns terminais de pesca. O porto de Imbituba, por sua vez, que opera mais com carvão, passou a movimentar também carga geral, enquanto o porto de Laguna foi

transformado em porto pesqueiro, não tendo sido ativado, porém, até o momento. Os portos de Itajaí e São Francisco do Sul estão em plena atividade, movimentando carga geral e produto a granel.

Apresentam-se, a seguir, algumas características do sistema de transporte portuário estadual:

Porto de Laguna

Situado no sul do estado, próximo ao porto de Imbituba, o porto de Laguna utiliza o mesmo sistema de acesso terrestre que o porto de Imbituba, ou seja, a BR-101. O acesso ferroviário inexiste, haja vista a desativação do terminal da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Com um calado de 5 metros, necessitando de dragagens periódicas de manutenção, o porto de Laguna pode operar com navios de porte médio, reunindo condições ideais, principalmente para que ali seja instalado um porto pesqueiro. Em termos de carga geral, navios de pequeno porte, que usualmente ocasionam problemas no porto de Imbituba, poderiam ser carregados no de Laguna.

O porto tem um armazém interno com 1.600 m² de área total, e um externo de 392 m²; três tanques para estocagem de óleo diesel com capacidade de 55.000 litros; uma infra-estrutura para atividade pesqueira composta de um entreposto frigorífico com uma câmara de estocagem com capacidade nominal de 800 t, com temperatura que varia de 0º a -30º centígrados, uma câmara de espera com capacidade nominal de 160 toneladas com temperatura de 0º a -10º centígrados e dois túneis de congelamento com capacidade para 48 toneladas/24 horas; uma fábrica de gelo com capacidade de produção de 120 toneladas/dia; um silo para estocagem de 400 toneladas de gelo; um prédio com capacidade para lavagem de 400 caixas/hora; um reservatório inferior de água com capacidade de 400 m³ e um superior com capacidade de 315 m³. Possui, ainda, 150.000 m² de área plana, novelada e ensaibrada, disponível para instalação de infra-estruturas que se fizerem necessárias às atividades a serem desenvolvidas no porto.

A fábrica de gelo e o silo para estocagem sofrerão uma

reforma que reduzirá suas capacidades de produção e estocagem para 100 e 200 t, respectivamente, devendo estar concluída, parcialmente (50%), em setembro/outubro/87.

Esta infra-estrutura está sendo quase que totalmente subutilizada, no aguardo de uma definição por parte dos órgãos competentes, para implantação efetiva, com aproveitamento integral e racional do porto de Laguna.

Atualmente, a operacionalização do terminal pesqueiro de Laguna continua se resumindo à movimentação de cais com descarga de pescados, fornecimento de energia elétrica e abastecimento de água. De janeiro a dezembro de 1986, foram descarregadas 1.554 toneladas de pescado, fornecidas 849 horas de energia elétrica e abastecidos os navios pesqueiros com 890 m³ de água. Isto representou, em 1986, um movimento financeiro de Cz$ 104.409,28.

Porto de Imbituba

Situado entre Florianópolis e Laguna, seu acesso rodoviário é feito pela BR-101. A conexão com o planalto é efetivada pelas rodovias BR-470 e SC-438, que fazem ligação com a BR-116 na região de Lages, prosseguindo até a BR-282, que dá acesso ao oeste catarinense. A conclusão da BR-282, no trecho Lages-Florianópolis, facilitará as ligações deste porto com a região do planalto e o oeste. Possui acesso ferroviário com a região carbonífera do sul do estado, através da Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina.

Os acessos rodoviários ao porto são totalmente asfaltados. A implantação da pêra ferroviária foi efetivamente concluída em 1986.

Sendo um porto eminentemente carvoeiro, operou, em 1986, com 75% de carvão (3.079.188 t) e 25% da carga geral (1.033.613 t). Entre os produtos de carga geral que foram movimentados através do porto, destacam-se: rocha fosfática (360.756 t), ácido fosfórico (173.505 t), soda cáustica (65.563 t), açúcar demerara a granel (65.389 t), açúcar (63.288 t), óleo vegetal (7.092 t) e arroz (4.309 t).

A Indústria Carbonífera Catarinense (ICC), instalada próxima ao complexo portuário, é abastecida de rocha fosfática através dele, embarcando ácido sulfúrico e fosfórico.

A bacia de evolução possui uma profundidade de 11 m, alcançando 13 m no final dos molhes.

A profundidade nos berços 1, 2 e 3 é de 9,46 m, enquanto no berço 4 é de 7,50 m.

O berço 1, destinado a operações com carvão e carga geral, e o 2, com carga geral, perfazem uma extensão de 308 m de cais.

O berço 3 é utilizado pela ICC e outros usuários, possuindo 250 m de extensão.

O berço 4, com uma extensão de 24 m, é utilizado para operações com navios no sistema "Roll-on-Roll-of".

O porto possui 2 armazéns internos com capacidade de 3.240 m³ para carga geral; 23 armazéns externos com capacidade de 37.132 m³ também para carga geral, sendo utilizados esporadicamente para outros fins, como sacaria e granel; um silo com capacidade de armazenagem de 3.000 toneladas e de descarga de 350 t/hora; uma vala de embarque com capacidade de 8.000 t e 500 t/hora de descarga; dois pátios externos para armazenagem de carvão com 200.000 toneladas de capacidade e três tanques para armazenagem de soda cáustica com capacidade de 14.200 toneladas. Possui ainda uma rampa funcionando através do sistema "Roll-on-Roll-of", com pátio de 5.000 m² para estacionamento e manobra de carretas.

Porto de Itajaí

Importante para Santa Catarina, este porto realiza conexão com as demais partes do estado e do país, através das rodovias federais BR-101, BR-116, BR-282 e BR-470, todas pavimentadas, sendo a BR-282 pavimentada no trecho Campos Novos-São Miguel D'Oeste.

A bacia de evolução e o canal de acesso possuem uma profundidade de 8 m, enquanto que a do canal da barra é de 8,5 m.

A extensão de cais acostável está projetada para 740 m, composto por 5 berços, com 148 m cada e com profundidade de 8 m. O berço nº 5 continua em obras, com conclusão prevista para 87.

O porto, atualmente, possui três armazéns de carga geral, com capacidade para 120.000 m³ e área total de 15.000 m²; um armazém frigorífico composto de 12 câmaras e 2 túneis de congelamento, com volume útil de 4.700 m³; uma área pavimentada de 35.900 m² para armazenagem de "containers" e outras cargas e um silo constituído de três células cilíndricas de concreto armado, com capacidade total de 1.800 toneladas de trigo.

A capacidade de armazenamento extra-porto de Itajaí é de 40.500 m³ (açúcar), 12.000 m³ (fumo), 37.500 m³ (madeira) e 18.700 t (congelados), pertencentes a diversas empresas particulares.

Deve-se salientar que as boas condições de acesso rodoviário ao porto de Itajaí e suas instalações apropriadas transformaram-no em terminal de exportação, para o mercado internacional, de produtos oriundos do Vale do Itajaí (fumo e têxteis) e do oeste catarinense (frangos). No entanto, para manter as condições ideais de navegabilidade da barra, do canal de acesso e da bacia de evolução do Porto de Itajaí, tornam-se necessárias dragagens periódicas.

O Porto de Itajaí alcançou, no exercício de 1986, incluindo derivados de petróleo, um movimento de 1.290.059 toneladas de mercadorias, representando um acréscimo de 24,2% em relação ao movimento de 1985. Deste total, 55,2% foi movimentado no cais comercial e o restante nos terminais privativos de petróleo e da Dow Química.

A exportação, responsável por 46,6% da movimentação (565.985 t), gerou divisas no montante de 307,9 milhões de dólares e teve por destaque as seguintes mercadorias: açúcar

(349.275 t), produtos congelados (103.999 t), madeira (25.098 t), fumo (20.695 t), celulose papel (20.579 t), tecido (10.947 t) e outros (35.392 t).

A importação, com 53,4% da movimentação (648.970 t), a um custo total de 22,70 milhões de dólares, teve como principais componentes: derivados de petróleo (487.600 t), soda cáustica (89.264 t), sal (27.041 t), sulfato de sódio (4.456 t) e outros (40.609 t).

Porto de São Francisco do Sul

Localizado na baía de Babitonga, ao norte do estado e próximo à divisa com o Paraná, o porto de São Francisco do Sul pode ser atingido por via terrestre, a partir de Joinville e Araquari, pela BR-280, através de um percurso inteiramente asfaltado de 42 km de extensão. Em Araquari, existe uma conexão direta com a BR-101. No prolongamento da BR-280 atinge-se a cidade de Mafra, num percurso de 186 km totalmente asfaltado. Em Mafra, a BR-280 encontra a BR-116 no trecho da rodovia que une Porto Alegre-São Paulo, passando por Lages e Curitiba. Uma outra alternativa para atingir o porto, a partir da BR-116, é a BR-470, rodovia transversal (asfaltada), que percorre o Vale do Itajaí, numa distância de 353 km, até Campos Novos, onde é ligada por estrada pavimentada (BR-282) ao oeste Catarinense, importante região produtora de produtos agrícolas.

Por hidrovia, é possível chegar ao porto a partir de Joinville, em pequenas embarcações, ou chatas de transporte de carga.

Por via férrea, são boas as condições entre o porto e o tronco-sul (EF-116), que liga Porto Alegre (RS) a São Paulo(SP). A ligação é feita através de ferrovia EF-485, com conexão na cidade de Mafra, a 213 km de São Francisco do Sul. Pela mesma EF-485, porém, em Porto União, na divisa de Santa Catarina com o Paraná, é feita a conexão com a ferrovia EF-153 que liga Marcelino Ramos(RS) a Ponta Grossa(PR), passando por Joaçaba(SC). A distância entre o Porto de São Francisco e Porto União é de 460 km. Todas estas vias férreas são da mesma bitola (1 m entre trilhos), o que dispensa baldeação de carga entre vagões.

A bacia de evolução, o canal de acesso e o canal da barra possuem uma profundidade média de 10 m.

A extensão do cais acostável é de 675 m e é composto dos berços nº 101, com 225 m de extensão e 10 m de profundidade, e dos berços nºs 102, 103 e 201 com 150 m cada, tendo uma profundidade de 8, 6 e 4 a 6 m, respectivamente.

O porto possui a seguinte estrutura de armazenagem: três armazéns gerais com área total de 10.250 m²; um pátio para movimentação de mercadorias, de 48.000 m², com capacidade para 128.000 toneladas e um galpão externo com área de 1.500 m².

O complexo portuário possui ainda 23 galpões, pertencentes a firmas madeireiras, abrangendo 23.000 m² de área. A COCAR possui 2 armazéns graneleiros (granel sólido), com capacidade de 115.000 toneladas e 4 tanques para granel líquido, com capacidade para 9.000 litros. Por sua vez, a CEVAL possui 5 tanques com capacidade total de 15.000 litros para depósito de óleo comestível (granel líquido); 4 silos com capacidade total de 4.000 toneladas e um armazém de 25.000 t, os quais perfazem um total de 29.000 toneladas para armazenagem de granel sólido.

Cabe salientar que este porto possui as melhores condições hidrográficas do sul do país; as dragagens periódicas para manutenção de seu canal de acesso apresentam baixo custo. Sua localização, na baía de Babitonga, coloca os navios ao abrigo, sem necessidade de construção de molhes. Suas ligações por terra permitem que o mesmo seja atingido de forma econômica pelos produtos das várias regiões do estado e mesmo dos estados vizinhos; seu equipamento operacional o coloca como o maior porto exportador do granel (cereais) do estado, notadamente para produtos de expressivo volume, como é o caso da soja e de seus derivados.

O Porto de São Francisco do Sul alcançou, em 1986, um movimento de 1.384.524 toneladas de mercadorias, excluindo-se o movimento de descarga de petróleo, representando um acréscimo de 1,7% em relação a 1985.

O movimento de descarga de petróleo, que é feito fora do cais, no terminal da PETROBRAS, alcançou um montante de

7.171.509 toneladas .

A exportação, responsável por 56,76% da movimentação (785.816 t), gerou divisas num montante de 507,3 milhões de dólares e teve por destaque as seguintes mercadorias: farelo de soja (530.110 t), madeira (49.061 t), óleo de soja (46.392 t), papel (37.855 t), manufaturados têxteis (11.547 t), frangos (10.910 t) e diversos (99.826 t). O volume de exportação decresceu 27,17% em relação a 1985.

A importação com 43,24% da movimentação (598.708 t), a um custo total de 119,6 milhões de dólares, teve como principais componentes: milho em grão (339.968 t), soja em grão (135.770 t), arroz em grão (77.007 t), carvão coque (8.146 t), trigo em grão (169 t) e diversos (37.648 t). Embora o volume importado tenha crescido 111,79% em relação a 1985, o custo, no mesmo período, foi inferior em 41%.

2.4.4. SISTEMA AEROVIÁRIO

O sistema aeroviário está dividido em três níveis, classificados segundo o seu raio de ação, a categoria dos aeroportos onde operam e o tipo de avião.

A chamada aviação de primeiro nível compreende as grandes rotas internacionais, com aeronaves de elevada capacidade, e limitada a determinados aeroportos.

A de segundo nível compreende as linhas internas, ligando áreas de maior importância nacional, como as capitais dos estados e as principais cidades. Opera, também, com aviões de grande capacidade e limita-se, ainda, a determinados aeroportos.

A aviação de terceiro nível atua em rotas de curta distância, com aviões menores que podem pousar em aeroportos menos aparelhados. É utilizada, também, para ligar cidades menores às capitais e cidades maiores.

A aviação em Santa Catarina atua dentro dos níveis um e dois. No primeiro, ligando áreas consideradas importantes do

litoral aos grandes centros urbanos nacionais, enquanto no segundo, liga as cidades do litoral com o interior do estado.

O estado de Santa Catarina é atendido por 27 aeroportos, distribuídos em 25 municípios, dos quais onze possuem pista asfaltada; sete, pista de revestimento primário, seis, pista de leito natural; um, pista de grama e dois, pista de areia.

As cidades catarinenses servidas por aviões do tipo Bandeirantes E 110 são Florianópolis, Navegantes, Joinville, Criciúma, Lages e Chapecó, sendo que somente as três primeiras recebem também aeronaves do tipo "Boeing 727 e 737".

As cidades atendidas com aeroportos no estado são mostradas na tabela a seguir.

TABELA 1
TAMANHO E SITUAÇÃO DAS PISTAS DOS AEROPORTOS EM SANTA CATARINA - 1986

CIDADES	TAMANHO DA PISTA (metro)	SITUAÇÃO DA PISTA
Abelardo Luz	830 X 30	Terra
Blumenau	1.150 X 29	Terra
Caçador	1.450 X 60	Saibro
Campos Novos	1.200 X 35	Terra
Chapecó	1.499 X 30	Asfalto
Concórdia	1.480 X 18	Asfalto
Criciúma	1.491 X 30	Asfalto
Curitibanos	1.000 X 30	Sílica
Dionísio Cerqueira	1.380 X 23	Saibro
Florianópolis	2.229 X 45	Asfalto
Florianópolis	1.501 X 46	Asfalto
Imbituba	1.230 X 30	Saibro
Itapiranga	914 X 30	Cascalho
Joaçaba	1.260 X 18	Asfalto
Joinville	1.640 X 45	Asfalto
Laguna	1.500 X 23	Saibro
Lages	1.500 X 30	Asfalto
Lontras	1.200 X 45	Terra
Mafra (2 pistas)	920 X 100	Grama
Navegantes	1.701 X 45	Asfalto
São Francisco do Sul	930 X 100	Areia
São Francisco do Sul	700 X 35	Areia
São Joaquim	1.050 X 30	Cascalho
São Miguel D'Oeste	1.260 X 18	Asfalto
Três Barras	650 X 100	Sílica
Videira	1.200 X 18	Asfalto
Xanxerê	760 X 45	Saibro

FONTE: DEPV - ROTAER - Manual Auxiliar de Rotas Áreas, Brasil, dez/86.

RECURSOS NATURAIS

3. RECURSOS NATURAIS

3.1. CLIMA

O estado de Santa Catarina está situado entre os paralelos 25º57' e 29º29' Sul, e os meridianos 48º21' e 53º50'. Localiza-se no continente sul-americano entre os vales dos rios Iguaçu e Uruguai, no sentido norte-sul; no sentido oeste-leste, localiza-se entre o vale do rio Paraná e o oceano Atlântico, com o qual tem uma faixa litorânea de 427 quilômetros.

Através das informações obtidas na publicação da EMPASC, "Zoneamento Agroclimático do Estado de Santa Catarina", pode-se chegar às seguintes inferências:

A localização geográfica, como também o relevo, são condicionantes básicos do clima de Santa Catarina que, na Classificação Climática de Köppen, se denomina "mesotérmico úmido com verão quente (Cfa)" no oeste e leste do estado.

Na região do planalto, onde as altitudes são superiores a 800 metros, o clima é denominado "mesotérmico úmido com verão fresco (Cfb)".

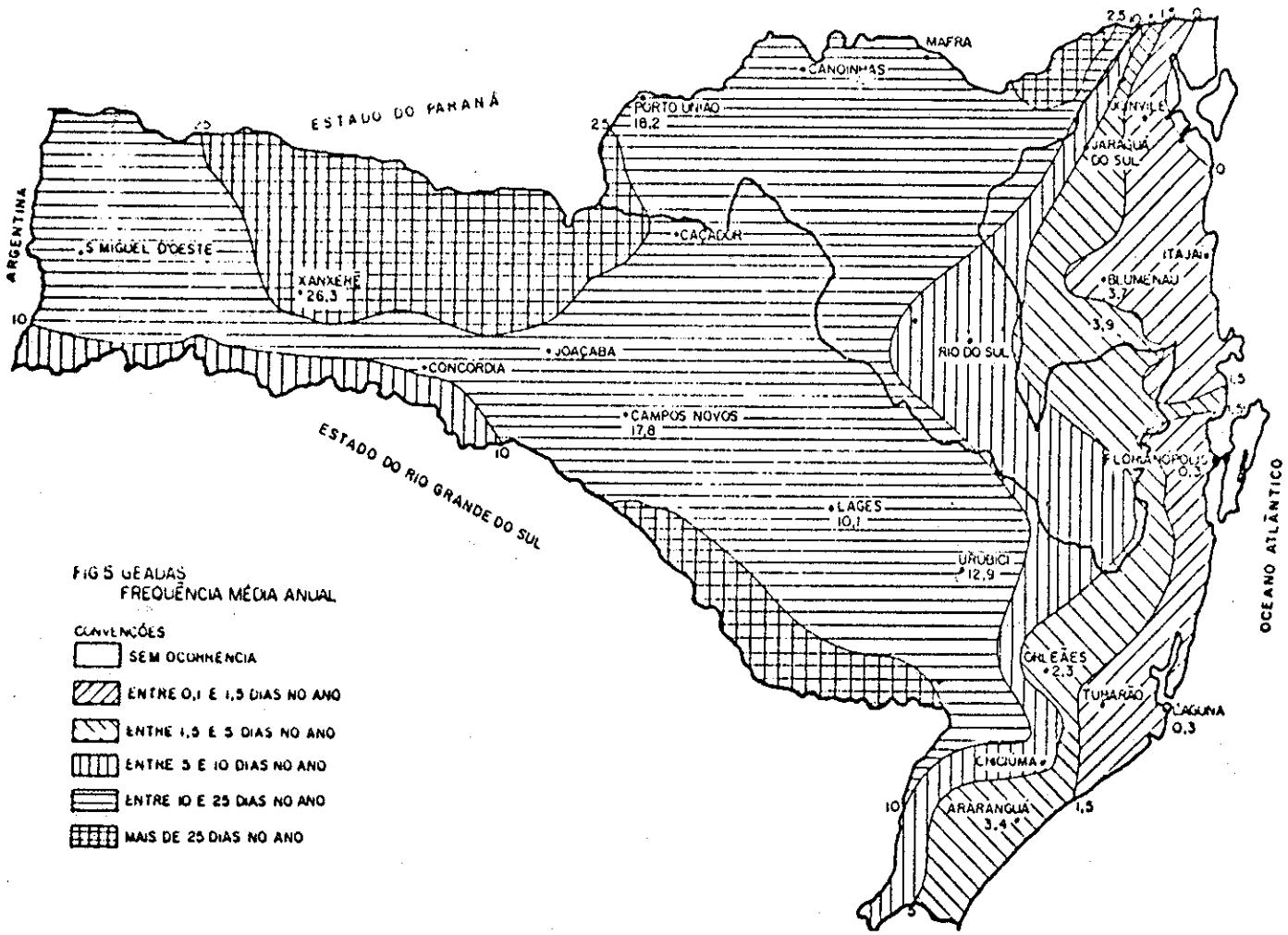
O tipo Cfb difere do primeiro, pela temperatura média do mês mais quente ser sempre inferior a 22ºC.

A média das temperaturas mínimas anuais varia de 6º a 17ºC nos trechos centrais mais altos; no oeste, estas temperaturas vão de 6º a 19ºC, enquanto nas serras e baixadas do leste a variação é de 9º a 22ºC. As geadas ocorrem de maio a outubro, com freqüência, no planalto e oeste, mais esparsamente nas baixadas e raras vezes no litoral. A distribuição das zonas de ocorrência de geadas é retratada no mapa 1.

A média das temperaturas máximas anuais apresenta va-

MAPA 1

GEADAS - FREQUÊNCIA MÉDIA ANUAL EM SANTA CATARINA



FONTE: EMPASC

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

lores de 15º e 29ºC no planalto; de 18º a 29ºC no oeste, e de 19º a 31ºC nas baixadas do leste.

A média anual geral é de 13º e 17ºC no planalto central, de 17º a 19ºC no oeste, e de 19º a 21ºC nas serras e baixadas do leste (litoral).

A microrregião homogênea mais fria é a de Campos de Lages, ressaltando-se o município de São Joaquim; segue-se a do planalto de Canoinhas.

A microrregião mais quente é a Colonial de Joinville, seguida da Colonial de Blumenau, sendo difícil a ocorrência de geadas na primeira delas.

As chuvas são determinadas pelo comportamento de quatro massas de ar: Tropical Atlântica, Polar Atlântica, Tropical Continental e Equatorial Continental. As duas primeiras predominam alternadamente em todas as estações do ano. Essas massas de ar atuam distribuindo, com alguma uniformidade, as chuvas durante o ano, com pouca diferença entre os meses mais chuvosos e os mais secos. Em termos anuais, a precipitação pluviométrica varia na encosta leste do estado, de aproximadamente 1.200 mm no litoral sul até bem mais que 2.500 na Serra do Mar no litoral norte; de 1.200 a 1.900 mm no planalto e de 1.600 a 2.200 mm no oeste.

A microrregião homogênea com menor precipitação anual e menor número de dias com chuva é a do Litoral Sul Catarinense; a com maior precipitação e também com maior número de dias com chuva é a Colonial de Joinville. A microrregião do Oeste Catarinense aparece em seguida com a segunda maior precipitação, mas com o número de dias de chuva bem menor que a microrregião anterior.

A maior precipitação máxima em 24 horas ocorreu na microrregião Litoral de Itajaí com 263 mm verificados em dezembro de 1973.

Os períodos de maior precipitação máxima em 24 horas - grande aliada da erosão do solo por provocar enxurradas - têm sido observados de dezembro a março no litoral; de abril a agosto no

oeste; de dezembro a fevereiro e também em julho e agosto no planalto.

As épocas de menor precipitação pluviométrica no litoral têm sido nos meses de junho e julho; tanto no oeste como no planalto esta época se estende pelos meses de abril a julho. Por outro lado, normalmente os períodos de maior precipitação são encontrados nos meses de janeiro a março no litoral, e de agosto a outubro no restante do estado.

A umidade relativa média anual do ar cresce desde a fronteira argentina até o litoral, sendo de 71% a 80% no oeste, de 76% a 83% no planalto, e de 80% a 87% na encosta e baixadas do leste.

A evapotranspiração real total anual varia de 1.000 a 1.200 mm no oeste, de 900 a 1.000 mm no planalto e de 1.000 a 1.100 mm no leste, o que, em tese, configura um excedente hídrico em todas as regiões. No entanto, como as precipitações ocorram desigualmente e as necessidades mínimas de água são de mais de 100 mm durante os meses de novembro a fevereiro, devido à maior atividade evaporativa da maioria das culturas de verão, podem ocorrer deficiências de água, principalmente nos meses de novembro e dezembro.

O balanço hídrico, confrontando a precipitação total mensal com a evapotranspiração potencial, e cotejando a capacidade de armazenamento do solo, indica a escassez ou o excesso hídrico.

Os dados que permitem visualizar escassez ou excesso hídrico são mostrados na tabela 1.

Em situações normais, o estado de Santa Catarina, em sua maior extensão, não sofre problemas de déficit hídrico. Os locais onde há deficiências mais acentuadas são os situados ao longo do litoral, principalmente nos meses de novembro e dezembro; Lages e Curitibanos, em menor grandeza, também têm deficiências neste período, com um maior índice em novembro. Em termos de estado, verifica-se uma diminuição do excesso hídrico total anual e um déficit no sentido oeste-leste. Os maiores índi-

TABELA 1

DADOS COMPARATIVOS DE UMIDADE DAS ESTAÇÕES LOCALIZADAS NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS EM SANTA CATARINA

MICROREGIÃO HOMOGÊNEA	ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS	EVAPOTRANSPIRAÇÃO (E.P.) (mm)	E.P. CONCENTRAÇÃO DE VERÃO	PRECIPITAÇÃO (mm)	EXCEDENTE HÍDRICO (mm)	DEFICIÊNCIA HÍDRICA (mm)
Colonial de Joinville	Joinville	1.077	41,7	2.171	1.093	0
	São Francisco do Sul	954	36,7	1.875	919	0
Litoral de Itajaí	Itajaí	1.080	38,9	1.416	348	13
	Camboriú	915	38,1	1.495	579	0
Colonial de Bulmenau	Brusque	926	38,5	1.809	882	0
	Indaial	969	38,5	1.659	689	0
	Bulmenau	956	38,7	1.456	499	0
Florianópolis	Florianópolis	958	37,6	1.406	446	0
Colonial Serrana Catarinense	Queçaba	885	38,3	1.637	781	0
Litoral de Laguna	Imbituba	841	38,2	1.235	406	13
	Laguna	911	37,2	1.387	476	1
Carbonífera	Orleans	860	39,3	1.530	669	0
	Urussanga	889	39,2	1.475	585	0
Litoral Sul Catarinense	Araranguá	866	38,4	1.219	336	3
Campos de Lages	São Joaquim	671	37,4	1.561	889	0
	Lages	746	36,1	1.408	662	0
	Urubici	706	38,1	1.370	663	0
Campos de Curitibanos	Campos Novos	759	38,0	1.710	950	0
	Curitibanos	732	37,2	1.685	952	0
Colonial do Rio do Peixe	Erval d'Oeste	828	39,3	1.974	1.144	0
	Caçador	802	38,2	1.533	730	0
Colonial do Oeste Catarinense	Chapecó	869	37,0	1.823	954	0
	São Miguel d'Oeste	887	38,1	2.257	1.370	0
	Xanxerê	770	38,0	2.373	1.602	0
Planalto de Canoinhas	Irineópolis	881	36,3	1.766	884	0
	Campo Alegre	766	36,8	1.406	639	0
	Porto União	786	37,5	1.373	587	0

(continua)

(continuação)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ESTAÇÃO METEOROLÓGICA	% DO EXCEDENTE HÍDRICO	% DE DEFICIÊNCIA HÍDRICA	ÍNDICE HÍDRICO	TIPO CLIMÁTICO
Colonial de Joinville	Joinville	101,4	0	101,5	AB'4ra' - Superúmido Mesotérmico
	São Francisco so Sul	96,3	0	96,3	B4B'3ra' - Úmido Mesotérmico
Litoral de Itajaí	Itajaí	32,2	1,2	31,5	B1B'4ra' - Úmido Mesotérmico
	Camboriú	63,2	0	63,2	B3B'3ra' - " "
Colonial de Blumenau	Brusque	95,2	0	95,2	B4B'3ra' - Úmido Mesotérmico
	Indaial	71,1	0	71,1	B3B'3ar' - " "
	Blumenau	52,1	0	52,2	B2B'3ra' - " "
Florianópolis	Florianópolis	46,5	0	46,6	B2B'3ra' - Úmido Mesotérmico
Colonial Serrana Catarinense	Caçaba	91,3	0	91,3	B4B'3ra' - Úmido Mesotérmico
Litoral de Laguna	Imbituba	48,2	1,55	47,3	B2B'2ra' - Úmido Mesotérmico
	Laguna	52,2	0,11	52,2	B2B'3ra' - " "
Carbonífera	Orleans	77,7	0	77,7	B3B'2ra' - Úmido Mesotérmico
	Urussanga	65,8	0	65,8	B3B'3ra' - " "
Litoral Sul Catarinense	Araranguá	37,9	0,34	37,7	B1B'3ra' - Úmido Mesotérmico
Campos de Lages	São Joaquim	132,4	0	132,1	AB'1ra' - Superúmido Mesotérmico
	Lages	88,7	0	88,7	B4B'2ra' - Úmido Mesotérmico
	Urubici	93,9	0	93,9	B4B'1ra' - " "
Campos de Curitibanos	Campos Novos	125,1	0	125,2	AB'2ra' - Superúmido Mesotérmico
	Curitibanos	130,0	0	130,1	AB'2ra' - " "
Colonial do Rio do Peixe	Herval d'Oeste	138,1	0	138,2	AB'2ra' - Superúmido Mesotérmico
	Caçador	91,0	0	91,0	B4B'2ra' - Úmido Mesotérmico
Colonial do Oeste Catarinense	Chapecó	109,1	0	109,7	AB'2ra' - Superúmido Mesotérmico
	São Miguel d'Oeste	154,4	0	154,4	AB'3ra' - " "
	Xanxerê	208,0	0	208,1	AB'2ra' - " "
Planalto de Canoinhas	Irineópolis	100,3	0	100,3	B4B'3ra' - Úmido Mesotérmico
	Campo Alegre	83,4	0	83,4	B4B'2ra' - " "
	Porto União	74,5	0	74,7	B3B'3ra' - " "

FONTE: GAPLAN . Atlas de Santa Catarina.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

ces de excesso ocorrem no oeste e os maiores déficits ocorrem principalmente no litoral sul. Os limites de excesso estão entre 142 mm 1.210 mm anuais (Xanxerê) e o maior déficit em Imbituba, com 121 mm anuais (mapa 2).

Regiões de elevadas altitudes (São Joaquim) também têm altos valores de excedente hídrico (693 mm). Outra região em que a proximidade do litoral, a baixa altitude, a temperatura média anual elevada e a umidade relativa alta condicionam elevadas precipitações e evapotranspiração potencial e altos valores de excedente hídrico (entre 500 a 700 mm) é a região compreendida pelos municípios do Baixo Vale do Itajaí.

Ainda pela tabela 1, constatam-se os diversos tipos climáticos em Santa Catarina, observando-se predominância do superúmido mesotérmico nas MRH Colonial do Oeste Catarinense e Campos de Curitibanos. Nas demais microrregiões homogêneas predomina o tipo úmido mesotérmico, com algumas incrustações do tipo superúmido mesotérmico.

Desta forma, pode-se afirmar que o estado de Santa Catarina é dotado de um clima mesotérmico, com precipitação pluviométrica distribuída por todo o ano, apresentando, na sua quase totalidade, deficiências hídricas nulas e bons índices de excedentes hídricos.

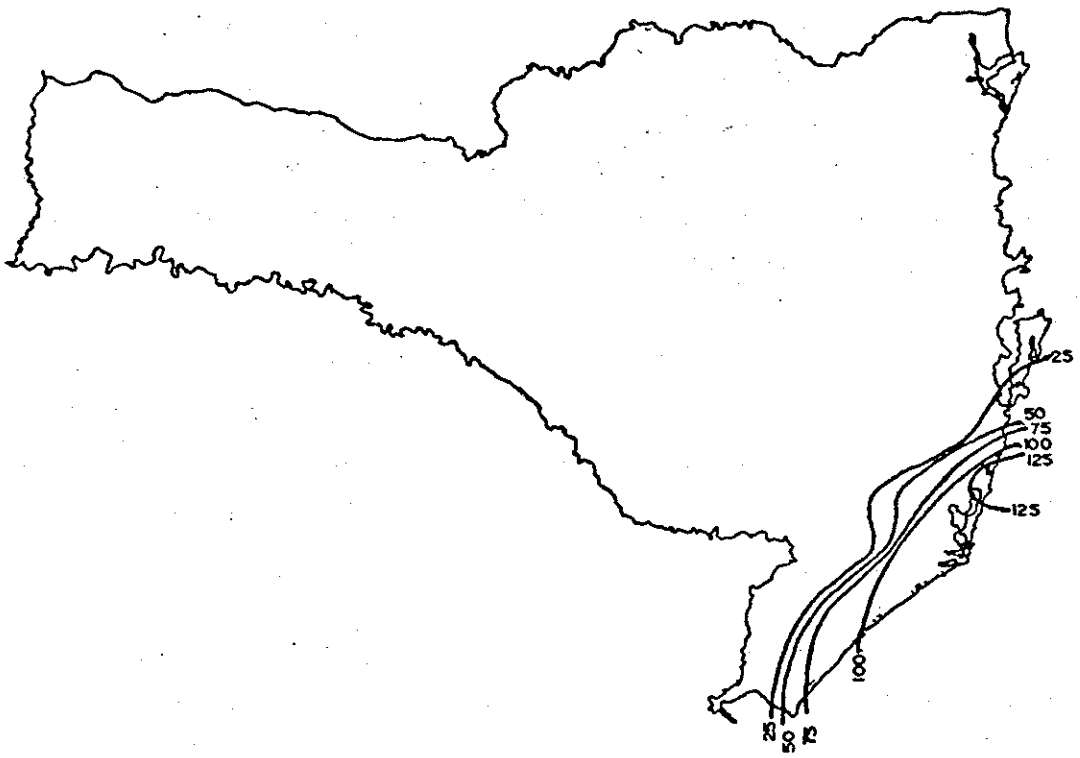
Porém, tem-se que considerar que esta metodologia proposta por Thornthwaite é empregada para caracterizações regionais e estacionais e que, apesar de não indicar deficiências e excessos hídricos severos em termos mensais, estes elementos ocorrem com assiduidade bastante significativa no estado.

A comparação dos valores médios das atividades climáticas em 1986, mais precisamente aspectos de temperatura e precipitação (tabelas 2 e 3), com as médias encontradas no período de funcionamento das diferentes estações meteorológicas, permite algumas observações.

Em 1986, a temperatura média anual situou-se 0,8 graus centígrados acima da temperatura média anual histórica de todas as estações meteorológicas consideradas. Algo semelhante aconte-

MAPA 2

DEFICIÊNCIA HÍDRICA EM SANTA CATARINA - TOTAL ANUAL (mm)



FONTE: EMPASC - Zoneamento Agroclimático do Estado de Santa Catarina

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 2

MÉDIA DAS TEMPERATURAS MENSAIS VERIFICADAS EM ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS, AGRUPADAS SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1986

(ºC)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	LOCALIZAÇÃO DE ESTAÇÃO	PERÍODO FUNCION. (Nº de anos)	MESES											
			Janeiro			Fevereiro			Março			Abril		
			Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima
Colonial do Rio do Peixe	Caçador	26	21,1	27,9	15,6	20,6	26,7	16,6	18,6	25,3	13,4	17,0	22,9	12,6
Colonial do Oeste Catarinense	Chapecó	14	24,1	30,4	19,2	22,6	28,1	18,7	21,2	26,9	16,7	19,4	24,4	16,1
Campos de Lages	Lages	61	21,2	27,9	16,4	20,6	26,8	16,6	18,7	24,7	14,4	17,0	22,5	13,5
Campos de Curitibanos	Campos Novos	39	21,8	28,6	16,3	20,6	26,5	16,2	19,0	25,1	14,4	17,7	23,2	13,6
Carbonífera	Urussanga	62	24,6	31,5	18,5	24,2	30,7	18,8	22,5	29,0	16,9	20,9	27,4	15,8
Col. Sul Cat.	Turvo	7	26,0	30,5	21,4	25,9	30,3	21,5	24,3	28,9	19,6	22,5	27,3	17,7
Lit. de Laguna	Laguna	58	24,1	27,7	20,2	24,3	28,3	20,5	23,2	31,8	17,4	22,1	25,7	19,0
Lit. Sul Cat.	Jaguaruna	7	24,9	28,8	21,0	25,1	29,3	21,0	23,4	27,4	19,5	22,2	25,7	18,7
Florianópolis	Fpolis	73	25,2	29,3	21,7	25,1	29,5	21,8	24,0	27,9	20,6	22,7	26,6	19,6
Lit. de Itajaí	Itajaí	6	25,1	30,2	21,3	24,8	30,6	20,7	23,7	29,3	19,8	22,3	27,8	18,4
Colonial de Blumenau	Indaial	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Col. Alto Itajaí	Agrolândia	7	25,5	31,3	19,7	24,5	29,7	19,3	23,0	28,3	17,6	21,3	26,1	16,4
Col. Joinville	Massaranduba	7	26,6	31,1	22,0	26,9	31,0	22,7	25,2	29,6	20,7	23,6	28,1	19,1
Planalto de Canoinhas	Porto União	45	22,9	30,2	18,2	21,8	28,1	18,3	20,6	27,4	16,8	18,8	24,8	15,6

(continua)

(continuação)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	LOCALIZAÇÃO DE ESTAÇÃO	PERÍODO FUNCION. (Nº de anos)	MESES											
			Maio			Junho			Julho			Agosto		
			Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima
Colonial do Rio do Peixe	Caçador	26	14,7	21,0	10,2	12,6	20,2	7,2	11,4	17,9	7,1	13,5	20,6	8,4
Colonial do Oeste Cat.	Chapecó	14	16,6	22,3	12,6	16,4	22,3	12,3	14,6	20,0	10,6	16,2	21,5	12,3
Campos de Lages	Lages	61	14,0	19,9	10,2	12,5	18,6	8,4	10,8	16,5	6,6	13,2	19,2	9,1
Campos de Curitibanos	Campos Novos	32	14,7	20,5	10,6	13,8	20,3	8,9	12,0	17,5	7,9	14,2	19,8	10,0
Carbonífera	Urussanga	62	17,3	25,5	11,0	16,0	24,9	9,4	13,7	21,8	7,7	16,2	23,8	10,5
Col.Sul Cat.	Turvo	7	19,8	26,0	13,6	17,7	24,2	11,2	15,6	21,3	9,8	17,9	22,8	13,0
Lit.de Laguna	Laguna	58	19,0	23,2	15,7	17,9	21,7	14,8	15,8	20,4	13,1	17,1	20,6	14,2
Lit. Sul Cat.	Jaguaruna	7	19,5	24,4	14,6	18,6	24,0	13,1	16,4	21,0	11,7	17,9	21,8	13,9
Florianópolis	Fpolis	73	20,3	24,4	17,0	18,1	22,9	14,6	16,4	20,9	13,1	18,0	22,1	15,0
Lit. de Itajaí	Itajaí	6	19,7	25,5	16,0	17,0	23,5	13,2	15,9	22,3	12,3	17,6	23,5	13,9
Colonial de Blumenau	Indaial	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Col.Alto Itajaí	Agrolândia	7	17,8	22,6	12,9	15,3	20,4	10,2	14,1	19,2	9,0	16,8	21,9	11,7
Col. Joinville	Massaranduba	7	21,4	25,6	17,1	19,1	24,7	13,4	18,1	23,1	13,1	20,1	24,9	15,3
Planalto de Canoinhas	Porto União	45	16,0	21,9	12,6	13,6	20,7	9,4	12,8	19,1	9,2	14,8	22,0	10,3

(continua)

(conclusão)

MICROREGIÃO HOMOGÊNEA	LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	PERÍODO FUNCION. (Nº de anos)	MESES											
			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		
			Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima	Média	Máxima	Mínima
Colonial do Rio do Peixe	Caçador	26	14,0	20,5	9,5	16,1	23,3	10,4	18,9	25,4	14,4	19,9	25,8	15,8
Colonial do Oeste Cat.	Chapecó	14	17,1	22,6	12,7	19,0	25,1	14,1	21,7	27,4	16,8	22,8	28,0	18,2
Campos de Lages	Lages	61	13,3	19,0	9,3	15,6	22,0	10,8	17,9	23,7	13,7	19,2	24,8	15,1
Campos de Curitibanos	Campos Novos	39	14,3	20,4	9,8	16,7	23,1	11,2	19,1	25,5	14,1	20,0	25,8	15,7
Carbonífera	Urussanga	62	17,1	24,4	10,8	18,6	25,4	12,3	21,5	28,2	15,7	22,8	28,6	17,6
Col. Sul Cat.	Turvo	7	17,8	23,3	12,3	19,6	24,4	14,8	23,1	27,4	18,7	24,0	28,1	19,8
Lit. de Laguna	Laguna	58	18,5	21,5	15,4	19,3	22,6	16,0	-	-	-	-	-	-
Lit. Sul Cat.	Jaguaruna	7	18,8	22,3	15,3	19,9	23,6	16,2	22,3	25,7	18,8	23,3	26,7	19,8
Florianópolis	Ilhalis	73	18,9	22,0	15,1	19,9	23,5	16,5	22,1	25,3	19,4	23,8	27,5	20,6
Lit. de Itajaí	Itajaí	6	18,2	23,7	14,4	19,8	25,3	15,7	22,1	26,4	18,7	23,8	28,3	20,6
Colonial de Blumenau	Indaial	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Col. Alto Itajaí	Agrolândia	7	17,0	21,7	12,2	19,3	25,0	13,6	21,6	26,7	16,5	22,8	27,7	17,8
Col. Joinville	Missaranduba	7	19,5	23,3	15,6	22,1	27,7	16,5	23,9	27,7	20,0	25,2	29,6	20,7
Planalto de Canoinhas	Porto União	45	15,4	22,0	11,1	17,8	25,5	12,1	20,5	27,9	15,9	21,4	28,0	17,2

FONTE: INMET - EMPASC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5

PRECIPITAÇÃO TOTAL MENSAL, PRECIPITAÇÃO MÁXIMA EM 24 HORAS E DIAS DE CHUVA MENSAL VERIFICADOS EM ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS, AGRUPADAS SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1986

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	PERÍODO FUNCIONAMENTO (Nº de anos)	MESES											
			Janeiro			Março			Abril			Maio		
			Precipitação (mm)		Número Dias Chuva	Precipitação (mm)		Número Dias Chuvas	Precipitação (mm)		Nº dias Dias Chuva	Precipitação (mm)		Número Dias Chuva
			Total	Máxima		Total	Máxima		Total	Máxima		Total	Máxim	
Colonial do Rio do Peixe	Caçador	26	217,0	53,0	16	188,5	71,4	17	72,8	20,0	12	201,4	35,1	14
Colonial do Oeste Catarinense	Chapecó	14	128,0	59,6	14	176,1	29,4	16	157,8	51,9	10	362,0	149,2	14
Campos de Lages	Lages	61	144,2	31,4	14	99,5	29,3	14	32,9	10,0	9	156,4	36,8	15
Campos de Curitibanos	Campos Novos	39	153,3	61,8	11	160,7	36,0	16	94,6	19,4	10	197,5	72,2	15
Carbonífera	Urussanga	62	119,0	33,8	13	166,5	28,0	15	127,7	26,8	14	136,5	35,1	13
Col. Sul Cat.	Turvo	7	147,0	58,0	10	177,0	48,0	11	144,0	52,0	10	107,0	26,0	7
Lit. de Laguna	Laguna	58	91,4	41,0	10	113,1	31,0	14	197,6	146,0	14	210,8	78,5	13
Lit. Sul Cat.	Jaguaruna	7	138,0	67,0	8	104,0	36,0	11	60,0	15,0	9	165,0	55,0	11
Florianópolis	Fpolis	73	147,1	36,2	14	176,6	52,3	15	155,0	27,4	20	111,6	33,1	12
Lit. de Itajaí	Itajaí	6	146,6	38,8	12	140,3	32,6	17	127,3	49,7	16	133,2	44,5	15
Colonial de Blumenau	Indaial	16	234,7	69,0	16	231,3	41,4	18	47,0	23,0	6	193,1	61,8	12
Col. Alto Itajaí	Agrolândia	7	144,0	29,0	14	179,0	69,0	15	40,0	14,0	6	94,0	37,0	9
Col. Joinville	Massaranduba	7	187,8	70,0	15	212,1	43,0	17	83,6	22,2	17	183,0	47,0	15
Planalto de Canoinhas	Porto União	45	175,0	32,4	18	237,7	53,4	19	124,1	39,4	14	135,1	25,5	14

(continua)

(continuação)

MICROREGIÃO HOMOGÊNEA	LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	PERÍODO FUNCIONAMENTO (Nº de anos)	MESES											
			Maio			Junho			Julho			Agosto		
			Precipitação (mm)		Número Dias Chuva	Precipitação (mm)		Número Dias Chuva	Precipitação (mm)		Número Dias Chuva	Precipitação (mm)		Número Dias Chuva
			Total	Máxima		Total	Máxima		Total	Máxima		Total	Máxima	
Colonial do Rio do Peixe	Caçador	26	154,2	60,8	14	11,1	8,4	4	53,3	25,3	7	88,7	43,8	11
Colonial do Oeste Catarinense	Chapecó	14	313,1	75,0	13	69,7	15,6	8	81,5	49,3	6	149,1	34,6	10
Campos de Lages	Lages	61	132,5	64,9	12	35,2	15,5	4	49,6	18,2	10	109,1	36,4	11
Campos de Curitibanos	Campos Novos	39	204,8	94,9	13	32,7	16,9	5	58,2	20,8	10	119,2	67,2	12
Carbonífera	Urussanga	62	83,7	41,8	3	22,3	12,0	6	99,5	28,8	11	60,5	17,8	11
Col. Sul Cat.	Turvo	7	86,0	46,0	4	58,0	27,0	6	86,0	32,0	8	98,0	29,0	8
Lit. de Laguna	Laguna	58	66,4	29,0	4	24,1	13,4	5	151,6	38,6	12	65,1	19,5	7
Lit. Sul Cat.	Jaguaruna	7	89,0	45,0	4	30,0	15,0	4	108,0	28,0	10	46,0	12,0	7
Florianópolis	Fpolis	73	57,8	33,4	9	16,3	7,9	5	51,2	13,4	11	53,9	22,2	9
Lit. de Itajaí	Itajaí	6	73,4	31,8	9	34,9	16,7	5	70,9	14,6	11	74,3	34,9	8
Colonial de Blumenau	Indaial	16	60,7	29,4	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Col. Alto Itajaí	Agrolândia	7	29,4	14,0	8	38,0	-	5	52,0	26,0	9	78,0	45,0	7
Col. Joinville	Massaranduba	7	47,6	22,6	6	17,6	11,4	3	105,4	31,0	10	77,8	24,6	9
Planalto de Canoinhas	Porto União	45	164,1	49,0	19	25,5	16,6	13	31,0	18,9	7	145,2	61,4	8

(continua)

(conclusão)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	LOCALIZAÇÃO DA ESTAÇÃO	PERÍODO FUNCIONAMENTO (Nº de anos)	MESES											
			Setembro			Outubro			Novembro			Dezembro		
			Precipitação (mm)		Número Dias Chuva	Precipitação (mm)		Número Dias Chuva	Precipitação (mm)		Número Dias Chuvas	Precipitação (mm)		Número Dias Chuva
			Total	Máxima		Total	Máxima		Total	Máxima		Total	Máxima	
Colonial do Rio do Peixe	Caçador	26	129,8	24,0	9	160,1	65,0	13	190,9	40,0	14	148,7	30,5	14
Colonial do Oeste Catarinense	Chapecó	14	23,6	6,8	8	111,9	30,1	10	185,2	47,3	11	91,6	41,0	10
Campos de Lages	Lages	61	144,6	40,0	10	129,4	44,2	9	215,8	62,4	16	153,2	46,2	12
Campos de Curitibanos	Campos Novos	39	20,6	43,8	10	125,2	46,5	12	153,5	43,2	13	129,7	36,6	16
Carbonífera	Urussanga	62	147,4	36,8	13	230,4	97,6	13	217,9	56,3	15	157,1	31,8	16
Col. Sul Cat.	Turvo	7	173,0	40,0	10	310,0	120,0	9	225,0	65,0	11	178,0	36,0	9
Lit. de Laguna	Laguna	58	203,0	81,5	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lit. Sul Cat.	Jaguaruna	7	178,0	47,0	11	193,0	71,0	10	227,0	63,0	12	141,0	71,0	11
Florianópolis	Fpolis	73	177,3	69,4	17	246,0	160,7	12	121,9	60,8	15	129,6	26,4	16
Lit. de Itajaí	Itajaí	6	165,2	89,8	16	143,8	68,2	11	71,5	15,5	24	88,4	16,2	17
Colonial de Blumenau	Indaial	16	134,8	31,7	15	157,2	58,0	7	187,3	37,5	14	257,7	44,5	20
Col. Alto Itajaí	Agrolândia	7	101,0	20,0	12	227,0	77,0	10	277,0	67,0	13	187,0	33,0	16
Col. Joinville	Massaranduba	7	210,2	75,0	14	237,2	32,0	13	132,4	35,0	12	461,4	185,0	21
Planalto de Canoinhas	Porto União	45	137,3	40,2	10	137,5	42,8	12	131,5	38,3	18	131,2	33,6	19

FONTE: INMET - EMPASC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

ceu com a média das temperaturas máximas, diminuindo esta diferença para 0,6 quando analisada a média das temperaturas mínimas.

A precipitação pluviométrica foi 3,3% menor no ano de 1986 que na série histórica, ficando o número de dias de chuva em torno de 2% menor em 1986.

Notou-se relativa diminuição da precipitação nos meses de inverno, chegando, em algumas microrregiões, a caracterizar-se como pequena estiagem.

Os gráficos de números 1 a 42 apresentam a comparação de temperaturas, precipitações e número de dias de chuva da série histórica observada durante a vida da estação meteorológica, com as verificações do ano de 1986. As legendas apresentadas têm o seguinte significado:

TMeHi = Temperatura Média Histórica
TMe86 = Temperatura Média em 1986
TMiHi = Temperatura Mínima Histórica
TMi86 = Temperatura Mínima em 1986
TMxHi = Temperatura Máxima Histórica
TMx86 = Temperatura Máxima em 1986
PpToHi = Precipitação Total Histórica
PpTo86 = Precipitação Total em 1986
PpMxHi = Precipitação Máxima em 24 horas Histórica
PpMx86 = Precipitação Máxima em 24 horas em 1986
DiChHi = Número de Dias de Chuva Histórico
DiCh86 = Número de Dias de Chuva em 1986.

A nível de microrregião homogênea, chegou-se às seguintes inferências:

a) Colonial do Rio do Peixe: Gráficos 1, 2 e 3.

As médias mensais da temperatura mínima sempre se situaram acima das médias históricas, com exceção dos meses de março e outubro; o mesmo ocorreu com as médias das máximas, mudando os meses de exceção para julho e setembro. Já as médias mensais das temperaturas médias foram menores em 1986 nos meses

de março, julho, setembro e outubro.

As horas de frio abaixo de 7,2º no período de maio a setembro, essenciais à quebra de dormência da macieira, situaram-se em torno de 437 horas. Foram registradas 10 geadas no ano, sendo uma extemporânea, em outubro.

A precipitação total anual foi, em 1986, um pouco superior à da série histórica, ou seja, 1.617 contra 1.609 mm, apresentando menor precipitação nos meses de março e de junho a setembro, evidenciando, a pouca umidade de junho e julho, pequena estiagem. Os meses de janeiro e abril apresentaram precipitações altas, acima de 200 mm. Por outro lado, as elevadas precipitações não foram verificadas com significância em 1986, ficando as precipitações máximas em 24 horas sempre bem inferiores às da série histórica.

O número de dias de chuva foi maior em 1986, 145 contra 133 da série histórica, havendo maior número de dias de chuva em todos os meses, excetuando-se junho, julho e setembro.

GRÁFICO 1 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - CAÇADOR

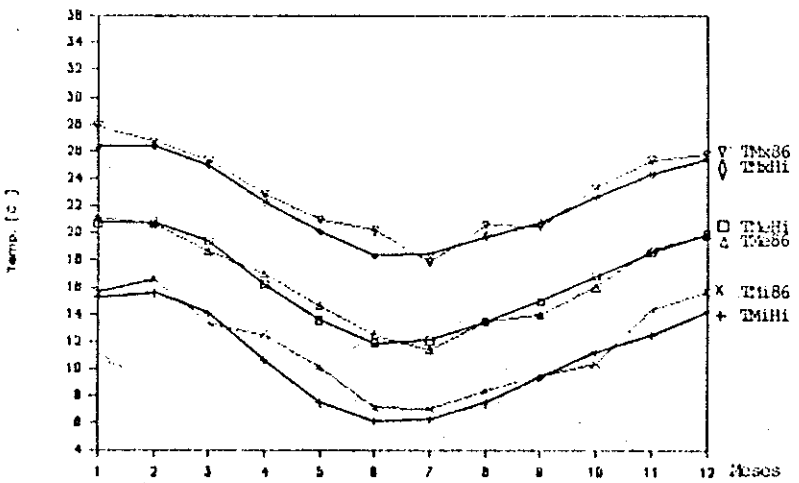


GRÁFICO 2 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - CAÇADOR

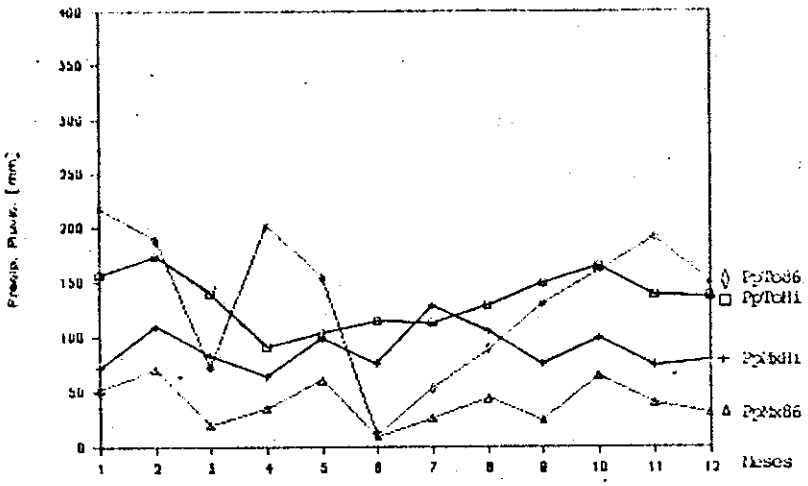
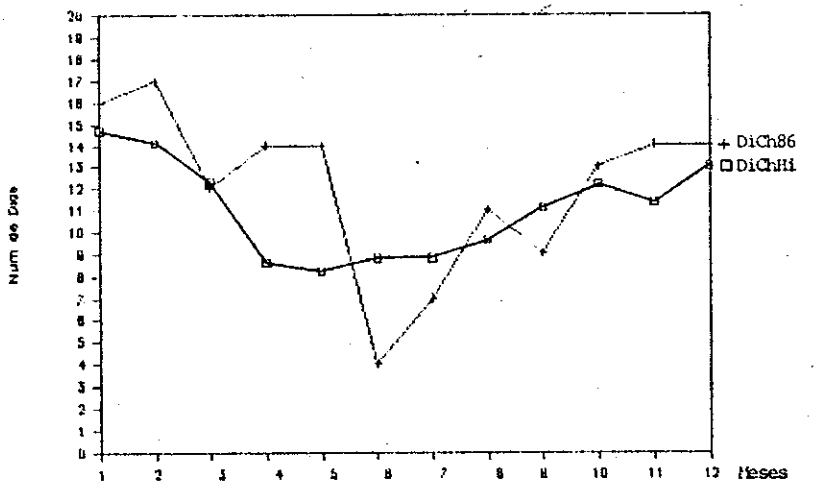


GRÁFICO 3 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - CAÇADOR



b) Colonial do Oeste Catarinense - Gráficos 4, 5 e 6.

As médias mensais da temperatura mínima apresentaram-se semelhantes às da série histórica com pequenas variações, sendo que em abril e junho estas variações foram maiores. O mesmo ocorreu com as médias das máximas e das médias.

As geadas foram registradas em número total de três, nos meses de julho e setembro.

A precipitação total foi pouco inferior à média histórica, ou seja, 1.851 contra 1.876 mm, com precipitações bastante superiores à média em abril (362 mm) e maio (313 mm). Foi baixa a precipitação em setembro.

A precipitação máxima em 24 horas do mês de abril ultrapassou em 102,4% a média histórica e passará, assim, a fazer parte da mesma.

O número de dias de chuva foi praticamente semelhante, ou seja, 130 contra 130,8 da média histórica.

GRÁFICO 4 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - CHAPECÓ

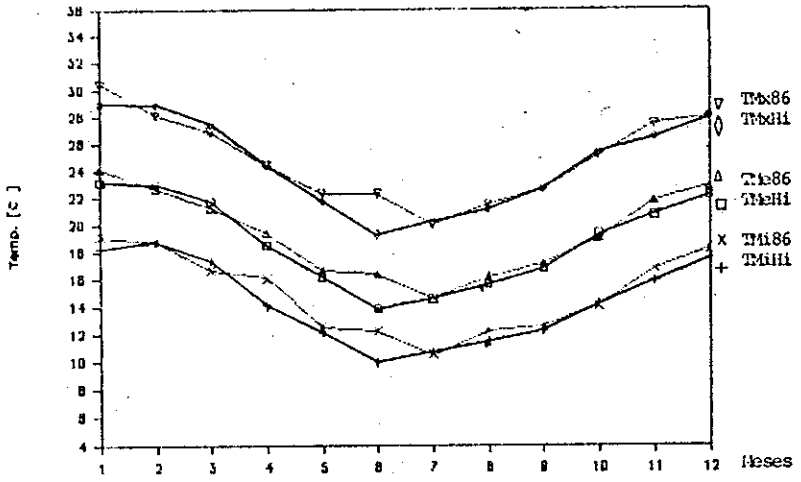


GRÁFICO 5 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - CHAPECÓ

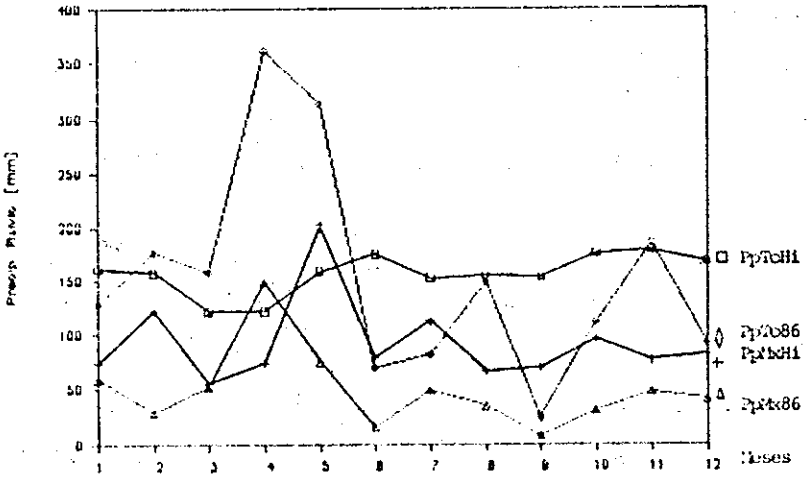
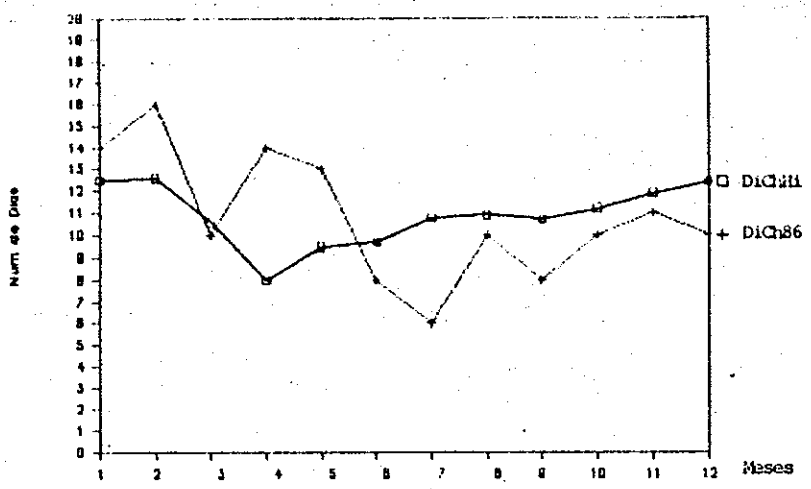


GRÁFICO 6 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - CHAPECÓ



c) Campos de Lages - Gráficos 7, 8 e 9.

As médias mensais da temperatura mínima foram menores em janeiro, fevereiro e outubro, enquanto as médias das temperaturas médias sempre foram maiores, com exceção de setembro, quando foi pouco menor. As médias das temperaturas máximas apresentaram-se com menores variações em torno das médias, ficando abaixo das mesmas em julho e dezembro. Em Lages foram verificadas 12 geadas em 1986, das quais uma extemporânea em outubro; já em São Joaquim ocorreram 30 geadas, 3 das quais, em outubro, consideradas normais.

O período de frio abaixo de 7,2ºC situou-se em 790 horas em São Joaquim e 389 em Lages.

A precipitação pluviométrica total em 1986 foi de 1.402 mm, inferior à da série histórica, ou seja, 1.474 mm. As precipitações máximas em 24 horas sempre foram menores que as ocorridas na história da estação meteorológica. O número de dias de chuva foi maior em 1986, 136 contra 131 dias da série histórica.

GRÁFICO 7 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - LAGES

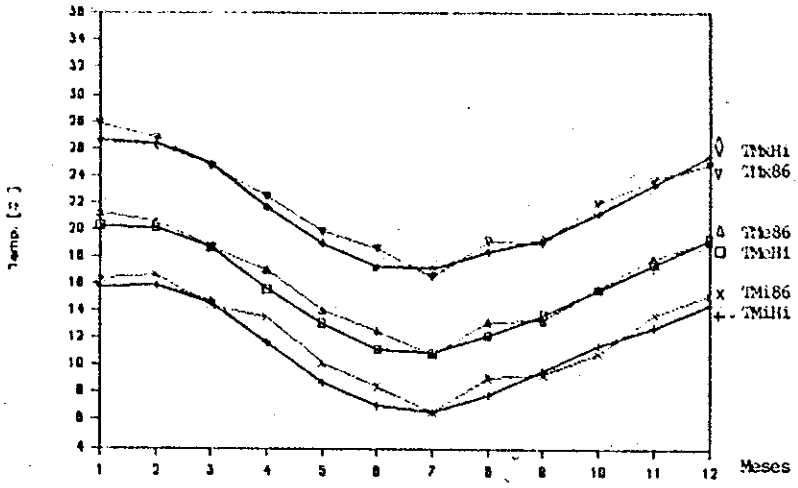


GRÁFICO 8 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - LAGES

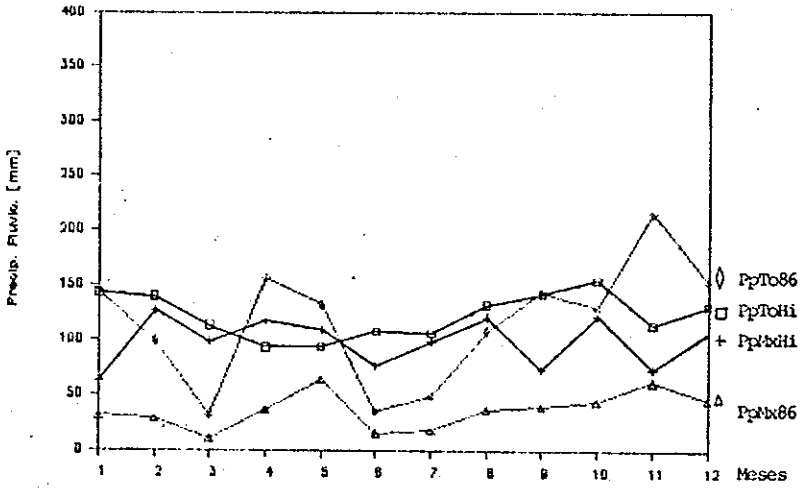
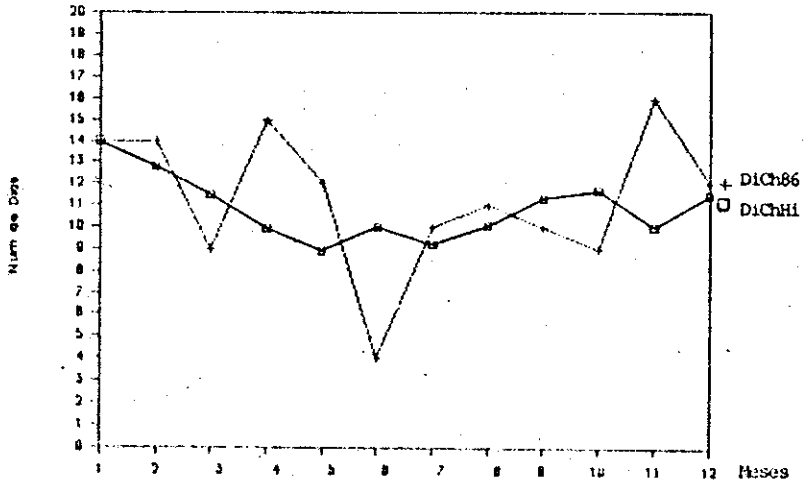


GRÁFICO 9 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - LAGES



d) Campos de Curitibanos - Gráficos 10,11 e 12.

Inferiores somente em março, as médias mensais da temperatura mínima e média sempre se mostraram superiores às médias históricas nos demais meses. Por outro lado, as médias da temperatura máxima apresentaram pequenas diferenças com as da série histórica sendo que em fevereiro, março e julho foram menores.

Em 1986 ocorreram 13 geadas, sendo duas extemporâneas em outubro.

O número de horas de frio abaixo de 7,2ºC no período de maio a setembro foi de 194 horas.

A precipitação pluviométrica total foi bastante menor em 1986, 1.450 contra 1.786 mm verificados nos 38 anos de vida da estação meteorológica de Campos Novos.

A pequena precipitação nos meses de inverno mostra uma provável estiagem naquele período.

Inversamente, o número de dias de chuva foi maior em 1986, 143 contra 131, havendo em junho grande diferença para menor, e nos demais meses o número de dias foi superior ou pouco menor que a média.

GRÁFICO 10 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - CAMPOS NOVOS

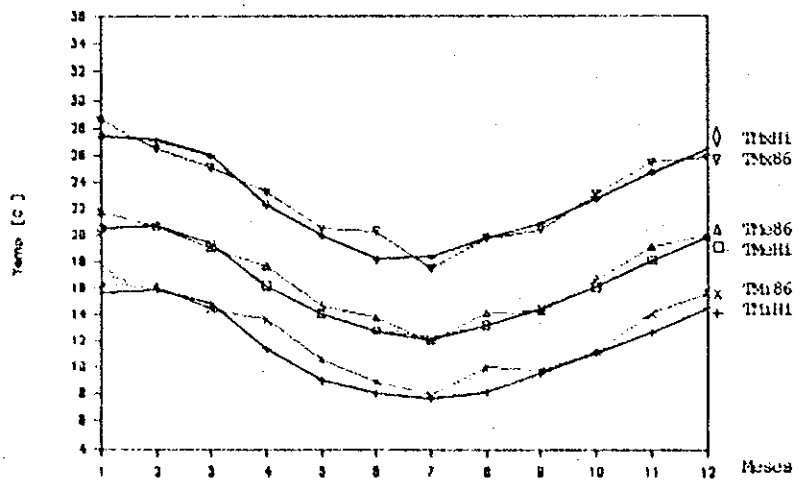


GRÁFICO 11 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - CAMPOS NOVOS

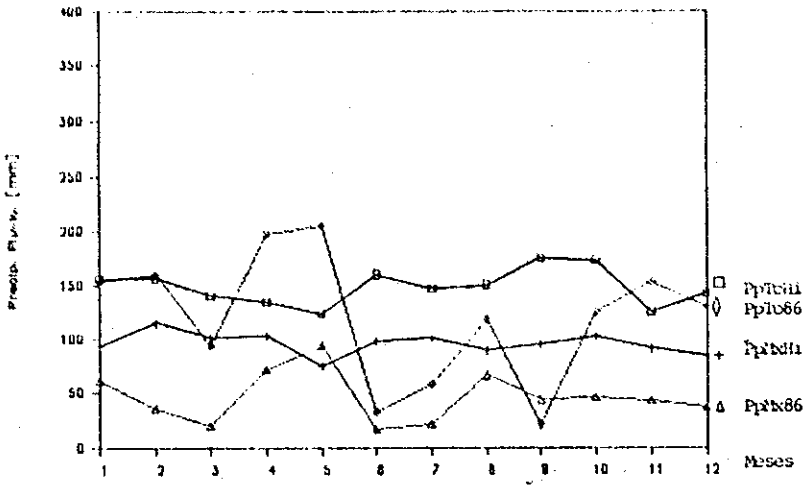
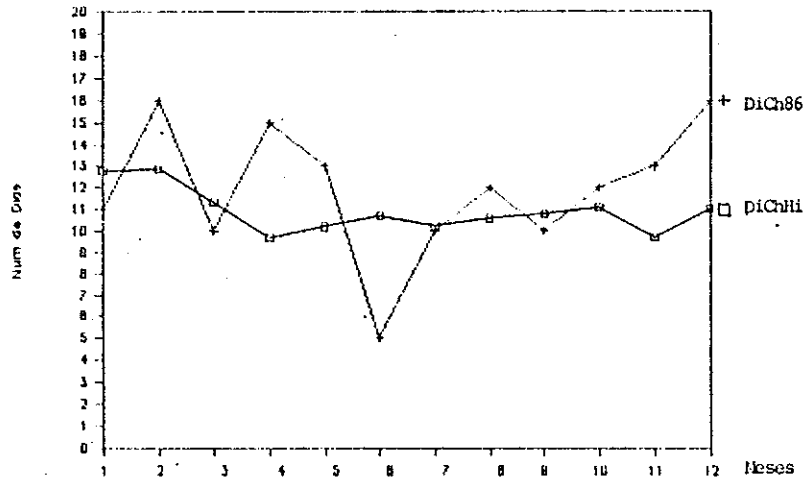


GRÁFICO 12 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - CAMPOS NOVOS



e) Carbonífera - Gráficos 13, 14 e 15.

As médias das temperaturas em 1986, de uma maneira geral, foram maiores que as da série histórica, ficando, no entanto, as médias das mínimas menores em julho, setembro e outubro; as médias das temperaturas médias se apresentaram menores somente em julho, e as médias das máximas menores em julho e dezembro.

Verificaram-se 9 geadas durante 1986, sendo que uma em setembro pode ser considerada extemporânea para a região.

A precipitação pluviométrica total no ano foi de 1.569 mm, contra 1.530 mm da média histórica da estação meteoro-

lógica de Urussanga, com precipitação acima da média nos meses de abril, julho e de setembro a dezembro. Foi baixa a precipitação em junho.

A precipitação máxima em 24 horas foi maior que a média no mês de outubro, ficando nos demais meses abaixo da média, principalmente em fevereiro e março.

O número de dias de chuva foi de 143, menor que a média histórica situada em 150 dias, chamando a atenção para os meses de maio e junho, quando os valores situaram-se bem abaixo da média.

GRÁFICO 13 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - URUSSANGA

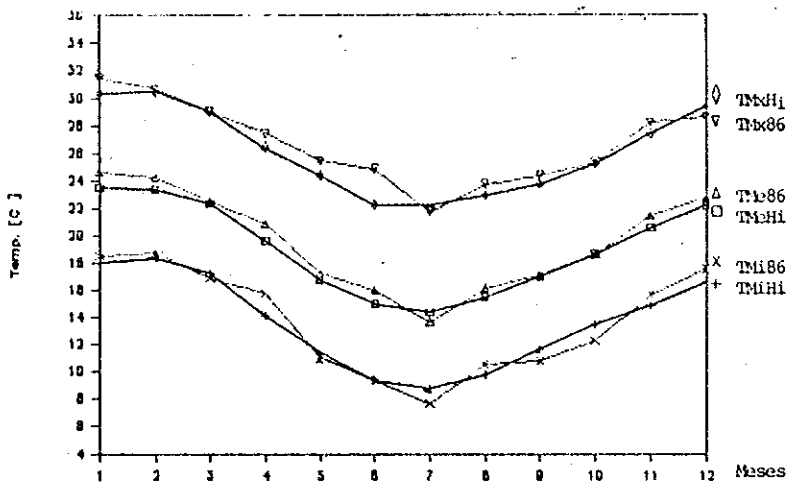


GRÁFICO 14 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - URUSSANGA

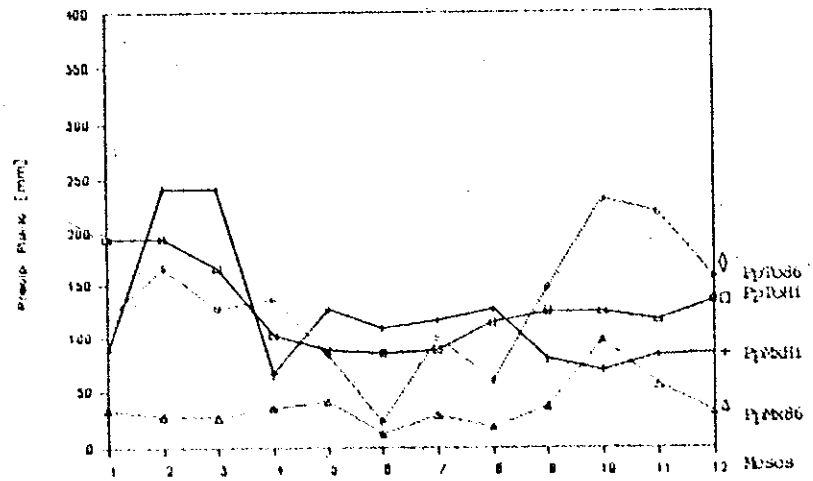
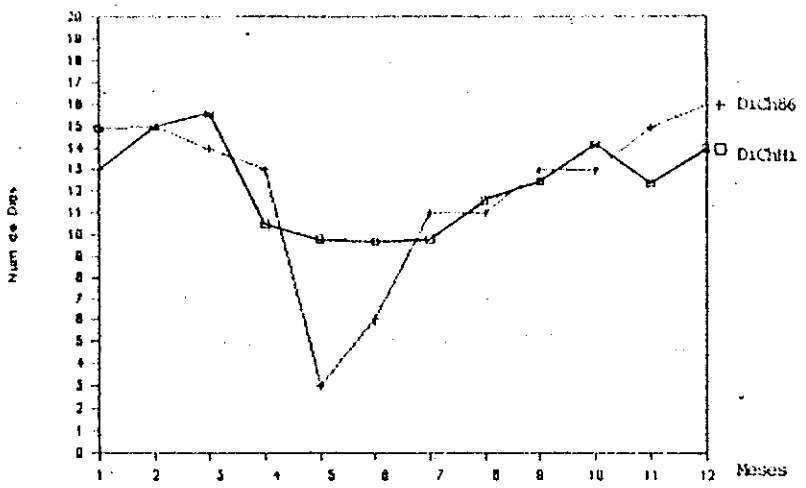


GRÁFICO 15 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - URUSSANGA



f) Colonial do Sul Catarinense - Gráficos 16, 17 e 18.

Apenas em julho, setembro e outubro, as médias das temperaturas mínima e média apresentaram-se menores que as da série histórica; as médias da temperatura máxima foram superiores ou praticamente semelhantes às das médias verificadas até hoje em Turvo.

A precipitação pluviométrica total em 1986 situou-se em 1.789 mm, abaixo dos 1.896 mm observados na série histórica. A distribuição das chuvas apresentou menor precipitação que a média até o mês de agosto, elevando-se, a partir daí, a valores superiores aos da média, principalmente em outubro quando a precipitação foi de 310 mm, bastante elevada.

A precipitação máxima em 24 horas, de janeiro e de outubro passaram a fazer parte da média histórica.

Os 103 dias de chuva ocorridos em 1986 foram inferiores à média (106).

GRÁFICO 16 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - TURVO

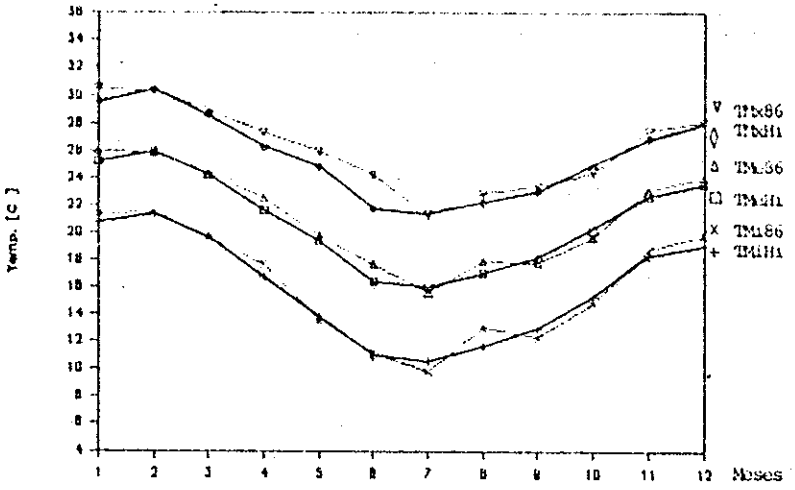


GRÁFICO 17 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - TURVO

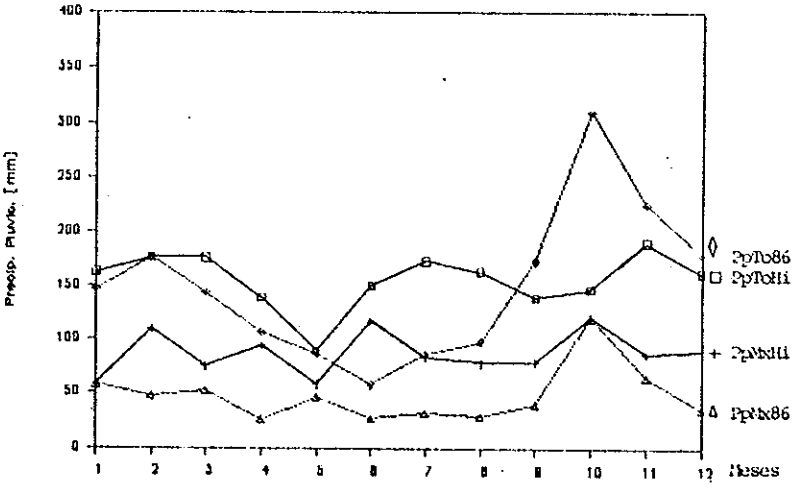
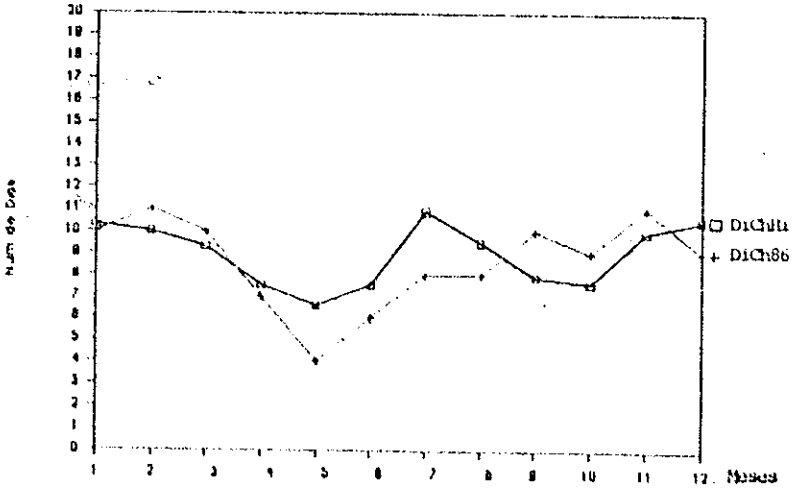


GRÁFICO 18 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - TURVO



g) Litoral de Laguna - Gráficos 19, 20 e 21.

As médias da temperatura mínima foram menores que as da média somente nos 3 primeiros meses do ano. As médias da temperatura média e máxima sempre foram maiores que as da série histórica.

A precipitação pluviométrica total no período registrado na estação de Laguna em 1986 (janeiro a setembro), foi de 920 mm contra 1.084 mm no mesmo período e verificado na média histórica.

O número de dias de chuva também foi menor em 1986, ou seja, 94 contra 104.

A precipitação máxima em 24 horas no ano apresentou-se no ano sempre em valores inferiores aos constatados na vida da estação meteorológica.

GRÁFICO 19 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - LAGUNA

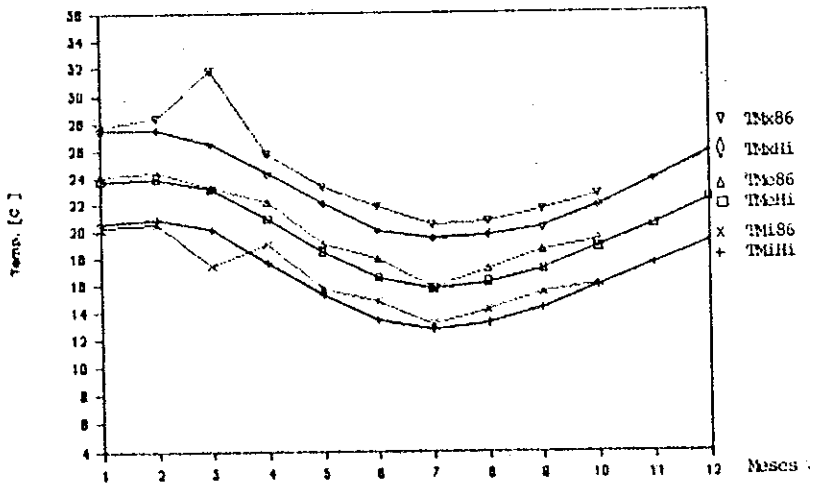


GRÁFICO 20 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - LAGUNA

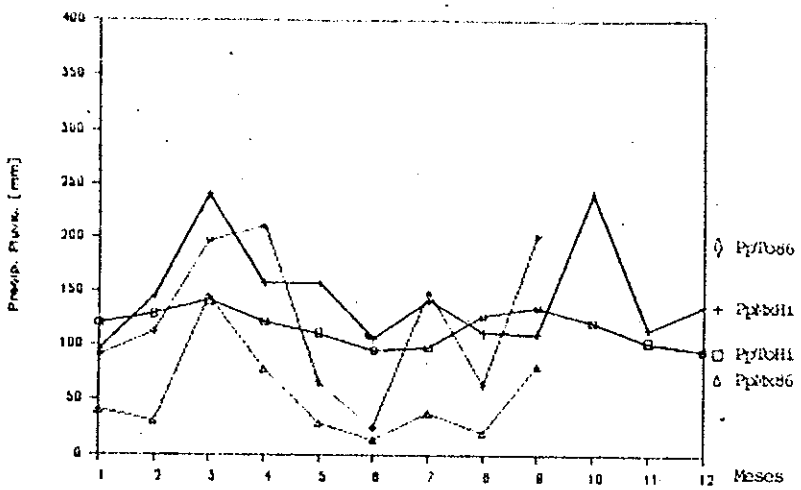
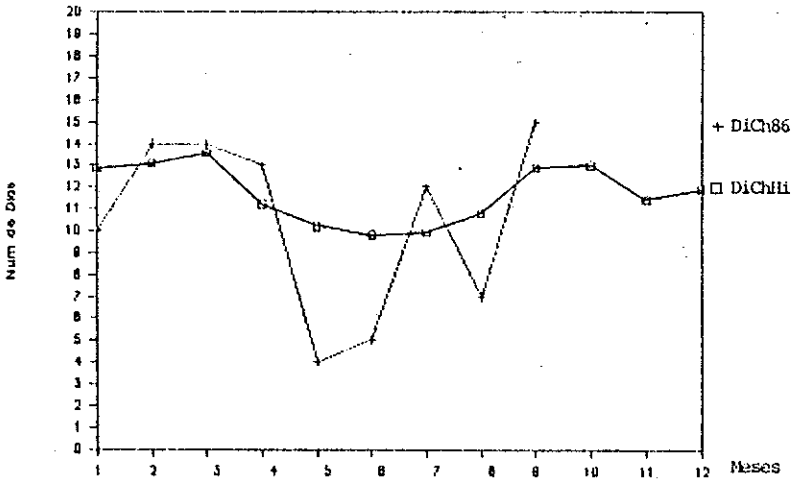


GRÁFICO 21 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - LAGUNA



h) Litoral Sul Catarinense - Gráficos 22, 23 e 24.

As médias da temperatura mínima, média e máxima em 1986 comportaram-se em valores semelhantes ou superiores aos verificados na série histórica.

A precipitação pluviométrica total foi de 1.479 mm, maior que os 1.217 mm da média, com precipitações menores que a média em fevereiro, março, junho e julho, sem, no entanto, caracterizar estiagem.

A precipitação máxima em 24 horas do mês de dezembro passará a fazer parte da média histórica.

O número de dias de chuva, 108 em 1986, foi superior ao da média, 101, mas com menor número durante o inverno.

GRÁFICO 22 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - ARARANGUÁ/JAGUARUNA

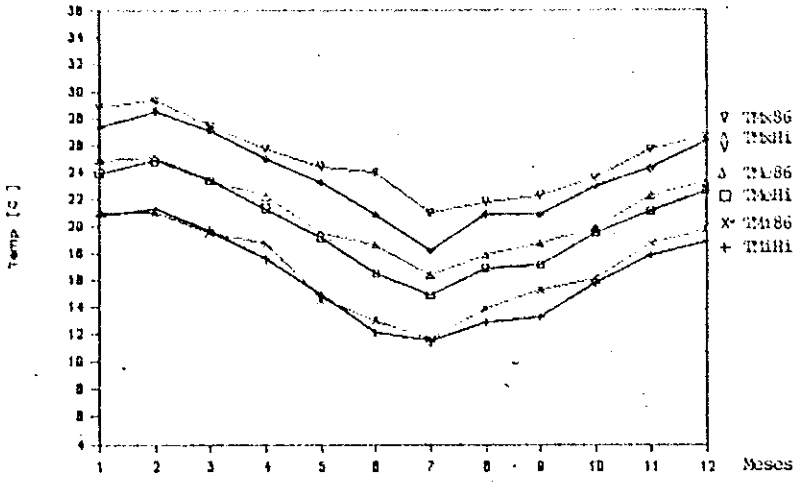


GRÁFICO 23 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - ARARANGUÁ/JAGUARUNA

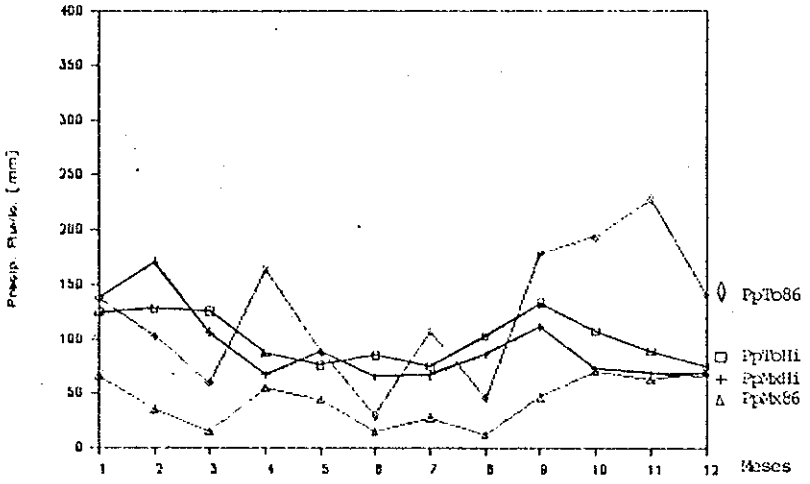
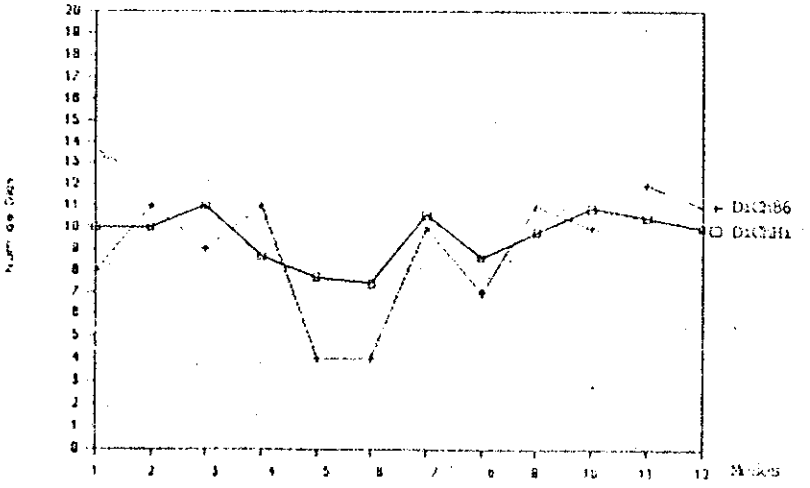


GRÁFICO 24 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - ARARANGUÁ/JAGUARUNA



i) Florianópolis - Gráficos 25, 26 e 27.

Com valores abaixo da média histórica nos meses de março e julho para a temperatura mínima, e os demais valores iguais ou superiores à média, a temperatura em 1986 apresentou-se, em Florianópolis, de uma maneira geral, mais quente que a média dos últimos 72 anos de funcionamento desta estação meteorológica.

A precipitação pluviométrica totalizou 1.444 mm em 1986, sendo inferior à média de 1.516 mm. Somente nos meses de setembro e outubro houve superação da precipitação mensal da série histórica. Foi baixa a precipitação em junho, com características de leve estiagem.

Os dias de chuva, em 1986, em número de 155, ficaram aquém dos 160 dias da média.

A precipitação máxima em 24 horas, no mês de outubro, ultrapassou em 80% a média e passará a fazer parte da série histórica.

GRÁFICO 25 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - FLORIANÓPOLIS

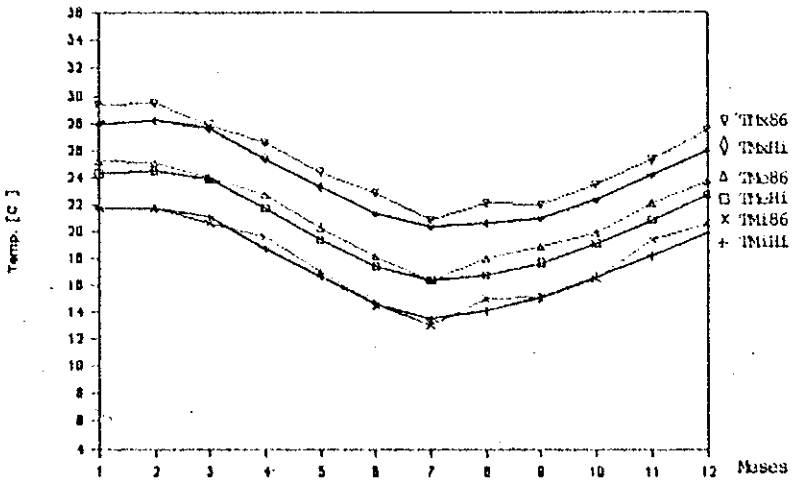


GRÁFICO 26 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS - FLORIANÓPOLIS

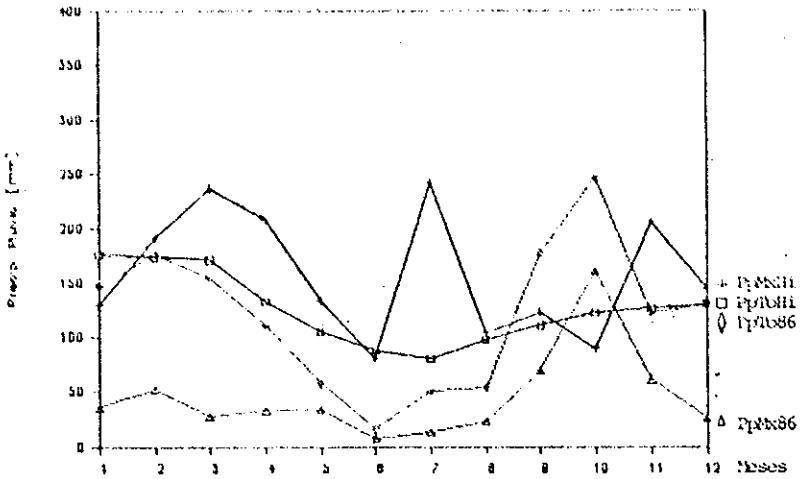
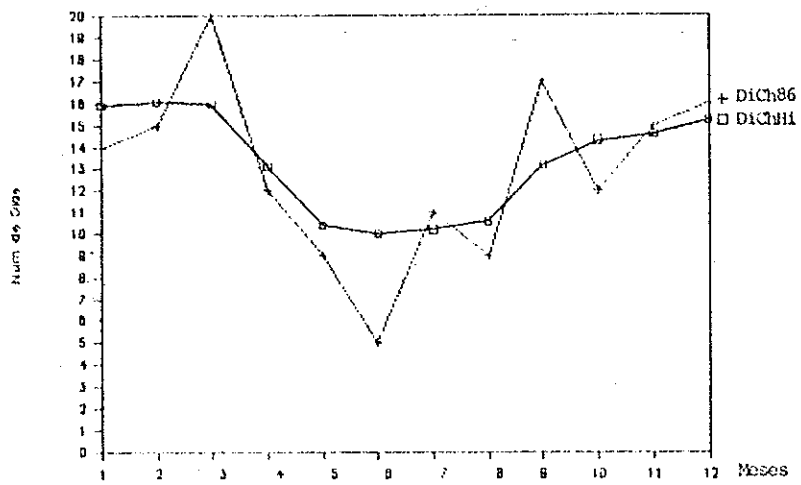


GRÁFICO 27 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - FLORIANÓPOLIS



j) Colonial de Joinville - Gráficos 28, 29 e 30.

Tendo em vista que a Estação Meteorológica de São Francisco do Sul teve seu funcionamento paralisado pelo INMET, em meados de 1986, após 40 anos de serviços, passou-se a utilizar os dados da Estação de Massaranduba, fornecidos pela EMPASC, para representar a microrregião homogênea, em 1986, permanecendo a série histórica da estação de São Francisco para comparação aproximada.

Assim, as médias da temperatura mínima apresentaram-se em menores valores que as da série histórica apenas nos meses de junho, julho e outubro. Os demais valores, tanto da temperatura média como da máxima, ficaram acima da média histórica.

A precipitação total foi de 1.956 mm em 1986, pouco maior que a média de 1.905 mm, com maiores precipitações que a média nos meses de abril, setembro, outubro e dezembro, e com pouca precipitação em maio e junho, retratando pequena estiagem. Por outro lado, a precipitação registrada em dezembro, com 461,4 mm em 21 dias de chuva, mostra uma elevadíssima precipitação.

A precipitação máxima em 24 horas, de 185 mm, em dezembro de 1986 passou a fazer parte da série histórica da microrregião homogênea.

Apesar de a precipitação total ser maior em 1986, o número de dias de chuva foi menor, ou seja, 152 contra 186 da média.

GRÁFICO 28 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - SÃO FRANCISCO/MASSARANDUBA

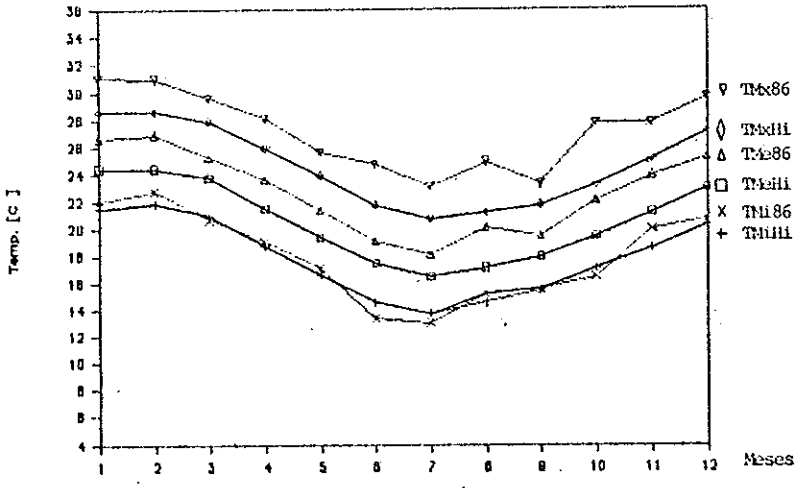


GRÁFICO 29 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - SÃO FRANCISCO/MASSARANDUBA

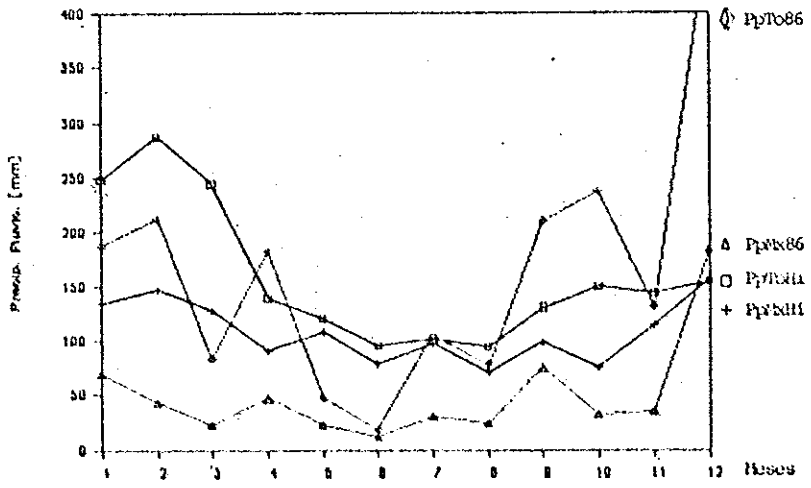
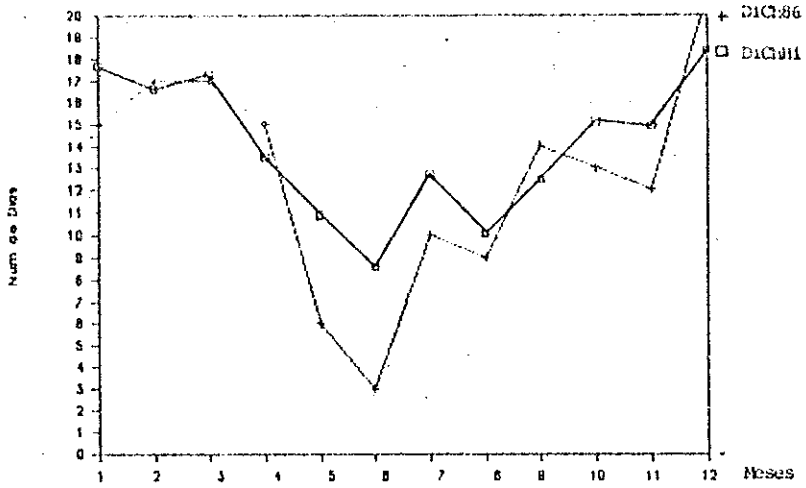


GRÁFICO 30 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - SÃO FRANCISCO/MASSARANDUBA



k) Litoral de Itajaí - Gráficos 31, 32 e 33.

Tanto a temperatura mínima como a média e a máxima apresentaram, em 1986, valores superiores à média histórica.

A precipitação pluviométrica total situou-se em 1.270 mm, bastante menor que os 1.600 mm da média, sendo que somente em abril e setembro a precipitação mensal foi maior que a média.

Se 1986 apresentou menor precipitação total, registrou, inversamente, um número maior de dias de chuva, ou seja, 161 contra 133, o que mostra que as precipitações máximas em 24 horas sempre foram menores que as da série histórica, com uma maior aproximação em setembro.

GRÁFICO 31 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - ITAJAÍ/CAMBORIÚ

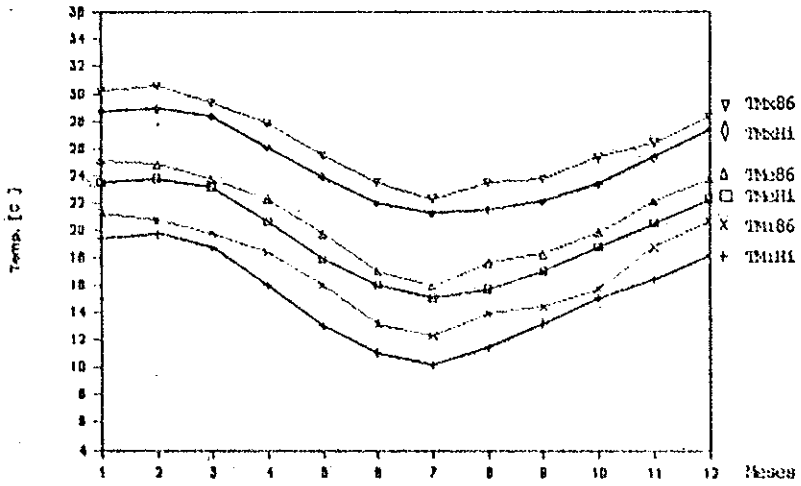


GRÁFICO 32 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - ITAJAÍ/CAMBORIÚ

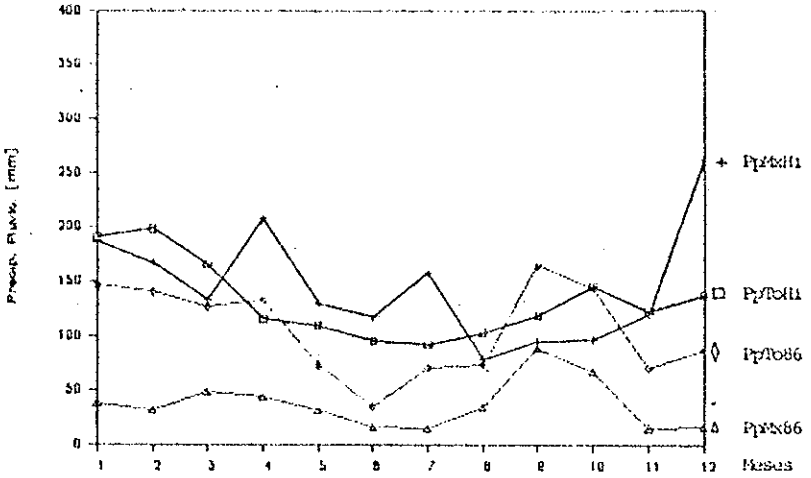
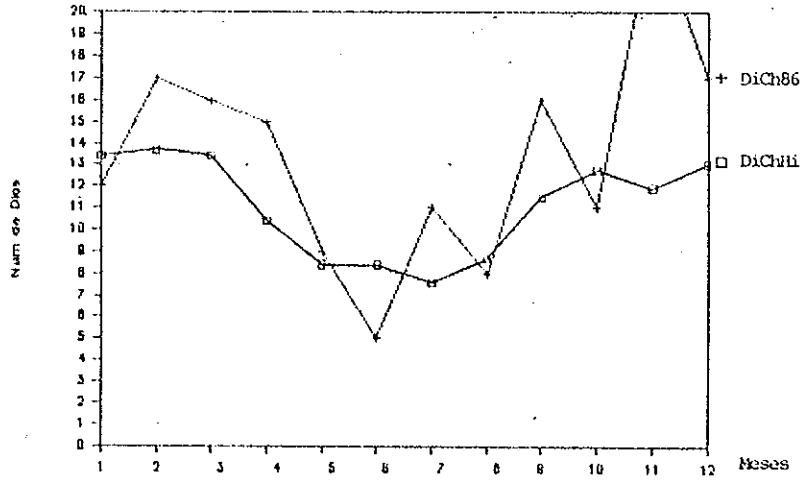


GRÁFICO 33 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - ITAJAÍ/CAMBORIÚ



1) Colonial de Blumenau - Gráficos 34, 35 e 36.

Da mesma forma que na microrregião homogênea anterior, as temperaturas mínima, média e máxima apresentaram-se superiores às verificadas na série histórica.

A precipitação pluviométrica total em 1986 foi 13% superior à verificada na série histórica; por outro lado, o número de dias de chuva diminuiu em 17,5%,em 1986. As precipitações máximas em 24 horas em 1986 foram menores que as médias mensais.

GRÁFICO 34 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - INDAIAL/MASSARANDUBA

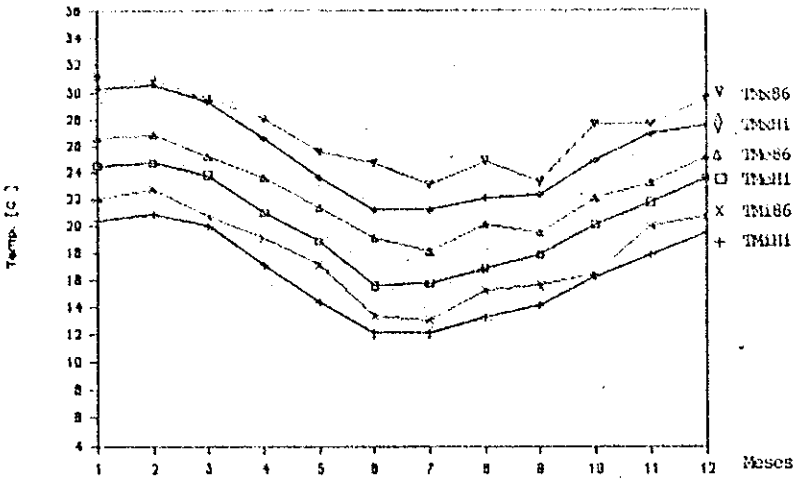


GRÁFICO 35 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - INDAIAL/MASSARANDUBA

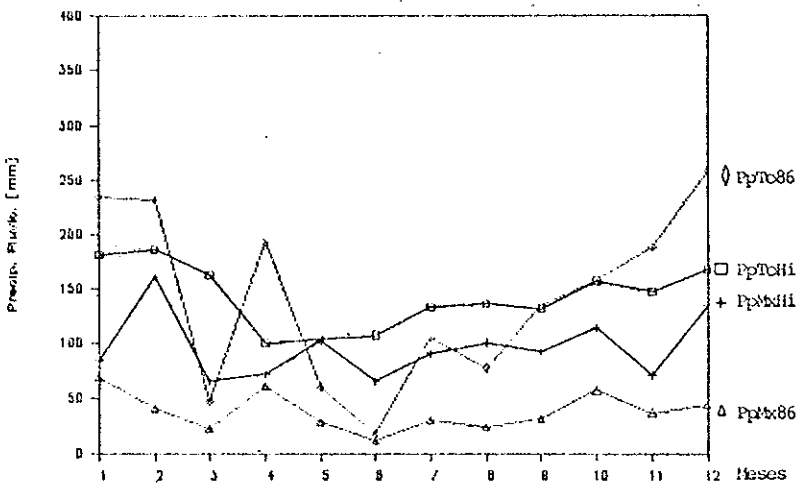
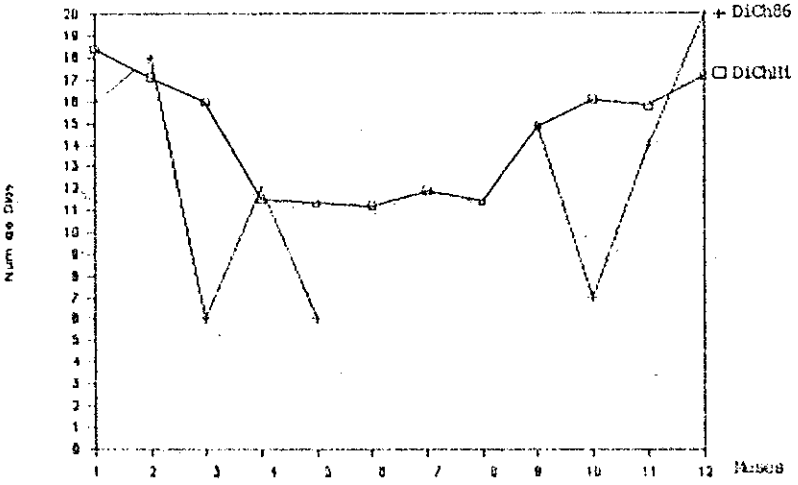


GRÁFICO 36 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - INDAIAL/MASSARANDUBA



m) Colonial do Alto Itajaí - Gráficos 37, 38 e 39.

As médias da temperatura mínima foram, via de regra, superiores à média histórica, a não ser em março, julho e outubro, mesmo assim com pequenas diferenças.

As médias da temperatura média e máxima sempre se apresentaram iguais ou superiores à média, a não ser a máxima de dezembro.

A precipitação pluviométrica de maio a julho foi baixa, caracterizando pequena estiagem. O total de chuvas situou-se em 1.446 mm, quando a média histórica foi bastante superior, ou seja, 1.697 mm.

As precipitações máximas em 24 horas registradas em outubro e novembro passaram a compor a série histórica.

O número de dias de chuva diminuiu da média de 131 para 124 dias em 1986.

GRÁFICO 37 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - AGROLÂNDIA

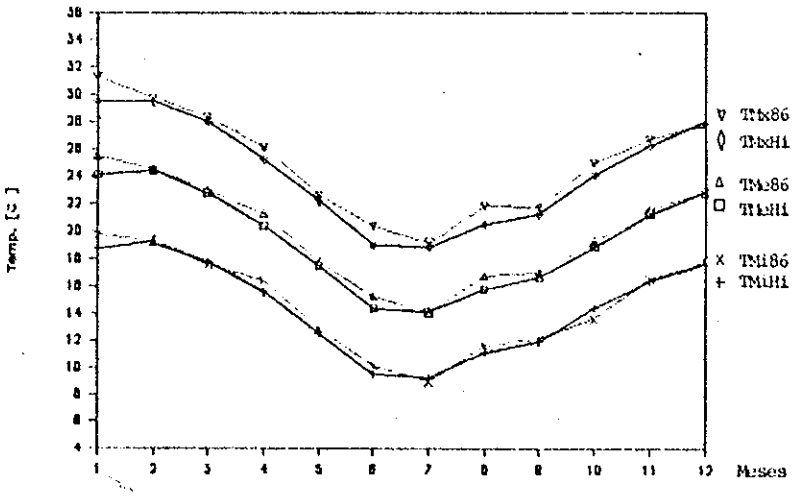


GRÁFICO 38 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - AGROLÂNDIA

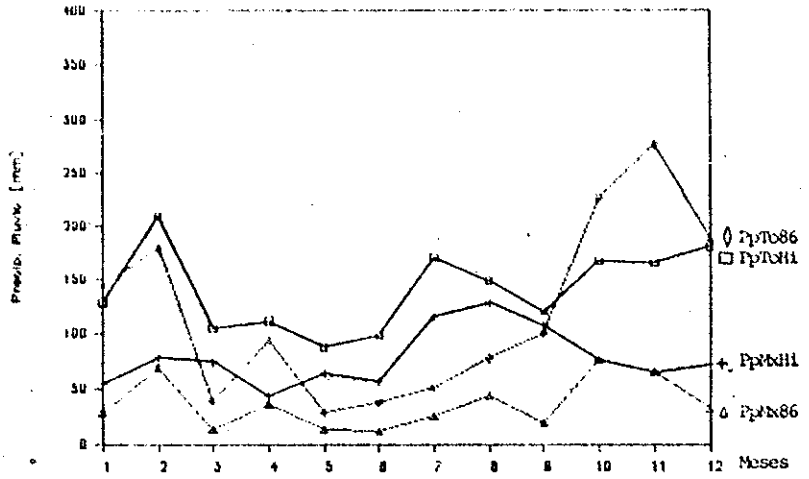
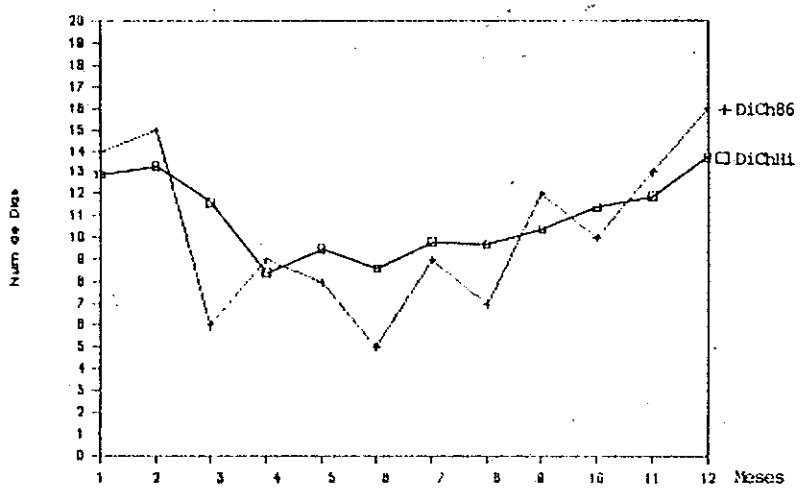


GRÁFICO 39 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - AGROLÂNDIA



n) Planalto de Canoinhas - Gráficos 40, 41 e 42.

As médias da temperatura mínima apresentaram-se sempre superiores à média histórica, com exceção de outubro.

As médias da temperatura média sempre foram superiores em 1986. Por outro lado, as médias da temperatura máxima foram menores em fevereiro, março e dezembro.

Foram constatadas duas geadas na estação meteorológica de Porto União, em 1986, nos meses de setembro e outubro, podendo ser considerada esta última como extemporânea.

A precipitação total em 1986, de 1.575 mm, foi maior que a média de 1.476 mm, chamando a atenção a precipitação de 237,7 mm de fevereiro.

As precipitações máximas em 24 horas sempre foram inferiores em 86. Inversamente, os 171 dias de chuva registrados no ano suplantaram significativamente os 143 dias da série histórica.

GRÁFICO 40 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - PORTO UNIÃO

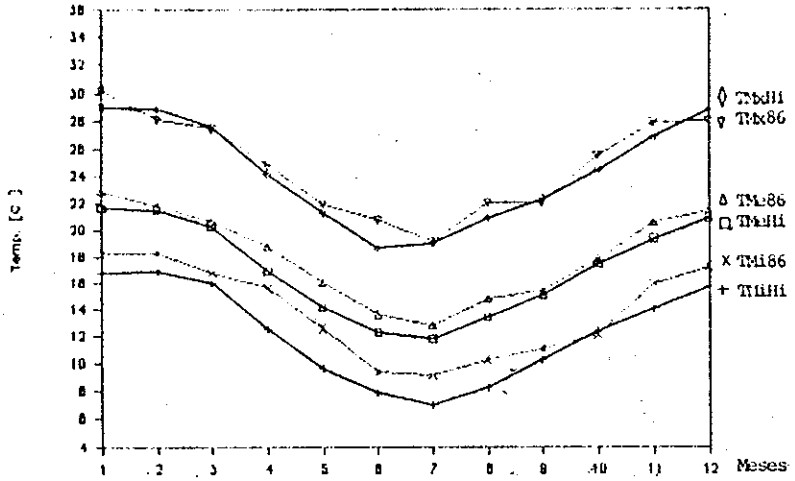


GRÁFICO 41 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - PORTO UNIÃO

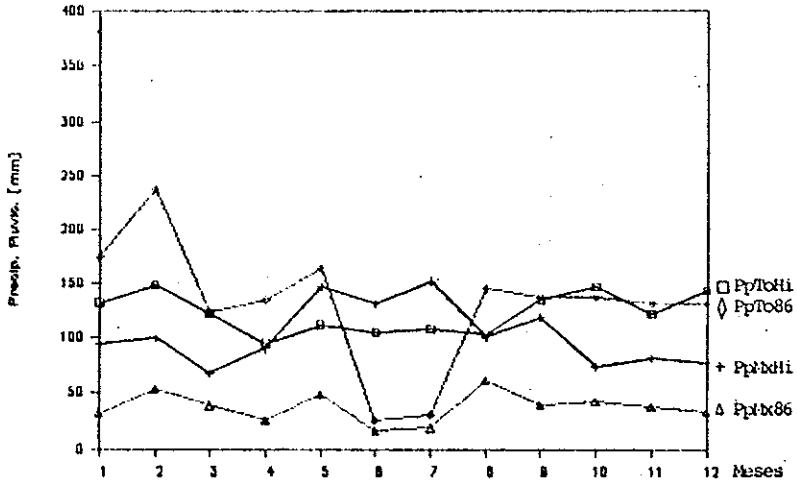
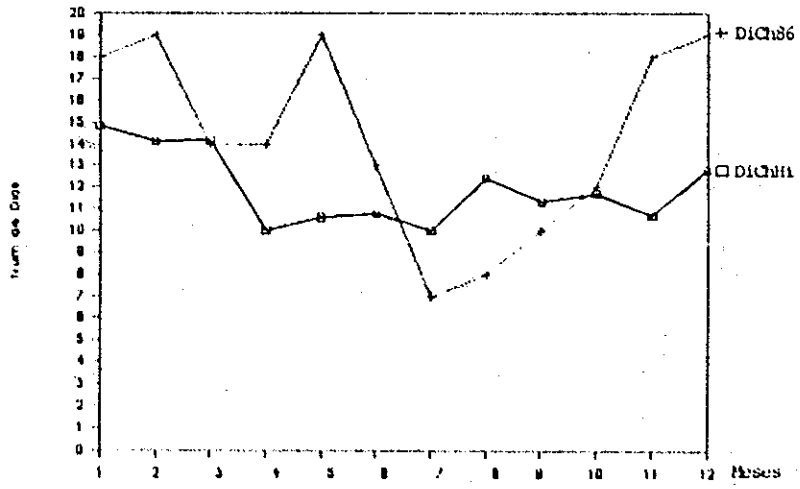


GRÁFICO 42 - MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - PORTO UNIÃO



3.2. COBERTURA VEGETAL

Os 9,5 milhões de hectares que compõem o território catarinense eram originalmente cobertos em 80% com florestas e os restantes 20% com dunas e campos. Com o transcorrer dos tempos, através do processo de ocupação do estado, principalmente pelos europeus, ocorreu intenso desmatamento. Atualmente, apenas cerca de 30% ainda estão cobertos com formações florestais nativas, principalmente nas serras e no planalto.

Em Santa Catarina, há em torno de 2 milhões de hectares ocupados com campos naturais, utilizados como pastagens extensivas, os quais, somados aos 497 mil hectares de pastagens cultivadas, alimentam um rebanho de 2.735 mil bovinos.

Os reflorestamentos ocupam uma área de 430 mil hectares, segundo dados da Associação Catarinense de Reflorestadores.

As áreas com lavouras somam em torno de 2.285 mil hectares, enquanto uma área de 50 mil hectares, ou 5% de superfície estadual, é destinada a áreas urbanas industriais e a outras finalidades não-agrícolas.

Conforme dados disponíveis, estima-se que a cobertura vegetal estadual esteja assim constituída:

TABELA 1

TIPO DE COBERTURA VEGETAL DE SANTA CATARINA, POR HECTARE E PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO, 1986

TIPO DE COBERTURA	HECTARE (em 1.000)	DISTRIBUIÇÃO RELATIVA (%)
Florestas e capoeirões nativos	2.850	30,0
Reflorestamento	430	4,5
Pastagens	7.610	27,5
Lavouras	2.285	24,0
Capoeiras	850	9,0
Áreas não-agrícolas	475	5,0
TOTAL	9.500	100,0

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário de Santa Catarina, 1980.
IBDF. Inventário Florestal Nacional, 1984.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

3.3. VEGETAÇÃO NATIVA

Os principais tipos de cobertura florestal em Santa Catarina são:

1º) Floresta Tropical:

Coincidente com as bacias dos rios da vertente atlântica, situa-se na região leste do estado. Apresenta grande concentração de espécies de valor econômico, como o palmiteiro para alimento, as canelas, peroba, cedro e louro para madeira, e angico, bracatinga e jacatirão para lenha.

2º) Floresta de Araucária:

São associações do pinheiro brasileiro (Araucária angustifolia) com outras espécies em grupos distintos conforme a área geográfica, desde as serras da vertente atlântica até o extremo oeste.

As espécies mais importantes são:

- para alimento: a erva-mate e o pinheiro brasileiro, cuja produção anual de pinhões é bastante expressiva;

- para madeira: imbuia, canelas, cedro, pinheiro;

- para lenha: bracatinga, canela-guaíca, louro.

3º) Floresta Subtropical:

Localizada nos vales dos rios da bacia do Uruguai, encontra-se bastante reduzida pelos desmatamentos. Apresenta valiosas espécies para madeira como a grápia, a canafístula, o guatambu e a timbaúva.

Além destas principais formações, há ainda outras menos expressivas, tanto na área de abrangência como no porte das espécies vegetais, e de pouca importância para madeira. São as

seguintes:

4º) Vegetação Litorânea:

Ocorre nos manguezais, nos solos arenosos das praias e dunas, e nas áreas rochosas da costa.

5º) Faxinais:

São as matas ralas de transição entre a floresta tropical e a mata de pinhais, em altitudes em torno de 1.000 metros. São constituídas por pequenos pinheiros, cambuí e grandes extensões de taquarais.

6º) Floresta Nebular:

São as pequenas matas cobertas de musgos, em altitudes superiores a 1.000 metros. Tanto na Serra do Mar como na Serra Geral, predominam pequenos arbustos sem valor econômico.

7º) Campos:

São associações vegetais onde predominam espécies de porte herbáceo de gramíneas, ciperáceas e leguminosas. Localizam-se, basicamente, no planalto, junto aos pinhais ou nas várzeas ao longo do rio Iguaçu. Existem ainda os campos de altitude junto à floresta nebular. Têm valor econômico como pastagens para o gado bovino.

O remanescente destas florestas totalizava cerca de 32% da superfície estadual, em 1984, segundo inventário florestal feito para o IBDF pela Escola Nacional de Florestas, e publicado naquele ano.

Na tabela 1, podem-se observar os diferentes índices de cobertura das microrregiões com matas nativas primárias e secundárias, e de reflorestamentos com espécies nativas como araucária, bracatinga, palmiteiros e outras, totalizando cerca de 3,3 milhões de hectares, ou seja, 34,5% da superfície territorial de Santa Catarina.

A redução da cobertura florestal é bastante intensa em certas regiões, como no Oeste e na bacia do rio Itajaí, com uma diferença básica: enquanto no Oeste o desmatamento é feito para ampliar as áreas de lavouras, na bacia do rio Itajaí as florestas são substituídas por pastagens.

No gráfico 1 pode-se, à guisa de exemplo, observar na bacia do Rio Itajaí, próximo a Ibirama, o intenso e inadequado desmatamento ocorrido após 1957, inclusive às margens do próprio rio.

TABELA 1

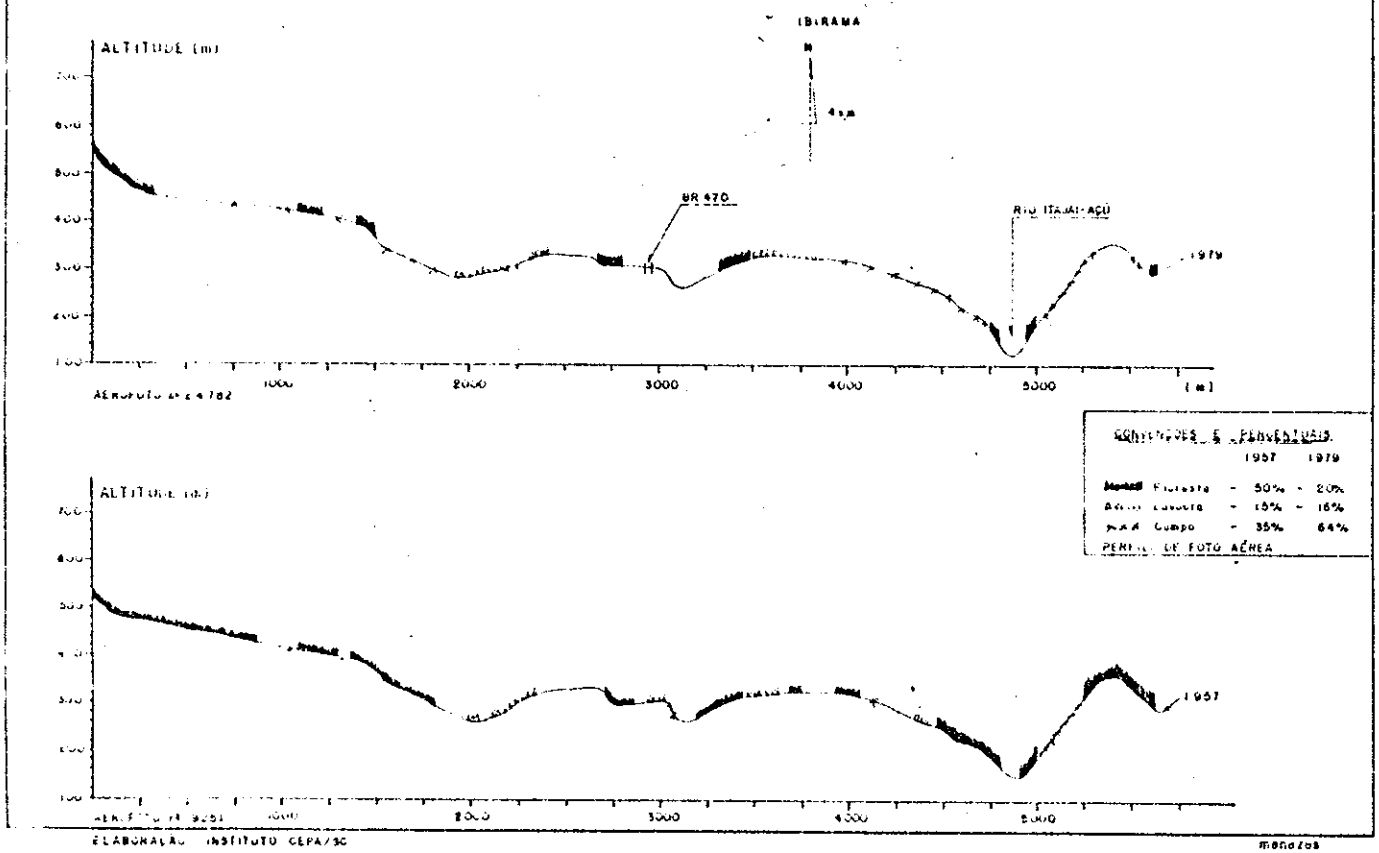
MATA NATIVA - ÁREAS REMANESCENTES E DE REFLORESTAMENTOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA (SITUAÇÃO EM 1979/1980)

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	ÁREA DA MICRORREGIÃO (km²)	ÁREA DE REFLORESTAMENTO (ha)	%	ÁREA DE FLORESTAS NATIVAS				TOTAL (ha)	%
				Araucária (ha)	%	Latifoliadas (ha)	%		
Colonial de Joinville	4.595	355	0,077	-	-	253.858	55,246	254.213	55,323
Litoral de Itajaí	1.144	-	-	-	-	28.575	24,978	28.575	24,978
Colonial de Blumenau	5.728	51	0,088	3.327	0,580	332.914	58,120	336.292	58,708
Colonial Itajaí Norte	1.670	-	-	37	0,022	103.994	62,270	104.031	62,292
Colonial Alto Itajaí	4.466	5.321	1,191	252	0,056	166.626	37,309	172.199	38,557
Florianópolis	2.775	25	0,009	-	-	156.632	56,443	156.657	56,452
Colonial Serrana	4.461	-	-	-	-	298.859	66,993	298.859	66,993
Litoral Laguna	957	-	-	-	-	14.723	15,384	14.723	15,384
Carbonífera	4.353	237	0,054	6	0,001	114.314	26,260	114.557	26,315
Litoral Sul	1.895	-	-	-	-	6.791	3,583	6.791	3,583
Colonial Sul	2.204	-	-	1.012	0,459	76.833	34,860	77.846	35,319
Campos de Lages	12.603	43.677	3,465	17.344	0,376	239.905	19,035	300.926	23,876
Campos de Curitibanos	11.238	19.054	1,695	27.093	2,410	214.810	19,114	260.957	23,221
Colonial Rio do Peixe	11.217	12.928	1,152	37.949	3,383	173.474	15,465	224.351	20,000
Colonial Oeste	14.121	1.549	0,109	19.255	1,363	345.964	24,499	366.767	25,971
Planalto de Canoinhas	12.056	24.441	2,027	26.635	3,038	519.714	43,108	570.790	47,344
TOTAL	95.483	107.637	1,130	142.910	1,500	3.047.987	31,920	3.288.534	34,441

FONTE: IBDF. Inventário Florestal Nacional, 1984.

GRÁFICO 1

EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NA REGIÃO ALTO ITAJAÍ - 1957 - 1979



3.4. SOLOS

A grande maioria dos solos do estado de Santa Catarina é de baixa e média fertilidade, com graves deficiências de fósforo e matéria orgânica, razoáveis teores de potássio e baixo teor de cálcio mais magnésio; são solos ácidos, com presença significativa de alumínio trocável (nocivo). O relevo é ondulado a fortemente ondulado na região do oeste do estado, medianamente ondulado no planalto e ondulado, suavemente ondulado e plano, em menor escala, na região da baixada litorânea.

Quanto ao material de origem de formação destes solos, observa-se que no oeste a predominância do substrato basalto é inquestionável; na região do planalto a presença de basalto é bem menos significativa, predominando os substratos argilita e siltito, de forma isolada ou combinada. Já na região da baixada litorânea, vulgarmente denominada "serra abaixo", onde se inclui o Vale do Itajaí, além das argilitas e dos siltitos, encontram-se o substrato de sedimentos recentes e também o substrato granito.

Os tipos de solos são numerosos e formam um mosaico extremamente complexo. Estão intimamente vinculados ao relevo e à base geológica local; predominam diferentemente segundo os grandes locais hidrográficos existentes em Santa Catarina (mapas 1 e 2).

Para a identificação dos solos existentes será usada a denominação regional do solo, sendo que a sua classificação como unidade de mapeamento, bem como sua extensão e percentual de participação poderão ser encontradas na tabela 1.

Na bacia do rio Uruguai predominam os solos derivados do basalto. Nas nascentes dos rios formadores do Uruguai, abrangendo a parte sul da região do planalto, o relevo varia de suavemente ondulado a ondulado, os solos são fracos, muito ácidos, pouco profundos ou pedregosos, aptos para reflorestamento, pastagens, ou apenas reserva natural. São os solos denominados Irani, Lages e Vacaria, principalmente; também é significativa a

presença da associação dos solos Vacaria + Durox.

No médio Uruguai, abrangendo as microrregiões homogêneas Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste Catarinense, o relevo passa a ser mais acidentado, chegando a fortemente ondulado. Ocorrem os latossolos denominados Erexim, Palma Sola e Vacaria. São solos de elevada acidez, com problemas devido à toxidez causada pelo alumínio trocável, pequena reserva de nutrientes, principalmente o fósforo, geralmente aptos à motomecanização. Os solos Vacaria são utilizados para pastagens e os demais para culturas anuais como milho, feijão, soja, trigo e 15% deles com pastos para gado leiteiro. Predomina, também, a associação dos solos Ciríaco + Charrua, que se apresenta somente desta forma ou, ainda, incluindo nesta associação o solo Erexim. São solos pouco profundos, de pouca acidez e de boa disponibilidade de potássio, cálcio e magnésio, teores médios de fósforo e matéria orgânica. Apesar da razoável fertilidade, a topografia acidentada torna estes solos sujeitos à erosão e bastante restritos à motomecanização. São os solos mais cultivados com as culturas alimentares, principalmente milho e feijão, no estado.

A bacia do rio Iguaçu, localiza-se, em Santa Catarina, no planalto norte. O relevo varia de suave-ondulado a forte-ondulado. Apesar de ser topograficamente o melhor solo, o Canoinhas possui baixos teores de cálcio, magnésio, fósforo e potássio, é muito ácido e com problemas causados pela presença de alumínio trocável; seu relevo é suavemente ondulado e não tem problemas acentuados de motomecanização e erosão. A utilização atual está ligada ao extrativismo vegetal, principalmente erva-mate e madeira, esta representada por pinheiro, imbuia e canela.

A associação dos solos Poço Preto + Porto União segue na ordem de importância na região. São solos de relevo plano, de elevada acidez, com alumínio trocável, teores baixos de fósforo e bem supridos de matéria orgânica e potássio. São geralmente encontrados na várzea dos rios Iguaçu e seus afluentes, podendo estar sujeitos a inundações e acúmulo de umidade. São utilizados principalmente com pastagens nativas.

O solo de maior extensão encontrado na região é o Ran-

cho Grande, que é normalmente raso e de relevo forte-ondulado. São solos fortemente ácidos e com problemas de alumínio trocável e teores médios de matéria orgânica e demais nutrientes. Apesar destas características, a maior parte das culturas anuais da região, principalmente trigo, linho e fumo, acha-se concentrada nesta unidade de mapeamento. No entanto, trata-se de uma agricultura tipo colonial, com lavouras de pequena extensão.

O solo Mafra apresenta-se em menor escala que o Rancho Grande, possui relevo ondulado, elevados teores de alumínio trocável e matéria orgânica, níveis médios de potássio, baixos teores para os demais nutrientes e mínimos problemas de mecanização e erosão. O uso atual restringe-se principalmente ao extrativismo vegetal e a pastagens.

As vertentes do Atlântico compõem o terceiro grupo principal de bacias hídricas catarinenses e têm como principal componente o rio Itajaí-Açu que penetra profundamente no planalto através de seu afluente norte (rio Itajaí do Norte ou rio Hercílio). Na bacia deste afluente ocorrem os mesmos solos da bacia do rio Iguaçu. Nos dois outros afluentes formadores do Itajaí-Açu, os rios Itajaí do Oeste e Itajaí do Sul, o relevo é extremamente acidentado, com possibilidades muito restritas à motomecanização. São sujeitos à erosão, devido, também, às chuvas torrenciais, freqüentemente formadoras de enchentes. Os solos são fortemente ondulados e os mais encontrados são o Rancho Grande, o Corochel e o Riosul, todos eles de elevada acidez e baixa fertilidade. Os solos de topografia ondulada de maior expressão na região são o Pouso Redondo e o Ituporanga, intensamente cultivados com milho, feijão, mandioca e cebola. Tal como os solos fortemente ondulados, são de elevada acidez e baixo teor de nutrientes, com exceção do potássio, que apresenta valores médios.

Ao longo do litoral, em uma faixa de aproximadamente 50 quilômetros de largura, há grande semelhança de relevo e solos em todas as bacias hidrográficas, tanto do Rio Itajaí-Açu como do Itapocu mais ao norte, ou do Tijucas e Cubatão no centro, ou dos rios Tubarão e Araranguá ao sul; nas partes mais altas ocorrem os solos Orleans, Brusque, Ilha e Morro da Fumaça, todos solos fortemente ondulados, normalmente ácidos e de baixa

fertilidade, limitados à motomecanização pela declividade e grau elevado de erodibilidade. Nas áreas menos declivosas são cultivados, em pequenas áreas, o milho, o feijão, a mandioca e o fumo. Em menor grau, os solos mais encontrados são as associações de solos declivosos, com solos planos tais como Massaranduba, Blumenau + Jundiaí + Gravatal, e Blumenau + Jundiaí. Estes solos são usados principalmente com arroz irrigado, cana-de-açúcar e pastagens.

Os solos mais férteis do estado são encontrados nas baixadas e representados pelas unidades Jacinto Machado, Massaranduba, Blumenau e Tubarão, todos eles de topografia plana, pouco ácidos, sem a presença de alumínio trocável, de média a alta fertilidade, com algumas deficiências de fósforo em alguns deles. São solos cultivados principalmente com arroz irrigado.

Na estreita faixa litorânea propriamente dita, verifica-se a predominância quase absoluta do solo arenoso, plano, denominado Araranguá, além da presença expressiva, mais ao sul, dos solos Dunas, extremamente pobres e suscetíveis à erosão, principalmente a eólica. No solo Araranguá, cultiva-se a mandioca.

TABELA 1

CLASSIFICAÇÃO, EXTENSÃO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SOLOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

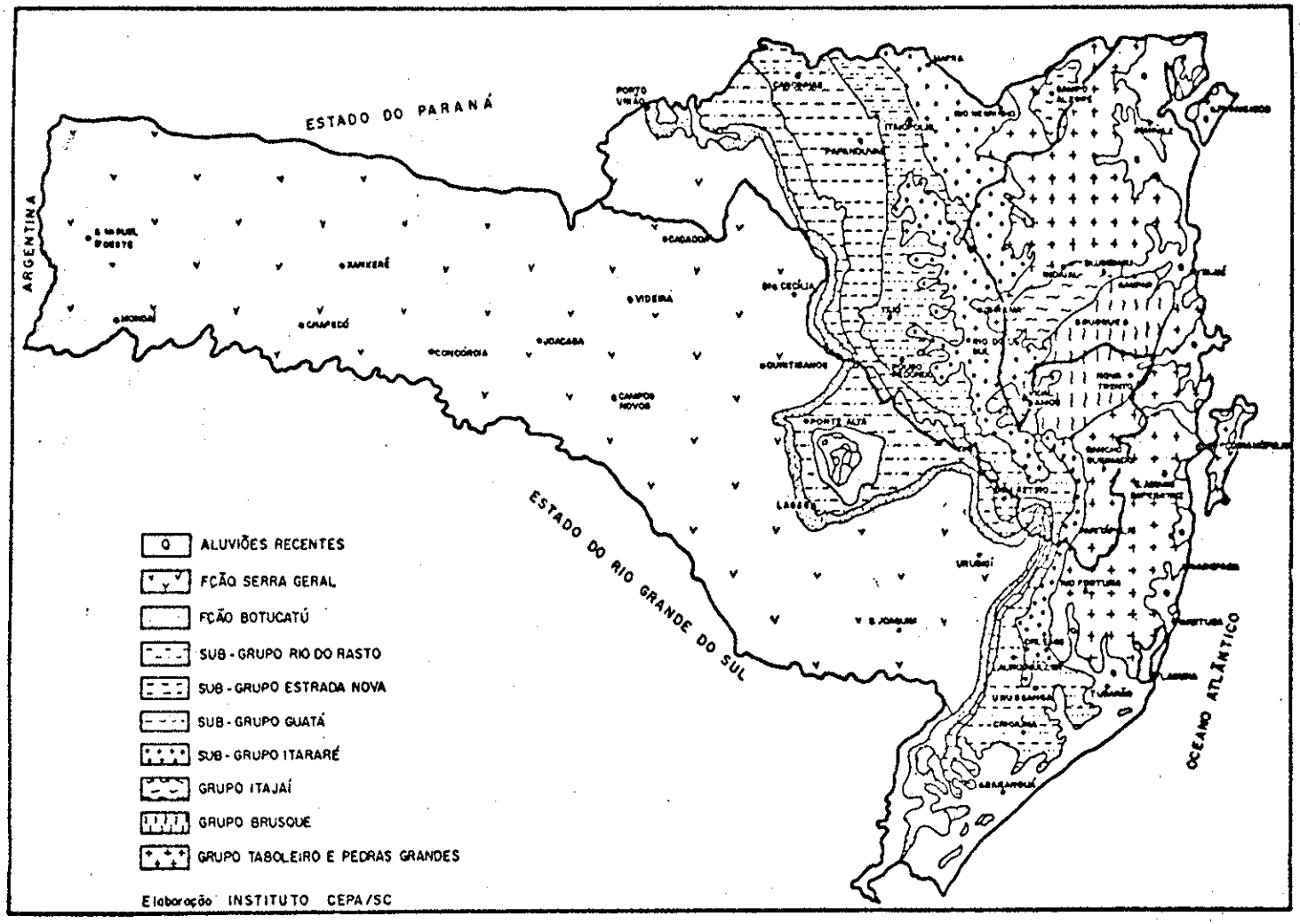
NOME REGIONAL	CLASSIFICAÇÃO	EXTENSÃO km²	DISTRIBUIÇÃO %
Associação Ciríaco + Charrua	BRUNIZEM AVERMELHADO raso textura argilosa relevo forte ondulado substrato basalto amigdalóide SOLO LITÓLICO EUTRÓFICO textura argilosa relevo forte ondulado substrato basalto	17.843,0	18,0
Vacaria	LATOSSOLO BRUNO ÁLICO textura argilosa relevo ondulado e suave ondulado substrato basalto	9.540,0	10,0
Erexim	LATOSSOLO ROXO DISTRÓFICO textura argilosa relevo ondulado e suave ondulado substrato basalto	5.455,0	5,6
Orleans	LATOSSOLO VERMELHO/AMARELO DISTRÓFICO textura argilosa relevo forte ondulado e ondulado substrato granito	4.707,5	5,0
Morro da Fumaça	PODZÓLICO VERMELHO AMARELO cascalhento textura argilosa relevo forte ondulado substrato granito	4.422,5	4,6
Rancho Grande	CAMBISSOLO textura média relevo forte ondulado substrato siltito	4.504,0	4,6
Associação Vacaria + Durox	(acima descrito) LATOSSOLO HÚMICO DISTRÓFICO textura argilosa relevo forte ondulado substrato basalto	3.708,0	3,8
Mafra	CAMBISSOLO HÚMICO ÁLICO textura argilosa relevo ondulado substrato argilito + siltito	2.723,0	2,9
Brusque	TERRA BRUNA ESTRUTURADA SIMILAR álica textura argilosa relevo forte ondulado substrato xisto + filito	2.700,0	2,8
Ilha	PODZÓLICO VERMELHO AMARELO textura argilosa relevo forte ondulado substrato granito	2.117,5	2,2
Araranguá	AREIAS QUARTZOSAS DISTRÓFICAS textura arenosa relevo suavemente ondulado substrato sedimentos recentes	2.125,4	2,2
Associação Irani + Celulose	CAMBISSOLO HÚMICO ÁLICO textura argilosa relevo forte ondulado e suave ondulado substrato basalto SOLO LITÓLICO HÚMICO álico textura argilosa relevo forte ondulado substrato basalto	2.008,2	2,1
Associação Erexim Ciríaco Charrua	Solos já descritos	2.002,5	2,1
Irani	Solos já descritos	1.792,0	1,8
Canoinhas	LATOSSOLO HÚMICO DISTRÓFICO textura argilosa relevo suave ondulado substrato argilito + siltito	925,0	1,1
Associação Orleans + Massaranduba	(Já descrito) GLEY POUCO HÚMICO EUTRÓFICO textura argilosa relevo plano substrato sedimentos recentes	1.005,0	1,1
Riosul	CAMBISSOLO ÁLICO textura argilosa relevo forte ondulado substrato argilito + siltito	921,0	1,0
Ituporanga	CAMBISSOLO HÚMICO ÁLICO textura argilosa relevo ondulado substrato argilito + siltito	872,5	0,9
Lages	CAMBISSOLO HÚMICO ÁLICO textura argilosa relevo ondulado e forte ondulado substrato argilito + siltito	887,5	0,9
Palma Sola	LATOSSOLO HÚMICO DISTRÓFICO textura argilosa relevo ondulado substrato basalto	671,3	0,8
Corochel	CAMBISSOLO HÚMICO ÁLICO textura argilosa relevo ondulado e forte ondulado substrato argilito	837,5	0,9
Pouso Redondo	CAMBISSOLO HÚMICO ÁLICO textura argilosa relevo ondulado substrato argilito	695,0	0,8
Associação Poço Preto + Porto União	CAMBISSOLO HÚMICO ÁLICO textura média relevo plano substrato sedimentos recentes GLEY HÚMICO ÁLICO textura argilosa relevo plano substrato sedimentos recentes	714,0	0,8
Jacinto Machado	CAMBISSOLO EUTRÓFICO textura média relevo plano substrato sedimentos aluviais recentes	636,0	0,7
Associação Blumenau + Jundiaí + Gravatal	GLEY POUCO HÚMICO EUTRÓFICO textura média relevo plano substrato sedimentos aluviais recentes GLEY POUCO HÚMICO ÁLICO textura argilosa relevo plano substrato sedimentos recentes SOLOS ORGÂNICOS	607,5	0,6
Associação Blumenau + Jundiaí	(Solos acima descritos)	402,5	0,4

FONTE: UFSM - Universidade Federal de Santa Maria - Revista do Centro de Ciências Rurais volume 2 nºs 1/2, 3/4, 1972.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

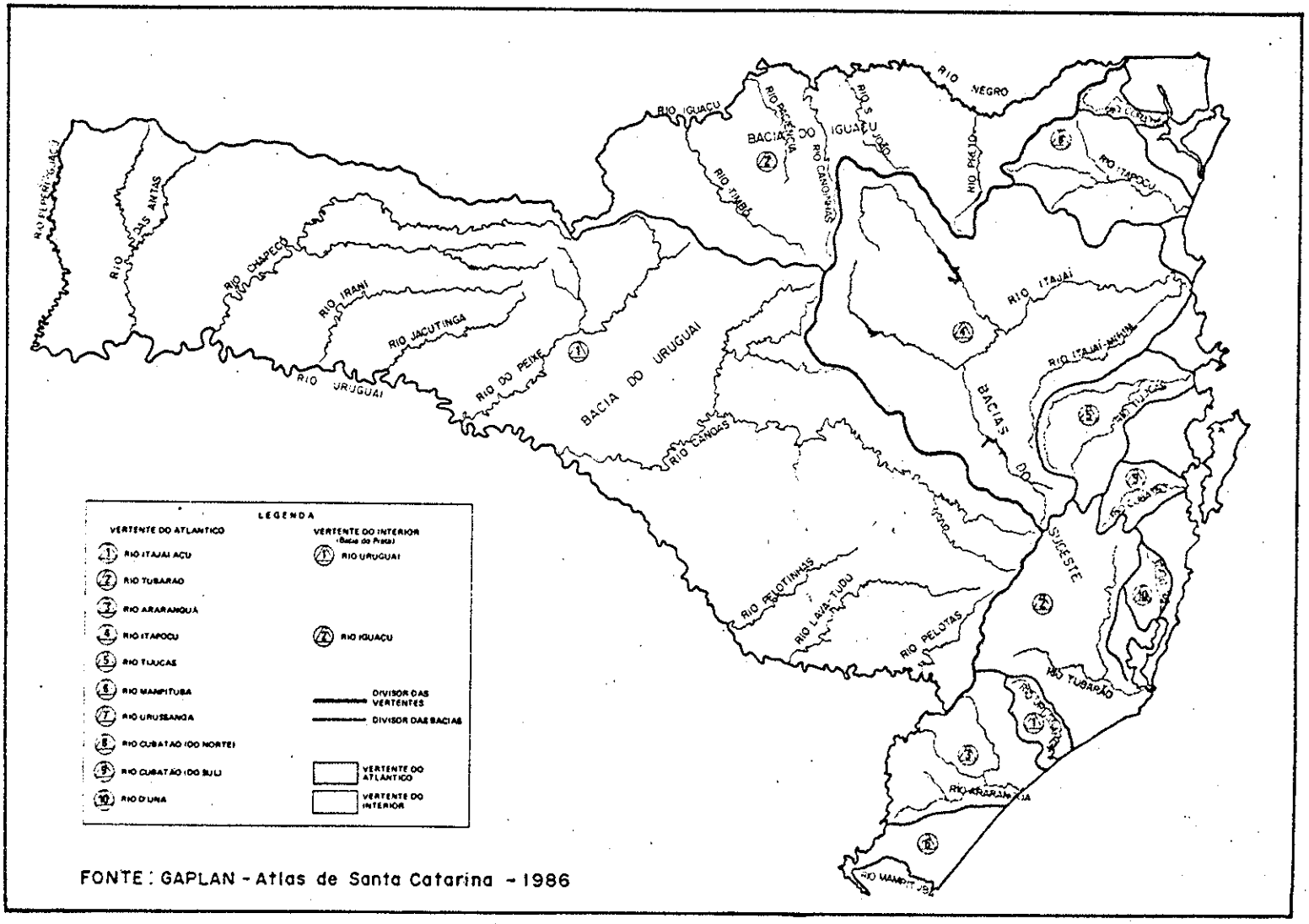
MAPA 1

ESPAÇO GEOLÓGICO DE SANTA CATARINA



MAPA 2

HIDROGRAFIA DE SANTA CATARINA



FONTE: GAPLAN - Atlas de Santa Catarina - 1986

CRÉDITO RURAL

4. CRÉDITO RURAL

O planejamento e boa parte da semeadura da safra de verão 1986/87 se deram com os produtores rurais ainda entusiasmados com as perspectivas acenadas pelo "Plano de Metas: política agrícola", divulgado em agosto de 1986, que fazia previsões bem explícitas em relação ao crédito rural.

Entretanto, apesar de todas as intenções expressas, já em outubro de 1986 eram detectados problemas tanto no volume de recursos aplicados como na velocidade com que se processavam os trâmites burocráticos para a tomada de empréstimos rurais. E o crédito rural, apesar de tradicionalmente não atender a todos os produtores rurais, - seja por problemas de disponibilidade de recursos, seja por opção do próprio produtor, ou por qualquer outra razão - mais uma vez esteve no centro das discussões dos segmentos ligados ao setor primário e das decisões do governo.

A situação que se estabeleceu a partir do redirecionamento econômico imposto pelo "Plano Cruzado" criou muitas expectativas positivas - 1986 foi o ano que registrou em Santa Catarina o maior número de financiamentos rurais junto ao Banco do Brasil (tabelas 11 e 12) - mas também gerou uma série de problemas. Em dezembro de 1986, premidos pela elevação descontrolada dos preços de vários fatores de produção e dos juros - além dos problemas já referidos acima - os produtores rurais começaram a dar claros sinais de descontentamento com a política econômica vigente e com o não-cumprimento, por parte do governo, do que ele próprio havia estabelecido para o setor primário. Essa insatisfação evoluiu de forma crescente, a ponto de os produtores rurais terem "marchado sobre Brasília" para o "Dia de Alerta do Campo à Nação", em 10 de fevereiro de 1987 e terem realizado a 10 de maio o "Dia Nacional de Mobilização por uma Nova Política Agrícola".

Antes disso, porém (10-2-87), segundo o próprio Ministro da Agricultura, para "... pôr fim à situação angustiante que estavam vivendo milhares de produtores rurais..." foram anuncia-

das várias medidas - entre elas, as relacionadas com o crédito rural tinham grande peso - visando a amenizar a situação da agricultura.

A verdade é que a insatisfação generalizada reinante no meio rural, causada pela elevação descontrolada das taxas de juros a partir do final de 1986, obrigou as autoridades federais a alterar as normas para o curtíssimo prazo, tentanto solucionar os problemas que fossem surgindo em relação ao crédito rural. E elas foram sendo tomadas na medida em que a elevação dos juros começou a alterar substancialmente o quadro vislumbrado pelos produtores rurais quando semearam a safra de verão 1986/87. Essas novas normas, vigentes até junho/87, podem ser assim resumidas:

"As taxas de Juros[1]

Desde o dia primeiro de março de 1987, estão em vigor as novas taxas de juros para o crédito rural, em consonância com as modificações ocorridas na economia brasileira e que mudaram o quadro que se delineou a partir de 28.2.86. Assim, foi aprovado pelo CMN o seguinte esquema para os encargos financeiros:

A) Fator de Atualização

Custeio e comercialização - EGF - Os empréstimos serão atualizados mensalmente, segundo a variação das Letras do Banco Central (LBC) ou do Índice de Preços Recebidos pelos Produtores Rurais (IPR), prevalecendo sempre o menor dos dois. Com isso, a agricultura passa a ter a garantia de que na correção monetária terá como teto a variação de sua própria receita, medida pelo IPR.

Investimento - Idêntico ao índice de atualização dos depósitos em caderneta de poupança (atualmente é a variação das LBC).

B) Taxa de Juros (%a.a.)" (tabelas 1, 2 e 3)

---

(1) Carta da CFP. Brasília, CFP. 1987.

No dia 10 de abril, o Conselho Monetário Nacional regulamentou (Resolução nº 1.306) a renegociação das dívidas que os pequenos produtores contraíram até 28 de fevereiro de 1986. Ressaltam-se, a seguir, alguns trechos:

I - Determinar às instituições financeiras integrantes do Sistema Nacional do Crédito Rural (SNCR) que promovam a recomposição do saldo de operações formalizadas até 28.02.86 com miniprodutores e pequenos produtores, das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, observadas as seguintes condições:

a) Limite: até Cz$ 200.000,00 (duzentos mil cruzados) do saldo devedor em 28.02.87, junto a uma ou mais instituições financeiras.

b) Prazo: até 4 (quatro) anos sendo 2(dois) de carência a contar de 28.02.87, mantidos os prazos originalmente contratados, se mais favorecidos para o mutuário.

c) Encargos financeiros: a partir de 01.03.87, juros de 6% a.a. (seis por cento ao ano) e atualização monetária com base no índice de preços recebidos pelos produtores (IPR), observado o disposto nos itens 3-A.II, 4 e 5 da circular nº 1.141 de 13.03.87.

II - Estabelecer que os saldos devedores dos empréstimos objeto da recomposição estão isentos da correção monetária nos períodos seguintes:

a) Desde a data da contratação até 28.02.87, no caso de créditos de manutenção concedidos ao amparo das circulares nºs 973, 980, 985 e 986, de 02.12.85, 20.12.85, 08.01.86 e 14.01.86, respectivamente.

b) De 01.03.86 a 28.02.87, nos demais créditos.

Logo em seguida (22-04-87), o governo anunciou um novo elenco de medidas econômicas. Nessa oportunidade foram estabelecidas alterações na sistemática de juros e correção monetária para os financiamentos agrícolas.

As medidas para o setor agrícola foram divulgadas através de nota do Ministério da Fazenda, que definiu:

"(I) Empréstimos para investimentos até Cz$ 200 mil (saldo em 28/02/87), tomados entre 15/05/86 e 28/02/87: isentá-los de atualização monetária até 30/06/87, incidindo apenas a taxa de juros (3%, 6% e 8% para pequenos, médios e grandes produtores na Região Norte/Nordeste, respectivamente, e 10% para os produtores do Centro-Sul.

(II) Empréstimos para investimentos acima de Cz$ 200 mil (saldo em 28/02/87), tomados no mesmo período do item anterior: será cobrado apenas 50% da atualização monetária até 30/06/87, mais taxa de juros.

(III) Esses empréstimos, caso não sejam quitados até 30/06/87, terão seu prazo ampliado em até 18 meses, com encargos financeiros de atualização monetária integral mais juros de 3% a.a. (Norte/Nordeste) ou 6% a.a. (Centro/Sul).

(IV) Estender às Regiões Norte/Nordeste a possibilidade de prorrogação do pagamento dos empréstimos contratados anteriormente a 28/02/86, por mini e pequenos produtores, até Cz$ 200 mil do saldo devedor em 28/02/87, junto a uma ou mais instituições financeiras. Esse benefício já existia para os mini e pequenos produtores das Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul (conforme Resolução nº 1306 de 10/04/87). O prazo para quitar o saldo devedor passa a ser de quatro anos, sendo dois de carência a contar de 28/02/87. Os encargos financeiros serão equivalentes à variação do IPR (Índice de Preços Recebidos pelos Produtores), mais juros. Além disso, os saldos devedores dos empréstimos objeto da recomposição estão isentos de atualização monetária entre 1/03/86 e 28/02/87.

(V) Isentar de correção monetária, entre a data de contratação do empréstimo até 28/02/87, os empréstimos rurais contraídos entre 1/03/86 e 14/05/86, concedendo a essas operações tratamento semelhante ao dos créditos de investimento rural firmados a partir de 15/5/86, conforme itens I e II acima. Para os empréstimos de custeio, caso não sejam pagos até 30/06/87, a dilatação de prazo ficará restrita a 12 meses (e não 18 meses como para os

créditos destinados a outras finalidades). O período de 1/03/86 a 14/05/86 caracterizou-se pela extinção da correção monetária estabelecida no Decreto-Lei 2284 (que instituiu o Plano Cruzado) e pela permanência de taxas de juros de 3% a.a. para todas as regiões e portes do produtor (a diferenciação era feita pela incidência de percentuais diferenciados da correção monetária sobre os saldos devedores), conforme estabelecido na Resolução nº 1109 de 06/03/86". (2)

Mais adiante - início de julho - no rastro do Novo Plano Cruzado, anunciado no dia 12 de junho de 1987, o governo publicou uma série de medidas com vistas a amenizar a situação de muitos produtores rurais, violentamente deteriorada com os empréstimos contraídos a partir do Plano Cruzado e definiu com uma antecendência adequada a maioria das regras para a safra 1987/88.

Embora não se disponha dos dados do Branco Central do Brasil relativos ao crédito rural, em Santa Catarina, para se poder fazer uma análise global em 1986, os números do Banco do Brasil - onde tradicionalmente são movimentados ao redor de 70% dos recursos do crédito rural utilizado no estado (tabela 23) - revelam um crescimento no número total de contratos, bem como no valor real do volume aplicado. Esse aumento, tanto na atividade agrícola quanto na pecuária, se deveu em grande proporção ao comportamento observado nos contratos para custeio (tabelas 11 e 12). Esse comportamento, provavelmente com variações mais acentuadas, deve ter ocorrido nos bancos privados, já que, devido aos encargos financeiros considerados favoráveis à época da tomada dos empréstimos, houve uma intensa procura por crédito rural.

---

(2) INFORMATIVO CFP. Brasília, CFP, 3(14), 1987.

TABELA 1

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1982

BENEFICIÁRIO	FINALIDADE															
	Total				Custeio				Investimento				Comercialização			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%
Mini Produtor	83.171	63,0	21.143.960	21,3	60.973	64,0	15.469.068	32,3	21.533	62,3	5.502.762	42,9	665	29,3	172.130	0,4
Pequeno Produtor	43.049	32,6	21.885.797	22,0	30.432	32,0	15.576.870	32,6	11.788	34,1	5.238.551	40,8	829	36,5	1.070.376	2,8
Médio Produtor	4.649	3,5	8.430.103	8,5	3.337	3,5	6.875.348	14,4	1.127	3,3	1.053.172	8,2	185	8,2	501.583	1,3
Grande Produtor	552	0,4	27.161.482	27,4	306	0,3	2.117.804	4,4	77	0,2	855.368	6,7	169	7,5	24.188.310	62,6
Cooperativas	552	0,4	16.534.287	16,6	175	0,2	7.820.038	16,3	15	0,1	175.463	1,4	332	14,6	8.538.766	22,1
Outros Beneficiários	89	0,1	4.161.165	4,2	-	-	-	-	-	-	-	-	89	3,9	4.161.165	10,8
TOTAL	132.032	100	99.316.794	100	95.223	100	17.859.128	100	34.540	100	12.825.316	100	2.269	100	38.632.350	100

FONTE: Banco do Brasil - Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1982.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1982

BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE															
	Total				Custeio				Investimento				Comercialização			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%
Mini Produtor	11.152	57,2	2.256.600	18,6	5.014	51,7	898.030	12,5	6.138	62,7	1.358.570	40,6	-	-	-	-
Pequeno Produtor	5.755	29,5	2.416.086	19,9	3.060	31,6	1.332.542	18,6	2.691	27,5	1.047.887	31,3	4	10,5	35.657	2,2
Médio Produtor	2.304	11,8	2.875.162	23,6	1.398	14,4	1.978.828	27,5	899	9,2	780.584	23,3	7	18,4	115.750	7,1
Grande Produtor	299	1,5	4.096.659	33,7	220	2,3	2.664.523	37,1	55	0,6	147.116	4,4	24	63,2	1.284.020	79,2
Cooperativas	6	-	324.032	2,7	5	-	309.032	4,3	1	-	15.000	0,4	-	-	-	-
Outros Beneficiários	3	-	186.296	1,5	-	-	-	-	-	-	-	-	3	7,9	186.296	11,5
TOTAL	19.519	100	12.153.835	100	9.697	100	7.182.955	100	9.784	100	3.349.157	100	38	100	1.621.723	100

FONTE: Banco do Brasil - Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1982.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 1

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1983

BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE															
	Total				Custeio				Investimento				Comercialização			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Mini Produtor	100.734	66,0	35.688.280	28,4	87.961	67,7	30.331.009	39,7	12.706	58,5	5.314.620	36,2	67	7,2	42.651	0,1
Pequeno Produtor	47.574	31,2	35.215.334	28,0	39.188	30,1	28.033.950	36,7	8.138	37,5	6.261.930	42,6	248	26,6	919.454	2,7
Médio Produtor	3.449	2,3	12.768.293	10,2	2.554	2,0	10.032.499	13,1	805	3,7	2.062.337	14,0	90	9,6	673.457	1,9
Grande Produtor	428	0,3	18.997.416	15,1	249	0,2	3.808.053	5,0	54	0,3	879.379	6,0	125	13,4	14.309.884	41,4
Cooperativas	311	0,2	16.132.091	12,8	36	-	4.205.788	5,5	7	-	181.889	1,2	268	28,7	11.744.414	34,0
Outros Beneficiários	135	-	6.899.801	5,5	-	-	-	-	-	-	-	-	135	14,5	6.899.801	19,9
TOTAL	152.631	100	125.701.215	100	126.988	100	76.411.299	100	21.710	100	14.700.255	100	933	100	34.589.661	100

FONTE: Banco do Brasil- Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1983.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 4

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1983

BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE															
	Total				Custeio				Investimento				Comercialização			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%
Mini Produtor	14.165	65,7	4.269.948	17,3	9.781	68,4	2.632.028	16,6	4.365	60,8	1.629.321	42,6	19	29,2	8.599	0,2
Pequeno Produtor	5.894	27,4	3.435.681	13,9	3.659	25,6	1.997.231	12,6	2.235	31,1	1.438.450	37,6	-	-	-	-
Médio Produtor	1.283	6,0	3.106.139	12,6	738	5,1	2.360.435	14,9	538	7,5	634.673	16,6	7	10,8	111.031	2,2
Grande Produtor	203	0,9	12.963.244	52,6	124	0,9	8.029.934	50,8	41	0,6	124.716	3,2	38	58,5	4.808.594	96,3
Cooperativas	3	-	808.619	3,3	3	-	808.619	5,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Beneficiários	1	-	66.800	0,3	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1,5	66.800	1,3
TOTAL	21.549	100	24.650.431	100	14.305	100	15.828.247	100	7.179	100	3.827.160	100	65	100	4.995.024	100

FONTE: Banco do Brasil - Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1983.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1984

BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE															
	Total				Custeio				Investimento				Comercialização			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%
Mini Produtor	54.576	55,6	78.617.231	26,5	42.772	54,3	62.843.331	30,5	11.752	62,7	15.682.443	39,7	52	9,9	91.457	0,2
Pequeno Produtor	39.830	40,6	111.217.246	37,6	33.372	42,3	90.863.881	44,0	6.343	33,8	17.579.366	44,4	115	21,9	2.778.999	5,5
Médio Produtor	2.612	2,7	26.307.810	8,9	1.994	2,5	20.686.073	10,0	582	3,1	4.789.683	12,1	36	6,9	832.054	1,7
Grande Produtor	816	0,8	39.982.579	13,5	671	0,9	21.870.034	10,6	65	0,4	1.436.164	3,6	80	15,2	16.678.381	33,2
Cooperativas	212	0,2	30.543.478	10,3	29	-	10.057.964	4,9	2	-	79.167	0,2	181	34,5	20.406.347	40,6
Outros Beneficiários	61	0,1	9.464.096	3,2	-	-	-	-	-	-	-	-	61	11,6	9.464.096	18,8
TOTAL	98.107	100	296.132.440	100	78.838	100	206.321.283	100	18.744	100	39.564.623	100	525	100	50.248.334	100

FONTE: Banco do Brasil- Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1984.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1984

BENEFICIÁRIO	FINALIDADE															
	Total				Custeio				Investimento				Comercialização			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%
Mini Produtor	2.677	48,6	2.923.095	9,6	884	41,6	875.811	4,4	1.793	53,3	2.047.284	30,6	-	-	-	-
Pequeno Produtor	2.009	36,5	4.690.372	15,4	787	37,1	1.707.195	8,5	1.222	36,4	2.983.177	44,5	-	-	-	-
Médio Produtor	679	12,3	3.882.578	12,8	363	17,1	2.541.037	12,6	315	9,4	1.269.541	19,0	1	4,5	72.000	2,0
Grande Produtor	138	2,5	17.617.221	58,0	86	4,1	13.860.710	68,9	31	0,9	250.225	3,7	21	95,5	3.506.286	98,0
Cooperativa	4	0,1	1.270.147	4,2	3	0,1	1.120.147	5,6	1	-	150.000	2,2	-	-	-	-
Outros Beneficiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.507	100	30.383.413	100	2.123	100	20.104.900	100	3.362	100	6.700.227	100	22	100	3.578.286	100

FONTE: Banco do Brasil- Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1984.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1985

BENEFICIÁRIO	TOTAL				FINALIDADE											
					Custeio				Investimento				Comercialização			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contrato		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%
Mini Produtor	74.915	62,6	418.090.819	25,3	60.719	64,0	320.366.590	36,4	14.117	59,3	95.984.429	32,1	79	8,0	1.739.800	0,4
Pequeno Prod.	38.821	32,4	510.090.209	30,9	29.580	31,2	289.904.655	33,0	8.767	36,9	167.970.655	56,0	474	48,2	52.214.899	11,1
Médio Produtor	4.778	4,0	203.631,082	12,3	3.874	4,1	153.711,496	17,4	805	3,4	27.850.459	9,3	99	10,1	22.069.127	4,7
Grande Prod.	1.107	0,9	502.910,024	30,5	692	0,7	105.145.837	11,9	87	0,4	6.881.776	2,3	328	33,4	390.882.411	83,3
Cooperativas	33	0,1	15.031.203	1	24	-	11.720.088	1,3	6	-	784.715	0,3	3	0,3	2.526.400	0,5
Outros Benef.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	119.654	100	1.649.753.337	100	94.889	100	880.848.666	100	23.782	100	299.472.034	100	983	100	469.432.637	100

FONTE: Banco do brasil- Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 8

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1985

BENEFICIÁRIOS	TOTAL				FINALIDADE											
					Custeio				Investimento				Comercialização			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%	Quantidade	%	Cr$ 1.000	%
Mini Produtor	2.034	39,1	10.371.948	9,9	558	31,0	2.102.198	3,5	1.476	43,4	8.269.750	21,6	-	-	-	-
Pequeno Prod.	2.316	45,5	26.217.689	24,9	792	44,0	6.153.390	10,2	1.524	44,8	20.064.299	52,4	-	-	-	-
Médio Produtor	707	13,5	14.048.317	13,4	349	19,4	6.979.046	11,6	358	10,6	7.069.271	18,5	-	-	-	-
Grande Prod.	140	2,7	48.283.621	45,9	98	5,5	39.019.142	64,9	37	1,1	2.458.527	6,4	5	100	6.605.952	100
Cooperativas	6	0,1	6.243.442	5,9	1	0,1	5.829.120	9,8	5	0,1	414.322	1,1	-	-	-	-
Outros Benef.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	5.203	100	105.165,017	100	1.798	100	60.082.896	100	3.400	100	38.276.169	100	5	100	6.605.952	100

FONTE: Banco do Brasil Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 9

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA em 1986

BENEFICIÁRIO	FINALIDADE															
	CUSTEIO				INVESTIMENTO				COMERCIALIZAÇÃO				TOTAL			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cz$ 1.000	%	Quantidade	%	Cz$ 1.000	%	Quantidade	%	Cz$ 1.000	%	Quantidade	%	Cz$ 1.000	%
Mini Produtor	90.843	61,9	1.195.164	33,3	12.814	55,9	264.431	32,6	47	4,6	2.208	0,2	103.704	60,7	1.461.803	26,3
Pequeno Prod.	45.832	31,2	1.144.892	32,0	8.524	37,2	338.592	41,7	380	37,4	189.946	16,4	54.736	32,1	1.673.430	30,2
Médio Produtor	8.518	5,8	611.159	17,1	1.349	5,9	142.290	17,5	163	16,0	202.055	17,5	10.030	5,9	955.504	17,2
Grande Produtor	1.557	1,1	631.864	17,6	218	9,5	66.264	8,2	426	42,0	761.761	65,9	2.201	1,3	1.459.889	26,3
Cooperativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benef.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	146.750	100	3.583.079	100	22.905	100	811.577	100	1.016	100	1.155.970	100	170.671	100	5.550.626	100

FONTE: Banco do Brasil - Departamento de Estatística - Creditos concedidos às atividades agropecuárias - Estado de Santa Catarina - Jan-Dez/86.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 10

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITOS CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA em 1986

BENEFICIÁRIOS	FINALIDADE															
	CUSTEIO				INVESTIMENTO				COMERCIALIZAÇÃO				TOTAL			
	Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente		Nº de Contratos		Valor Corrente	
	Quantidade	%	Cz$ 1.000	%	Quantidade	%	Cz$ 1.000	%	Quantidade	%	Cz$ 1.000	%	Quantidade	%	Cz$ 1.000	%
Mini Produtor	1.110	31,6	16.069	4,6	1.950	40,4	40.936	26,0	-	-	-	-	3.060	36,7	66.005	12,1
Pequeno Prod.	1.723	49,1	47.067	13,6	2.093	43,3	74.835	38,8	-	-	-	-	3.816	45,7	121.902	22,4
Médio Produtor	544	15,5	44.106	12,7	680	14,1	46.515	24,2	-	-	-	-	1.224	14,7	90.621	16,7
Grande Produtor	135	3,8	240.106	69,1	106	2,2	21.077	11,0	4	100	3.809	100	245	2,9	264.992	48,8
Cooperativas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Benef.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	3.512	100	347.348	100	4.829	100	192.363	100	4	100	3.809	100	8.345	100	543.520	100

FONTE: Banco do Brasil - Departamento de Estatística - Creditos concedidos às atividades agropecuárias - Estado de Santa Catarina - Jan-Dez/86.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 11

QUANTIDADE, VALOR CORRENTE E VALOR CONSTANTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE EM SANTA CATARINA - 1982-86

ANO	FINALIDADE											
	TOTAL			CUSTEIO			INVESTIMENTO			COMERCIALIZAÇÃO		
	Nº de Contratos	Valor		Nº de Contratos	Valor		Nº de Contratos	Valor		Nº de Contratos	Valor	
		Corrente Cz$ 1.000	Constante		Corrente Cz$ 1.000	Constante		Corrente Cz$ 1.000	Constante		Corrente Cz$ 1.000	Constante
1982	132.032	99.317	7.314.494	95.223	17.859	1.315.278	34.540	12.825	944.534	2.269	38.632	2.845.167
1983	152.631	125.701	3.637.171	126.988	76.411	2.210.960	21.710	14.700	425.346	933	34.590	1.000.865
1984	98.107	296.132	2.673.754	78.838	206.321	1.862.857	18.744	39.565	357.229	525	50.248	453.685
1985	119.654	1.649.753	4.574.153	94.889	880.849	2.442.267	23.782	229.472	636.240	983	469.433	1.301.563
1986	170.671	5.550.626	6.352.688	146.750	3.583.079	4.100.832	22.905	811.577	928.849	1.016	1.155.970	1.323.007

FONTE: Banco do Brasil - Departamento de Estatística.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Valores constantes a preços de dez/86, calculados através do IGP (col. 2) da Conjuntura Econômica.

TABELA 12

QUANTIDADE, VALOR CORRENTE E VALOR CONSTANTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE EM SANTA CATARINA - 1982-86

ANO	FINALIDADE											
	TOTAL			CUSTEIO			INVESTIMENTO			COMERCIALIZAÇÃO		
	Nº de Contratos	Valor		Nº de Contratos	Valor		Nº de Contratos	Valor		Nº de Contratos	Valor	
		Corrente Cz$ 1.000	Constante		Corrente Cz$ 1.000	Constante		Corrente Cz$ 1.000	Constante		Corrente Cz$ 1.000	Constante
1982	19.519	12.154	895.117	9.697	7.183	529.013	9.784	3.349	246.647	38	1.622	119.456
1983	21.549	24.650	713.250	14.305	15.828	457.984	7.179	3.827	110.734	65	4.995	144.530
1984	5.507	30.383	274.325	2.123	20.105	181.526	3.362	6.700	60.493	22	3.578	32.305
1985	5.203	105.165	201.583	1.798	60.083	166.587	3.400	38.276	106.125	5	6.806	18.870
1986	8.345	543.520	622.058	3.512	347.348	397.539	4.829	192.363	220.159	4	3.809	4.359

FONTE: Banco do Brasil - Departamento de Estatística.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

Valores constantes a preços de dez/86, calculados através do IGP (col. 2) da Conjuntura Econômica.

TABELA 13

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85

ANO	FINALIDADE							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Nº de contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)
1970	49.813	133.606	31.029	63.256	17.264	48.354	1.520	21.996
1971	40.484	155.537	28.988	80.581	10.986	51.797	510	23.159
1972	43.767	238.412	30.637	107.022	12.453	88.167	677	43.223
1973	49.780	452.576	32.671	161.073	15.393	176.735	1.716	114.768
1974	59.847	906.494	34.004	380.179	24.462	381.332	1.381	144.983
1975	134.323	1.933.009	99.821	695.691	30.961	714.617	3.541	522.701
1976	131.713	2.669.789	105.206	1.050.058	22.621	873.849	3.886	745.882
1977	110.454	3.677.090	86.038	1.557.987	20.858	985.102	3.558	1.134.001
1978	125.141	6.040.020	91.099	2.797.153	30.432	1.658.391	3.610	1.584.476
1979	126.910	10.839.552	89.837	5.711.954	33.837	2.564.492	3.236	2.563.106
1980	150.556	21.885.337	125.070	13.195.042	22.029	2.630.750	3.457	6.059.545
1981	162.942	45.735.998	127.700	27.671.069	32.365	6.188.204	2.877	11.876.725
1982	172.753	121.498.081	126.340	62.780.714	43.855	17.054.808	2.558	41.662.558
1983	216.429	176.764.489	188.796	114.525.694	26.539	22.622.995	1.094	39.615.800
1984	122.679	388.807.416	100.763	268.827.990	21.308	58.457.566	605	61.521.860
1985	166.611	2.150.319.130	129.097	1.184.649.374	36.122	394.655.501	1.392	571.014.254

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 14

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE PECUÁRIA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85

ANO	FINALIDADE							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)
1970	24.441	88.929	5.941	12.869	16.080	62.284	2.420	13.776
1971	17.607	84.516	4.109	18.398	12.011	60.654	1.487	5.464
1972	24.334	142.232	7.925	43.839	14.698	90.860	1.711	7.533
1973	22.493	221.231	6.172	77.543	14.526	132.673	1.795	11.015
1974	27.970	468.568	9.039	148.794	16.161	289.450	2.771	30.324
1975	44.497	1.056.777	18.607	406.717	19.106	456.107	6.784	193.953
1976	40.914	1.871.775	18.118	652.078	11.442	626.135	11.354	593.562
1977	32.637	2.077.735	13.437	806.447	10.962	554.267	8.238	715.021
1978	39.323	2.973.690	17.079	1.189.580	13.278	760.743	8.965	1.053.367
1979	49.379	6.091.356	20.474	2.202.006	18.013	1.816.093	10.892	2.072.357
1980	52.258	10.935.469	21.888	4.303.608	16.379	2.431.784	13.991	4.200.077
1981	29.134	11.975.726	11.976	6.541.047	10.933	2.574.974	6.225	2.859.705
1982	29.998	20.806.620	13.575	11.051.382	11.757	4.524.581	4.666	5.230.657
1983	25.454	44.937.291	16.443	30.187.284	8.325	6.614.875	686	8.135.132
1984	9.177	64.882.300	3.745	40.396.520	4.147	16.362.733	1.285	8.123.047
1985	10.304	282.071.830	4.523	227.708.042	5.778	51.358.188	3	3.005.600

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 15

QUANTIDADE E VALOR CONSTANTE [1] DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85

ANO	FINALIDADE							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)
1970	49.813	928.056.522	31.029	439.390.022	17.264	335.877.468	1.520	152.789.031
1971	40.484	897.872.073	28.988	465.171.821	10.986	299.009.751	510	133.690.501
1972	43.767	1.173.517.197	30.637	526.786.225	12.453	433.977.697	677	212.753.275
1973	49.780	1.938.596.445	32.671	689.951.622	15.393	757.039.354	1.716	491.605.468
1974	59.847	3.016.933.427	34.004	1.265.286.625	24.462	1.269.123.962	1.381	482.522.840
1975	134.323	5.031.193.542	99.821	1.810.729.316	30.961	1.859.989.496	3.541	1.360.474.729
1976	131.713	4.919.916.768	105.206	1.935.058.524	22.621	1.610.338.625	3.886	1.374.519.619
1977	110.454	4.750.116.464	86.038	2.012.629.470	20.858	1.272.568.588	3.558	1.464.918.406
1978	125.141	5.625.609.215	91.099	2.605.238.011	30.432	1.544.607.417	3.610	1.475.763.787
1979	126.910	6.558.577.137	89.837	3.456.073.730	33.837	1.551.671.011	3.236	1.550.832.397
1980	150.556	6.613.210.501	125.070	3.987.217.118	22.029	794.947.938	3.457	1.831.045.445
1981	162.942	6.584.410.278	127.700	3.983.681.981	32.365	890.888.486	2.877	1.709.839.811
1982	172.753	8.949.764.716	126.340	4.624.539.041	43.855	1.256.287.561	2.558	3.068.938.114
1983	216.429	1.814.645.851	188.796	3.314.324.834	26.539	654.699.846	1.094	1.146.464.389
1984	122.679	3.509.459.030	100.763	2.426.499.029	21.308	527.650.513	605	555.309.488
1985	166.611	5.962.527.198	129.097	3.284.863.171	36.122	1.094.323.221	1.392	1.583.340.806

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

[1] A preços de dez/86, calculados através do IGP-DI (coluna 2) da Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 16

QUANTIDADE E VALOR CONSTANTE[1] DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE PECUÁRIA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85

ANO	FINALIDADE							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)
1970	24.441	617.720.300	5.941	89.390.891	16.080	432.638.297	2.420	95.691.112
1971	17.607	487.887.489	4.109	106.206.565	12.011	350.138.763	1.487	31.542.161
1972	24.334	708.349.831	7.925	215.785.365	14.698	447.233.246	17.711	37.079.111
1973	22.493	947.636.710	6.172	332.153.239	14.526	568.301.029	1.795	47.182.441
1974	27.970	1.559.457.053	9.039	495.206.358	16.161	633.244.040	2.771	100.922.332
1975	44.497	2.750.556.061	18.607	1.058.594.112	19.106	1.187.145.322	6.784	504.816.626
1976	40.914	3.449.327.723	18.118	1.201.656.567	11.442	1.153.848.520	11.354	1.093.822.635
1977	32.637	2.684.047.232	13.437	1.044.363.180	10.962	716.009.890	8.238	923.674.162
1978	39.323	2.769.662.662	17.079	1.080.020.255	13.278	708.547.792	8.965	981.094.616
1979	49.379	3.685.634.628	20.474	1.332.889.858	18.013	1.098.844.863	10.892	1.253.899.907
1980	52.258	3.304.429.738	21.888	1.300.444.477	16.379	734.825.307	13.991	1.269.159.955
1981	29.134	1.724.092.550	11.976	941.685.740	10.933	370.707.671	6.225	411.699.139
1982	29.998	1.532.652.631	13.575	814.064.451	11.757	333.288.683	4.666	385.299.497
1983	25.454	1.300.466.073	16.443	873.607.149	8.325	191.431.666	686	235.427.257
1984	9.177	585.641.540	3.745	364.627.644	4.147	147.693.434	1.285	73.320.363
1985	10.304	782.144.815	4.523	631.401.812	5.778	142.408.904	3	8.334.099

FONTE: Banco Central do Brasil- Departamento do Crédito Rural - Dados Estatísticos.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

[1] A preços de dez/86, calculados através do IGP-DI (coluna 2) da Conjuntura Econômica- Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 17

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS ATIVIDADES - 1970-85

ANO	ATIVIDADE					
	Total		Agrícola		Pecuária	
	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)
1970	74.254	222.535	49.813	133.606	24.441	88.929
1971	58.091	240.053	40.484	155.537	17.607	84.516
1972	68.101	380.644	43.767	238.412	24.334	142.232
1973	72.273	673.807	49.780	452.576	22.493	221.231
1974	87.817	1.375.062	59.847	906.494	27.970	468.568
1975	178.820	2.989.786	134.323	1.933.009	44.497	1.056.777
1976	172.627	4.541.564	131.713	2.669.789	40.914	1.871.775
1977	143.091	5.754.825	110.454	3.677.090	32.637	2.077.735
1978	164.464	9.013.710	125.141	6.040.020	39.323	2.973.690
1979	176.289	16.930.908	126.910	10.839.552	49.379	6.091.356
1980	202.814	32.820.806	150.556	21.885.337	52.258	10.935.469
1981	192.076	57.711.724	162.942	45.735.998	29.134	11.975.726
1982	202.751	142.304.701	172.753	121.498.081	29.998	20.806.620
1983	241.883	221.701.780	216.429	176.764.489	25.454	44.937.291
1984	131.856	453.689.716	122.679	388.807.416	9.177	64.882.300
1985	176.915	2.432.543.856	167.458	2.150.472.026	10.281	282.071.830

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 18

QUANTIDADE E VALOR CONSTANTE[1] DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCECIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS ATIVIDADES - 1970-85

ANO	A T I V I D A D E					
	Total		Agrícola		Pecuária	
	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)
1970	74.254		49.813		24.441	
1971	58.091		40.484		17.607	
1972	68.101	3.154.225	43.767	1.975.612	24.334	1.178.612
1973	72.273	4.756.345	49.780	3.194.696	22.493	1.561.649
1974	87.817	7.532.389	59.847	4.936.266	27.970	2.551.562
1975	178.820	12.950.576	134.323	8.373.033	44.497	4.577.542
1976	172.627	13.739.360	131.713	8.076.776	40.914	5.662.585
1977	143.091	12.323.776	110.454	7.879.324	32.637	4.449.403
1978	164.464	13.854.266	125.141	9.283.641	39.323	4.570.625
1979	176.289	16.894.625	126.910	10.816.324	49.379	6.078.301
1980	202.814	16.375.234	150.556	10.919.217	52.258	5.456.017
1981	192.076	13.714.858	162.942	10.868.894	29.134	2.845.964
1982	202.751	17.297.161	172.753	14.768.113	29.998	2.529.048
1983	241.883	10.587.395	216.429	8.441.410	25.454	2.145.985
1984	131.856	6.760.675	122.679	5.793.828	9.177	966.847
1985	176.915	11.131.336	167.458	9.840.574	10.381	1.290.762

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

[1] A preços de dez/86, calculados através do IGP-DI (coluna 2) da Conjuntura Econômica -Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 19

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85

ANO	FINALIDADE							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Nº de contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)
1970	74.254	222.535	36.970	76.125	33.344	110.638	3.940	35.772
1971	58.091	240.053	33.097	98.979	22.997	112.451	1.997	28.623
1972	68.101	380.644	38.562	150.861	27.151	179.027	2.388	50.756
1973	72.273	673.807	38.843	238.616	29.919	309.408	3.511	125.783
1974	87.817	1.375.062	43.042	528.973	40.623	670.782	4.152	175.307
1975	178.820	2.989.786	118.428	1.102.408	50.067	1.170.724	10.325	716.654
1976	172.627	4.541.564	123.324	1.702.136	34.063	1.499.984	15.240	1.339.444
1977	143.091	5.754.825	99.475	2.366.434	31.820	1.539.369	11.796	1.849.022
1978	164.464	9.013.710	108.178	3.956.733	43.710	2.419.134	12.576	2.637.843
1979	176.289	16.930.908	110.311	7.914.860	51.850	4.380.585	14.128	4.635.463
1980	202.814	32.820.806	146.958	17.498.650	38.408	5.062.534	17.448	10.259.622
1981	192.076	57.711.724	139.676	34.212.116	43.298	8.763.178	9.102	14.736.430
1982	202.751	142.304.701	139.915	73.832.096	55.612	21.579.389	7.224	46.893.216
1983	241.883	221.701.780	205.239	144.712.978	34.864	29.237.870	1.780	47.750.932
1984	131.856	453.689.716	104.508	309.224.510	25.455	74.820.299	1.893	69.644.907
1985	176.915	2.432.543.856	133.620	1.412.510.313	41.900	446.013.689	1.395	574.019.854

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC .

TABELA 20

QUANTIDADE E VALOR CONSTANTE[1] DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85

ANO	FINALIDADE							
	Total		Custeio		Investimento		Comercialização	
	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)	Nº de Contratos	Valor Constante (Cz$)
1970	74.254		36.970		33.344		3.940	
1971	58.091		33.097		22.997		1.997	
1972	68.101	3.154.225	38.562	1.250.117	27.151	1.483.516	2.388	420.592
1973	72.273	4.756.345	38.843	1.684.369	29.919	2.184.084	3.511	887.889
1974	87.817	7.532.389	43.042	2.880.494	40.623	3.652.708	4.152	954.625
1975	178.820	12.950.576	118.428	4.775.198	50.067	5.071.115	10.325	3.104.263
1976	172.627	13.739.360	123.324	5.149.385	34.063	4.537.824	15.240	4.052.151
1977	143.091	12.323.776	99.475	5.067.643	31.820	3.296.511	11.796	3.959.622
1978	164.464	13.854.266	108.178	6.081.584	43.710	3.718.261	12.576	4.054.421
1979	176.289	16.894.625	110.311	7.897.898	51.850	4.371.198	14.128	4.625.528
1980	202.814	16.375.234	146.958	8.730.575	38.408	2.525.842	17.448	5.118.817
1981	192.076	13.714.858	139.676	8.130.312	43.298	2.082.518	9.102	3.502.028
1982	202.751	17.297.161	139.915	8.974.304	55.612	2.622.979	7.224	5.699.878
1983	241.883	10.587.395	205.239	6.910.786	34.864	1.425.966	1.780	2.280.351
1984	131.856	6.760.675	104.508	4.606.436	25.455	1.114.937	1.893	1.037.816
1985	176.915	11.131.336	133.620	6.463.657	41.900	2.040.961	1.395	2.626.719

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

[1] A preços de dez/86, calculados através do IGP-DI (coluna 2) da Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 21

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DO CRÉDITO DE CUSTEIO CONCEDIDO ÀS PRINCIPAIS CULTURAS EM SANTA CATARINA, 1970-84

CULTURAS	1970		1971		1972		1973		1974	
	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)
Arroz	4.819	12.208	3.279	11.766	3.581	15.503	3.519	19.045	3.475	37.077
Batata-inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	1.153	31.968
Cana-de-açúcar	310	409	63	615	267	2.663	217	3.338	118	4.569
Feijão	328	733	373	1.012	227	795	2.384	6.468	1.940	10.497
Fumo	-	-	-	-	-	-	-	-	8.162	37.795
Mandioca	5.691	6.783	5.150	9.417	7.057	16.405	5.701	16.600	2.808	11.441
Milho	9.376	13.961	9.169	17.567	9.921	24.939	10.343	37.368	13.541	104.631
Soja	176	913	346	2.471	382	5.282	1.120	24.114	791	61.822
Trigo	2.619	2.542	2.610	7.135	2.223	7.913	292	3.289	603	23.805
T O T A L	23.319	37.549	20.990	49.983	23.658	73.500	23.576	110.222	32.591	323.605

(Continua)

(Continuação)

CULTURAS	1975		1976		1977		1978		1979	
	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)
Arroz	4.870	74.328	4.649	94.899	3.980	133.738	4.305	209.151	4.439	405.656
Batata-inglesa	867	33.670	905	93.128	1.530	125.714	1.606	157.651	1.835	264.236
Cana-de-açúcar	83	17.768	75	13.825	147	29.696	112	27.974	60	57.676
Feijão	1.337	10.900	2.501	23.214	4.825	67.407	6.132	100.956	4.489	180.521
Fumo	70.571	212.927	69.684	268.817	47.126	337.260	46.906	813.112	37.923	1.256.759
Mandioca	3.021	17.410	5.366	49.309	5.728	62.133	3.284	45.378	4.400	120.013
Milho	15.718	170.418	18.298	292.435	17.979	351.316	20.686	565.034	25.794	1.425.168
Soja	814	69.812	945	110.372	1.939	263.314	3.369	416.257	3.463	1.054.669
Trigo	721	32.893	490	22.681	159	12.030	141	14.356	919	135.839
T O T A L	98.002	640.126	102.913	968.670	83.413	1.382.608	86.541	2.349.889	83.322	4.900.559

(continua)

(Conclusão)

CULTURAS	1980		1981		1982		1983		1984		1985	
	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)	Nº de Contratos	Valor Corrente (Cr$ 1.000)
Arroz	5.759	961.776	5.547	2.290.240	6.042	4.970.411	4.842	8.509.970	4.152	25.361.120	5.701	197.498.745,64
Batata-inglesa	1.430	449.401	2.335	1.058.498	2.311	2.116.062	1.531	4.042.335	896	8.084.947	667	26.092.552,16
Cana-de-açúcar	141	116.317	87	210.946	134	762.356	31	829.339	12	707.320	32	10.283.951,80
Feijão	17.042	752.252	21.368	2.389.775	18.868	5.299.707	15.637	6.839.814	16.808	23.090.514	24.461	236.046.391,48
Fumo	32.940	1.872.858	36.002	3.874.618	40.118	13.208.376	41.628	23.620.114	40.614	81.955.811	45.969	331.232.566,10
Mandioca	7.608	333.508	6.594	625.820	4.667	1.073.251	2.287	1.093.427	3.300	4.715.212	2.233	24.667.548,42
Milho	43.031	4.416.581	42.655	8.448.059	40.068	18.143.577	22.651	15.232.145	24.649	47.316.344	30.030	355.867.623,52
Soja	5.816	1.978.718	4.825	3.400.803	3.621	7.493.417	5.913	15.820.585	4.550	36.264.144	6.480	374.451.983,58
Trigo	442	192.762	99	60.171	495	496.945	319	525.559	297	836.058	1.099	16.230.087,51
T O T A L	114.209	11.074.173	119.512	22.358.930	116.324	53.564.102	94.839	76.513.288	95.278	228.331.470	116.672	1.572.371.450,21

FONTE: Banco Central do Brasil- Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC

TABELA 22

ÁREA PLANTADA E CUSTEADA COM CRÉDITO DO BANCO DO BRASIL E PROPORÇÃO DA ÁREA CUSTEADA SOBRE O TOTAL PLANTADO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DE SANTA CATARINA - 1976-84

CULTURAS	1976			1977			1978			1979			1980		
	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%
Arroz	148.164	47.714	32,2	133.330	46.319	34,7	156.074	53.972	34,6	153.491	58.602	38,2	148.920	68.708	46,1
Feijão	188.874	12.568	6,7	197.106	32.145	16,3	227.777	37.503	16,5	276.011	38.478	13,9	291.100	146.724	50,4
Fumo	80.533	45.086	56,0	90.527	70.614	78,0	76.190	70.754	92,9	76.642	75.207	98,1	61.250	121.542	198,4
Mandioca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Milho	1.063.584	212.404	20,0	1.005.633	213.640	21,2	1.078.025	277.835	25,8	1.128.441	392.446	34,8	1.150.000	585.468	50,9
Soja	350.642	62.166	17,7	408.785	97.942	24,0	504.570	139.493	27,6	520.401	209.711	40,3	483.880	188.206	38,9
Batata-inglesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	59.450	-	-	57.390	-	-	60.315	-	-	106.557	-	-	140.232	-
T O T A L	-	439.388	-	-	518.050	-	-	639.872	-	-	881.001	-	-	1.250.880	-

(Continua)

(Conclusão)

CULTURAS	1981			1982			1983			1984			1985		
	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%	Área Plantada (ha)	Área Custeada (ha)	%
Arroz	148.168	70.276	47,4	144.987	59.705	41,2	140.711	55.396	39,4	142.000	41.716	29,4	144.653	57.517	39,8
Feijão	373.000	136.613	36,6	422.087	135.668	32,1	395.538	77.403	19,6	410.000	67.658	16,5	415.894	89.361	21,5
Fumo	71.384	57.420	80,4	89.369	74.834	83,7	86.000	83.589	97,2	90.000	58.076	64,5	90.000	60.651	67,4
Mandioca	73.516	37.485	51,0	73.029	23.197	31,8	79.522	6.711	8,4	95.058	10.700	11,3	78.318	7.321	9,3
Milho	1.108.615	515.613	46,5	1.095.886	425.838	38,9	936.231	187.329	20,0	945.630	142.250	15,0	942.169	145.528	14,5
Soja	445.000	150.226	33,8	404.300	146.842	36,3	420.246	134.914	32,1	415.000	133.907	32,3	420.300	148.302	35,3
Batata-inglesa	19.064	7.699	40,4	17.132	6.734	39,3	17.241	5.327	30,9	17.381	4.532	26,1	17.314	4.112	23,7
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	13.629	7.893	57,9	13.378	6.098	45,6	23.483	2	0,0
Trigo	8.953	1.963	21,9	25.812	11.756	45,5	17.319	5.686	32,8	25.158	4.992	19,8	40.000	19.066	47,7
Outros	-	62.380	-	-	84.574	-	-	69.771	-	-	58.402	-	-	21.378	-
T O T A L	-	1.039.675	-	-	969.148	-	-	634.019	-	-	528.331	-	-	553.256	-

FONTE: Banco Central do Brasil- Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 23

QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS EM SANTA CATARINA - 1982-86

ANO	NÚMERO DE CONTRATOS			VALOR CORRENTE (cz$)		
	Total	Banco do Brasil	%	Total	Banco do Brasil	%
1982	202.751	151.551	74,74	142.304.701	111.470.625	78,33
1983	241.883	174.180	72,01	221.701.780	150.351.646	67,32
1984	131.856	103.614	78,58	453.689.716	326.515.853	71,97
1985	176.915	124.857	70,57	2.432.390.960	1.754.918.354	72,15
1986	...	179.016	-	...	6.094.146.000	-

FONTE: Banco Central do Brasil - Departamento de Crédito Rural - Dados Estatísticos.
Banco do Brasil - Boletim Trimestral dos Créditos Concedidos.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

5. INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

5.1. AGROTÓXICOS

O setor industrial de formulação e síntese de agrotóxicos teve seu maior impulso entre o final da década de 70 e início da década de 80. Em realidade, a evolução da utilização dos agrotóxicos e outros insumos modernos (sementes, fertilizantes, máquinas agrícolas) faz parte do processo de modernização da agricultura brasileira, incentivado pelo crédito subsidiado e acompanhado pelo desempenho das instituições de pesquisa e extensão rural na implantação de um modelo agrícola que privilegiou a produção agrícola para exportação.

Neste sendido, as tabelas 1, 2 e 3 são elucidativas, uma vez que mostram que as lavouras de exportação (cítricos, cana-de-açúcar, café e soja) são as que mais consomem agrotóxicos. A tabela 4 mostra o predomínio das vendas nas regiões e estados onde a agricultura se encontra mais capitalizada.

A maior parcela da capacidade de produção dos agrotóxicos cabe às empresas multinacionais, atraídas pelo imenso potencial do mercado agrícola, pela presença de uma infra-estrutura econômica favorável, pela oferta de generosos incentivos oficiais e, além da mão-de-obra barata, pela possibilidade, desde o Brasil, de atender a outros mercados[1].

Trata-se de uma indústria de química fina que investe também em outros ramos da síntese industrial e das manufaturas em geral, permitindo diluir os custos com pesquisa e desenvolvimento de produtos. Outra característica é o acelerado ritmo de inovação tecnológica exigida pela rápida obsolescência de muitos produtos, exigindo elevados investimentos e favorecendo a oligo-

---

(1) COORDENADORIA ECONÔMICA DE SERVIÇO. O uso de agrotóxicos na agricultura convencional e as tecnologias alternativas. Salvador, 1987, 102 p.

polização do setor. Nos últimos anos, no entanto, a inovação crescente vem perdendo terreno. A triagem de inúmeras substâncias nos laboratórios de pesquisa vem rendendo um número menor de produtos organossintéticos. O número de agrotóxicos registrados pelo Ministério da Agricultura caiu de 329 em 1981 para 246 em 1986.

Após uma década de atuação intensa na indústria de agrotóxicos, foram 48 os inseticidas, herbicidas e fungicidas sintetizados nas fábricas de 29 empresas.

Em 1985, 80% dos agrotóxicos importados ou produzidos no Brasil foram sintetizados internamente, sendo que deste total 30% foi exportado.

A produção do agrotóxico compreende três etapas básicas: a elaboração de matérias-primas e intermediários; a síntese do ingrediente ativo e a formulação do produto comercial, quando o produto técnico é misturado com veículos diluentes, adjuvantes ou com outros produtos. A indústria brasileira é composta basicamente de fábricas de síntese e formulação e, portanto, dependente da importação da maior parte das matérias-primas e produtos intermediários, os chamados precursores dos agrotóxicos. Falta ao país a integração vertical da indústria (domínio de todas as etapas), ficando impedido, pela falta do domínio tecnológico, de criar e aperfeiçoar novos produtos.

No período de 1975 a 1980, de acordo com o Conselho de Desenvolvimento Industrial, foram aplicados US$ 320 milhões na síntese de produtos. Trata-se de uma indústria intensiva em capital, sendo que no período de 1975 a 1980, com o investimento de US$ 220 milhões em novas fábricas, foram criados, de acordo com a Fundação IBGE, 1.157 empregos. Estima-se em menos de 5.000 o número de empregos diretos proporcionados por este setor industrial.

Segundo a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF), houve uma queda de 40% no volume das vendas de agrotóxicos entre 1975 e 1985, de 216 mil para 129 mil toneladas de produto em 1985. Esta redução se explica pelas dosagens menores requeridas pela nova geração de produtos, mais potentes, pela

redução do subsídio agrícola a partir de 1981 e pela elevação do nível de consciência dos técnicos e agricultores a respeito dos riscos da utilização inadequada de tais produtos. Aumentou, no mesmo período, o volume de exportações, passando de 1.400 para 24.000 toneladas.

Em 1986, com o advento do Plano de Estabilidade Econômica, que trouxe no seu bojo a estabilidade dos preços dos insumos, e o fim da correção monetária (não atraindo recursos para as aplicações financeiras), ocorreu uma ampliação da área plantada e maior aplicação de recursos na atividade agrícola. No que se refere ao comportamento do mercado em 1986, verifica-se, de acordo com dados fornecidos pela ANDEF, que ocorreu uma expansão de 33,6% do consumo de agrotóxicos em relação ao ano anterior. O consumo aparente de princípio ativo (produção nacional + importação - exportação) foi de 66.961 toneladas em 1986 e de 50.161 em 1985. Dentro das três classes, verifica-se um crescimento mais acentuado dos fungicidas (50,3%), sendo que na Região Sul o aumento da área plantada com trigo pode explicar esse crescimento. O acréscimo de consumo foi significativo também para as demais classes: inseticidas, 22,8% e herbicidas, 30,8%, conforme se observa na tabela 5.

A ampliação da demanda interna em 1986, não obstante os problemas decorrentes do atraso na liberação das guias de importação para a indústria pela Carteira de Crédito Exterior (CACEX), forçou um aumento das importações e uma redução das exportações. Enquanto as importações cresceram 49,1%, as exportações foram reduzidas em 17,9% em relação ao ano anterior.

Particularmente em Santa Catarina, a venda de agrotóxicos (produto comercial) em 1986 cresceu 10% em relação a 1985. Já, com relação à concentração de ingrediente ativo, esta se mantém praticamente a mesma. As vendas do produto no estado, em 1986, representaram 3,8% do consumo nacional.

Um dos pontos intensamente discutidos com relação aos agrotóxicos durante o ano de 1986 foi a sua legislação. A legislação existente data de 1934, quando a maioria dos compostos atualmente comercializados não eram sintetizados. Diante do aumento do seu uso, o governo federal vem legislando através de

portarias como a 07/81 (ainda não cumprida), emitida pelo Ministério da Agricultura e que determina a obrigatoriedade do receituário agronômico para os produtos das classes toxicológicas I e II.

Enquanto isso, o Rio Grande do Sul, impulsionado pelos movimentos ecológicos e pela categoria agronômica, criou a primeira legislação estadual sobre a questão. Tal lei assegurava o direito de impugnação, por entidades da sociedade civil, de produtos comprovadamente prejudiciais à saúde humana. Constavam, ainda, o controle da rotulagem, a proibição de comercialização de produtos clorados e daqueles proibidos nos países de origem. Outros estados aprovaram legislações com idêntico sentido: restringir a comercialização indiscriminada de venenos na agricultura.

O Sindicato da Indústria de Defensivos do Estado de São Paulo e a ANDEF, através de medida cautelar junto ao Procurador Geral da República, solicitaram suspensão imediata da lei, argumentando inconstitucionalidade. Em dezembro de 1983, com o indeferimento do Procurador Geral, a decisão passou a depender do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em maio de 1985, firmou jurisprudência contrária aos interesses da indústria, dando competência legal para os estados legislarem sobre a matéria. Alguns artigos da lei gaúcha, especialmente o que atribuía ao governo do estado o poder de proibir a comercialização do produto registrado a nível federal, foram vetados.

Em 1984, o governo federal enviou projeto de lei ao Congresso Nacional eliminando as legislações estaduais. Graças à pressão das entidades ecológicas, os parlamentares obstruíram sua tramitação.

Em 1985, o Ministério da Agricultura baixou portaria proibindo a comercialização, o uso e a distribuição da maioria dos produtos organoclorados em todo o país.

Em novembro de 1985, o Presidente da República criou uma Comissão Especial com o objetivo de elaborar uma proposta de legislação federal para os agrotóxicos. Tal comissão era composta por representantes de 29 órgãos e instituições, desde grupos

conservacionistas, entidades classistas até associações da indústria. Após três meses de discussão, a referida comissão apresentou uma proposta que reconhecia a competência dos estados para legislar sobre uso, comercialização e armazenamento, bem como aos municípios, supletivamente, cabendo à União a fiscalização de produção, importação e exportação desses produtos. Essa proposta, não aceita pela indústria, uma vez encaminhada à Presidência da República, por diversas vezes foi devolvida para modificações. Com a troca de Ministros, a proposta original foi modificada tirando dos estados o poder de legislar e restringindo a obrigatoriedade do receituário agronômico. Tal projeto não foi ainda encaminhado ao Congresso Nacional. Ademais, a decisão sobre o assunto, que passa pelas definições a respeito do papel da ciência e da tecnologia e da empresa nacional, deverá ser tomada na Assembléia Nacional Constituinte.

A utilização da engenharia genética e da biotecnologia, criando variedades que só podem produzir se cultivadas com respaldo do agrotóxico específico criado pela mesma indústria que criou a variedade, aumenta de forma considerável a dependência dos agricultores em relação às indústrias. Por outro lado, as proibições e restrições dos agrotóxicos e a promoção de alternativas mais sadias com recursos que vêm sendo destinados à indústria, constituem políticas que poderão levar à reconversão industrial, propiciando uma agricultura sustentável.

TABELA 1

VENDAS BRASILEIRAS DE INSETICIDAS[1] E VALOR, POR DESTINAÇÃO, 1983-85

DESTINAÇÃO	PRODUTO COMERCIAL (t)[2]			VALOR (US$ 1.000)		
	1983	1984	1985	1983	1984	1985
Formigas	-	9.833	10.147	-	7.547	6.894
Soja	5.091	9.185	8.991	27.037	58.882	53.427
Algodão	6.665	9.109	6.921	35.849	52.699	49.788
Cítricos	4.151	7.670	9.201	17.795	32.281	37.793
Cacau	2.207	4.031	3.681	1.340	2.079	1.797
Fumo	-	2.583	5.570	-	6.378	11.685
TOTAL	43.329	59.415	61.808	151.493	234.409	236.012

FONTE: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Incluem acaricidas, formicidas, fumigantes e outros.

(2) Produtos formulados.

TABELA 2

VENDAS BRASILEIRAS DE HERBICIDAS E VALOR, POR DESTINAÇÃO, 1983-85

DESTINAÇÃO	PRODUTO COMERCIAL (t) (1)			VALOR (US$ 1.000)		
	1983	1984	1985	1983	1984	1985
Soja	10.490	16.762	15.861	118.554	167.298	133.732
Cana-de-açúcar	8.439	8.619	9.168	74.244	76.471	71.893
Arroz	6.703	7.057	8.314	47.928	42.888	46.962
Milho	2.104	2.353	2.808	15.965	15.285	16.669
Pastagens	2.182	2.232	1.678	14.103	13.208	10.217
Algodão	-	1.122	1.477	-	6.986	8.036
Trigo, Cevada, Centeio, Aveia	-	842	1.073	-	4.606	4.670
TOTAL	35.471	42.556	42.867	317.387	364.706	317.755

FONTE: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Produtos formulados.

TABELA 3

VENDAS BRASILEIRAS DE FUNGICIDAS E VALOR POR DESTINAÇÃO, 1983-85

DESTINAÇÃO	PRODUTO COMERCIAL (t) (1)			VALOR (US$ 1.000)		
	1983	1984	1985	1983	1984	1985
Cítricos	5.456	5.667	7.239	9.919	12.049	13.939
Café	4.289	3.282	3.371	10.550	8.889	7.609
Trigo, Cevada, Centeio, Aveia	3.867	2.914	1.983	41.332	34.455	22.865
Batata-inglesa	8.752	2.719	2.961	20.244	14.215	14.243
Tomate	2.372	1.987	1.326	12.870	9.985	8.626
Cacau	-	544	1.817	-	904	3.615
Hortaliças	-	1.670	1.211	-	7.778	6.321
TOTAL	26.674	23.185	24.039	132.687	115.009	99.921

FONTE: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(1) Produtos formulados.

TABELA 4

AGROTÓXICOS - VENDA DE PRODUTOS FORMULADOS POR REGIÕES GEOECONÔMICAS E/OU ESTADOS - BRASIL, 1983-85

REGIÃO E/OU ESTADO	INSETICIDA						FUNGICIDA					
	Quantidade (t)			Valor (US$ 1.000)			Quantidade (t)			Valor (US$ 1.000)		
	1983	1984	1985	1983	1984	1985	1983	1984	1985	1983	1984	1985
NORTE: RO, AC, AM, RR, PA, AP	334	310	264	690	804	727	42	57	37	295	486	323
NORDESTE: MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, CE e BA	4.456	5.294	6.760	11.796	12.337	15.836	569	1.306	2.469	2.641	4.180	6.213
SUDESTE: MG, ES, e RJ	7.168	7.192	9.856	14.458	15.836	18.612	1.685	1.577	2.136	7.501	7.357	9.394
CENTRO-OESTE: GO, MT e DF	2.870	3.060	2.858	13.112	17.892	17.259	296	271	429	2.303	2.335	3.371
MS	1.383	2.556	1.998	6.220	11.623	11.284	631	379	340	4.160	2.435	1.708
SP	14.508	21.439	21.283	55.020	86.868	89.283	13.729	13.723	13.011	55.233	54.430	50.407
PR	6.232	10.717	7.853	29.017	49.933	45.183	7.678	4.259	3.607	47.027	30.019	16.669
SC e RS	6.883	8.847	10.937	21.180	39.612	37.828	2.144	1.613	2.010	13.527	13.967	11.837
TOTAL	43.329	59.415	61.809	151.493	234.409	236.012	26.674	23.185	24.039	132.687	115.009	99.922

(continua)

(conclusão)

REGIÃO E/OU ESTADO	HERBICIDA						TOTAL					
	Quantidade (t)			VALOR (US$ 1.000)			QUANTIDADE (t)			VALOR (US$ 1.000)		
	1983	1984	1985	1983	1984	1985	1983	1984	1985	1983	1984	1985
NORTE: RO, AC, AM, RR, PA, AP	338	234	190	2.060	1.381	1.238	714	601	491	3.045	2.673	2.288
NORDESTE: MA, PI, CE, RN, PB, PE, AL, CE e BA	1.641	2.723	1.996	13.669	21.443	15.428	6.666	9.323	11.225	28.106	37.960	37.477
SUDESTE: MG, ES, e RJ	2.105	2.404	2.092	15.588	21.897	12.876	10.953	11.173	14.084	37.547	44.590	40.882
CENTRO-OESTE: GO, MT e DF	1.070	2.670	2.493	9.420	19.624	17.877	3.736	6.001	5.780	24.835	39.851	38.507
MS	1.746	2.833	1.902	15.073	24.002	15.249	3.660	5.768	4.240	25.453	38.060	28.421
SP	9.612	9.225	9.697	89.505	81.939	75.888	37.849	44.387	43.991	199.758	223.237	215.578
PR	8.066	10.565	10.212	81.507	97.355	78.528	21.976	25.541	21.672	157.551	177.309	140.380
SC e RS	10.893	11.902	14.283	90.565	97.065	100.670	19.920	22.362	27.230	125.272	150.444	150.335
TOTAL	35.471	42.556	42.865	317.387	364.706	317.754	105.474	125.156	128.713	601.567	714.124	653.688

FONTE: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5

VOLUMES FÍSICOS DE AGROTÓXICOS (INGREDIENTE ATIVO) PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS; CONSUMO APARENTE; VARIAÇÃO ANUAL; REPRESENTAÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO; PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES NOS TOTAIS COMERCIALIZADOS - BRASIL, 1985/86

CLASSE	QUANTIDADE (t)		VARIAÇÃO ANUAL (%)	REPRESENTAÇÃO SOBRE VOLUME COMERCIALIZADO (%)		REPRESENTAÇÃO DAS CLASSES NO TOTAL GERAL (%)	
	1985	1986		1985	1986	1985	1986
INSETICIDAS	20.424	25.004	22,4	100,0	100,0	25,1	25,7
Produção nacional	13.525	14.364	6,1	65,7	57,5	20,5	19,0
Importação	6.889	10.640	54,5	33,7	42,6	45,3	47,7
Exportação	1.780	1.406	-21,0	8,7	5,3	7,3	6,4
Consumo aparente	18.644	23.598	26,6	94,3	94,4	32,6	31,1
FUNGICIDAS	28.421	319.172	1.023,1	100,0	100,0	34,9	326,2
Produção nacional	26.233	34.683	32,3	92,3	10,9	39,7	45,9
Importação	2.188	4.489	562,2	7,7	1,4	14,7	20,1
Exportação	7.831	9.986	27,6	27,6	3,1	32,3	45,5
Consumo aparente	20.590	29.186	41,8	72,5	9,2	36,1	38,5
HERBICIDAS	32.510	261.496	704,4	100,0	100,0	40,1	267,2
Produção nacional	26.368	26.496	0,5	81,1	10,1	39,9	35,1
Importação	6.142	7.184	17,0	18,9	2,8	40,3	32,2
Exportação	14.629	10.580	-27,6	45,0	4,1	60,4	48,2
Consumo aparente	17.881	23.100	29,2	55,0	8,8	31,3	30,5
TOTAL GERAL	81.355	97.856	20,3	100,0	100,0	100,0	100,0
Produção nacional	66.126	75.543	14,3	81,3	77,2	100,0	100,0
Importação	15.229	22.313	46,6	18,7	22,8	100,0	100,0
Exportação	24.240	21.972	-9,3	29,8	22,5	100,0	100,0
Consumo aparente	57.115	75.884	32,9	70,2	77,6	100,0	100,0

FONTE: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6

VOLUME TOTAL DAS VENDAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA E VARIAÇÃO ANUAL DA CONCENTRAÇÃO - 1985-86

(tonelada)

CLASSE	PRODUTO COMERCIAL			INGREDIENTE ATIVO				
				1985		1986		VARIAÇÃO ANUAL DA CONCENTRAÇÃO (%)
	1985	1986	Variação Anual (%)	Peso	Concentração (%)	Peso	Concentração (%)	
Inseticida	3.710	4.170	12,40	796	21,46	989	23,72	10,53
Fungicida	860	1.519	76,63	328	38,14	778	51,12	34,03
Herbicida	2.030	1.550	-23,64	1.023	50,39	755	48,71	-3,33
TOTAL	6.600	7.239	9,68	2.147	32,53	2.522	34,84	7,10

FONTE: ANDEF - Associação Nacional de Defensivos Agrícolas.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

5.2. FERTILIZANTES E CORRETIVOS

Trata-se de insumos importantes para a consecução das políticas governamentais postas em vigor nas últimas décadas. Tais políticas têm buscado o aumento da produção, quer pelo aumento da produtividade das áreas até então exploradas, quer pela ampliação da fronteira agrícola.

A produção e a importação de matérias-primas básicas, a formulação e a mistura de fertilizantes, sua distribuição e revenda constituem peças importantes do complexo agroalimentar composto pelas agroindústrias que trabalham na manufatura e distribuição dos insumos (fertilizantes e corretivos, sementes, agrotóxicos, medicamentos veterinários), pela unidade de produção agrícola e pelos setores que atuam na armazenagem, no processamento e distribuição de produtos rurais e seus subprodutos.

Recapitulando o desempenho do setor, verifica-se que, no período de 1960 a 1966, devido às restrições às importações, o consumo por ano de fosfato (nutriente mais consumido) ficou estagnado em 125.000 toneladas. A partir de 1966, com a criação pelo governo do Fundo de Estímulos Financeiros ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (Funfértil), ocorreu um impulso no consumo, atingindo-se a cifra de 205 mil toneladas em 1967. Suportado pelo estímulo creditício, o consumo de fosfato entra na década de 70 alcançando 416.000 toneladas. Em 1970, com a extinção do Funfértil e a criação do Fundo de Desenvolvimento da Agricultura (Fundag), que subsidiava parcialmente as despesas financeiras para a aquisição de fertilizantes, o consumo de fertilizantes apresentou um crescimento considerável, chegando a 875 mil toneladas o consumo de fosfato em 1972. Com a primeira crise do petróleo, em 1973, o consumo do fosfato caiu para 724 mil toneladas (-17,2%) (ver tabela 1).

Em 1974, com a criação do Plano Nacional de Fertilizantes e Calcário Agrícola (PNFCA), que objetivava tornar o país auto-suficiente em fertilizantes, novo impulso é dado ao consumo. O segundo choque do petróleo em 1979 não alterou a tendência

de crescimento da demanda. Entretanto, o agravamento da crise econômica e a retirada parcial dos subsídios à agricultura causaram, a partir de 1981 até 1983, uma retração no consumo de fertilizantes, chegando aos níveis de consumo de 1975. Ressalte-se, neste sentido, que as taxas de juros dos financiamentos agrícolas, que em 1980 tinham valor zero, passaram para 35% a.a. nas áreas de atuação da SUDAM/SUDENE e para 45% a.a. nas demais regiões. Em 1981, o consumo aparente de fertilizantes caiu 36,06% em relação a 1980, enquanto de 1981 para 1982 ocorreu um pequeno crescimento (7,25%).

Cabe lembrar que a partir de 1982 ocorreu o aumento da participação dos recursos próprios dos agricultores nos financiamentos de custeio.

Em 1983, o consumo de nutrientes continuou caindo (43,07% em relação a 1980). Em 1984, ocorreu um aumento de consumo, em relação a 1983, de 18,23%, mas ainda 30,3% inferior ao consumo alcançado em 1980. O aumento do consumo observado na tabela 2, em 1984[1], é explicado pela política de centralização do câmbio colocado em vigor em 1983 e que dificultou o abastecimento de fertilizantes, fazendo com que produtores e cooperativas entrassem em 1984 com estoques zerados. Por sua vez, os produtores que fizeram bons negócios com soja, trigo e algodão, na safra 1983/84, ajudados pelos preços mínimos favoráveis, procuraram fugir da inflação e garantir os suprimentos de insumos antecipadamente.

Fatores como a demora na definição dos Valores Básicos de Custeio, preços de fertilizantes corrigidos acima da inflação e altos custos financeiros para os agricultores, tiveram influência na redução do consumo de nutrientes, da ordem de 8,57% em 1985, quando comparado com o do ano anterior.

O comportamento do setor de fertilizantes em 1986 pode ser considerado satisfatório. Em realidade, com a implantação do Plano de Estabilidade Econômica do governo federal, que trouxe no seu bojo o fim da correção monetária e o tabelamento dos in-

---

(1) SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1984/85. Florianópolis, v.2, 1985.

sumos e, posteriormente, a fixação dos preços mínimos e dos valores básicos de custeio satisfatórios (muito embora tenha havido demora na liberação dos financiamentos pelo Banco do Brasil), os agricultores foram levados a investir na agricultura, quer aumentando a área de plantio, quer melhorando a produtividade das lavouras pela adoção de mais tecnologias.

O comportamento do mercado em 1986, em função do quadro citado anteriormente, apresentou características específicas que vale enumerar: em primeiro lugar, a indefinição do governo e as pressões exercidas pelas indústrias na fixação dos preços - no que se refere aos preços dos insumos, o governo propugnava no sentido de que os preços dos insumos fossem tabelados pela média daqueles praticados em 27/02/86 (data de anúncio do plano); em segundo lugar, as lideranças do setor sustentavam que os preços praticados em fev/86 estavam defasados e que correspondiam aos preços incorridos em setembro de 1985. Dois meses após o anúncio do Plano Cruzado, o CIP (Conselho Interministerial de Preços) definiu as listas de fertilizantes tabelados, estabelecendo que o frete do transporte entre a unidade misturadora e o local de entrega do produto ao consumidor fosse cobrado à parte, o mesmo ocorrendo com as despesas financeiras decorrentes das compras a prazo. Com a estabilidade de preços e a demora na definição dos preços mínimos, os agricultores concentravam as suas compras às vésperas do plantio, trazendo como conseqüência o congestionamento dos fretes e o seu encarecimento, prejudicando a distribuição de adubos. Enquanto cerca de 40% a 45% das vendas ocorrem no primeiro semestre, em 1986 foi comercializado, conforme lideranças do setor, apenas 20% do consumo anual neste período. Por outro lado, também o transporte de matérias-primas importadas dos postos até as unidades misturadoras enfrentou dificuldades, uma vez que teve a concorrência dos fretes para internamento dos alimentos importados.

A propósito, o segmento industrial tem capacidade instalada para trabalhar com 12 milhões de toneladas/ano de produto, o que equivale à oferta de 5 milhões de t/ano de elementos nutritivos NPK (nitrogênio, fósforo e potássio). São aproximadamente 300 unidades misturadoras que atuam no setor. O segmento de distribuição conta com aproximadamente 15 mil revendedores atuando junto a produtores rurais e cooperativas.

De outra parte, cabe registrar como fato que pode contribuir na compreensão do comportamento da política governamental para o setor o anúncio pela Petrofil nos primeiros dias de janeiro de 1987, de um prejuízo de Cz$ 200 milhões em 1986 em função de uma defasagem entre 25% e 30% do preço das matérias-primas produzidas pela empresa, entre elas, amônia, uréia, ácido sulfúrico e rocha fosfática. Tais produtos vieram a ser reajustados em 50% em abril de 1987.

Dados do Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas do Estado de São Paulo indicam que a produção nacional de nutrientes foi de 2.248.611 t, o que corresponde a um acréscimo de 16,23% em relação ao ano anterior e de 20,13% em relação a 1980. O aumento da demanda exigiu aumento nas importações na ordem de 39,1% em relação a 1985, conforme mostram as tabelas 2, 3 e 4.

O consumo aparente de fertilizantes em 1986 foi estimado em 3.951.676 toneladas de nutrientes, superior em 25,1% às cifras do ano anterior, mas ainda inferior ao volume alcançado em 1980 (tabela 2). Conforme os dados das tabelas 5 e 6, a Região Centro (Sudeste e Centro-Oeste) é responsável por mais de 70% do consumo de fertilizantes. Conforme a tabela 7, em 1986, foi entregue para o estado de Santa Catarina um total de 106.949 t de nutrientes, correspondente a 2,7% do consumo nacional.

Cabe destacar, no que se refere a Santa Catarina, que no decorrer de 1986 a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento implantou o Programa Estadual de Calcário Agrícola. Tal programa consistiu no subsídio do custo do produto na mina, cabendo ao agricultor a cobertura das despesas com frete da indústria à propriedade. Em 1986, foram atendidos 14.125 agricultores, sendo calcariados 22.066 hectares, utilizando 120.000 toneladas do referido corretivo.

A produção de fertilizantes no primeiro semestre de 1987 foi de 2.944 milhões de t, com um crescimento de 16,6% sobre os 2.527 milhões do mesmo período do ano passado. A previsão de entrega para o setor até o final de 1987, é de 8,5 milhões de toneladas, podendo ser maior se for mantida a atual tendência

dos agricultores de comprar mais do que se previa no início do ano.

As previsões iniciais de queda no consumo foram feitas com base no descompasso existente entre os preços dos produtos agrícolas e os preços dos insumos e nas dificuldades enfrentadas pelos agricultores no pagamento dos empréstimos contraídos na vigência do Plano Cruzado, em função da volta da correção monetária. Em verdade, os preços dos fertilizantes tiveram dois aumentos em 1986: o primeiro em fevereiro, de 25% a 30%, e o segundo em abril, em torno de 40%. Acrescentem-se, ainda, as medidas adotadas pelo governo federal relacionadas com o corte dos subsídios ao crédito agrícola. Por outro lado, a correção dos preços mínimos da safra 1986/87, de acordo com os custos de produção, a redução das taxas de juros dos créditos de investimentos contratados em 1986 e a aplicação de recursos expressivos na comercialização da safra, aliados à fixação de Valores Básicos de Custeio, reajustados em média em 200% em relação a 1985, bem como a fixação de preços mínimos razoáveis, podem levar os agricultores a um consumo superior àquele previsto pelas lideranças empresariais do setor. De parte da indústria, cabe registrar a dificuldade enfrentada na retenção, pela Carteira de Crédito Exterior, das guias de importação. Tais importações, inicialmente estimadas em US$ 500 milhões, deverão ficar em US$ 450 milhões, conforme as lideranças anteriormente citadas. Os produtos importados são a amônia, o cloreto de potássio, o enxofre, o ácido sulfúrico e a rocha fosfática.

Do ponto de vista da capacidade de produção das indústrias, no sentido de atender à demanda crescente de fertilizantes, vale fazer uma rápida descrição e análise por nutriente/ou matéria-prima básica. Com relação aos nitrogenados, graças aos investimentos realizados para sua produção na década de 70, o Brasil produz grande parte do que consome. Em 1986, conforme a tabela 2, foram importadas 275.689 t de nutrientes nitrogenados, das quais 61,3% de sulfato de amônia. Estão previstos no novo Programa Nacional de Fertilizantes, com vigência para os próximos oito anos, os seguintes investimentos: uma unidade produtora de 1.000 toneladas/dia de amônia e 1.100 toneladas/dia de uréia, tendo como matéria-prima o gás natural de Campos (RJ); a ampliação da fábrica de Nitrofértil no estado de Sergipe para produção de mais de 1.000 toneladas/dia; a ampliação da produção de 150 t

diárias de amônia em Camaçari (BA). Prevê, ainda, o Programa, o aumento da oferta de ácido nítrico diluído e concentrado para atendimento das indústrias químicas fabricantes de fertilizantes.

Com relação aos fosfatados, embora a produção interna seja capaz de suprir a demanda, as importações, que foram de 31.088 toneladas de nutrientes em 1985, atingiram 147.288 toneladas em 1986, representando 8,8% do consumo. As seis maiores produtoras de rocha fosfática são as empresas: Goiasfértil, Fosfértil, Capabrás, Trevo Iarafértil e Serrana. A empresa Fosfértil S.A., da qual a Petrofértil é a maior acionária, é responsável por 26,0% da produção nacional de rocha fosfática e produz atualmente 1,0 milhão de t no complexo de mineração de Tapiraí (MG). O fósforo é consumido no país de duas formas: fósforo solúvel, proveniente da solubilização via úmida ou térmica da rocha fosfática e fósforo tricálcio, na forma de rocha fosfática moída, destinada à aplicação direta. Cerca de 92% do fósforo consumido no país é na forma solúvel, sendo que 70% deste é consumido na Região Centro, conforme classificação do Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas de São Paulo. Trata-se de um fertilizante de importância estratégica, cujas reservas brasileiras estão avaliadas em 378 milhões de t, com uma duração prevista para 30 a 40 anos. A propósito, o Programa Nacional de Fertilizantes prevê os seguintes investimentos: ampliação da capacidade de produção da usina de Tapiraí (MG) em mais 180 mil toneladas; ampliação da produção na Região Centro-Oeste; implantação de uma unidade de concentração da rocha fosfática no Nordeste; implantação de uma unidade de produção de ácido fosfórico na cidade de Catalão (GO), para produzir 75 mil toneladas/ano; e uma unidade de produção de ácido fosfórico em Anitápolis (SC), destinada a produzir 150 mil t anuais.

Outra matéria-prima necessária para a produção de fertilizantes é o enxofre. Em 1984, para uma importação de 1,17 milhão de t, a produção nacional alcançou 220.860 t. O enxofre é obtido no Brasil através do processamento do petróleo, do xisto, da pirita carbonesa e dos minerais sulfatados. Visando diminuir a dependência interna de enxofre, o citado Programa Nacional de Fertilizantes prevê a ampliação da oferta de ácido sulfúrico em 1,8 milhão de t anuais, prevendo a produção de 500 mil toneladas

anuais para atender à demanda das unidades já existentes, das quais 250 mil em Araxá (MG); 500 mil anuais na Região Centro, das quais 250 mil no município de Catalão (GO); 450 mil em Anitápolis(SC),a partir do rejeito piritoso e 350 mil na Região Nordeste.

A exploração da única jazida de fosfato da Região Sul, localizada em Anitápolis, com reservas estimadas em 32 milhões de toneladas, será realizada pela Indústria de Fosfatos Catarinense, composta pela associação das empresas Trevo, Fertisul, Quimbrasil, Serrana e Petrofértil. Aliás, a participação da Petrofértil, com controle de 48% das ações, já foi aprovada pela Secretaria Especial de Controle das Empresas Estatais e está orçada em US$ 300 milhões.

No que se refere ao potássio, o país importa a quase totalidade do que consome. Em 1986, foram importadas 1.280.078 toneladas, 20,58% a mais que no ano anterior. O Brasil poderá chegar à auto-suficiência da produção de cloreto de potássio até o final do século, conforme avaliação durante o Seminário "Fertilizantes - Situação Atual e Perspectivas", realizado em setembro/86 e promovido pela Associação Nacional de Difusão de Adubos (ANDA). A avaliação se baseia nos projetos de exploração das jazidas de salvinita, em número de quatro. Apenas a jazida de Taquari-Vassouras, no estado de Sergipe, encontra-se em início de exploração. As reservas totais da jazida são de 810 milhões de toneladas, sendo que somente 8,9 milhões de toneladas compõem as reservas comercialmente aproveitáveis. As demais jazidas estão localizadas em Santa Rosa de Lima (SE) e na região Amazônica, na margem direita do rio Madeira.

Do ponto de vista tecnológico, vale registrar a difusão de novas tecnologias, tais como os adubos fluidos, o gesso agrícola e o adubo foliar. O gesso agrícola, além de conter elementos indispensáveis como o enxofre e o cálcio, melhora as condições físicas do solo, penetra no mesmo com mais facilidade que o calcário, diminuindo a saturação de alumínio no subsolo. As experiências realizadas em São Paulo e Minas Gerais por agricultores e pesquisadores recomendam dosagens de 70% de calcário e 30% de gesso (ver revista Globo Rural no 22). Tal produto, subproduto da rocha fosfática, vem sendo pesquisado também pela Pe-

trofértil. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do estado de São Paulo desenvolveu dois projetos que podem ser transferidos às empresas. Referem-se à obtenção do termofosfato e do nitrofosfato, fertilizantes que não utilizam o enxofre.

Em síntese, podem-se registrar como pontos importantes o aumento do consumo de fertilizantes, a previsão de novos investimentos na área estatal e privada e a busca de novas tecnologias.

TABELA 1

CONSUMO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES FOSFATADOS, 1950-85

(em 1.000 t)		(conclusão)	
1950	50,8	1968	273,1
1951	73,6	1969	265,7
1952	46,9	1970	415,9
1953	64,8	1971	535,9
1954	77,4	1972	874,9
1955	88,6	1973	804,5
1956	93,6	1974	914,1
1957	118,7	1975	1.013,8
1958	143,4	1976	1.308,3
1959	124,0	1977	1.545,0
1960	131,6	1978	1.531,0
1961	118,4	1979	1.685,0
1962	117,5	1980	1.988,0
1963	156,8	1981	1.325,0
1964	135,0	1982	1.218,0
1965	120,1	1983	1.078,0
1966	116,7	1984	1.595,0
1967	204,6	1985	1.307,0

(continua) FONTE: ANDA/SIACESP.

TABELA 2

QUANTIDADE NACIONAL, IMPORTAÇÃO, CONSUMO APARENTE E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS NUTRIENTES NO BRASIL, 1980-86

(tonelada)

NUTRIENTES/ORIGENS	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	VARIAÇÃO % ANUAL (1985÷ 1986)
NITROGÊNIO (N)								
. Prod. Nacional	383.005	348.779	396.772	533.295	670.161	723.620	712.397	-1,55
. Importação	522.555	319.061	246.841	103.901	153.775	131.653	275.689	109,41
. Consumo aparente	905.560	667.840	643.613	637.196	823.936	855.273	988.086	15,53
FOSFATO (P_2O_5)								
. Prod. Nacional	1.486.739	1.084.408	1.025.489	984.232	1.481.756	1.210.824	1.525.694	26,01
. Importação	365.208	136.506	73.655	-	70.778	31.088	147.298	373,81
. Consumo aparente	1.853.947	1.220.144	1.099.144	984.232	1.554.534	1.241.912	1.672.992	34,71
POTÁSSICOS (K_2O)								
. Prod. Nacional	-	-	-	-	-	-	10.520	-
. Importação	2.198.566	1.280.331	1.656.221	1.200.245	1.076.038	1.061.604	1.280.078	20,58
. Consumo aparente	2.198.566	1.280.331	1.656.221	1.200.245	1.076.038	1.061.604	1.290.598	21,57
TOTAL								
. Prod. Nacional	1.871.744	1.433.187	1.422.211	1.517.527	2.153.917	1.934.444	2.248.611	16,24
. Importação	3.086.329	1.735.898	1.976.717	1.304.146	1.300.591	1.224.345	1.703.065	39,10
. Consumo aparente	4.958.073	3.169.085	3.398.928	2.821.673	3.454.508	3.158.789	3.951.676	25,10

FONTE: ANDA/SIACESP - Associação Nacional para Difusão de Adubos e Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSUMO APARENTE DOS NUTRIENTES NO BRASIL, 1980-86

(1980 = 100)

NUTRIENTE/ORIGEM	1981	1982	1983	1984	1985	1986
NITROGÊNIO (N9						
. Prod. Nacional	91	104	139	175	189	186
. Importação	61	47	20	29	25	53
. Consumo aparente	73	71	70	90	94	109
FOSTATADOS (P_2O_5)						
. Prod. Nacional	73	69	66	100	81	102
. Importação	37	20	-	19	9	40
. Consumo aparente	65	59	53	83	67	90
POTÁSSICOS (K_2O)						
. Prod. Nacional	-	-	-	-	-	-
. Importação	58	75	54	49	48	58
. Consumo aparente	58	75	54	49	48	59
TOTAL						
. Prod. Nacional	77	75	81	115	103	120
. Importação	56	64	42	42	40	55
. Consumo aparente	63	68	57	70	64	80

FONTE: ANDA/SIACESP - Associação Nacional para Difusão de Adubos e Sindicato das Indústrias de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 4

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO NACIONAL E IMPORTAÇÃO DOS NUTRIENTES NO CONSUMO APARENTE - BRASIL, 1980-86

(%)

NUTRIENTE/ORIGEM	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
NITROGÊNIO (N)							
. Prod. Nacional	42,29	52,22	61,65	83,69	81,34	84,61	72,10
. Importação	57,71	47,78	38,35	16,31	18,66	15,39	27,90
. Consumo aparente	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
FOSFATO (P_2O_5)							
. Prod. Nacional	80,30	88,82	93,30	100,00	95,45	97,50	91,20
. Importação	19,70	11,18	6,70	-	4,55	2,50	8,80
. Consumo aparente	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
POTÁSSICOS (K_2O)							
. Prod. Nacional	-	-	-	-	-	-	0,82
. Importação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	99,18
. Consumo aparente	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
TOTAL							
. Prod. Nacional	37,75	54,22	41,84	53,78	62,35	61,24	56,90
. Importação	62,24	54,77	58,15	46,21	37,64	38,76	43,10
. Consumo aparente	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: ANDA/SIACESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5

PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO E CONSUMO APARENTE DOS NUTRIENTES, POR REGIÃO, 1986

(tonelada)

NUTRIENTE \ REGIÃO	NORTE/NORDESTE	CENTRO	SUL	BRASIL
NITROGENADOS				
. Produção nacional	99.079	512.596	100.722	712.397
. Importação	44.827	200.477	30.385	275.689
. Consumo aparente	143.906	713.073	131.107	988.086
FOSFATADOS				
. Produção nacional	48.763	1.160.440	316.491	1.525.694
. Importação	110.979	18.218	18.101	147.298
. Consumo aparente	159.742	1.178.658	334.592	1.672.992
POTÁSSICOS				
. Produção nacional	10.520	-	-	10.520
. Importação	134.792	901.381	243.905	1.280.078
. Consumo aparente	145.312	901.381	243.905	1.290.598
TOTAL				
. Produção nacional	158.362	1.673.036	417.213	2.248.611
. Importação	290.598	1.120.076	292.391	1.703.065
. Consumo aparente	448.960	2.793.112	709.604	3.951.676

FONTE. ANDA/SIACESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO E CONSUMO APARENTE DOS NUTRIENTES, NO TOTAL, POR REGIÃO, 1986

(%)

NUTRIENTE \ REGIÃO	NORTE/NORDESTE	CENTRO	SUL	BRASIL
NITROGENADOS				
. Produção nacional	13,91	71,95	14,14	100,00
. Importação	16,26	72,72	11,02	100,00
. Consumo aparente	14,56	72,17	13,27	100,00
FOSFATADOS				
. Produção nacional	3,20	76,06	20,74	100,00
. Importação	75,34	12,37	12,29	100,00
. Consumo aparente	9,55	70,45	20,00	100,00
POTÁSSICOS				
. Produção nacional	100,00	-	-	100,00
. Importação	10,52	70,41	19,05	100,00
. Consumo aparente	11,26	69,84	18,90	100,00
TOTAL				
. Produção nacional	7,04	74,40	18,56	100,00
. Importação	17,06	65,77	17,17	100,00
. Consumo aparente	11,36	70,68	17,96	100,00

FONTE: ANDA/SIACESP.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7

VOLUME DOS NUTRIENTES ENTREGUE NA REGIÃO CENTRO-SUL, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1986

(t)

NUTRIENTES / ESTADO	N	P_2O_5	K_2O	TOTAL
São Paulo	261.464	358.291	345.086	964.841
Minas Gerais	94.763	139.153	123.248	357.164
Goiás	41.737	120.069	79.107	240.913
Mato Grosso	10.575	68.811	49.083	128.469
Rio de Janeiro	4.696	5.107	6.066	15.869
Espírito Santo	15.667	7.278	15.102	38.047
Paraná	109.896	240.720	176.639	527.255
Santa Catarina	27.834	45.394	33.721	106.949
Rio Grande do Sul	101.452	260.202	210.576	572.230
TOTAL	668.084	1.245.025	1.038.628	2.951.737

FONTE: ANDA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

5.3. MÁQUINAS AGRÍCOLAS

A indústria de máquinas agrícolas do Brasil possui uma capacidade instalada em torno de 95.000 unidades, incluindo cultivadores motorizados, tratores de esteira e tratores de 4 rodas. Esta capacidade deverá ser ampliada em função de novos investimentos previstos por alguns fabricantes no decorrer do ano de 1987.

A capacidade ociosa do setor, em 1986, foi de 64,5%. As indústrias que se destacaram na produção de máquinas agrícolas no país foram: Massey Perkins (canadense), Valmet (finlandesa), Ford do Brasil S.A. (americana) e CBT (brasileira).

O comportamento do mercado de máquinas agrícolas em 1986 pode ser considerado satisfatório. A implantação do Plano de Estabilização Econômica (tirando a atratividade para as aplicações no mercado financeiro), a necessidade de reposição da frota agrícola (idade média de tratores já avançada, com doze anos em média), o temor dos médios e grandes proprietários em relação à reforma agrária, o programa governamental na área de irrigação e as condições creditícias favoráveis (ver crédito rural) são fatores, entre outros, que se conjugaram resultando na ampliação da área plantada e, por conseqüência, na ampliação dos investimentos na atividade agrícola, explicando o aumento de 24,7% na produção e de 20,0% na venda para o mercado interno de máquinas agrícolas, em relação ao ano anterior (ver tabela 2). Ademais, em 1986, a relação de troca "quantidade necessária de produto agrícola para aquisição de uma determinada máquina, se comparada aos anos anteriores, foi favorável. Ou seja, em 1986, os agricultores precisaram vender menos produto para aquisição de uma máquina agrícola, conforme mostra a tabela 3. Exemplificando, naquele ano, a venda de 1.136 sacos de soja era suficiente para a aquisição de um trator médio, enquanto que no ano anterior (1985), para que o agricultor adquirisse a mesma máquina, era preciso vender 1.217 sacos de soja.

Com o crescimento da demanda, os pedidos dos agricultores tiveram que aguardar determinado tempo nas revendedoras em

função da insuficiência de máquinas para o pronto atendimento. Os fabricantes, por sua vez, tiveram dificuldades no abastecimento de componentes (pneus, rolamentos e peças forjadas) e equipamentos.

Observando a tabela 2, por tipo de máquina agrícola, verifica-se que os tratores de 4 rodas tiveram um aumento, em 1986, com relação ao ano anterior, de 17,4% na produção, destacando-se a produção de tratores médios com potência entre 50 e 99 HP. No que se refere à sua comercialização, cerca de 90% das vendas se destinaram ao mercado interno, com uma expansão de 12,5% em relação ao ano anterior. Tiveram também significativa expansão (65,6%) as vendas para o mercado externo, notadamente para os países da América Latina, Oriente Médio e África.

Com relação aos tratores de esteira, houve um crescimento na produção (36,7%) e nas vendas para o mercado interno (40,3%) e um leve declínio das exportações (-7,4%). No caso dos cultivadores motorizados, ocorreu uma expansão de 116%, 108,9% e 80,3%, respectivamente, na produção, nas vendas para o mercado interno e nas exportações.

No que se refere ao estado de Santa Catarina, baseando-se na observação dos dados preliminares do Censo Agropecuário de 1985 da Fundação IBGE, tem-se como claro o avanço da mecanização agrícola (ver tabela 4). De fato, de 1980 para 1985, conforme a referida fonte, verifica-se a redução da área plantada, no número de pessoas ocupadas e no número de estabelecimentos por trator.

A volta da inflação, o aumento das taxas de juros e a desproporção entre o custo dos insumos e os preços recebidos pelos agricultores, entre outros aspectos, fizeram com que neste primeiro semestre houvesse uma queda nas vendas de máquinas agrícolas e inclusive demissões de empregados das empresas fabricantes.

A propósito, a observação da tabela 3, citada anteriormente, mostra que de 1986 para 1987 aumentou consideravelmente a quantidade de produto agrícola necessário para a aquisição de uma determinada máquina agrícola.

O comportamento do setor para o segundo semestre de 1987 está na dependência das medidas governamentais fixadas para a próxima safra, tais como a fixação dos Valores Básicos de Custeio reajustados numa média de 200% em relação à safra anterior e o recente anúncio dos preços mínimos considerados satisfatórios numa avaliação preliminar pelas lideranças agropecuárias. Se, de um lado, a retirada do subsídio ao crédito pode diminuir o número de tomadores, de outro, o aumento do prazo de financiamento para investimento de três para seis anos pode facilitar novos financiamentos de investimentos em função da ampliação da capacidade de pagamento dos agricultores.

A julgar pelos depoimentos dos fabricantes e pelos números apresentados na tabela 5, tem-se como clara a tentativa da indústria brasileira de contornar a queda das vendas no mercado interno através de uma política mais agressiva dirigida para o mercado externo.

Do ponto de vista tecnológico, é importante registrar o desenvolvimento de projetos pelos órgãos oficiais específicos dos estados do Paraná e São Paulo, concebendo modelos de arados, grades, dragas e cultivador próprios para a tração animal, destinados a atender à demanda das pequenas e médias propriedades rurais.

TABELA 1

CAPACIDADE INSTALADA DA INDÚSTRIA DE PRODUÇÃO DE TRATORES NO BRASIL, 1975/1985

(unidade/ano)

ANO	RODAS	ESTEIRAS	CULTIVADORES	TOTAL
1975	78.360	4.104	7.800	90.264
1980	81.840	4.232	7.800	93.872
1985	82.500	4.372	7.800	94.672

FONTE: ANFAVEA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

PRODUÇÃO E VENDA BRASILEIRA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, SEGUNDO O DESTINO, POR TIPO DE POTÊNCIA - 1985-86

TIPO DE POTÊNCIA / ANO	PRODUÇÃO			VENDAS					
				Mercado Interno			Mercado Externo		
	1985	1986	Variação Anual (%)	1985	1986	Variação Anual (%)	1985	1986	Variação Anual (%)
. Até 49 CV	3.914	4.497	14,90	3.892	4.382	12,59	113	117	3,54
. De 500 a 99 CV	33.277	41.103	23,52	31.045	36.306	16,95	2.548	4.916	92,54
. De 100 a 199 CV	6.427	5.853	-8,93	6.188	5.482	-11,41	543	418	-23,02
. Acima de 200 CV	296	106	-64,19	118	218	12,48	90	5	-94,44
TOTAL RODAS	43.914	51.559	17,41	41.243	46.388	12,48	3.294	5.456	-65,64
CULTIVADORES	3.300	7.128	116,0	3.139	6.558	108,92	259	467	80,31
ESTEIRAS	1.762	2.409	36,72	1.600	2.245	40,32	216	200	-7,40
TOTAL	48.976	61.096	24,75	45.982	55.191	20,03	3.769	6.163	63,52

FONTE: ANFAVEA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 3

QUANTIDADE DE PRODUTO NECESSÁRIO PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR MÉDIO (MARCA: MF; MODELO: 265; POTÊNCIA: 61 CV) - SANTA CATARINA 1983-87

PRODUTO / ANO	1983	1984	1985	1986	1987
ARROZ (saco de 50 kg)	1.624	1.534	1.217	1.136	1.954
FEIJÃO (saco de 60 kg)	794	575	502	440	603
MILHO (saco de 60 kg)	2.200	2.074	1.776	1.453	2.205
SOJA (saco de 60 kg)	1.418	857	1.032	991	1.725

FONTE: Instituto CEPA/SC.

OBSERVAÇÃO

BASE DE CÁLCULO

1. Tomaram-se os preços médios da cultura recebidos pelos produtores de Santa Catarina, coletados pela EMATER/SC-ACARESC, nas Microrregiões Homogêneas onde o produto tem produção mais expressiva.
2. Consideram-se, para efeito de cálculos, os meses de comercialização mais intensa da cultura.
3. Tomaram-se os preços do trator de porte médio (Modelo MF 265-61 CV) coletados pelo Instituto CEPA/SC na região de Chapecó para as culturas de feijão, milho e soja.
4. Para o arroz consideram-se os preços médios do mesmo trator (item 3) nas regiões de Blumenau e Criciúma.

TABELA 4

RELAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA, PESSOAL OCUPADO E Nº DE ESTABELECIMENTOS/TRATOR EM SANTA CATARINA - 1970/1985

ANO	ÁREA PLANTADA/ Nº DE TRATOR	PESSOAL OCUPADO/ Nº DE TRATOR	Nº DE ESTABELECIMENTOS/Nº TRATOR
1970	270,61	125,9	34,2
1975	116,27	54,9	13,2
1980	69,98	25,3	6,5
1985	51,00 (*)	19,5	5,2

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina, 1970, 1975, 1980 e 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Estimativa.

TABELA 5

PRODUÇÃO E VENDA BRASILEIRA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, SEGUNDO O DESTINO, POR TIPO DE POTÊNCIA, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1986 E 1987

TIPO DE POTÊNCIA \ ANO	PRODUÇÃO			VENDAS					
				Mercado Interno			Mercado Externo		
	1986	1987	Variação Anual 86/87(%)	1986	1987	Variação Anual 86/87(%)	1986	1987	Variação Anual 86/87(%)
. Até 49 CV	2.037	2.343	15,03	1.982	1.910	-3,63	54	148	174,08
. De 50 a 99 CV	17.658	18.136	2,71	15.754	14.262	806,1	1.993	3.041	52,59
. De 100 a 199 CV	2.438	3.235	32,69	2.322	2.673	15,12	142	260	83,10
. Acima de 200 CV	10	85	75,00	85	68	-20,0	4	0	0,0
TOTAL RODAS	23.143	23.799	2,84	20.143	18.913	- 6,10	2.193	3.449	57,28
CULTIVADORES	2.691	3.232	11,80	2.653	2.702	1,85	251	378	50,60
ESTEIRAS	1.121	1.400	24,89	1.020	937	-8,13	71	258	263,38
TOTAL	23.717	28.431	19,88	23.816	22.552	-5,30	2.515	4.085	62,43

FONTE: ANFAVEA.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

6. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Ao se estimar o balanço de oferta e demanda de produtos agropecuários de Santa Catarina para as safras 1985/86 e 1986/87 (tabelas 1 e 2), procurou-se retratar uma situação normal do setor, sem levar em consideração adversidades climáticas já ocorridas ou que ainda possam ocorrer durante o ano de 1987, tais como estiagens, geadas, granizo, influenciando direta ou indiretamente a produção final.

Ainda com relação às tabelas referidas, cabe destacar, na composição do balanço de oferta e demanda, alguns aspectos específicos para cada produto considerado:

ALHO

Considerou-se, sobre a produção bruta, 15% de perdas decorrentes de quebras de cura, armazenagem e descartes diversos durante o beneficiamento e a embalagem. Os alhos industriais são os do tipo considerado baixo padrão, sem valor para comércio "in natura". O volume destinado ao consumo interno é baseado no consumo de 386 g/per capita/ano (levantamento da G.HORT/SNPA/MA).

ARROZ

Apesar do excedente de produção em relação à demanda interna, o estado de Santa Catarina importa anualmente cerca de 100 mil toneladas de arroz em casca, principalmente do Rio Grande do Sul, com a finalidade de atender às necessidades dos engenhos, que reexportam na forma beneficiada para outras unidades da federação.

BATATA-INGLESA

O estado apresentou, na safra 1985/86, uma produção de batata-semente certificada da ordem de 42.000 t, destacando-se como 1º produtor nacional deste insumo. Esta produção foi, quase na sua totalidade, comercializada junto aos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. A demanda estadual de sementes certificadas de batata corresponde a apenas 10% da área total de ba-

tata para consumo, implantada anualmente.

CEBOLA

A reserva de bulbos para plantio destina-se à produção de sementes, uma vez que essa cultura completa seu ciclo bienalmente. O consumo médio é estimado, de dezembro a maio, em 400 g/habitante/mês. A oferta compreende o volume exportado para outros estados, considerando o produto "curado".

FEIJÃO

O excedente do produto é vendido principalmente para os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro e para outras praças brasileiras, em menor proporção.

FUMO

Toda a produção é industrializada fora de Santa Catarina, sendo que, a nível de estado, a matéria-prima é apenas pré-beneficiada. Parte do produto é transformada em cigarros, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, enquanto a outra parcela é destinada ao comércio exterior sob a forma de fumo em folha.

MAÇÃ

As perdas apresentadas nas tabelas em análise ocorreram nas fases de colheita e pós-colheita do produto.

MILHO

Na estimativa do consumo animal está computado todo o produto utilizado pelas indústrias para a fabricação de rações.

SOJA

Foi considerada como demanda industrial a capacidade nominal de esmagamento instalada no estado, de 1.350.000 t e a capacidade real de 1.050.000 t. A produção estadual dessa leguminosa não atende às necessidades existentes, fazendo-se necessária a importação do produto de outros estados brasileiros. Entretanto, cabe salientar que Santa Catarina, mesmo assim, exporta parcela da produção para o mercado internacional, principalmente na forma de farelo.

TRIGO

As necessidades do produto são supridas pela produção de outros estados da federação e pela importação realizada pelo Governo Federal, pelo qual são efetuadas a comercialização e a distribuição.

SUÍNOS

No superávit apresentado, estão inseridas as exportações do produto nas formas industrializadas ou em equivalentes-carcaças, além das vendas de suínos vivos (no cálculo, transformadas em carne) para outras unidades da federação.

LEITE

A coluna consumo humano "in natura" contempla o leite consumido e transformado em derivados nas propriedades rurais, como também o vendido diretamente do produtor para o consumidor. Nessas duas formas, o volume recebido pelas indústrias se destina tanto para a pasteurização, como para a produção de derivados.

TABELA 1

ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86

(t)

PRODUTO	OFERTA	DEMANDA ESTADUAL						SALDO "DÉFICIT OU SUPERÁVIT
		Perdas	Consumo			Reserva para Sementes	Total	
			Animal In Natura	Humano In Natura	Industrial			
Alho								
Arroz	450.899	45.089	-	283.000	-	14.730	342.819	108.080
Batata-inglesa	132.828	1.330	-	120.000	-	31.650	152.980	-20.152
Cebola	148.426	43.527	-	15.000	-	1.000	59.527	88.899
Feijão	180.932	9.050	-	92.000	-	15.000	116.050	64.882
Fumo	156.953	8.000	-	-	-	-	8.000	148.953
Maçã	156.887	4.850	-	12.000	9.980	-	26.830	130.057
Mandioca	1.234.686	12.000	506.605	74.081	642.000	-	1.234.686	0
Milho	1.951.300	195.000	2.366.900	65.000	65.000	4.800	2.696.700	-745.400
Soja	498.034	14.950	30.000	1.000	1.050.000	24.000	1.119.950	-621.916
Tomate	35.225	1.760	-	24.000	-	-	25.760	9.465
Trigo	51.200	-	-	-	235.000	6.200	241.200	190.000
Banana	326.893	32.700	-	23.400	27.000	-	83.100	243.793
Carne de Aves	450.000	-	-	123.200	-	-	123.200	326.800
Carne Bovina	59.000	-	-	62.000	-	-	62.000	-3.000
Carne Suína	307.135	-	-	85.998	-	-	85.998	221.137
Leite (1.000 ℓ)	560.000	-	114.000	286.000	160.000	-	560.000	0

FONTE: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87

(t)

PRODUTO	OFERTA	DEMANDA ESTADUAL						SALDO "DÉFICIT OU SUPERÁVIT
		Perdas	Consumo			Reserva para Sementes	Total	
			Animal In Natura	Humano In Natura	Industrial			
Alho	19.928	2.990	-	1.582	2.390	3.480	10.442	9.486
Arroz	504.756	50.470	-	289.000	-	14.730	354.200	150.556
Batata-inglesa	181.505	1.800	-	120.000	-	35.220	157.020	24.485
Cebola	261.415	130.708	-	17.000	-	1.000	-	112.707
Feijão	224.357	11.200	-	95.000	-	15.000	121.200	103.157
Fumo	156.669	10.421	-	-	-	-	10.421	146.248
Maçã	150.000	6.000	-	12.000	10.500	-	28.500	121.500
Mandioca	1.120.000	112.000	465.000	72.000	470.400	-	1.120.000	0
Milho	2.419.200	242.000	2.491.000	65.000	80.000	3.750	2.881.750	-462.550
Soja	455.339	13.700	30.000	1.000	1.050.000	29.000	1.123.700	-668.361
Tomate	50.736	2.536	-	24.000	-	-	26.526	24.200
Trigo	152.000	-	-	-	300.000	9.000	309.000	-157.000
Banana	340.000	34.000	-	24.400	28.000	-	86.400	253.600
Carne de Aves	480.000	-	-	125.000	-	-	125.000	355.000
Carne Bovina	62.000	-	-	72.000	-	-	72.000	- 10.000
Carne Suína	350.000	-	-	76.000	-	-	76.000	274.000
Leite (1.000 ℓ)	570.000	-	116.000	278.000	176.000	-	570.000	0

FONTE: Instituto CEPA/SC.

EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

7. EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Se o ano de 1985 já foi problemático para as exportações brasileiras, o ano de 1986 foi ainda mais conturbado. Algumas das causas de natureza conjuntural ocorridas no ano anterior persistiram durante este ano, tais como potecionismo, queda de preços das "commodities", taxa cambial e aquecimento do mercado interno.

Contudo, o fator mais importante que explica o péssimo desempenho da balança comercial brasileira neste ano foi a incerteza. Incerteza esta calcada em medidas de impacto na economia interna, tornando-a totalmente "engessada". Tal procedimento gera, inexoravelmente, apreensões e especulações, uma vez que todos os agentes econômicos ficam com as atenções voltadas para o poder decisório, na expectativa de qual será a próxima decisão, ou como será o próximo "pacote". Não se pretende, com isso, fazer uma análise das exportações catarinenses "vis-à-vis" ao plano de estabilização econômica. Contudo, é mister conhecer seus reflexos para melhor entender o desempenho das exportações.

Como tais medidas afetaram o comportamento das exportações pode ser demonstrado até mesmo pelas sucessivas e díspares previsões feitas pelas autoridades governamentais. No início do ano, as previsões eram de que elas chegariam a US$ 25,5 bilhões; em maio, subiram para US$ 26,1 bilhões; em agosto, caíram para US$ 25,2 bilhões e em setembro, para US$ 23,3 bilhões. No final, elas fechavam em US$ 22,4 bilhões.

Inicialmente, apesar do crescimento das exportações de manufaturados e semi-manufaturados, já era sabido que a safra agrícola 85/86 tinha caído sensivelmente em virtude da seca ocorrida na região sul-sudeste, maior produtora agrícola. Só com café e soja houve uma redução de receita nas exportações de aproximadamente US$ 1,25 bilhão em relação ao ano anterior.

A queda da relação câmbio/salário decorrente do cres-

cimento da renda real e da sobrevalorização do cruzado em relação ao dólar até novembro, implicou o comprometimento do desempenho dos manufaturados, com uma demanda aquecida nos setores têxteis, calçados e siderúrgicos (notadamente autopeças).

O reflexo das medidas adotadas a partir do plano cruzado passou a repercutir na balança comercial já a partir do mês de maio. Até abril, as exportações apresentaram um superávit de 12% sobre igual período do ano anterior. Isto correspondeu a um adicional médio mensal acima de US$ 200 milhões. Contudo, em setembro, o valor incremental acumulado até este mês, em relação a igual período do ano anterior, já era de somente US$ 134 milhões. Após três meses, as exportações brasileiras não só tinham a posição invertida, como também fechavam o ano com uma redução de US$ 3.246 milhões em relação ao ano anterior. Vale ressaltar que este valor representa mais que o total das exportações dos primeiros anos da década anterior. Se no ano anterior exportamos US$ 7,3 bilhões no último trimestre, neste, o valor das exportações atingiu somente US$ 3,9 bilhões.

Em Santa Catarina, apesar de as exportações haverem experimentado uma queda inferior às exportações brasileiras, (5,14 contra 12,7) o desempenho foi idêntico, tanto em termos de expectativas, quanto em desempenho no decorrer do ano.

Com a queda das exportações em geral, o complexo soja (soja em grão, farelo de soja e óleos de soja), o fumo e as carnes de frango, que em 1985 responderam por mais de 53% do valor das exportações catarinenses, neste ano, tiveram sua participação reduzida para 38%; em valores absolutos, houve uma redução de US$ 532 milhões para US$ 357 milhões.

A queda mais acentuada foi no complexo soja, motivada tanto pela redução do volume quanto pela queda dos preços, notadamente do óleo de soja, cuja queda foi superior a 40%.

Apesar disto, a CEVAL Agro-Industrial continua ocupando o primeiro lugar dentre as empresas exportadoras catarinenses, e ocupou o 15º lugar entre as maiores do país e o 2º no ramo de alimentos, destacando-se o complexo soja como o principal produto de exportação desta empresa.

Entretanto, se das dez principais empresas exportadoras no ano de 1985, o setor agroindustrial se fazia presente com sete delas e com 45% do total exportado, neste ano, sua participação caiu para seis empresas e o montante para 34% do valor exportado.

O que se espera, é que no próximo ano o desempenho das exportações catarinenses, que têm sua base no complexo agroindustrial, voltem a ter um desempenho favorável, em virtude do indício de bom desempenho da safra agrícola 86/87, e uma perspectiva de final de quedas acentuadas nos preços dos produtos básicos e semi-manufaturados.

TABELA 1

EXPORTAÇÕES - QUANTIDADE E VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E DERIVADOS, SANTA CATARINA, 1985/86

PRINCIPAIS PRODUTOS	ANO			
	1985		1986	
	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000 FOB)	Quantidade (t)	Valor (US$ 1.000 FOB)
Carne de frango e derivados congelados	168.395	149.991	144.129	141.088
Farelo de soja	969.320	134.187	652.647	112.616
Fumo	40.381	103.108	28.522	78.874
Açúcar refinado	317.945	40.269	421.867	66.647
Óleo de soja refinado	124.751	74.534	52.808	17.378
Sementes e frutos de soja	308.760	70.229	23.700	6.803
Sub-total	1.930.552	572.318	1.323.675	423.906
TOTAL	2.201.219	1.001.263	1.804.341	949.813

FONTE: Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 2

EXPORTAÇÕES - QUANTIDADE E VALOR, E PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA EM RELAÇÃO AO BRASIL, 1977- 86

ANO	QUANTIDADE EXPORTADA (t)	VALOR DAS EXPORTAÇÕES		
		US$ 1.000 FOB	Taxas de Crescimento (%)	Participação de SC em relação ao Brasil (%)
1977	726.871	342.670	25,63	2,82
1978	742.221	389.784	13,75	3,08
1979	845.131	529.368	35,81	3,47
1980	1.311.414	858.105	62,10	4,26
1981	1.469.359	946.061	10,25	4,06
1982	1.634.974	848.905	(10,27)	4,21
1983	1.968.241	885.831	4,35	4,05
1984	2.249.842	1.154.242	30,30	4,20
1985	2.201.219	1.001.263	(13,25)	3,91
1986	1.804.341	949.813	(5,14)	4,24

FONTES: Banco do Brasil. CACEX. Informação semanal CACEX, nº 1.022
Centro de Comércio Exterior de Santa Catarina - CECESC.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

8. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

O valor bruto aqui mostrado é uma tentativa de aproximação do valor bruto da produção agropecuária de Santa Catarina, a partir de 1980, onde, nos cálculos, foi contemplado um total de 28 produtos considerados de maior representatividade econômica e que apresentava os dados de produção e preços disponíveis. Entretanto, à medida que outros produtos do setor primário se apresentarem em condições satisfatórias de interpretação, serão também incluídos para estudo futuro do item em análise.

Metodologia Empregada

Nos cálculos do valor bruto da produção agropecuária-VBP a nível de microrregião homogênea, consideraram-se as atividades da lavoura, da pecuária, da fruta e do pescado, utilizando-se os preços recebidos e as quantidades de produtos comercializados mensalmente na região produtora.

O valor bruto agropecuário apresentado resulta, a nível estadual, do somatório do VBP das 16 microrregiões homogêneas existentes em Santa Catarina. Excetua-se a atividade extrativa vegetal, da qual foram considerados os itens madeira em tora, carvão, erva-mate, lenha e palmito, onde o VBP foi trabalhado somente a nível estadual, pois as informações não se apresentam em níveis mais desagregados.

Ressaltam-se, ainda, nos cálculos do valor bruto da produção,algumas particularidades:

1- Preços

Utilizaram-se os preços a nível de microrregião homogênea levantados junto à propriedade rural pela EMATER/ ACARESC e publicados pela Fundação Getúlio Vargas.

Para alguns produtos, tendo em vista a não-disponibilidade dos preços levantados para a FGV, utilizou-se a seguinte orientação:

Alho

Consideraram-se os preços a nível de produtor observados no período de comercialização nas regiões produtoras, coletados pelo Instituto CEPA/SC.

Maçã

Utilizaram-se os preços médios do produto vendido para consumo "in natura" e para fins industriais, constatados nas regiões onde a cultura recebe a orientação do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, assistido pela EMATER/ACARESC.

Pescado

Contemplaram-se os preços recebidos pelos pescadores nos locais de desembarque do produto, tais como trapiches, portos, beira de praia, ou quando da entrada do mesmo na indústria pesqueira, coletados pela SUDEPE.

Extrativismo

As informações referentes a 1980 referem-se àquelas contidas no Censo Agropecuário de 1980, enquanto que no período de 1981 a 1984 são aquelas disponíveis nos Anuários Estatísticos do Brasil, ambos publicados pela Fundação IBGE. Para os anos de 1985 e 1986, são estimativas feitas pelo Instituto CEPA/SC, com base no comportamento da atividade no período de 1980 a 1984, acrescidas de informações complementares coletadas junto às indústrias madeireiras, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, à Secretaria da Indústria e Comércio e a produtores.

2- Produção

Pela ausência das quantidades efetivamente comercializadas a nível de microrregião homogênea, utilizaram-se percentuais mensais de comercialização estimados a nível estadual.

Lavoura e frutas

Utilizaram-se as quantidades produzidas por microrregião homogênea, conforme os dados contidos nos documentos "Produção Agrícola Municipal" - 1979 a 1985 - do IBGE e aqueles contidos no GCEA/SC-IBGE - 1985 e 1986, exceção feita para a cultura da maçã, na qual foram consideradas as quantidades produzidas na área do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado.

Pecuária

Nos itens aves, suínos e bovinos de corte, computaram-se todos os animais vendidos - seja os abates inspecionados, os não-inspecionados, aqueles que se destinam ao mercado interestadual, e também os destinados ao auto-consumo na propriedade, registrados pelo Instituto CEPA/SC durante o período analisado. Sua desagregação a nível microrregional foi feita com base na distribuição percentual do efetivo do rebanho, conforme a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985-IBGE.

No leite, computaram-se as quantidades produzidas na propriedade, inclusive o produto consumido pelo terneiro. Os dados de 1980 referem-se aos contidos no Censo Agropecuário de 1980 da Fundação IBGE. Os anos de 1981 a 1984 foram oriundos do documento "Produção Pecuária Municipal", também do IBGE. Para os anos de 1985 e 1986 foram feitas estimativas pelo Instituto CEPA/SC, baseadas no comportamento da produção nos anos anteriores.

Quanto ao mel de abelha, a produção considerada foi aquela estimada e divulgada anualmente pelo Instituto de Apicultura de Santa Catarina.

Extrativismo

As quantidades consideradas foram aquelas constantes do Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1980, acrescidas das existentes nos Anuários Estatísticos do Brasil, referentes aos anos de 1981 a 1984, ambos publicados pela Fundação IBGE. Para 1985 e 1986, foram feitas estimativas com base no comportamento da atividade no período de 1980 a 1984, acrescidas de outras informações coletadas no Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Indústrias Madeireiras e Produtores.

Esta atividade, apesar da sua importância econômica e social, não apresenta, por parte daqueles que atuam na área, preocupações maiores, visando informar e suprir de informações e dados estatísticos, tais como preços nos diferentes níveis, custos de transportes e produção, potenciais existentes, existência de planos de curto e médio prazo, etc, munindo, desta forma, as instituições que atuam em áreas de planejamento, assistência técnica e creditícia, fomento, etc. de elementos capazes de possibilitar tomadas de decisões mais eficientes para o subsetor.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Antes de iniciar a análise do valor bruto da produção agropecuária, torna-se necessário esclarecer que o montante aqui apresentado difere da série publicada no documento passado (Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina - vol 2, 1985/86), tendo em vista os ajustes efetuados em alguns coeficientes técnicos, na tentativa de se obter informações finais mais aproximadas da realidade do setor agrícola estadual.

No transcorrer deste trabalho, será apresentada uma série de tabelas referente ao VBP agropecuário tanto em um enfoque estadual global, como a nível microrregional, considerando as 16 microrregiões que compõem o estado de Santa Catarina, segundo classificação da Fundação IBGE.

Outras informações complementares também farão parte do rol de tabelas apresentadas, tais como preços recebidos, produção, etc...

Cabe frisar, ainda, que o VBP agropecuário ora encontrado é apenas uma aproximação do "VBP" do setor para Santa Catarina, tendo em vista que não estão computados produtos de menor importância econômica, tais como os oriundos das hortaliças, produção de sementes e mudas, além de outras lavouras, animais e derivados da produção animal.

Para melhor entendimento do VBP agropecuário apresen-

tado, eliminaram-se, nas tabelas analisadas, os efeitos inflacionários ocorridos durante os meses do ano, procurando-se obter uma visão mais aproximada da realidade agrícola estadual; utilizou-se, nas análises que seguem, o Índice dos Preços Recebidos pelos Agricultores (coluna 38) específico para o estado de Santa Catarina, da revista Conjuntura Econômica, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, corrigindo-se os valores correntes em preços de dezembro de 1986. Salienta-se, aliás, que todas as informações referentes ao VBP aqui relatadas têm seus valores correntes (preços nominais) corrigidos para preços de dezembro de 1986 (preços reais).

Salienta-se, ainda, que todas as tabelas serão apresentadas no trabalho em preços nominais e preços reais.

Toda a análise terá por base o comportamento do ano de 1986 em relação ao anterior, tendo em vista que observações sobre os anos antecedentes foram divulgadas na "Síntese Anual da Agricultura Catarinense" já publicada.

A análise do valor bruto da produção agropecuária estadual, a preços de dezembro de 1986 detectou, em 1986, um montante de Cz$ 32.123 milhões de cruzados, contra Cz$ 28.843 milhões verificados no ano anterior, mostrando um crescimento real no montante de 11,37% (tabela 2). A atividade responsável por este aumento foi a extrativa vegetal, cujo VBP evoluiu 184,37%, tendo no item madeira em tora o maior responsável, 272,36%, uma vez que foram feitos alguns acertos nas variáveis preços recebidos e quantidades produzidas, conciliadas com a realidade presente do subsetor. Contribuíram, ainda, para este crescimento os subsetores fruta, evoluindo 31,39%, e a pecuária, 10,35%.

A nível de produto, conforme tabela 3, pela ordem de importância econômica no setor agrícola - relacionando-se as dez (10) principais explorações com participação no valor bruto da produção acima de 3% e que perfazem, no seu total, 83,95% - aparecem aves abatidas, com 19,29%; suínos terminados, com 15,77%; milho, com 10,17%; madeira em tora, com 8,65%; fumo em folha, com 8,05%; bovinos de corte, com 6,25%; leite, com 4,57%; soja, com 3,95%; arroz, com 3,77% e, finalmente, feijão, com 3,45%.

Com participação no valor bruto agropecuário entre 1,5% e 2% seguem a cultura da maçã, com 2,13%; cebola, com 1,90%; o grupo dos peixes com 1,73%; alho (nobre e comum), com 1,57% e, por último, aparece a cultura da batata contribuindo com 1,51%.

O valor bruto da produção visto por subsetor tem, em 1986, na atividade da pecuária, uma participação de 46,28%; segue a lavoura, com 37,22%; a extrativa vegetal, com 10,15%; a fruta, com 3,28% e o pescado, com 2,39% (tabela 3).

Conforme dados contidos na tabela 4, a participação do valor bruto da produção das lavouras anuais mais representativas, por subsetor, em 1986 (safra 1985/86) foi: milho (27,32%), fumo (21,69%); soja (10,61%), arroz (10,14%) e feijão (9,26%).

Na pecuária, as aves abatidas destacam-se com 41,69%, seguidas por suínos terminados, 34,07%; bovinos de corte, 13,50% e leite, 9,86%.

No pescado, não houve alteração sensível em 1986, com o grupo dos peixes permanecendo expressivo, contribuindo com 72,46%, tendo na espécie da sardinha verdadeira o seu maior valor, enquanto o grupo dos crustáceos participou com 26,46%, proporcionado pelo camarão-rosa e sete barbas.

Na extrativa vegetal, a madeira em tora lidera, contribuindo na formação do seu valor bruto com 85,24%; seguem a lenha, com 6,08%, a erva-mate, com 5,07% e o carvão, com 3,46%.

Embora em 1986 o setor agrícola estadual tenha apresentado seu valor bruto da produção com taxas de crescimento positivo (+11,37%) comparado com o VBP agropecuário de 1985, alguns produtos se comportaram satisfatoriamente, enquanto outros identificaram taxas negativas de evolução, tais como: arroz (1,44%), cana-de-açúcar (40,10%), feijão (41,03%), raiz de mandioca (32,85%), milho (10,04%), soja (20,83%), leite (2,54%), grupo dos peixes (2,03%), erva-mate (7,51%) e palmito (6,32%).

A maioria dos produtos que apresentaram o seu valor

diminuído pertence ao subsetor da lavoura, sendo que alguns como a cultura do milho, da soja, do feijão, etc., são bastante expressivos economicamente, influenciando no resultado do valor bruto desse subsetor.

Serão identificados, a seguir, alguns elementos responsáveis pelo aumento ou diminuição do valor bruto da produção agrícola estadual em 1986, tendo como ponto de referência o valor bruto da produção agropecuária de 1985.

Salienta-se que os pontos aqui abordados dentro da cultura, ou produtos sobre o comportamento do valor bruto da produção em 1986, já foram enfocados, inclusive com detalhes, na Síntese Anual da Agricultura Catarinense - volume 1, 1986-87; o que se procura neste item é revisar algumas idéias dentro do assunto pesquisado, de maneira mais sucinta.

ALHO

A análise do valor bruto da produção contempla as categorias do alho comum, responsável atualmente por cerca de 18% da produção estadual e as do alho nobre, cuja produção atinge em torno de 82%.

Na última safra (1985/86), a área cultivada em Santa Catarina cresceu 18,50% em relação à safra anterior. Já a produção aumentou 44,80%, face ao rendimento médio que subiu 22,71%.

Cabe frisar que a qualidade dos alhos nobres (Chonan, Roxo Pérola de Caçador e Quitéria) produzidos no estado, se constitui no fato mais importante para que essa atividade se consolide como geradora de um produto agrícola com relevante expressão econômica, fazendo com que o produto nas últimas safras se situe dentre os principais produtos da lavoura, com tendência de aumento na participação do valor bruto da produção.

Outro fator que concorreu para o aumento do seu valor bruto foi o excelente preço do produto conseguido a nível de produtor, remunerando-o bem acima dos custos de produção e do aumento das taxas reais de inflação ocorridas em 1986.

ARROZ

Enquanto o sistema de arroz de sequeiro apresentou um declínio na área plantada na década de 80, o cultivo irrigado - levando-se em conta as limitações para expansão de fronteira, dado o alto custo de investimento para transformação de várzeas inundadas em arrozeiras - apresentou um expressivo aumento.

A evolução se deveu aos ganhos de produtividade das lavouras irrigadas, graças à introdução de novas tecnologias e de novas cultivares, à disposição do produtor de arroz.

Os sistemas de cultivo irrigado e o de sequeiro englobados mostraram, na safra 1985/86, comparada com a anterior, uma expansão de área de 2,84% e um incremento da produção de 1,02%. A expansão da área se deu basicamente em cima da área cultivada com arroz irrigado, que cresceu 3,89%, enquanto a expansão com a de sequeiro ficou próximo a 1%.

Quando se analisa a produção obtida, credita-se o aumento de produção apenas ao arroz irrigado, pelo crescimento de 4,22% sobre a produção da safra passada. Já a produção de sequeiro mostrou uma queda na produtividade - face à estiagem verificada em todo o estado nos meses de dezembro e janeiro - da ordem de 17%.

A queda do seu valor bruto da produção de 1,44%, ocasionada pelos baixos preços recebidos pelos produtores (ficando abaixo do mínimo oficial), e a insuficiência de recursos disponíveis para comercialização no início da safra do produto forçaram as cooperativas a girar rapidamente seus estoques para formação de capital de giro.

Outro aspecto que contribuiu negativamente para abaixar o valor bruto do arroz foram as medidas econômicas adotadas pelo governo, que tabelou o preço do produto, a nível de consumidor, abaixo da realidade de mercado, permitindo ao setor atacadista manter as mesmas margens de lucro, e recaindo o ônus sobre o produtor, que teve sensivelmente diminuído a sua margem bruta.

BATATA-INGLESA

Se comparada com a safra precedente, a produção de 1986 foi menor em 17,96%, apesar de a área de plantio ter crescido 1,55% no período em questão, com o rendimento médio decrescendo em 18,34%. A safra das águas mostrou a menor produtividade dos últimos anos, ocasionada pela ocorrência de estiagem que atingiu as principais regiões produtoras.

Já a segunda safra (cultivo das secas ou de inverno) teve um bom desempenho, propiciado pelas condições de clima favoráveis, sobretudo no que diz respeito à temperatura - inverno ameno e melhor distribuição de chuvas.

Esse tubérculo mostrou um valor bruto ascendente em relação a 1985, ocasionado pelas condições de preços a nível de produtor favoráveis durante todo o período de comercialização, possibilitando ganhos reais bem superiores às taxas de inflação verificadas em 1986.

CANA-DE-AÇÚCAR

A produção de cana-de-açúcar no estado, além da destinação industrial, tem grande aplicação na indústria caseira, na produção de melado, açúcar mascavo e cachaça, bem como na utilização para alimentação animal.

Tendo em vista a política de preços adotada pelo governo federal para a cultura, considerada desestimuladora nas últimas safras, os produtores/fornecedores estão se dedicando a outros ramos de atividade, limitando-se em alguns casos à colheita da cana sem o manejo necessário às soqueiras existentes, baixando sensivelmente o rendimento, e, como conseqüência, a produção e do seu valor bruto.

CEBOLA

A cultura da cebola tem mostrado um aumento mais acentuado nos últimos anos, principalmente a partir da safra 1984/85, mantendo sua produção na safra seguinte.

O pique da colheita da cebola no estado ocorre no mês de dezembro, sendo que o mercado apresentou um pequeno resfriamento em função do produto oriundo do centro distribuidor de São

Paulo e da desova dos estoques remanescentes da região do Vale São Francisco.

A partir de fevereiro, os preços, a nível de produtor, começaram a mostrar-se satisfatórios, embora o Plano de Estabilização Econômica tenha alterado um pouco esse comportamento, recuperando novamente os seus níveis no início de abril, caindo novamente no final do mesmo mês.

De uma maneira geral, a safra 1985/86 foi boa para o produtor de cebola, possibilitando ao cebolicultor ganhos reais bem acima dos custos de produção e bem superiores às taxas de inflação ocorridas em 1986.

FEIJÃO

O incremento de cultivo de 6,42% foi creditado não só ao fato de os pequenos produtores terem permanecido numa atividade que lhes foi rentável na safra anterior, como também à tendência demonstrada por alguns agricultores em substituir parcela da área com soja por feijão.

Por outro lado, muito embora o preço-base do feijão não tenha sido considerado satisfatório, ele se mostrou razoável quando comparado aos custos de produção.

Embora a área de plantio tenha apresentado um aumento de 10,14%, a produção de feijão em 1986 foi 42,04% inferior à colhida no ano anterior.

A redução da produção foi ocasionada pela falta de chuva e pelas altas temperaturas que assolaram principalmente as regiões do Oeste e Meio Oeste - maiores produtoras.

A safrinha mostrou um incremento de área em relação ao ano anterior de 16,08%, ocasionado principalmente pela expectativa dos produtores em recuperarem parte dos prejuízos sofridos com a frustração da 1ª safra de feijão e com as perdas ocorridas principalmente nas culturas do milho e soja, devido a estiagens, excesso de chuvas e variações bruscas de temperaturas, contribuindo sensivelmente para um decréscimo na produção final. Mesmo assim, a safrinha de feijão (1985/86) apresentou uma boa produ-

ção, superada somente pela safra 1983/84.

Quanto ao comportamento de preços, o feijão-preto mostrou-se estabilizado no mês de janeiro em níveis superiores ao mínimo, baixando um pouco em fevereiro, para em seguida permanecer ao redor do preço de garantia (Cz$ 292,20/sc) durante todo o transcorrer do primeiro semestre.

O mercado do produto, que vinha se mantendo bastante apático até meados de julho, experimentou uma sensível melhora já na segunda quinzena daquele mês, em face de a subida das cotações no atacado interestadual ter permitido o repasse do preço de garantia, fato que até aquele momento não ocorria e não permitia a "desova" do produto que se encontrava em EGF. Essa tendência prosseguiu até fins de setembro, quando, em face da inexistência do produto a comercializar, o feijão-preto deixou de ser cotado a nível de produtor.

O feijão-carioca, por sua vez, foi vendido nos primeiros dias de janeiro a Cz$ 370,00/sc, baixando um pouco em fevereiro, sendo vendido por Cz$ 300,00/sc. Daí em diante, os preços se mostraram estáveis ao redor do mínimo, até meados de junho, melhorando um pouco mais, sendo cotado até a Cz$ 320,00/sc, porém não tiveram maiores repercussões, dado o pequeno volume do produto a comercializar em mãos dos produtores.

Devido aos diversos fatores mencionados durante o ciclo evolutivo da cultura e da comercialização, apresentou em 1986 um valor bruto da produção decrescente, em relação ao de 1985, com 41,03%.

FUMO

A cultura do fumo é de extrema importância para a economia catarinense, responsável por 8,08% do valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários, situando-se como o quarto produto mais importante e o segundo maior valor do subsetor lavoura, perdendo somente para a cultura do milho.

Na safra 1985/86, as condições climáticas não foram muito satisfatórias para a cultura. A partir de outubro, as lavouras, especialmente da região sul do estado, foram castigadas

por chuvas de granizo. No mês de novembro, além das chuvas de granizo, que passaram a atingir também a região do Vale do Itajaí, iniciou-se um longo período de estiagem, que se estendeu praticamente até meados de janeiro, fazendo com que os dados finais de produção indicassem uma queda na quantidade produzida de 1,94%.

Quanto ao valor bruto da produção, apresentou, na safra 1985/86, um aumento de 14,21% em relação à safra anterior, ocasionado especialmente pela boa qualidade do produto, não prejudicado pelas condições climáticas adversas, permitindo, através da classificação feita pelas indústrias, a obtenção de melhores preços a nível de produtor.

MAÇÃ

A estiagem prolongada de fins de 1985 e início de 1986 se, por um lado, não permitiu um normal desenvolvimento dos frutos e causou um certo atraso na colheita, por outro criou condições fitossanitárias favoráveis aos pomares. Do volume total de maçã colhido na safra 1985/86 (156.887 t), 90,55% foi comercializado "in natura", 6,36% destinou-se à industrialização e 3,09% representa perdas, oriundas da fase de colheita e pós-colheita.

Em 1986, os preços recebidos pelos produtores de maçã foram considerados satisfatórios, mantendo-se, via de regra, sempre em patamares superiores aos níveis da inflação. Mesmo durante o período de colheita, quando, em virtude do aumento da oferta, os preços normalmente se aviltam, as cotações mantiveram-se bastante estimulantes e o escoamento do produto processou-se a contento, possibilitando um aumento real no seu valor bruto da produção de 10,91%.

MANDIOCA

Apesar de a área colhida ser inferior à da safra passada, sua produção em 1985/86 superou a da safra 1984/85. Isto se deveu ao clima seco no decorrer do ciclo vegetativo, facilitando o desenvolvimento das raízes, possibilitando sensível aumento de produtividade.

A diminuição da área plantada na safra 1985/86, em relação à anterior, se deu em função dos baixos preços pagos pela

raiz, não atingindo os níveis esperados pelos produtores e industriais, devido ao fato de que na safra 1984/85 houve um expressivo aumento de plantio.

O decréscimo na área da mandioca não foi generalizado, havendo manutenção naquelas regiões onde predomina o consumo no próprio estabelecimento, caindo nas regiões onde o produto é entregue às indústrias, principalmente no vale do Itajaí e no sul do estado.

Portanto, os fatores acima mencionados exerceram fortes influências no valor bruto da raiz da mandioca em 1986, identificando um decréscimo em relação a 1985 de 32,85%, demonstrando que os produtores da mandioca tiveram remuneração bastante abaixo das taxas de inflação, uma vez que o aumento real de preços diminuiu em 35,76%.

MILHO

Não obstante o volume colhido ser tradicionalmente insuficiente para atender às necessidades internas, o milho continua sendo a cultura de maior importância em área plantada e produção e também na formação do valor bruto da produção do subsetor lavouras.

Na safra 1985/86, a cultura apresentou uma quebra acentuada na produção - em decorrência da estiagem que assolou todo o estado nos meses de novembro e dezembro de 1985 e parte de janeiro de 1986, causando perdas sensíveis à cultura, afetando diretamente as microrregiões maiores produtoras: Colonial do Oeste Catarinense, Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Alto Vale do Itajaí, Campos de Curitibanos e Campos de Lages.

Os preços a nível de produtor nessas regiões iniciaram o ano em baixa, subindo em fins de janeiro, permanecendo estabilizados até o final de março, graças à sustentação proporcionada pelas cooperativas, uma vez que o restante dos compradores ofertava níveis inferiores ao daquelas. Com a entrada do forte da colheita e em decorrência também de as cooperativas e os atacadistas terem encontrado dificuldades em repassar os preços que vinham pagando, as cotações ao produtor se retraíram para as proximidades do preço mínimo durante os meses de abril e maio.

No início de junho, este nível foi elevado, permanecendo praticamente estável até o final do ano.

Com base nesse comportamento, o valor bruto da produção do milho em 1986 diminuiu 10,04%, quando comparado com os dados de 1985.

SOJA

A safra catarinense de soja de 1985/86 registrou um sensível retrocesso em relação à anterior; seja na área (-5,85%), seja na produção (-11,75%).

Os principais fatores que ocasionaram a redução na área plantada (intenção de plantio) foram a persistência dos baixos preços observados no mercado internacional do produto, a política de crédito escasso para a atividade, e a ocorrência de estiagens verificada no final de 1985 e início de 1986.

Os preços a nível de produtor, no estado, que no início do ano se situavam em torno de Cz$ 100,00/sc, evoluíram substancialmente no transcorrer de fevereiro - e voltaram a cair no mês seguinte para os níveis de preço-mínimo. Daí em diante, os preços, apesar de superiores aos de garantia do governo, se mostraram relativamente estáveis até o final do período de comercialização da safra, identificando, como conseqüência, um valor bruto também decrescente (-20,83%).

TOMATE

A produção de tomate na safra 1985/86 foi afetada por problemas de falta de chuvas verificados no decorrer do ano agrícola, além da maior abrangência em termos de regiões afetadas. A estiagem, por se haver prolongado por maior período de tempo, interferiu drasticamente, em conseqüência, na quantidade produzida das principais microrregiões produtoras, que diminuiu 16,23% em relação à produção de 1985.

Quanto aos preços recebidos pelos produtores, em 1986, foram excelentes, via de regra sempre em patamar bem superior aos custos de produção - onde as margens de lucratividade cresceram substancialmente, atingindo o seu ponto máximo no mês de abril, quando os preços recebidos acusaram um diferencial de

235% sobre os gastos de implantação da cultura.

TRIGO

As condições de clima foram favoráveis, possibilitando um incremento de área de 59%, em relação à safra 1984/85, alta produtividade, bons valores básicos de custeio, maior consciência do produtor da necessidade de cobrir o solo durante o inverno, bom preço de aquisição do trigo e tentativa de recuperar algumas perdas decorrentes da comercialização da soja.

Todos esses fatores favoráveis permitiram, na safra 1985/86, que o trigo tivesse um valor bruto da produção cerca de duas vezes superior ao identificado na safra anterior.

EXTRATIVA VEGETAL

Apresentou um aumento acentuado no seu valor bruto (184,37%) em função de alguns reajustes feitos nos itens madeira em tora e carvão, tendo em vista os baixos preços praticados a nível de produtor nos últimos anos, ficando bem abaixo das taxas de inflação, tornando-se necessário ajustar-se com base na realidade atual, onde os itens madeira em tora e carvão se mostraram receptíveis a uma demanda em expansão, cuja oferta está em plena diminuição, ocasionada principalmente pela queda acentuada da madeira, além de se localizar em regiões de difícil acesso.

Portanto, os preços desses itens, mais os da madeira em tora, tendem a evoluir num ritmo superior ao das taxas de inflação.

PEIXES

O grupo dos peixes mostrou em 1986 uma involução no seu valor bruto da produção de 2,03%, ocasionada pela queda na produção, principalmente da sardinha verdadeira (10,81%) - espécie que contribui no volume total desembarcado com mais de 50% do total capturado, cujos preços corrigidos ficaram abaixo do aumento das taxas de inflação verificadas no período.

CRUSTÁCEOS

Formados principalmente pelas espécies do camarão-rosa, sete-barbas, camarão-legítimo e o siri - em 1986 indicaram um valor bruto da produção superior em 6,28% em relação a 1985,

embora o camarão-rosa, espécie mais representativa no volume de desembarque, tenha decrescido sua captura em 0,48%. Entretanto, os preços a nível de pescador, praticados nas regiões produtoras, mostraram-se satisfatórios, superando os níveis das taxas de inflação em 1986.

MOLUSCOS

As espécies mais expressivas desse grupo são o berbigão, a lula e o marisco, cujos preços, praticados em 1986, possibilitaram um pequeno aumento no seu valor bruto de produção.

AVES

Em 1986, a avicultura catarinense ocupou os espaços abertos pela falta de carne bovina, reconquistando consumidores perdidos na recessão econômica. A demanda acelerada para uma oferta que não conseguiu acompanhar o crescimento do mercado gerou expectativa de alta nos preços do produto, tanto vivo quanto abatido. A relativa tranqüilidade no abastecimento do milho a preços estabilizados garantiu uma operacionalidade do sistema produtivo em patamar próximo ao ideal. A margem de comercialização teve um comportamento estável, ao ponto de assegurar o retorno da expectativa de um novo período de expansão.

Portanto, o valor bruto da produção de aves em 1986 indicou uma evolução, quando comparada com 1985, de 14,10%, propiciada pelas boas condições de mercado, aliadas a uma estrutura de preços a nível de produtor considerada boa - com margem de crescimento acima dos seus custos de produção, cujo ganho real foi superior às taxas de inflação ocorridas em 1986.

LEITE

Embora em 1986 se tenha verificado alguma tendência de crescimento na produção, isto tem ocorrido de uma forma bastante discreta, e vem se dando mais em função do crescimento do rebanho do que da produtividade. Não fosse uma atividade marginal e não fosse sua importância de subsistência na maioria das propriedades, certamente, em decorrência do contínuo desestímulo de preços, a produção leiteira estadual estaria decrescendo.

Como se observa, a atividade, em 1986, enfrentou sérias

dificuldades no estado, onde os preços recebidos ficaram bem abaixo dos custos de produção, indicando uma perda real em relação a 1986 de -7,36%.

A falta de uma política de longo prazo para a bovinocultura leiteira em Santa Catarina referente a preços, crédito, formação de estoques, dentre outras, tem propiciado à atividade, nos últimos anos, um desestímulo generalizado.

BOVINOS DE CORTE

Os níveis de produtividade do rebanho catarinense vêm apresentando uma tendência de melhora, principalmente pelos investimentos realizados em insumos e fatores de produção junto às regiões do meio e extremo oeste catarinense, e também quanto à modernização da pecuária em algumas regiões com tradição de pecuária.

O comércio estadual de carne bovina, como o nacional, sofreu profundamente os reflexos do Plano Cruzado, gerando sérios problemas no seu abastecimento, uma vez que ocorreu um aumento acentuado na sua demanda, ocasionado principalmente pelo maior poder de compra em função da recuperação dos níveis salariais.

Entretanto, o mercado não se mostrou fortemente organizado, evidenciando distorções no seu mecanismo de vendas, possibilitando uma desorganização nos vários níveis de preços.

De uma maneira generalizada, o mercado foi fortemente comprador em 1986, quando os preços a nível de produtor se mostraram satisfatórios, subindo em termos reais a níveis superiores aos das taxas de inflação ocorridos no período.

SUÍNOS

O setor suinícola apresentou em 1986 uma expansão na produção de aproximadamente 6%, superando os abates inspecionados em cerca de 4%.

O plano de estabilização econômica favoreceu sensivelmente a exploração suína, ocorrendo maciço retorno de recursos financeiros que estavam fora da atividade, possibilitando que o

mercado de carne suína se mostrasse fortemente comprador, uma vez que a produção e o mercado se apresentaram organizados em torno dos interesses industriais, da produção integrada - por induzir à utilização de tecnologias mais produtivas - e do crescimento da comercialização interestadual de animais vivos.

Como conseqüência, o valor bruto da produção de suínos em 1986 foi superior em 8,42% em relação ao ano anterior, embora os preços recebidos pelo suinocultor tenham oscilado em torno de 1% em níveis superiores aos identificados em 1985.

ANÁLISE DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA

O valor bruto da produção em 1986, analisado a nível de microrregião homogênea, considera todas as atividades do setor agropecuário estadual, excetuado o subsetor extrativo vegetal, tendo em vista as informações não estarem disponíveis dentro do mesmo nível analisado.

Verifica-se que das 16 microrregiões homogêneas que formam o estado de Santa Catarina, apenas 5 se destacam com participação acima de 5% na formação do valor bruto agrícola - somaram cerca de 70% do total, enquanto as demais 11 microrregiões contribuíram com os restantes 30% (tabelas 19, 19A e 19B).

Salienta-se que entre as 5 microrregiões que se destacam, há também enormes disparidades. A microrregião Colonial do Oeste Catarinense destaca-se na primeira posição com 30,26% do valor bruto da produção agrícola estadual. Esse destaque deveu-se principalmente à contribuição das aves, 26,75%; dos suínos, 24,50%; do milho, 18,56%; da soja, 9,64%; e do feijão, 5,91%.

A microrregião Colonial do Rio do Peixe aparece na segunda posição, com 21,71% do valor bruto da produção agropecuária catarinense. Foram responsáveis por este montante as aves abatidas, com 40,22%; os suínos terminados, com 22,34%; a cultura do milho, com 13,64%; a maçã, com 5,35%; os bovinos, com 4,53% e a produção leiteira, gerando 4,08% do valor da microrregião.

A terceira posição ficou para a microrregião Colonial do Alto Itajaí, porém, com uma participação bem inferior às duas primeiras, contribuindo com 6,86% do valor bruto da produção estadual, com destaque para as culturas da cebola (53,57%), do alho comum (46,16%), da mandioca (19,87%) e do fumo (15,70%).

Com participação no valor bruto agrícola de 5,76%, aparece na quarta posição a microrregião homogênea Campos de Curitibanos, dividida entre as explorações do alho nobre (85,11%), maçã (21,67%), trigo (12,81%), bovinos de corte (12,13%), mel de abelha (10,51%) e feijão (10,01%).

Ocupando o quinto lugar no rol da formação do valor bruto agropecuário, com participação de 5,47%, vem a microrregião homogênea Carbonífera, com destaque para as culturas de batata (19,38%), fumo (17,18%), banana (12,29%), tomate (11,92%), mel de abelha (10,64%) e mandioca (10,05%).

Ocupando as posições seguintes, com participações individuais superiores a 3%, aparecem as seguintes microrregiões homogêneas e seus produtos mais representativos: Planalto de Canoinhas - suínos terminados (18,46%), fumo em folha (15,19%), milho (13,25%), soja (10,72%), aves (10,41%), bovinos (9,27%), e feijão (6,03%); Colonial de Blumenau - arroz (19,45%), fumo em folha (18,795), suínos (13,95%), leite (12,39%), aves (12,01%) e bovinos de corte (9,35%); Colonial Serrana Catarinense - cebola (20,81%), fumo em folha (21,15%), suínos terminados (9,02%), leite (8,69%), bovinos (7,98%) e batata (6,10%); Campos de Lages - bovinos de corte (31,98%), maçã (23,02%), suínos (9,31%), leite (8,67%), batata (7,98%) e milho (5,75%), e Colonial Sul Catarinense - fumo em folha (30,95%), arroz irrigado (27,86%), suínos (8,19%), aves (7,90%), milho (7,39%) e banana (6,48%).

As demais 7 microrregiões contribuem com montantes inferiores a esse percentual, perfazendo, no seu conjunto, 11,69% do valor bruto agrícola catarinense, sendo que os produtos mais expressivos no valor são arroz, cana-de-açúcar, fumo em folha, raiz de mandioca, tomate, banana e pescado.

Ainda com referência aos dados das tabelas 9 e 10, cabem algumas informações complementares. As microrregiões homogê-

neas Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe são fortes concentradoras da produção de grãos (milho, soja, feijão e trigo), com exceção da cultura do arroz que está nas microrregiões localizadas no Litoral e Vale do Itajaí, das frutas de clima temperado (uva, maçã, etc.), e da pecuária (aves, suínos e bovinos de leite e corte).

Cabe salientar que para alguns produtos como os bovinos de corte, a batata e o leite - com significativo valor bruto - parte substancial da sua produção é destinada ao consumo na propriedade. O mesmo acontece com as culturas da mandioca e da cana-de-açúcar, que são utilizadas na propriedade na forma de alimentação animal.

TABELA 1
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA 1980-86

(Cz$ 1.000.00)

PRODUTO \ ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
LAVOURA	35725	74919	134242	257948	1122750	3413701	9932691
alho_com	45	148	380	702	1237	2939	32651
alho_nob	418	830	3929	5942	9344	3[illegible]28	365025
arroz	4032	5510	13241	26333	82318	308110	985421
batata	1433	3628	4471	12374	37376	94518	410503
cana	793	1290	2885	4578	19658	82045	110691
cebola	1200	1441	4562	11206	30545	105325	501571
feijão	2380	14199	19661	19096	132126	455118	877991
fumo	4296	7188	23425	37867	149933	554056	2112396
mandioca	2965	5235	5656	11981	84689	192354	364607
milho	11460	23618	37319	87967	361597	1077044	2789450
soja	5989	10394	16234	30718	193370	441419	1052105
tomate	493	1181	1981	4912	14949	41147	191745
trigo	221	257	498	2192	5608	25198	138535
FRUTA	1847	5429	10887	23048	87965	314989	1097486
banana	1291	2628	4063	9389	35873	110714	324838
uva	225	1855	2066	7316	17427	47647	177583
maçã	331	946	4758	6343	34665	156628	595065
PECUÁRIA	42203	76313	146379	407426	1469301	4588206	12965672
aves	12664	27028	53312	152473	623207	1819305	5401444
leite	6041	12898	20532	51054	156042	523997	1283072
bovinos	8246	11852	19095	50707	175066	604210	1747650
suínos	14860	23743	52041	145759	498152	1604388	4414366
mel	392	792	1399	7433	16834	36306	119140
PESCADO	2173	2822	7561	18428	67618	255667	666550
peixes	1351	1929	4955	12177	44770	189213	482976
crustáceos	677	867	2550	6161	22477	63689	176356
moluscos	145	26	56	90	371	2765	7218
EX.VEGETAL	6574	20737	32151	76094	188762	382067	2830821
carvão	536	373	560	1866	7750	15112	98000
erva-mate	733	1533	2408	9192	24712	59554	143516
lenha	697	4003	7610	18023	43688	57000	172200
mad. tora	4589	14794	21458	46732	111923	248719	2413000
palmito	19	34	115	281	689	1682	4105
TOTAL	88522	180220	331220	782944	2936396	8954630	27493220

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER - SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 2
VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA 1980-86
(Cz$ 1.000,00 - DEZ/86)

PRODUTO \ ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
LAVOURA	**9820869**	**10989083**	**11743965**	**10900229**	**12233553**	**12446853**	**11957381**
alho_com	12646	21567	34180	32044	13332	13466	37782
alho_nob	135755	125733	385887	312353	121624	136066	464259
arroz	1248288	841198	1206726	1260997	1004964	1230061	1212220
batata	352404	536990	402204	468499	425153	314511	484370
cana	163766	165085	210223	111221	142908	204754	120035
cebola	359278	206991	399772	515693	347155	354736	611270
feijão	694999	2188980	1857371	909532	1604408	1877458	1107140
fumo	1347053	1107033	2160200	1981856	1883950	2271167	2593996
mandioca	734604	732667	453588	427201	804100	628747	422220
milho	2909483	3351906	3048144	3320424	3596017	3630990	3266498
soja	1698239	1513639	1309188	1340016	2113946	1602021	1268208
tomate	123707	167787	164246	182561	143477	135414	226429
trigo	38647	29507	32156	37832	32519	47462	140754
FRUTA	**468596**	**789711**	**901824**	**842746**	**848178**	**1009511**	**1270392**
banana	314158	368792	325516	274570	307900	331025	367124
uva	74240	290393	194893	372710	227742	208400	217800
maç%	80198	130526	381415	195466	312536	470086	685468
PECUÁRIA	**10388981**	**10460754**	**11629575**	**12274598**	**13100931**	**13472996**	**14866939**
aves	3122049	3706933	4249829	4635090	5576633	5432259	6198093
leite	1422628	1749668	1622946	1568502	1366576	1504782	1466504
bovinos	2047486	1651766	1531561	1548553	1559210	1770574	2006534
suínos	3714217	3249119	4122344	4346337	4464487	4672056	5065307
mel	82601	103268	102895	176116	134025	93325	130501
PESCADO	**526495**	**389368**	**606111**	**567876**	**609637**	**767331**	**767813**
peixes	327333	266156	397207	375246	403642	567983	556350
crustáceo	164030	119625	204415	189857	202650	191149	203148
moluscos	35132	3587	4489	2773	3345	8299	8315
EX.VEGETAL	**1592810**	**2861214**	**2577315**	**2344910**	**1701860**	**1146695**	**3260882**
carvão	129867	51465	44891	57503	69873	45356	112888
erva-mate	177598	211518	193032	283260	222801	178739	165319
lenha	168876	552319	610039	555396	393887	171074	198761
mad. tora	1111066	2041221	1720134	1440092	1009087	746478	2772585
palmito	4603	4691	9219	8659	6212	5048	4729
TOTAL	**22797752**	**25490128**	**27458792**	**26930360**	**28494160**	**28843384**	**32123404**

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER - SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 3
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SUBSETORES NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA - 1980-86

SUBSETOR \ ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
LAVOURA	43.08	43.11	42.77	40.48	42.93	43.15	37.22
alho_com	0.06	0.08	0.12	0.12	0.05	0.05	0.12
alho_nob	0.60	0.49	1.41	1.16	0.43	0.47	1.45
arroz	5.48	3.30	4.39	4.68	3.53	4.26	3.77
batata	1.55	2.11	1.47	1.74	1.49	1.09	1.51
cana	0.72	0.65	0.77	0.41	0.50	0.71	0.37
cebola	1.58	0.81	1.46	1.91	1.22	1.23	1.90
feijão	3.05	8.59	6.76	3.38	5.63	6.51	3.45
fumo	5.92	4.34	7.87	7.36	6.61	7.87	8.08
mandioca	3.22	2.87	1.65	1.59	2.82	2.18	1.31
milho	12.76	13.15	11.10	12.33	12.62	12.59	10.17
soja	7.45	5.94	5.06	4.98	7.42	5.55	3.95
tomate	0.54	0.66	0.60	0.68	0.50	0.47	0.70
trigo	0.17	0.12	0.12	0.14	0.11	0.16	0.44
FRUTA	2.06	3.10	3.28	3.13	2.98	3.50	3.95
banana	1.38	1.45	1.19	1.02	1.08	1.15	1.14
uva	0.33	1.14	0.71	1.38	0.80	0.72	0.68
maçã	0.35	0.51	1.39	0.73	1.10	1.63	2.13
PECUÁRIA	45.57	41.04	42.35	45.58	45.98	46.71	46.28
aves	13.69	14.54	15.48	17.21	19.57	18.83	19.29
leite	6.24	6.86	5.91	5.82	4.80	5.22	4.57
bovinos	8.98	6.48	5.58	5.75	5.47	6.14	6.25
suinos	16.29	12.75	15.01	16.14	15.67	16.20	15.77
mel	0.36	0.41	0.37	0.65	0.47	0.32	0.41
PESCADO	2.31	1.53	2.21	2.11	2.14	2.66	2.39
peixes	1.44	1.04	1.45	1.39	1.42	1.97	1.73
crustáceo	0.72	0.47	0.74	0.70	0.71	0.66	0.63
moluscos	0.15	0.01	0.02	0.01	0.01	0.03	0.03
EX.VEGETAL	6.99	11.22	9.39	8.71	5.97	3.98	10.15
carvão	0.57	0.20	0.16	0.21	0.25	0.16	0.35
erva-mate	0.78	0.83	0.70	1.05	0.78	0.62	0.51
lenha	0.74	2.17	2.22	2.06	1.38	0.59	0.62
mad. tora	4.88	8.01	6.26	5.35	3.54	2.59	8.65
palmito	0.02	0.02	0.03	0.03	0.02	0.02	0.01
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER - SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 4
PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTOS EM CADA SUBSETOR NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA - 1980-86

SUBSETOR \ ANO	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
LAVOURA	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**
alho_com	0.13	0.20	0.29	0.29	0.11	0.11	0.33
alho_nob	1.38	1.14	3.29	2.87	0.99	1.09	3.88
arroz	12.71	7.65	10.28	11.57	8.21	9.88	10.14
batata	3.59	4.89	3.43	4.30	3.48	2.53	4.05
cana	1.67	1.50	1.79	1.02	1.17	1.65	1.00
cebola	3.66	1.88	3.40	4.73	2.84	2.85	5.11
feijão	7.08	19.92	15.82	8.34	13.11	15.08	9.26
fumo	13.74	10.07	18.39	18.18	15.40	18.25	21.69
mandioca	7.48	6.67	3.86	3.92	6.57	5.05	3.53
milho	29.63	30.50	25.95	30.46	29.39	29.17	27.32
soja	17.29	13.77	11.83	12.29	17.28	12.87	10.61
tomate	1.26	1.53	1.40	1.67	1.17	1.09	1.89
trigo	0.39	0.27	0.27	0.35	0.27	0.38	1.18
FRUTA	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**
banana	67.04	46.70	36.10	32.58	36.30	32.79	28.90
uva	15.04	36.77	21.61	44.23	26.85	20.64	17.14
maçã	17.11	16.53	42.29	23.19	36.85	46.57	53.96
PECUÁRIA	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**
aves	30.05	35.44	36.54	37.76	42.57	40.32	41.69
leite	13.69	16.73	13.96	12.78	10.43	11.17	9.86
bovinos	19.71	15.79	13.17	12.62	11.90	13.14	13.50
suínos	35.75	31.06	35.45	35.41	34.08	34.68	34.07
mel	0.80	0.99	0.88	1.43	1.02	0.69	0.88
PESCADO	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**
peixes	62.17	68.36	65.53	66.08	66.21	74.01	72.46
crustáceo	31.16	30.72	33.73	33.43	33.24	24.91	26.46
moluscos	6.67	0.92	0.74	0.49	0.55	1.08	1.08
EX.VEGETAL	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**	**100.00**
carvão	8.15	1.80	1.74	2.45	4.11	3.96	3.46
erva-mate	11.15	7.39	7.49	12.08	13.09	15.59	5.07
lenha	10.60	19.30	23.67	23.69	23.14	14.92	6.08
mad. tora	69.81	71.34	66.74	61.41	59.29	65.10	85.24
palmito	0.29	0.16	0.36	0.37	0.37	0.44	0.15

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER - SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 5
ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA - 1981-86
(1980=100)

SUBSETOR \ ANO	1981	1982	1983	1984	1985	1986
LAVOURA	**112**	**120**	**111**	**125**	**127**	**122**
alho_com	171	270	253	105	106	315
alho_nob	93	284	230	90	100	342
arroz	67	97	101	81	99	97
batata	152	114	133	121	89	137
cana	101	128	68	87	125	73
cebola	58	111	144	97	99	170
feijão	315	267	131	231	270	159
fumo	82	160	147	140	168	192
mandioca	100	62	58	109	86	57
milho	115	105	114	124	125	112
soja	89	82	79	124	94	75
tomate	136	133	148	116	109	183
trigo	76	83	98	84	123	364
FRUTA	**169**	**192**	**180**	**181**	**215**	**271**
banana	117	104	87	98	105	117
uva	391	263	502	307	281	293
maçã	163	476	244	390	586	855
PECUÁRIA	**101**	**112**	**118**	**126**	**130**	**143**
aves	119	136	148	179	174	199
leite	123	114	110	96	106	103
bovinos	81	75	76	76	86	98
suínos	87	111	117	120	126	136
mel	125	125	213	162	113	158
PESCADO	**74**	**115**	**108**	**116**	**146**	**146**
peixes	81	121	115	123	173	170
crustáceo	73	125	116	124	117	124
moluscos	10	13	8	10	24	24
EX.VEGETAL	**180**	**162**	**147**	**107**	**72**	**205**
carvão	40	35	44	54	35	87
erva-mate	119	109	159	125	101	93
lenha	327	361	329	233	101	117
mad. tora	184	155	130	91	67	250
palmito	102	200	188	135	110	103
TOTAL	**112**	**120**	**118**	**125**	**127**	**141**

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER - SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

GRÁFICO 1

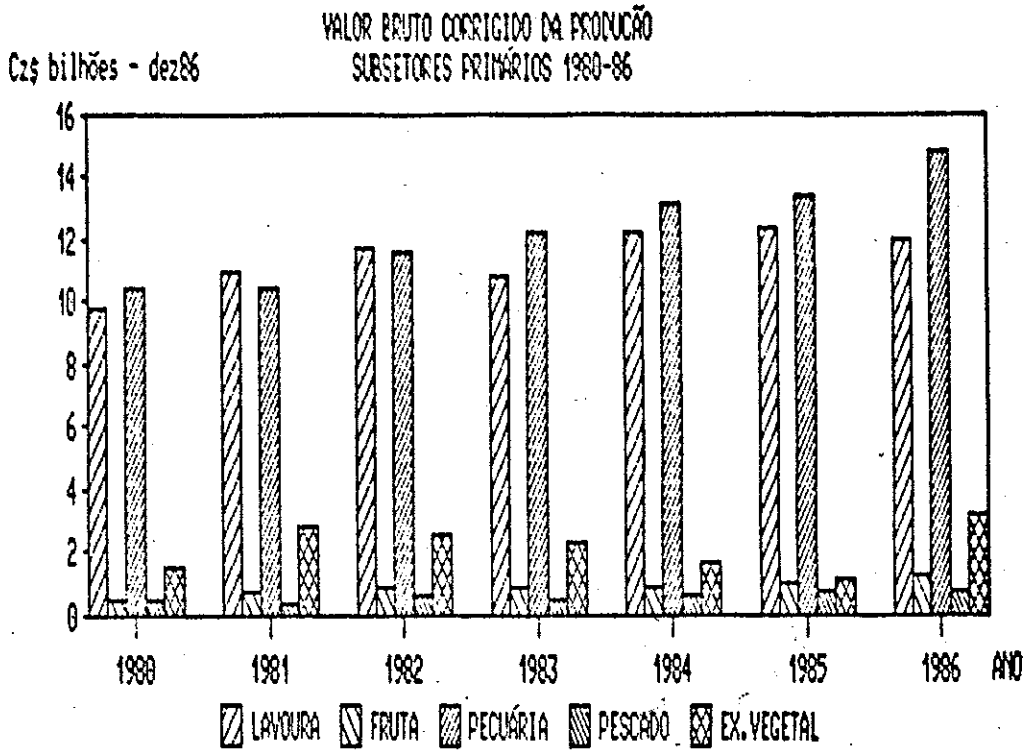


GRÁFICO 2

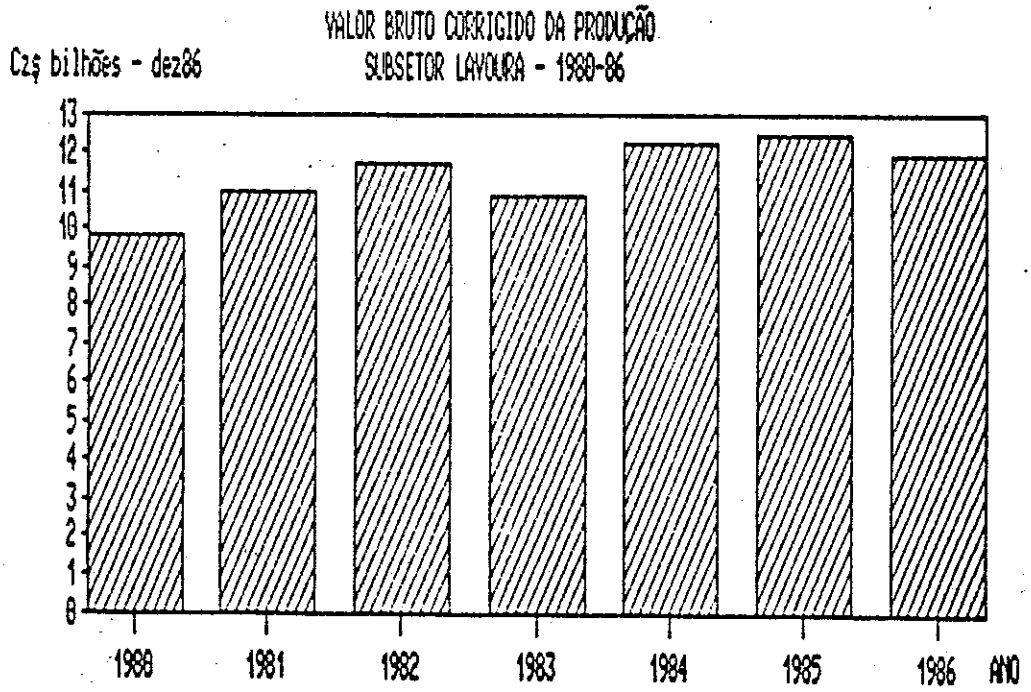


GRÁFICO 3

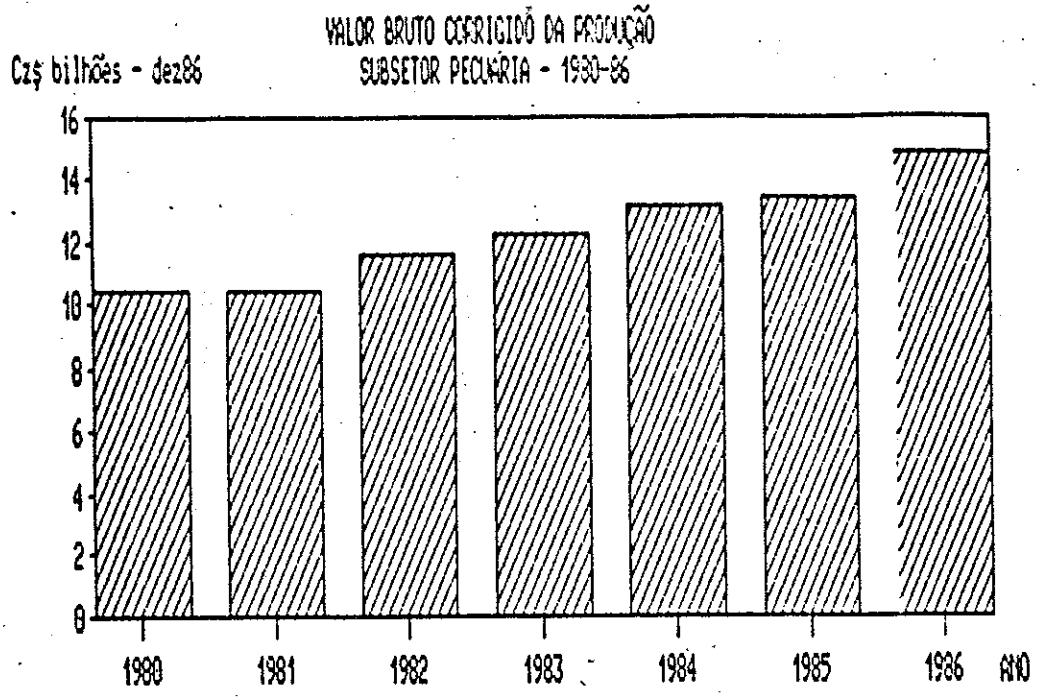


GRÁFICO 4

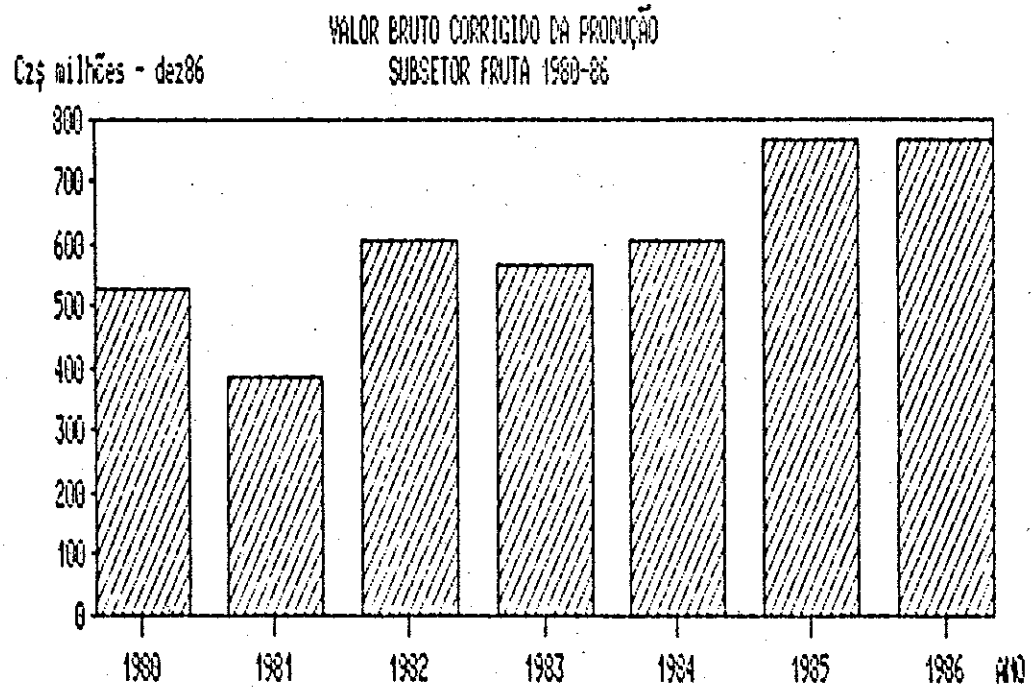


GRÁFICO 5

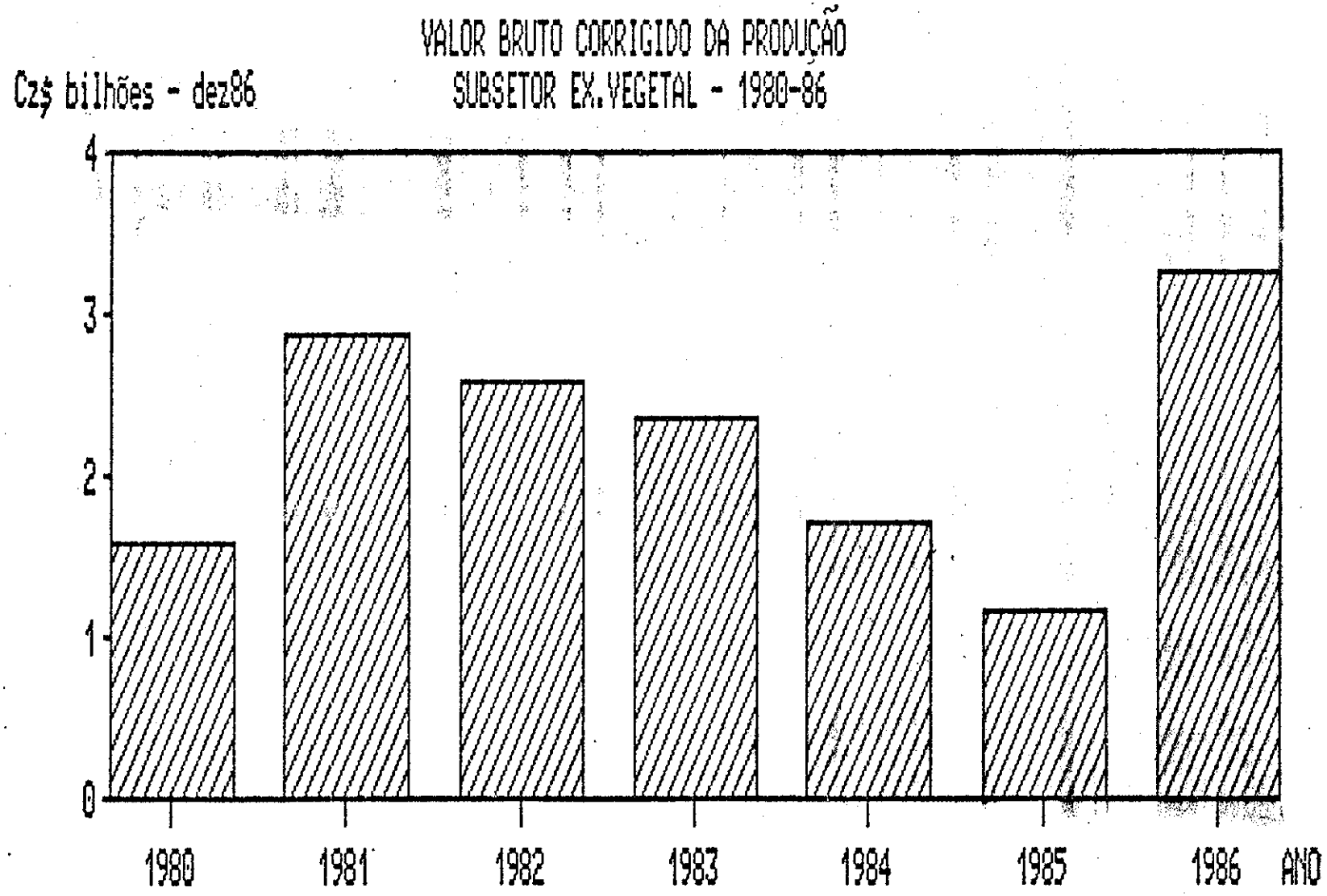

VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO
SUBSETOR EX.VEGETAL - 1980-86
Cz$ bilhões - dez86
4
3
2
1
0
1980
1981
1982
1983
1984
1985
1986
ANO

TABELA 6
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1980 (Cz$ 1.000,00)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓ-POLIS	COL SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	-	-	3	1	15	2	4	1	7
alho_nob	-	-	-	-	-	-	-	-	0
arroz	694	127	644	24	372	59	19	70	231
batata	37	2	57	10	164	53	177	1	174
cana	165	165	70	-	-	144	112	2	43
cebola	-	-	22	5	641	9	353	2	24
feijão	8	4	45	27	154	16	45	10	153
fumo	28	13	337	303	972	26	249	24	734
mandioca	165	19	227	104	617	89	125	89	304
milho	49	6	178	80	381	23	132	5	251
soja		-	2	3	18	-	-	-	1
tomate	36	6	28	-	17	102	44	-	61
trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	0
banana	456	30	55	-	-	105	59	55	145
aves	313	81	655	96	413	710	154	104	534
leite	303	46	632	189	561	101	198	22	451
bovinos	171	83	431	142	463	165	276	83	549
suínos	221	27	414	132	443	44	203	21	517
mel	8	4	8	6	27	8	59	4	39
uva	1	-	1	-	10	-	5	-	16
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	46	790	-	-	-	-	-	-	0
TOTAL	2701	1412	3009	1122	5271	1658	2214	493	4314

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	2	-	-	-	3	-	7	45
alho_nob	-	40	378	-	-	-	-	418
arroz	339	536	5	77	206	428	202	4032
batata	17	4	128	98	175	222	114	1433
cana	8	11	-	-	25	47	-	793
cebola	21	-	50	14	25	3	23	1200
feijão	71	57	97	397	133	710	452	2300
fumo	417	516	49	61	72	106	388	4276
mandioca	404	58	-	16	49	343	255	2965
milho	50	205	239	535	2596	6195	535	11460
soja	5	-	54	592	777	4006	532	5989
tomate	15	-	94	38	32	3	17	493
trigo	1	-	1	45	11	134	29	221
banana	86	203	-	-	-	-	16	1291
aves	310	143	159	390	4723	3632	246	12664
leite	124	120	380	244	096	1463	310	6041
bovinos	248	166	1328	1092	1097	1458	493	8246
suínos	73	180	206	425	4156	7172	625	14860
mel	20	20	31	51	20	39	47	392
uva	-	2	-	5	120	57	8	225
maçã	-	-	97	23	211	-	-	331
pescado	215	-	-	-	-	-	-	1350
TOTAL	2425	2341	3306	4104	15346	26019	4297	81125

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE
ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 7

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1981 (Cz$ 1.000,00)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAI-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓ-POLIS	COL SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com		-	7	3	42	5	21	4	25
alho_neb		-	-	-	-	-	-	-	0
arroz	900	217	824	38	511	128	24	91	337
batata	40	-	131	17	355	105	512	1	505
cana	214	313	84	-	-	356	244	4	36
cebola	-		33	12	750	14	421	1	27
feijão	25	10	189	90	856	59	162	19	510
fumo	44	21	430	466	1792	65	412	44	1399
mandioca	192	55	401	168	1230	269	233	129	454
milho	151	17	416	184	908	57	343	8	575
soja	-	-	1	6	21	-	-	-	1
tomate	81	10	22	-	36	196	124	3	185
trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	0
banana	1044	60	169	1	-	196	107	81	273
aves	616	130	1254	226	1077	1290	292	162	1110
leite	703	159	1343	480	1159	280	439	74	742
bovinos	265	120	672	211	675	264	432	119	767
suínos	379	40	721	222	712	75	333	33	047
mel	16	12	16	12	55	16	119	8	79
uva	3	-	8	-	78	5	39	-	117
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	159	870	-	-	-	303	-	175	0
TOTAL	4916	2050	6724	2137	10266	3072	4257	054	8076

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	7	4	-	-	16	9	5	140
alho_neb	-	-	25	662	76	43	24	830
arroz	305	606	9	103	295	701	341	5510
batata	20	8	306	187	403	405	393	3620
cana	12	1	-	-	22	6	-	1290
cebola	29	-	52	13	30	21	36	1441
feijão	204	189	462	1572	788	6467	2509	14199
fumo	579	834	64	66	100	279	593	7188
mandioca	689	88	16	15	77	780	424	5235
milho	190	480	469	966	5149	12270	1419	23610
soja	13	-	83	1329	1355	6551	1040	10294
tomate	12	1	146	237	86	6	35	1101
trigo	1	-	1	82	5	146	23	257
banana	161	514	-	-	-	-	23	2628
aves	624	331	268	766	10160	8023	564	27020
leite	272	205	728	1105	1918	2507	702	12898
bovinos	314	289	1799	1456	1594	2243	711	11852
suínos	198	312	312	700	6733	11107	1077	23743
mel	40	40	63	103	40	79	95	792
uva	-	12	14	31	1137	363	46	1855
maçã	-	-	334	107	503	-	1	946
pescado	411	-	-	-	-	-	-	1929
TOTAL	4192	3841	9495	30495	52094	52094	10063	150589

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER-SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 8
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1982 (Cz$ 1.000,00)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓ-POLIS	COL SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	-	-	22		70	12	87	14	44
alho_nob	-	-	-		-	-	-	-	0
arroz	2636	650	2689	47	1067	279	61	362	740
batata	57	7	172	24	465	205	513	1	614
cana	440	679	240	-	-	666	522	6	66
cebola	-	-	127	17	2181	41	1691	7	72
feijão	30	17	196	160	1015	72	224	27	556
fumo	127	71	1856	1749	5453	129	1314	80	3732
mandioca	252	36	292	272	1717	235	240	116	551
milho	213	15	797	290	1625	96	549	13	994
soja	-	-	-	10	12	-	-	-	1
tomate	122	130	35	-	65	293	339	9	272
trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	0
banana	1417	96	301	23	-	337	156	169	477
aves	1257	220	2197	434	2247	2752	633	264	2105
leite	976	283	1957	757	1972	606	902	193	1237
bovinos	437	170	1133	319	1072	437	701	223	1251
suínos	866	87	1490	459	1661	167	674	69	1908
mel	28	21	28	21	98	28	210	14	140
uva	3	-	10	-	114	-	58	-	260
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	373	2599	-	-	-	811	-	299	0
TOTAL	9235	5097	13550	4590	21636	7166	8074	1066	15056

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	15	15	-	-	63	12	26	380
alho_nob	-	-	68	3083	405	88	202	3929
arroz	1213	2050	4	95	232	560	520	13241
batata	26	19	341	276	516	609	613	4471
cana	27	20	-	1	47	171	-	2805
cebola	68	11	63	27	97	75	86	4562
feijão	207	208	394	1659	1114	10244	2659	19661
fumo	2369	2034	284	150	401	835	2034	23425
mandioca	845	93	-	18	91	501	310	5656
milho	310	520	624	1519	7353	20126	2267	37319
soja	25	-	162	1077	1720	10730	1601	16234
tomate	35	2	272	216	69	0	115	1981
trigo	-	-	-	29	15	414	40	498
banana	250	806	-	-	-	-	24	4063
aves	1379	734	394	1434	20123	15035	1302	53312
leite	461	294	1153	1620	3132	3053	1135	20532
bovinos	500	227	2593	2455	2658	3613	1200	19095
suínos	297	624	605	1547	14670	24475	2362	52041
mel	70	70	112	102	70	140	168	1399
uva	-	14	17	39	1196	310	20	2066
maçã	-	-	1520	513	2716	-	0	4758
pescado	871	-	-	-	-	-	-	4955
TOTAL	9065	8640	8686	16749	56776	92697	16782	296463

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER SC/ACARESC
INSTITUTO DE AGRICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 9
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1983 (Cz$ 1.000,00)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COL SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com			50	-	118	25	187	15	95
alho_nob		-	-	-	-	-	-		0
arroz	4220	1207	4924	128	2931	455	177	457	1248
batata	123	-	146	175	811	282	1562	10	2376
cana	535	1345	367	-	-	879	815	22	116
cebola	-	-	214	42	5629	85	4222	0	193
feijão	33	26	176	154	1514	91	327	42	687
fumo	269	213	3177	2592	7014	200	2921	306	6440
mandioca	405	44	461	405	2207	279	205	309	1075
milho	509	35	1714	400	1891	274	1122	41	1992
soja	-	-	-	-	10	-	-	-	0
tomate	313	299	118	-	91	687	789	13	737
trigo	-	-	-	-	-	-		-	10
banana	4432	317	720	12	-	694	241	448	836
aves	3522	408	5969	996	6876	5916	1548	479	5692
leite	2212	621	4845	1931	5003	1131	2422	271	3288
bovinos	1204	479	2980	859	2842	1192	1862	578	3287
suínos	2988	252	4507	1427	5220	558	1905	216	6105
mel	149	111	149	111	520	149	1115	74	743
uva	-	-	64	-	453	-	204	-	639
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	878	6783	-	-	-	1729	-	680	0
TOTAL	21702	12141	30667	9232	43131	14525	21787	3969	35518

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	30	17	-	-	114	19	32	702
alho_nob	-	-	97	4903	650	109	182	5942
arroz	1758	3729	15	322	1004	2529	1223	26333
batata	55	98	1732	747	1496	1522	1237	12374
cana	42	33	-	1	89	204	-	4578
cebola	161	25	75	64	269	110	187	11286
feijão	279	242	391	2637	1611	7914	2971	19996
fumo	4191	4030	465	471	1026	2061	3612	39867
mandioca	1495	910	-	36	237	2223	1610	11981
milho	427	1294	757	2192	17421	53454	4444	87967
soja	92	10	256	4847	2797	19545	2162	30718
tomate	123	7	407	760	272	25	191	4912
trigo	0	-	-	313	115	1625	122	2192
banana	463	1108	-	-	-	-	119	9389
aves	3509	1905	1804	3772	60435	46723	3731	152473
leite	955	846	2969	3402	8177	10250	2652	51054
bovinos	1319	939	7147	6130	7035	9608	3209	50707
suínos	1097	2009	2216	4713	41299	64203	6902	145759
mel	372	372	595	966	372	743	892	7433
uva	-	59	25	132	3506	2034	201	7316
maçã	-	-	2482	887	2973	-	-	6343
pescado	2105	-	-	-	-	-	-	12177
TOTAL	18470	18513	20793	37375	150898	225112	36758	700600

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER-SC/ACARESC
INSTITUTO DE AGRICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 10
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1984 (Cr$ 1.000,00)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COL SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	-	-	49	-	231	36	361	30	105
alho_neb	-	-	-	-	-	-	-	-	0
arroz	14280	3590	14308	310	6451	1638	477	2216	4595
batata	121	63	305	461	2903	916	3946	9	5899
cana	1521	4723	1330	-	1	6650	3272	84	433
cebola	-	-	306	130	15408	230	11148	15	428
feijão	182	154	1270	1211	8752	517	1602	261	4331
fumo	601	212	11639	11477	32771	694	7850	621	20495
mandioca	2864	406	3783	2956	16675	3448	3700	2994	8995
milho	1595	285	6321	3165	12040	1005	4061	279	8601
soja	-	-	-	-	67	-	-		4
tomate	499	688	254	-	666	4916	2295	59	2210
trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	14
banana	14799	1022	2416	55		2670	1248	1742	3499
aves	14198	965	10854	3629	30219	22988	5142	1299	19193
leite	6672	1379	14009	5054	14483	4641	7010	979	10011
bovinos	3683	1504	9696	2789	10336	3475	6710	1978	12210
suínos	10396	803	15941	5596	20259	1934	7660	766	22370
mel	337	254	337	251	1178	337	2525	168	1683
uva	-	-	113	26	711	-	300	-	648
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	2327	26430	-	-	-	7469	-	2534	0
TOTAL	74075	42478	101082	37281	173181	63573	70987	17033	125616

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANGUINHAS	TOTAL
alho_com	46	29	-	-	217	76	56	1237
alho_neb	-	-	731	6954	1031	358	269	9344
arroz	7574	14018	121	804	2467	6917	2322	92318
batata	74	242	3720	2305	5233	6637	4461	37376
cana	160	119	-	8	325	1022	-	19658
cebola	255	54	417	294	847	310	705	30545
feijão	1764	1711	2591	16000	9209	64076	16537	132126
fumo	10583	17327	2306	1500	3298	12767	15642	149933
mandioca	13557	1555	20	230	1352	17320	3832	94689
milho	1788	7251	7541	18377	32752	185372	20337	361597
soja	542	55	1649	21203	23602	128238	17900	193370
tomate	331	26	530	1050	771	14	632	14949
trigo	82	35	2	1154	278	3824	217	5600
banana	1902	6251		-	-	-	270	35873
aves	12922	6776	3846	13152	249970	205445	14608	623207
leite	3175	2791	9171	9133	27192	32786	7755	156042
bovinos	4597	3165	24635	22331	23408	33464	10894	175066
suínos	4571	7236	9209	16287	133809	216796	25438	498152
mel	842	842	1247	2188	842	1683	2020	16824
uva	3	74	166	363	10946	3773	303	17427
maçã	-	-	13677	4287	16699	-	2	34664
pescado	6011	-		-			-	44770
TOTAL	70690	69557	79937	138768	594538	921887	144201	2724782

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER-SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 11
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICROREGIÃO EM 1985 (Cz$ 1.000,00)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COL SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	-	-	212	-	816	60	1108	81	363
alho_nob	-	-	-	-	-	-	-	-	0
arroz	50057	14027	56461	1451	32113	7260	1904	7490	18835
batata	420	62	743	911	6027	2240	10296	22	14691
cana	7340	26304	4959	-	-	22932	11474	239	1496
cebola	-	24	1011	463	57612	1207	32539	49	1103
feijão	832	505	4428	4485	31383	1846	6229	928	15546
fumo	4260	1972	42031	45698	92043	3484	32001	3830	100661
mandioca	8946	1432	11010	3790	29870	9459	11942	7790	17944
milho	5377	661	17711	10361	38647	2744	14670	363	23229
soja	-	-	-	-	183	-	-	-	0
tomate	1047	741	361	-	911	14447	6069	-	5483
trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	11
banana	48966	3014	8057	102	-	7468	3960	4529	12179
aves	32077	2216	48905	7036	88737	40853	13757	2234	56836
leite	21367	4157	47580	15740	49752	17565	26454	3445	34940
bovinos	13262	4028	32396	9560	28038	11353	21925	6049	45184
suínos	35631	2054	51697	18486	72951	6180	26454	2491	76521
mel	726	549	726	541	2541	726	5446	363	3631
uva	-	-	207	29	1600	-	746	-	2255
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	4189	145078	-	-	-	23609	-	8983	0
TOTAL	229534	63457	329204	118661	535226	157042	227773	40902	430907

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	131	50	-	-	668	225	225	3939
alho_nob	-	-	2789	24278	3323	1123	1115	32628
arroz	27724	62015	394	2543	5506	13345	6099	308110
batata	110	515	9979	4752	14036	16455	12433	94510
cana	551	455	-	45	1404	5625	-	82845
cebola	826	121	1006	896	2000	1706	3151	105325
feijão	5651	6191	6052	34171	33602	248440	54929	455110
fumo	64541	56972	5619	6423	13664	32154	48676	554056
mandioca	34607	4221	37	563	3122	40984	7340	192354
milho	6133	20405	17265	46234	251600	577376	44108	1077044
soja	1461	353	2891	46467	51747	291105	47141	441419
tomate	620	119	3234	2897	3301	-	1117	41147
trigo	-	164	4	1539	2840	19206	1434	25190
banana	5585	16037	-	-	-	-	917	110714
aves	35939	21203	9566	25190	797029	570996	40523	1019205
leite	10565	8963	27000	29347	91453	109789	25000	523997
bovinos	14942	10009	82040	72431	81745	121062	30279	684210
suínos	16098	23287	23353	53482	437907	676596	80318	1604390
mel	1815	1815	2904	4720	1815	3631	4357	36306
uva	-	164	446	1010	25150	5417	607	47647
maçã	-	-	55534	20291	72803	-	-	117628
pescado	7354	-	-	-	-	-	-	189213
TOTAL	235562	233970	250904	395293	1905860	2744116	425837	8506899

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER-SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 12
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1986 (Cz$ 1.000,00)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓ-POLIS	COL SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	-	-	1114	-	15070	310	6049	424	2317
alho_nob	-		-	-	-	-	-	-	0
arroz	140477	46520	174357	4559	70990	24040	6284	31210	68084
batata	579	374	4374	8905	33357	13937	45632	109	79736
cana	10955	29123	7426	-	-	29526	15509	522	3459
cebola	-	179	8764	3218	268667	5997	151512	393	4936
feijão	2443	2581	12228	16707	78784	4447	16911	5029	58991
fumo	19602	9177	168714	148632	231904	15004	145519	14572	362942
mandioca	11425	1033	19398	16766	72399	13134	15612	10670	36705
milho	17098	2106	51111	29457	70161	8692	41049	1025	59969
soja	-	-	-	-	456	-	-	-	0
tomate	10504	2412	5871	-	9703	57873	39125	-	22923
trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	80
banana	140298	6791	20003	389	-	17684	10849	13947	40819
aves	82848	4508	115426	30691	269916	111013	24917	6150	148529
leite	55610	10270	119784	44311	116579	33955	67532	6460	89357
bovinos	38804	13463	89478	29411	101826	33233	61293	28032	121893
suínos	94303	6636	133543	48982	193906	19317	69675	6702	213233
mel	2331	1596	2473	1415	8110	2482	19805	1042	12724
uva	-	-	496	145	4740	-	2284	-	11171
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	9404	380026	-	-	-	61066	-	24783	0
TOTAL	636694	517505	934673	383508	1654576	452517	748752	142969	1328008

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	690	265	-		4174	1040	1220	32651
alho_nob	-	-	9424	310602	29326	7037	8556	365025
arroz	102787	223512	1272	6049	17076	39512	20743	985422
batata	660	4211	59880	14523	41406	58307	44503	410503
cana	990	733	-	26	2225	10197	-	110691
cebola	5424	1049	5278	15412	13563	9534	7646	501571
feijão	25028	21090	15704	87302	59262	404898	65688	877991
fumo	252547	248684	21884	12466	51746	140066	169022	2112396
mandioca	77169	8308	73	318	6642	61741	12394	364607
milho	19329	61769	43425	130329	724411	1374830	154677	2709450
soja	2460	565	4191	103273	126183	693346	121631	1052105
tomate	320	112	7100	17601	12029	-	5292	191745
trigo	-	13	387	17747	12017	93884	14488	130535
banana	14962	56020	-	-	-	-	3083	324028
aves	93293	68275	21162	87413	2178828	2024193	124254	5401443
leite	21829	22142	67027	67357	222482	284237	63211	1283072
bovinos	41930	27553	247534	212165	244910	352845	118288	1747650
suínos	45799	70559	71746	157763	1210071	1851232	219998	4414366
mel	5288	8005	10510	12471	5887	13225	12653	119140
uva	-	1603	1083	2952	121357	28911	2920	177583
maçã	-	-	177183	128942	288929	-	1	595065
pescado	6895	-	-	-	-	-	-	482976
TOTAL	718119	825268	764712	1384900	5374236	7449116	1162188	24478017

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 13
VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1980
(Cz$ 1.000,00 - dez/86)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COL.SEPR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	48	-	876	206	4210	562	1124	171	1086
alho_nob	-	-	-	-	-	-	-	-	0
arroz	215055	39591	199265	7531	114706	18055	5800	21742	71771
batata	9023	375	14350	2370	40600	13000	43893	100	43381
cana	34347	33837	14475	-	-	29801	23223	330	8753
cebola	-	-	6571	1619	193519	2730	104220	599	7212
feijão	2210	1021	12902	7783	44650	4514	13200	3071	44879
fumo	8019	4136	105983	95273	305600	8110	78201	7585	230695
mandioca	40686	4828	56511	25730	152157	22044	38932	22020	95450
milho	12546	1443	45207	20235	96722	5863	33898	1215	63859
soja	-	-	445	815	5169	-	9	-	149
tomate	9120	1454	7056	-	4603	25321	10890	-	15892
trigo	-	-	-	-	40	-	-	-	0
banana	110473	7358	13255	93	-	25233	13689	13276	35770
aves	77328	19872	163177	23438	100993	174338	38439	25380	131305
leite	70904	10920	150040	43059	131269	23930	46352	5281	107162
bovinos	42735	20057	106887	35535	114667	40712	68582	20590	136037
suínos	55301	6769	103109	32900	110570	10900	50510	5264	128443
mel	1652	1248	1652	1230	5782	1652	12390	826	8260
uva	167	-	265	25	3210	161	1720	-	5141
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	11177	193378	-	-	-	49213	-	21403	0
TOTAL	701757	347095	1002260	298722	1428641	456234	577009	148934	1136012

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	495	114	-	-	955		1919	12646
alho_nob	-	12074	122081	-			-	135755
arroz	104536	166126	1548	23788	64004	131894	62829	1240288
batata	4243	1049	29792	23659	43416	55202	27707	352404
cana	1714	2245	-	87	5174	9702	-	163766
cebola	6332	114	17234	4091	7298	927	6803	359278
feijão	20914	16563	28305	113971	39384	209837	131700	674999
fumo	130966	161151	15437	19036	22600	33294	122070	1342053
mandioca	100555	14384	-	4039	17046	85075	63146	734604
milho	12717	52165	61170	136377	660613	1569049	136317	2909483
soja	1478	-	15375	167601	220235	1136037	150925	1698239
tomate	3745	94	22792	9737	8092	694	4218	123707
trigo	94	-	243	7654	1891	23478	5019	38647
banana	20657	70435	-	-	-	-	3912	314158
aves	76749	34971	40230	96784	1165445	893898	60591	3122849
leite	29171	28687	89380	58002	209644	346056	71962	1422628
bovinos	61394	41262	332226	268542	272905	362557	121998	2047485
suínos	18234	44709	51473	106218	1039642	1794563	155525	3714217
mel	4130	4130	6608	10738	4130	8260	9912	82601
uva	-	761	-	1586	39561	18872	2771	74240
maçã	-	-	23453	5563	51035	-	97	80148
pescado	52104	-	-	-	-	-	-	327278
TOTAL	659227	651834	850155	1057674	3873079	6678695	1139423	21005660

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER-SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE
ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 14

VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1981

(Cz$ 1.000,00 - dez/86)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓ-POLIS	COL.SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	-	-	1045	373	6157	802	3004	522	3502
alho_nob	-	-	-	-	-	-			0
arroz	137465	33070	125752	5858	78240	19135	3616	13854	51599
batata	5953	-	19320	2540	52569	27467	75604	121	87730
cana	27273	40140	10751	-	-	45390	31202	464	4409
cebola	-	-	4748	1815	107617	1993	60309	195	3987
feijão	3891	2734	28928	13930	131648	9114	24088	2808	78746
fumo	6726	3231	66506	71781	276056	10038	63184	6813	215354
mandioca	27400	7678	56084	23534	173026	37705	32629	18074	63405
milho	21422	2358	58906	26038	128539	8115	40670	1199	81411
soja	-	-	161	839	3062	5	14	-	146
tomate	11710	1469	3214	-	5008	27949	17471	387	26318
trigo	-	-	-	-	-		-	-	0
banana	148575	8291	24111	139		26678	14636	11277	37697
aves	84278	17883	172074	30941	148249	189604	39990	22150	152992
leite	106501	21443	182867	65400	157194	38228	59761	9906	188761
bovinos	34738	16767	93121	29379	94024	36653	59898	16441	106906
suínos	52069	5559	98952	38576	97751	10295	45828	4519	116664
mel	2065	1560	2065	1538	7229	2065	15498	1033	18327
uva	423	-	1265	62	12141	829	6075	-	18328
maçã		-	-	-	-		-	-	0
pescado	22001	121207	-	-	-	41878	-	24221	0
TOTAL	694498	283398	949877	384745	1478596	533935	602262	134064	1160662

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	1045	578	-	-	2369	1343	746	21567
alho_nob	-	-	3751	100266	11525	6531	3661	125733
arroz	58824	92405	1343	15715	45843	107055	52216	841198
batata	2976	1138	45190	27969	59298	71286	57823	536998
cana	1557	74	-	62	2823	741	-	165805
cebola	4284	12	7504	1884	4478	3021	5831	286991
feijão	43982	29163	71526	242572	121917	995309	387423	2188988
fumo	89286	120571	9859	18201	15461	43834	98932	1187833
mandioca	96612	12377	2177	2153	18831	189131	59642	732667
milho	26912	69152	66488	137143	738642	1743621	281962	3351986
soja	1960	-	12006	192622	197335	954149	151340	1513638
tomate	1744	211	20456	33788	12197	896	4978	167787
trigo	65	-	88	9440	585	16745	2584	29587
banana	22258	71988	-	-	-	-	3238	368792
aves	87984	45356	36818	184739	1393752	1183918	77282	3786834
leite	36928	27682	98058	149473	268886	348312	95156	1748668
bovinos	43921	29268	251551	283854	221686	312794	98968	1651766
suínos	19825	43887	42835	96223	921646	1516443	147656	3249119
mel	5163	5163	8261	13425	5163	18327	12392	183268
uva	-	1931	2196	4916	178417	56668	7159	298398
maçã	-	-	46088	14875	62378	-	246	138587
pescado	56795	-	-	-	-	-	-	266896
TOTAL	688172	558068	688018	1346355	4195879	7393788	1459693	22585691

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 15
VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1982
(Cz$ 1.000,00 - dez/84)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAI	COL BLUMENAU	COL ITAJAI-NORTE	COL ALTO ITAJAI	FLORIANO POLIS	COL.SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONIFERA
alho_com	-	-	1993	-	6255	1079	7032	1245	3204
alho_nob	-	-	-	-		-			0
arroz	240810	60327	245709	4266	96841	25231	5470	32912	69830
batata	5105	644	15446	2174	41034	18631	45021	110	55409
cana	32026	49356	17499	-	-	48658	38076	440	4027
cebola	-		11060	1467	192562	3577	146556	659	6355
feijão	2014	1592	10719	14813	171124	6894	21407	2535	52679
fumo	11779	6520	171229	161073	503959	11903	120884	7384	343965
mandioca	20196	2913	23471	21780	137928	18866	19202	9319	44123
milho	17422	1212	64926	24324	132671	7023	44674	1063	81102
soja	-	-	10	844	1067	-	-	-	110
tomate	9000	10900	2093	-	5333	24777	20257	721	22524
trigo	-	-	-		-	-	-	-	0
banana	119455	7807	23523	1006		27553	12473	13172	38180
aves	100028	17009	174043	34393	178056	220714	50401	20775	167194
leite	76531	22411	154709	59693	155144	47739	71519	15102	97546
bovinos	34993	14176	90889	25491	86311	35031	56556	17815	101062
suínos	68219	6830	117694	36043	131462	13201	53269	5450	150044
mel	2058	1543	2058	1543	7203	2058	15434	1029	10290
uva	292	-	1729	-	10804	38	5475	-	25276
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	29919	208376	-	-	-	65042	-	23973	0
TOTAL	764015	411627	1137605	390017	1059373	578847	743414	153710	1274583

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	1328	1328	-	-	5701	1052	2380	34180
alho_nob	-	-	6711	302067	47672	8670	19960	385087
arroz	110603	187432	324	8619	21025	50582	147409	1206726
batata	3205	1721	30977	23765	46542	54360	56298	402283
cana	1940	1456	-	50	3425	12463	-	210223
cebola	5923	987	5573	2356	8425	6601	7671	399772
feijão	27330	19811	37802	157592	105407	965658	251104	1857371
fumo	210322	260815	26162	14527	36251	77109	187510	2160200
mandioca	67095	7415	-	1404	7296	46178	25514	453508
milho	25291	42429	50922	124481	600337	1644011	185457	3040144
soja	2101	-	13848	160707	147782	918928	143784	1389108
tomate	2078	197	22313	17747	5691	636	9493	164246
trigo	-	-	-	1803	994	26724	2555	32156
banana	20766	64020	-	-	-	-	1952	325516
aves	100749	58304	31389	115187	1605832	1262790	104165	4249829
leite	36344	20212	91290	120752	247322	305441	99193	1622946
bovinos	40420	26918	200139	195379	212231	290131	96010	1531561
suínos	23620	49024	53616	122609	1162963	1940859	107133	4122344
mel	5145	5145	8232	13376	5145	10290	12347	102895
uva	-	1300	1508	3705	112947	29832	1907	194893
maçã	-	-	121884	4[illegible]26	217749	-	644	381404
pescado	69086	-	-	-	-	-	-	397197
TOTAL	771850	752021	710768	1436132	4601510	7652402	1433566	24672539

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER-SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE
ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 16
VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1983
(Cz$ 1.000,00 - dez/86)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓ-POLIS	COL.SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	-	-	2291	-	5379	1158	8519	669	4324
alho_nob	-	-	-	-	-	-	-	-	0
arroz	203771	57596	237490	6066	141620	21582	8348	21790	60103
batata	4512	-	5520	6707	29665	10471	59016	360	90069
cana	13207	33162	8708	-	-	21181	19428	545	2012
cebola	-	-	9550	1891	257990	3933	193211	428	8692
feijão	1567	1209	8244	7307	72845	4226	15302	1950	32550
fumo	13380	10590	157892	120806	347666	13940	145106	15204	320072
mandioca	14200	1590	16494	14927	81019	10155	10450	11294	39361
milho	19371	1333	64972	15103	72285	10447	43091	1551	75448
soja	-	-	-	-	448	-	-	-	19
tomate	11684	11351	4380	-	3452	25360	29350	495	20111
trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	165
banana	124417	8707	22210	356	-	17690	7670	13133	25994
aves	105191	12372	177269	31023	207907	178504	46633	14599	169767
leite	67564	19505	140907	50061	150805	34000	73763	8352	100240
bovinos	35965	14570	90026	25908	88364	33573	55451	17633	103710
suínos	84244	7379	135312	41155	153512	16248	57929	6361	100196
mel	3522	2642	3522	2642	12328	3522	26417	1761	17612
uva	-	-	3260	-	23262	-	10378	-	32824
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	27070	209034	-	-	-	53283	-	20969	0
TOTAL	702597	391120	1095324	340272	1648547	459370	910232	137116	1293750

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	1364	772	-	-	5225	875	1467	32044
alho_nob	-	-	5101	257750	34191	5734	9570	312353
arroz	84090	176400	692	15339	48140	119200	58675	1260997
batata	2002	3683	65041	28370	56245	57252	47810	460499
cana	1015	802	-	32	2154	8095	-	111221
cebola	7223	1149	3329	2811	12193	4871	8421	515693
feijão	13114	11348	10175	124673	77395	377828	141710	908532
fumo	208439	239897	23110	23441	50911	102480	179939	1901054
mandioca	54584	30605	-	1293	8419	78758	54852	427201
milho	16111	48980	28449	82717	660164	2011607	168714	3328424
soja	3994	446	11190	212620	121888	851216	138195	1340016
tomate	4365	256	17501	28064	10004	958	7229	102561
trigo	132	0	-	5379	1974	28807	2086	37832
banana	14394	36454	-	-			3450	274570
aves	100714	59403	32024	112338	1844414	1423901	111851	4605898
leite	29503	25974	90934	106078	253589	318799	83167	1568502
bovinos	40482	28122	219827	188744	213294	292495	100380	1548553
suínos	31699	59149	64945	138724	1224250	1937210	200016	4346338
mel	8806	8806	14089	22895	8806	17612	21134	176116
uva	-	3008	1307	6752	177059	104490	10360	372710
maçã	-	-	76480	27348	91629	-	14	195472
pescado	64896	-	-	-	-	-	-	375254
TOTAL	695016	735343	673903	1385376	4901945	7740502	1356160	24392016

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE
ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 17

VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1984

(Cz$ 1.000,00 dez/84)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓ-POLIS	COL.SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com		-	533	-	2495	392	3894	322	1137
alho_nob		-	-	-	-	-	-	-	0
arroz	175639	43187	175550	4679	77687	20126	5852	27972	56047
batata	1440	755	4220	5445	33947	10045	44937	106	66820
cana	10910	34222	9600	-	7	47791	24222	618	3297
cebola	-	-	3516	1481	174310	2563	127438	166	4912
feijão	2193	1886	15253	15912	104207	6170	20007	3187	51470
fumo	7515	2676	146018	144263	412107	8746	98642	7811	257619
mandioca	27426	3215	36279	27388	157178	32960	35001	38253	85513
milho	15945	2845	63023	31511	120161	10029	48465	2791	85614
soja	-	-	-	-	733	-	-	-	44
tomate	4889	6431	2611	-	6459	45052	22418	576	21439
trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	81
banana	122119	9002	20489	524	-	23152	10655	15825	31811
aves	124232	8666	169217	32120	269211	199631	46842	11859	172924
leite	58332	11967	122900	43901	126101	48578	67393	9102	87796
bovinos	33131	13438	84944	24712	91456	31633	58985	17663	108231
suínos	93914	7202	142875	49335	181254	17279	60363	6877	199757
mel	2680	2025	2680	1975	9382	2680	20104	1340	13402
uva	-	-	1474	339	9289	-	3927	-	8470
maçã	-	-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	20977	238289	-	-	-	67338	-	22844	0
TOTAL	701343	386507	1000393	383605	1776083	567155	707146	166231	1255593

MICRO / PRODUTO	LIT SUL-CATAR.	COL SUL-CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	493	312	-	-	2334	815	604	13332
alho_nob	-	-	9514	90520	13424	4663	3504	121624
arroz	91777	171285	1470	10801	30377	84958	28450	1004764
batata	845	2691	39511	26728	60357	76989	50376	425153
cana	1174	873	-	59	2379	7558	-	142988
cebola	2889	605	4706	3340	9554	3599	8066	347155
feijão	20956	20173	31460	205878	115971	792441	197324	1604408
fumo	132911	218165	29986	19989	41435	168464	195603	1883958
mandioca	120035	14838	192	2193	12078	164879	36372	884188
milho	17791	72254	75235	184013	825659	1837217	203465	3596018
soja	5931	688	18104	233297	258118	1401628	195492	2113946
tomate	3172	246	5115	10396	7507	138	6238	143477
trigo	477	285	13	6692	1615	22179	1257	32519
banana	16772	55877	-	-	-	-	2474	387988
aves	114143	59866	34675	128322	2231353	1858428	131151	5576633
leite	27428	24324	71506	79487	238068	288992	67982	1366576
bovinos	39921	27788	221078	199396	288576	381136	97138	1557218
suínos	41034	65578	76176	148348	1198594	1941514	227112	4444487
mel	6701	6701	10722	17423	6701	13402	16083	134025
uva	44	958	2169	4801	142973	49341	3956	227742
maçã	-	-	123387	38658	158559	-	16	312582
pescado	54195	-	-	-	-	-	-	403343
TOTAL	704999	743331	754939	1402168	5559222	9082252	1472654	26596287

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER-SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 18

VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1985

(Cz$ 1.000,00 - dez/86)

MICRO / PRODUTO	COL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL BLUMENAU	COL ITAJAÍ-NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓ-POLIS	COL.SERR. CATARINENSE	LIT LAGUNA	CARBONÍFERA
alho_com	-		723	-	2790	207	3780	276	1240
alho_nob	-		-	-	-				0
arroz	198866	59396	227118	5769	128878	20695	7516	29805	74827
batata	1228	203	2553	2955	23624	7608	34825	74	50274
cana	10459	64071	12004	-	-	56542	29032	612	3724
cebola	-	76	6018	1534	192668	4187	111340	165	3001
feijão	3421	2468	18361	18489	130117	7749	25500	3071	64470
fumo	17653	8113	172406	186894	372100	14413	121829	15741	415455
mandioca	29300	4703	35701	12467	94194	31225	29207	25678	58004
milho	18152	2236	59739	34800	130522	9247	49216	1219	70252
soja	-		-	-	663	-	-	-	0
tomate	3652	2514	1197	-	3011	48432	21939	-	17893
trigo	-	-	-		-		-	-	20
banana	136442	9227	24447	294	-	22939	11862	14930	26627
aves	96278	6449	143536	21751	249489	142034	40542	9200	167210
leite	61664	12320	136362	45129	142706	48042	75402	9612	100007
bovinos	39542	14180	95199	28124	110068	33209	64611	17902	131407
suínos	102358	6110	151603	53800	214046	18598	76711	7379	223041
mel	1866	1410	1866	1398	6533	1866	13999	933	9322
uva	-	-	903	126	6993	-	3259	-	9056
maçã		-	-	-	-	-	-	-	0
pescado	12572	435421	-	-	-	70858	-	26960	0
TOTAL	740552	629015	1089010	413700	1889200	547602	739950	164356	1445645

MICRO / PRODUTO	LIT SUL CATAR.	COL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COL RIO PEIXE	COL OESTE CATARINENSE	PLANALTO CANOINHAS	TOTAL
alho_com	448	172	-	-	2285	769	769	13466
alho_nob	-	-	11630	101245	13959	4684	4649	136066
arroz	110457	247822	1573	10072	22119	53127	24021	1239061
batata	376	1055	34263	15206	46878	52665	39096	314511
cana	1372	1132	-	113	3693	14000	-	204754
cebola	2673	423	3298	2956	9557	5052	10100	354726
feijão	22406	25588	20502	129656	139054	1023041	223646	1877410
fumo	266529	233550	23091	24627	56050	131722	199703	2271167
mandioca	114078	13942	119	1041	10247	134098	22943	620747
milho	20624	60579	58200	155751	847903	1947279	149625	3639990
soja	5236	1275	10454	148854	187708	1056562	171097	1602021
tomate	2106	302	10305	9291	10990		3792	135414
trigo	-	310	8	2902	5252	36167	2703	47462
banana	17677	53534	-				2949	331025
aves	104126	62274	28089	106414	2377089	1734906	137715	5432259
leite	30994	26179	77723	86944	262446	314990	73353	1504702
bovinos	44004	38502	230578	212142	239201	359054	111371	1770574
suínos	50392	69443	68076	154415	1204612	1954462	236115	4672056
mel	4666	4666	7466	12132	4666	9332	11199	93325
uva	-	742	1899	4500	153908	23553	2660	200400
maçã	-	-	166673	84910	218503	-	-	470086
pescado	22073	-	-	-	-	-	-	567081
TOTAL	824137	842371	770915	1295878	5996272	8859040	1420713	27497220

FONTE : Produção Agrícola Municipal - IBGE
Produção Pecuária Municipal - IBGE
Acompanhamento Conjuntural - INSTITUTO CEPA/SC
EMATER SC/ACARESC
INSTITUTO DE AGRICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 19
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICROREGIÃO EM 1986

(Cz$ 1.000,00 - Dez/86)

MICRO / PRODUTO	COLONIAL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL DE BLUMENAU	COL ITAJ NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIA-NÓPOLIS	COLONIAL SERRANA	LITORAL LAGUNA	CARBO-NÍFERA	LITORAL SUL	COL SUL CATARIN	CAMPOS LAGES	CAMPOS CURIT	COL RIO PEIXE	COL OEST CATARIN	PLANAL CANOIN	TOTAL
Alho Comum			1358		18361	388	7370	517	2823	840	323			5086	1228	1487	39782
Alho Nobre												11986	395142	37298	8950	10082	464459
Arroz	173142	57277	214520	5587	97174	29535	7759	38284	83647	126285	274819	1560	7476	21008	48779	25468	1212320
Batata	687	442	5182	10681	38850	16572	54074	129	93895	776	4926	70754	17167	48698	69131	52406	484370
Cana	11848	31638	8058			32005	16809	567	3749	1073	794		28	2412	11053		120035
Cebola		218	10856	3914	327451	7377	184543	481	5971	6636	1269	6425	18783	16411	11599	9354	611289
Feijão	3057	3236	15348	21021	99174	5542	21244	6375	73748	32131	26142	19783	110866	74699	512352	82422	1107140
Fumo	24052	11261	207253	182443	407373	18422	178665	17895	445573	310173	305361	26776	15344	63565	172039	207802	2593996
Mandioca	13250	2131	22485	19409	83895	15232	18121	12389	42422	89242	9631	84	368	7692	71539	14329	422220
Milho	20016	2467	59983	34433	82134	10177	48108	1201	70179	22630	72402	51007	152700	848496	1609483	181193	3266498
Soja					550					2966	682	5063	124468	152114	835814	146632	1268288
Tomate	12398	2783	6827		11382	68543	46326		26988	373	133	8399	21101	14949		6226	226429
Trigo									81		14	393	18029	12208	95392	14637	140754
Banana	158802	7700	22359	440		20193	12381	16070	45127	16724	63906					3422	367124
Aves	95157	5135	132403	34869	311124	129375	40057	7077	169685	106939	77934	24610	100466	2501159	2319681	142412	6198092
Leite	63449	11847	136664	50827	133498	39025	77070	7423	92046	24850	25232	76855	76720	253917	324699	72384	1466504
Bovinos	44604	15452	103066	33686	117194	38105	70743	23860	140049	47963	31596	283538	243366	281753	404843	126718	2006534
Suínos	108560	7595	153320	56164	222923	22234	80038	7783	243391	52372	80799	82510	181470	1389710	2123975	252465	5065308
Mel	2575	1669	2698	1568	8925	2723	20764	1147	13886	5793	8637	11471	13719	6472	14591	13865	130501
Uva			605	178	5800		2795		13695		1964	1229	3629	148879	35447	3580	217800
Maçã												204100	148531	332835		1	685467
Pescado	10832	437761				71265		28549		7943							556350
TOTAL	742429	598613	1102883	455220	1965806	526711	886867	169747	1566953	855708	986564	886542	1649372	6219361	8670596	1367687	28651045

FONTE : IBGE - Produção Agrícola Municipal
IBGE - Produção Pecuária Municipal
INSTITUTO CEPA/SC - Acompanhamento Conjuntural
EMATER-SC/ACARESC
INSTITUTO DE APICULTURA DE SANTA CATARINA
Anuários Estatísticos - SUDEPE
Anuários Estatísticos do Brasil - IBGE

ELABORAÇÃO : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 19A

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUARIA. PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MICRORREGIÕES HOMOGENEAS NOS PRINCIPAIS PRODUTOS E TOTAL. SANTA CATARINA EM 1986 (%)

MICRO PRODUTO	COLONIAL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL DE BLUMENAU	COL ITAJ NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIA-NÓPOLIS	COLONIAL SERRANA	LITORAL LAGUNA	CARBO-NÍFERA	LITORAL SUL	COL SUL CATARIN	CAMPOS LAGES	CAMPOS CURIT	COL RIO PEIXE	COL OEST CATARIN	PLANAL CANOIN	TOTAL
Alho Comum	0.00	0.00	0.12	0.00	0.93	0.07	0.83	0.30	0.18	0.10	0.03	0.00	0.00	0.08	0.01	0.11	0.14
Alho Nobre	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.35	23.96	0.60	0.10	0.80	1.62
Arroz	23.32	9.57	19.45	1.23	4.94	5.61	0.87	22.55	5.34	14.76	27.86	0.18	0.45	0.34	0.56	1.86	4.23
Batata	0.09	0.07	0.47	2.35	1.98	3.15	6.10	0.08	5.99	0.09	0.50	7.98	1.04	0.78	0.80	3.83	1.69
Cana	1.60	5.29	0.73	0.00	0.00	6.08	1.90	0.33	0.24	0.13	0.08	0.00	0.00	0.04	0.13	0.00	0.42
Cebola	0.00	0.04	0.98	0.86	16.66	1.40	20.81	0.28	0.38	0.78	0.13	0.72	1.14	0.26	0.13	0.68	2.13
Feijão	0.41	0.54	1.39	4.62	5.04	1.05	2.40	3.76	4.71	3.75	2.65	2.23	6.72	1.20	5.91	6.03	3.86
Fumo	3.24	1.88	18.79	40.08	20.72	3.50	20.15	10.54	28.44	36.25	30.95	3.02	0.93	1.02	1.98	15.19	9.05
Mandioca	1.78	0.36	2.04	4.26	4.27	2.89	2.04	7.30	2.71	10.43	0.98	0.01	0.02	0.12	0.83	1.05	1.47
Milho	2.70	0.41	5.43	7.56	4.18	1.93	5.42	0.71	4.48	2.64	7.34	5.75	9.26	13.64	18.56	13.25	11.40
Soja	0.00	0.00	0.00	0.00	0.03	0.00	0.00	0.00	0.00	0.35	0.07	0.57	7.55	2.45	9.64	10.72	4.43
Tomate	1.67	0.46	0.62	0.00	0.58	13.01	5.22	0.00	1.72	0.04	0.01	0.95	1.28	0.24	0.00	0.46	0.79
Trigo	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.01	0.00	0.00	0.04	1.09	0.20	1.10	1.07	0.49
Banana	21.39	1.29	2.03	0.10	0.00	3.83	1.40	9.47	2.88	1.95	6.48	0.00	0.00	0.00	0.00	0.25	1.28
Aves	12.82	0.86	12.01	7.66	15.83	24.56	4.52	4.17	10.83	12.50	7.90	2.78	6.09	40.22	26.75	10.41	21.63
Leite	8.55	1.98	12.39	11.17	6.79	7.41	8.69	4.37	5.87	2.90	2.56	8.67	4.65	4.08	3.74	5.29	5.12
Bovinos	6.01	2.58	9.35	7.40	5.96	7.23	7.98	14.06	8.94	5.61	3.20	31.98	14.76	4.53	4.67	9.27	7.00
Suínos	14.62	1.27	13.90	12.34	11.34	4.22	9.02	4.59	15.53	6.12	8.19	9.31	11.00	22.34	24.50	18.46	17.68
Mel	0.35	0.28	0.24	0.34	0.45	0.52	2.34	0.68	0.89	0.68	0.88	1.29	0.83	0.10	0.17	1.01	0.46
Uva	0.00	0.00	0.05	0.04	0.30	0.00	0.32	0.00	0.87	0.00	0.20	0.14	0.22	2.39	0.41	0.26	0.76
Maçã	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	23.02	9.01	5.35	0.00	0.00	2.39
Pescado	1.46	73.13	0.00	0.00	0.00	13.53	0.00	16.82	0.00	0.93	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	1.94
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

FONTE : INSTITUTO CEPA/SC

TABELA 19B
VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NAS MRH DE SANTA CATARINA - 1986

(%)

MICRO PRODUTO	COLONIAL JOINVILLE	LIT DE ITAJAÍ	COL DE BLUMENAU	COL ITAJ NORTE	COL ALTO ITAJAÍ	FLORIA-NÓPOLIS	COLONIAL SERRANA	LITORAL LAGUNA	CARBO-NÍFERA	LITORAL SUL	COL SUL CATARIN	CAMPOS LAGES	CAMPOS CURIT	COL RIO PEIXE	COL OEST CATARIN	PLANAL CANOIN	TOTAL
Alho Comum	0.00	0.00	3.41	0.00	46.15	0.98	18.53	1.30	7.10	2.11	0.81	0.00	0.00	12.78	3.09	3.74	100.00
Alho Nobre	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	2.58	85.11	8.03	1.93	2.34	100.00
Arroz	14.28	4.72	17.69	0.46	8.02	2.44	0.64	3.16	6.90	10.42	22.67	0.13	0.62	1.73	4.02	2.10	100.00
Batata	0.14	0.09	1.07	2.21	8.02	3.42	11.16	0.03	19.38	0.16	1.02	14.61	3.54	10.05	14.27	10.82	100.00
Cana	9.87	26.36	6.71	0.00	0.00	26.66	14.00	0.47	3.12	0.89	0.66	0.00	0.02	2.01	9.21	0.00	100.00
Cebola	0.00	0.04	1.78	0.64	53.57	1.21	30.19	0.08	0.98	1.09	0.21	1.05	3.07	2.68	1.90	1.53	100.00
Feijão	0.28	0.29	1.39	1.90	8.96	0.50	1.92	0.58	6.66	2.90	2.36	1.79	10.01	6.75	46.28	7.44	100.00
Fumo	0.93	0.43	7.99	7.03	15.70	0.71	6.89	0.69	17.18	11.96	11.77	1.03	0.59	2.45	6.63	8.01	100.00
Mandioca	3.14	0.50	5.33	4.60	19.87	3.61	4.29	2.93	10.05	21.14	2.28	0.02	0.09	1.82	16.94	3.39	100.00
Milho	0.61	0.08	1.83	1.05	2.51	0.31	1.47	0.04	2.15	0.69	2.22	1.56	4.67	25.98	49.27	5.55	100.00
Soja	0.00	0.00	0.00	0.00	0.04	0.00	0.00	0.00	0.00	0.23	0.05	0.40	9.81	11.99	65.90	11.56	100.00
Tomate	5.48	1.23	3.02	0.00	5.03	30.27	20.46	0.00	11.92	0.16	0.06	3.71	9.32	6.60	0.00	2.75	100.00
Trigo	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.06	0.00	0.01	0.28	12.81	8.67	67.77	10.40	100.00
Banana	43.26	2.10	6.09	0.12	0.00	5.50	3.37	4.38	12.29	4.56	17.41	0.00	0.00	0.00	0.00	0.93	100.00
Aves	1.54	0.08	2.14	0.56	5.02	2.09	0.65	0.11	2.74	1.73	1.26	0.40	1.62	40.35	37.43	2.30	100.00
Leite	4.33	0.81	9.32	3.47	9.10	2.66	5.26	0.51	6.28	1.69	1.72	5.24	5.23	17.31	22.14	4.94	100.00
Bovinos	2.22	0.77	5.14	1.68	5.84	1.90	3.53	1.19	6.98	2.39	1.57	14.13	12.13	14.04	20.18	6.32	100.00
Suínos	2.14	0.15	3.03	1.11	4.40	0.44	1.58	0.15	4.81	1.03	1.60	1.63	3.58	27.44	41.93	4.98	100.00
Mel	1.97	1.28	2.07	1.20	6.84	2.09	15.91	0.88	10.64	4.44	6.62	8.79	10.51	4.96	11.18	10.62	100.00
Uva	0.00	0.00	0.28	0.08	2.66	0.00	1.28	0.00	6.29	0.00	0.90	0.56	1.67	68.36	16.28	1.64	100.00
Maçã	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	29.78	21.67	48.56	0.00	0.00	100.00
Pescado	1.95	78.68	0.00	0.00	0.00	12.81	0.00	5.13	0.00	1.43	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	100.00
TOTAL	2.59	2.09	3.85	1.59	6.86	1.84	3.10	0.59	5.47	2.99	3.44	3.09	5.76	21.71	30.26	4.77	100.00

FONTE : INSTITUTO CEPA/SC

INFORMAÇÕES BÁSICAS

TABELA 1

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS 1976/77 A 1986/87

(hectare)

PRODUTO \ SAFRA	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87 (*)
Alho	239	247	528	1.299	3.544	2.507	2.588	2.568	2.149	2.536	3.519
Arroz	148.164	133.330	156.074	153.491	148.920	148.168	144.987	140.716	144.633	148.741	162.266
Batata	15.964	16.555	19.903	20.114	18.313	19.064	17.132	17.241	17.314	17.583	19.565
Cana-de-açúcar	19.664	20.873	20.124	22.632	18.159	19.666	18.499	20.449	22.833	23.111	23.000
Cebola	6.846	5.724	10.736	12.307	16.920	11.380	12.338	12.267	14.409	16.678	24.370
Feijão	188.874	197.106	227.777	276.011	291.100	373.000	422.087	395.538	414.619	456.649	386.923
Fumo	80.533	90.527	76.190	76.642	61.250	71.384	89.369	91.319	90.000	95.667	98.288
Mandioca	82.962	77.528	66.879	71.013	76.073	79.033	76.480	83.102	88.213	84.000	80.000
Milho	825.977	819.534	837.482	877.716	905.836	903.742	901.629	936.231	942.149	955.658	1.008.000
Soja	350.642	408.785	504.570	520.401	483.880	445.000	404.300	420.246	420.130	395.560	369.855
Tomate	926	997	1.100	1.260	1.389	1.426	1.545	1.570	1.334	1.353	1.500
Trigo	37.522	11.620	4.587	34.749	19.255	8.953	25.812	17.319	25.158	40.000	134.146
Banana	14.998	17.134	16.759	20.514	19.441	21.535	19.993	23.747	25.044	25.722	26.000
Maçã	3.815	5.287	6.337	7.154	8.031	9.036	10.035	10.808	11.946	12.821	13.421
Uva	4.270	4.063	4.946	5.086	5.290	5.080	5.356	5.630	5.769	6.500	6.100

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1977 a 1984.
IBGE-GCEA/SC, 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados preliminares sujeitos a confirmação (set/87).

TABELA 2

PRODUÇÃO OBTIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1976/77 A 1986/87

(tonelada)

PRODUTO \ SAFRA	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87 (*)
Alho	946	928	1.702	4.724	6.720	7.905	8.589	9.724	8.993	13.021	19.928
Arroz	332.950	279.012	259.794	428.871	404.068	373.978	395.317	450.567	446.366	450.899	504.756
Batata	128.886	115.977	172.617	142.876	151.936	160.819	118.494	160.692	161.900	132.828	179.882
Cana-de-açúcar	955.022	1.043.126	1.084.780	1.170.361	1.002.330	1.100.000	831.402	976.437	1.183.467	1.138.726	1.150.000
Cebola	49.794	47.129	94.017	103.605	151.581	113.602	125.710	111.116	148.130	148.426	261.415
Feijão	134.477	122.992	189.403	119.942	246.250	321.040	162.428	310.361	312.153	180.932	224.357
Fumo	119.846	130.299	139.876	127.401	100.303	132.130	132.063	152.231	160.055	156.953	156.669
Mandioca	1.239.687	1.208.159	1.120.967	1.002.841	1.274.881	1.141.097	999.746	1.090.968	1.180.775	1.234.686	1.120.000
Milho	2.076.506	1.294.044	1.327.409	2.017.999	2.264.590	2.142.772	1.686.948	2.345.209	2.159.049	1.951.299	2.419.200
Soja	476.365	354.681	433.863	718.764	648.000	534.000	405.400	578.763	563.882	498.034	455.339
Tomate	22.917	28.029	32.930	35.197	41.064	38.900	33.694	48.225	42.049	35.225	52.500
Trigo	20.328	4.278	3.791	18.864	9.033	8.606	13.650	9.881	11.815	51.200	152.009
Banana	164.072	190.072	226.265	248.134	256.520	258.851	246.220	295.154	315.222	320.500	331.500
Maçã	12.355	10.854	21.410	28.225	39.175	76.664	57.338	108.609	138.055	156.887	150.000
Uva	59.896	57.328	65.104	44.428	75.757	80.565	57.087	72.532	75.546	78.300	60.000

FONTE: IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1977 a 1984.
IBGE/GCEA-SC, 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

(*) Dados preliminares sujeitos a correção (set/87).

TABELA 3

ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE, PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO TOTAL DO PAÍS E POSIÇÃO DE SANTA CATARINA NO TOTAL DA PRODUÇÃO - SAFRA 1985/86 E 1986/87

PRODUTO	1985/86						1986/87						POSIÇÃO DE SC À NÍVEL NACIONAL SAFRA 1985/86
	Área Colhida (ha)			Produção (toneladas)			Área Plantada (ha)			Produção (toneladas)			
	Brasil	Santa Catarina	Participação de SC no total (%)	Brasil	Santa Catarina	Participação de SC no total (%)	Brasil	Santa Catarina	Participação de SC no total (%)	Brasil	Santa Catarina	Participação de SC no total (%)	
Alho	14.433	2.536	17,6	45.896	13.021	28,4	14.644	3.519	24,0	62.976	19.928	31,6	1º produtor
Arroz	5.590.927	140.453	2,5	10.404.676	450.899	4,3	6.025.549	154.222	2,6	10.437.572	504.756	4,8	7º produtor
Batata Inglesa 1ª safra	94.435	13.857	14,7	914.507	100.965	11,0	99.290	14.662	14,8	1.339.068	136.313	10,2	4º produtor
Batata Inglesa 2ª safra	66.341	3.578	5,4	919.144	31.863	3,5	75.010	4.903	6,5	951.928	43.568	4,6	5º produtor
Cebola	63.299	16.668	26,3	635.251	148.426	23,4	74.014	23.765	32,1	841.000	261.415	31,1	2º produtor
Feijão 1ª safra	2.865.888	197.666	6,9	1.006.669	77.140	7,7	2.867.223	271.000	9,5	1.056.627	189.700	17,9	3º produtor
Feijão 2ª safra	2.618.702	170.136	6,5	1.212.809	103.792	8,6	2.416.693	115.923	4,8	1.047.844	34.657	3,3	4º produtor
Fumo	279.539	95.667	34,2	387.257	156.953	40,5	296.114	95.000	32,1	423.483	161.500	38,1	1º produtor
Maçã(1)	-	10.035	-	247.160	156.887	63,5	21.981	10.808	49,2	240.000	150.000	62,5	1º produtor
Mandioca(1)	2.050.313	84.812	4,1	25.555.997	1.224.186	4,8	2.050.313	80.000	3,9	25.555.997	1.120.000	4,4	8º produtor
Milho	12.460.129	923.958	7,4	20.541.227	1.951.299	9,5	13.623.352	1.008.000	7,4	26.930.351	2.419.200	9,0	5º produtor
Soja	9.185.551	382.490	4,2	13.334.691	498.034	3,7	9.163.014	361.765	3,9	16.882.877	455.339	2,7	8º produtor
Tomate	51.481	1.349	2,6	1.838.334	35.225	1,9	54.302	1.500	2,8	1.932.487	52.500	2,7	8º produtor
Trigo	3.397.719	127.311	3,3	5.638.470	152.009	2,7	3.362.672	120.000	3,6	5.114.473	120.000	2,3	5º produtor

FONTE: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (de agosto de 1987).
EMATER/SC-ACARESC - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado.

ELABORAÇÃO Instituto CEPA/SC.

(1) Dados baseados na área efetivamente colhida.

TABELA 4

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1947/48 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1947/48	495	718	1.451
1948/49	561	929	1.656
1949/50	550	900	1.636
1950/51	620	847	1.366
1951/52	648	1.154	1.781
1952/53	656	1.325	2.020
1953/54	682	1.537	2.254
1954/55	769	1.635	2.126
1955/56	793	1.558	1.965
1956/57	756	1.562	2.066
1957/58	788	1.494	1.896
1958/59	800	1.558	1.948
1959/60	847	1.646	1.943
1960/61	878	1.754	1.998
1961/62	938	1.770	1.887
1962/63	1.003	2.040	2.034
1963/64	1.085	2.466	2.273
1964/65	1.075	2.175	2.023
1965/66	1.065	2.147	2.016
1966/67	975	2.241	2.298
1967/68	900	2.043	2.270
1968/69	877	1.909	2.177
1969/70	867	1.859	2.144
1970/71	859	1.883	2.192
1971/72	824	1.771	2.149
1972/73	832	1.793	2.155
1973/74	670	1.312	1.958
1974/75	451	859	1.904
1975/76	150	550	3.666
1976/77	240	946	3.941
1977/78	247	928	3.757
1978/79	528	1.702	3.223
1979/80	1.299	4.724	3.637
1980/81	3.544	6.720	1.896
1981/82	2.507	7.905	3.153
1982/83	2.588	8.589	3.319
1983/84	2.568	9.724	3.803
1984/85	2.149	8.993	3.803
1985/86	2.536	13.021	5.134
1986/87	3.519	19.928	5.663

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC - 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 5

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO ARROZ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	31.184	79.500	2.549
1947/48	31.765	81.349	2.561
1948/49	29.409	72.641	2.470
1949/50	33.473	82.190	2.455
1950/51	34.581	82.713	2.392
1951/52	33.153	78.062	2.355
1952/53	33.937	85.071	2.507
1953/54	40.313	86.092	2.136
1954/55	41.790	99.488	2.381
1955/56	48.951	130.179	2.659
1956/57	73.246	157.046	2.144
1957/58	59.165	134.132	2.267
1958/59	54.707	154.754	2.829
1959/60	61.627	135.698	2.202
1960/61	56.014	155.905	2.783
1961/62	59.644	136.824	2.294
1962/63	60.999	160.110	2.625
1963/64	66.467	179.012	2.693
1964/65	70.009	178.450	2.549
1965/66	71.260	171.791	2.411
1966/67	78.251	212.176	2.711
1967/68	80.316	213.016	2.652
1968/69	81.179	210.688	2.595
1969/70	86.128	214.151	2.486
1970/71	97.222	207.815	2.138
1971/72	101.896	217.161	2.131
1972/73	107.184	222.326	2.074
1973/74	101.576	231.400	2.278
1974/75	124.975	292.700	2.342
1975/76	153.593	318.283	2.072
1976/77	148.164	332.950	2.247
1977/78	133.330	279.012	2.093
1978/79	156.074	259.794	1.665
1979/80	153.491	428.871	2.794
1980/81	148.920	404.068	2.713
1981/82	148.168	373.978	2.524
1982/83	144.987	395.317	2.727
1983/84	140.716	450.567	3.202
1984/85	144.633	446.366	3.086
1985/86	148.741	450.899	3.031
1986/87	162.266	504.756	3.110

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC - 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 6

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	4.433	29.872	6.739
1947/48	4.558	31.408	6.891
1948/49	6.428	69.944	10.881
1949/50	7.628	76.728	10.059
1950/51	4.427	60.856	13.747
1951/52	5.672	68.568	12.089
1952/53	6.305	65.560	10.398
1953/54	6.536	71.832	10.990
1954/55	6.871	53.048	7.721
1955/56	6.274	70.760	11.278
1956/57	6.912	75.520	10.926
1957/58	6.747	77.272	11.453
1958/59	7.233	84.568	11.692
1959/60	8.086	88.784	10.980
1960/61	8.283	89.552	10.812
1961/62	8.367	89.560	10.704
1962/63	9.455	97.184	10.279
1963/64	8.971	82.864	9.237
1964/65	8.788	85.496	9.729
1965/66	6.286	75.336	11.985
1966/67	6.967	78.816	11.313
1967/68	6.511	86.088	13.222
1968/69	6.792	90.240	13.286
1969/70	7.285	94.392	12.957
1970/71	7.836	111.680	14.252
1971/72	8.508	118.656	13.946
1972/73	12.926	134.432	10.400
1973/74	13.056	178.600	13.679
1974/75	11.690	164.200	14.046
1975/76	13.842	141.308	10.200
1976/77	14.998	164.072	10.940
1977/78	17.134	190.072	11.093
1978/79	16.759	226.269	13.502
1979/80	20.514	248.134	12.096
1980/81	19.441	256.510	13.195
1981/82	21.535	258.851	12.020
1982/83	19.993	246.220	12.316
1983/84	23.747	295.154	12.429
1984/85	25.044	315.222	12.588
1985/86	25.722	320.790	12.472
1986/87	26.000	331.500	12.750

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal do 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC - 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 7

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA BATATA EM SANTA CATARINA SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	6.812	28.907	4.244
1947/48	7.241	29.810	4.117
1948/49	8.607	35.060	4.073
1949/50	9.201	35.294	3.836
1950/51	9.352	36.633	3.917
1951/52	10.271	37.870	3.687
1952/53	11.216	40.995	3.655
1953/54	12.270	41.816	3.480
1954/55	12.327	40.758	3.306
1955/56	12.639	46.485	3.678
1956/57	13.965	48.136	3.447
1957/58	14.048	51.537	3.656
1958/59	14.873	51.711	3.477
1959/60	16.790	57.056	3.398
1960/61	17.971	60.668	3.376
1961/62	19.372	57.457	2.966
1962/63	19.837	66.895	3.372
1963/64	21.390	72.950	3.410
1964/65	23.384	84.182	3.560
1965/66	23.068	135.044	5.854
1966/67	22.241	144.639	6.503
1967/68	27.328	182.313	6.671
1968/69	27.694	182.798	6.601
1969/70	25.625	171.610	6.697
1970/71	18.545	122.934	6.629
1971/72	18.665	113.221	6.066
1972/73	17.317	117.582	6.790
1973/74	18.349	141.980	7.737
1974/75	24.000	175.910	7.330
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.074
1977/78	16.555	115.977	7.006
1978/79	19.903	172.617	8.673
1979/80	20.114	142.876	7.103
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82	19.064	160.819	8.436
1982/83	17.132	118.494	6.917
1983/84	17.241	160.692	9.126
1984/85	17.314	161.900	9.351
1985/86	17.583	132.828	7.554
1986/87	19.565	179.882	9.194

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário do Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC - 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 8

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	37.653	858.651	22.804
1947/48	36.338	863.741	23.770
1948/49	39.932	976.262	24.448
1949/50	39.573	1.012.905	25.596
1950/51	34.081	1.148.095	33.687
1951/52	35.100	1.199.536	34.175
1952/53	35.829	1.172.082	32.713
1953/54	31.570	993.607	31.473
1954/55	30.937	760.548	24.584
1955/56	29.022	813.334	28.025
1956/57	29.867	942.431	31.554
1957/58	28.316	870.867	30.755
1958/59	32.703	1.086.556	33.225
1959/60	32.326	1.087.822	33.652
1960/61	28.647	890.103	31.071
1961/62	31.693	877.944	27.702
1962/63	33.712	1.039.394	30.832
1963/64	32.257	1.051.925	32.611
1964/65	38.648	1.277.004	33.042
1965/66	40.126	1.434.150	35.741
1966/67	40.322	1.473.142	36.534
1967/68	38.994	1.424.175	36.523
1968/69	39.135	1.450.377	37.061
1969/70	35.060	1.428.484	40.744
1970/71	33.313	1.408.640	42.285
1971/72	31.871	1.352.509	42.437
1972/73	25.331	949.127	37.469
1973/74	17.709	559.130	31.573
1974/75	21.010	620.000	29.510
1975/76	17.132	552.552	32.252
1976/77	19.664	955.022	48.567
1977/78	20.873	1.043.126	49.975
1978/79	20.124	1.084.780	53.905
1979/80	22.632	1.170.361	51.713
1980/81	18.159	1.002.330	55.198
1981/82	19.666	1.100.000	55.934
1982/83	18.499	831.402	44.943
1983/84	20.449	976.437	47.749
1984/85	22.833	1.183.467	51.832
1985/86	23.111	1.138.726	49.272
1986/87	23.000	1.150.000	50.000

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC - 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 9

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	1.106	2.185	1.976
1947/48	1.270	2.388	1.880
1948/49	1.452	3.453	2.378
1949/50	1.614	8.513	5.274
1950/51	2.022	8.235	4.073
1951/52	2.193	8.077	3.683
1952/53	2.292	9.925	4.330
1953/54	2.283	6.373	2.792
1954/55	2.287	7.629	3.336
1955/56	2.476	8.748	3.533
1956/57	2.705	9.920	3.667
1957/58	2.662	10.388	3.902
1958/59	2.745	10.722	3.906
1959/60	2.903	11.292	3.890
1960/61	3.215	11.294	3.513
1961/62	3.317	11.432	3.446
1962/63	3.409	11.873	3.483
1963/64	3.719	13.117	3.527
1964/65	3.941	18.888	4.793
1965/66	3.681	22.418	6.090
1966/67	3.364	20.340	6.046
1967/68	3.405	21.244	6.239
1968/69	3.220	18.888	5.866
1969/70	3.200	18.648	5.828
1970/71	3.164	18.458	5.834
1971/72	3.138	18.129	5.777
1972/73	3.500	17.780	5.080
1973/74	5.590	42.648	7.629
1974/75	5.030	38.090	7.573
1975/76	5.934	42.899	7.229
1976/77	6.846	49.794	7.274
1977/78	5.724	47.129	8.234
1978/79	10.736	94.017	8.757
1979/80	12.307	103.605	8.418
1980/81	16.920	151.581	8.959
1981/82	11.380	113.602	9.983
1982/83	12.338	125.710	10.189
1983/84	12.267	111.116	9.058
1984/85	14.409	148.130	10.280
1985/86	16.678	148.426	8.900
1986/87	24.370	261.415	10.727

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 10

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	44.045	53.742	1.220
1947/48	36.178	44.880	1.241
1948/49	38.759	48.145	1.242
1949/50	38.937	45.666	1.173
1950/51	47.441	47.721	1.006
1951/52	49.076	51.542	1.050
1952/53	52.288	55.012	1.052
1953/54	61.788	65.685	1.063
1954/55	65.124	73.365	1.127
1955/56	68.977	71.601	1.038
1956/57	67.830	71.323	1.052
1957/58	67.641	70.160	1.037
1958/59	70.454	74.474	1.057
1959/60	76.927	78.713	1.023
1960/61	80.927	84.953	1.050
1961/62	85.889	86.528	1.007
1962/63	92.074	91.785	997
1963/64	91.660	95.923	1.047
1964/65	95.874	102.364	1.068
1965/66	100.589	93.266	928
1966/67	113.162	119.781	1.058
1967/68	112.119	112.707	1.055
1968/69	111.607	104.383	935
1969/70	112.351	99.542	886
1970/71	159.023	93.346	587
1971/72	155.143	105.031	677
1972/73	126.450	91.682	725
1973/74	173.466	127.900	737
1974/75	185.065	169.300	915
1975/76	158.025	98.965	626
1976/77	188.874	134.477	712
1977/78	197.106	122.992	624
1978/79	227.777	189.403	832
1979/80	276.011	119.972	435
1980/81	291.100	246.250	846
1981/82	373.000	321.040	861
1982/83	422.087	162.428	385
1983/84	395.538	310.361	785
1984/85	414.619	312.402	753
1985/86	456.649	180.932	396
1986/87	386.923	224.357	580

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, xol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC 1984/85 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 11

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	9.624	7.902	821
1947/48	11.955	7.732	647
1948/49	14.551	8.193	563
1949/50	15.355	9.320	607
1950/51	17.827	10.445	586
1951/52	21.040	12.263	583
1952/53	27.344	20.303	746
1953/54	30.240	22.646	749
1954/55	32.439	23.811	734
1955/56	11.952	13.146	1.000
1956/57	13.290	15.800	1.189
1957/58	16.374	17.902	1.093
1958/59	16.487	19.643	1.191
1959/60	18.118	21.082	1.164
1960/61	20.762	24.293	1.170
1961/62	22.162	24.556	1.108
1962/63	26.959	30.078	1.116
1963/64	26.637	31.517	1.183
1964/65	32.291	37.751	1.169
1965/66	32.573	44.416	1.364
1966/67	31.586	47.927	1.517
1967/68	30.524	46.723	1.531
1968/69	31.943	50.326	1.575
1969/70	32.879	50.239	1.528
1970/71	34.905	54.067	1.549
1971/72	35.980	53.430	1.485
1972/73	34.727	47.819	1.377
1973/74	43.151	70.600	1.635
1974/75	49.000	78.600	1.603
1975/76	75.760	91.304	1.205
1976/77	80.533	119.846	1.488
1977/78	90.527	130.299	1.439
1978/79	76.190	139.876	1.835
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82	71.384	132.130	1.851
1982/83	89.369	132.063	1.478
1983/84	86.000	152.231	1.770
1984/85	90.000	160.055	1.778
1985/86	95.667	156.953	1.641
1986/87	98.288	156.669	1.594

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEASC 1984 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 12

ÁREA PLANTADA, ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1976/77 A 1986/87

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)
1976/77	3.815	1.375	12.355	8.985
1977/78	5.287	1.965	10.854	5.524
1978/79	6.337	2.668	21.410	8.025
1979/80	7.154	3.815	28.225	7.398
1980/81	8.031	5.287	39.175	7.410
1981/82	9.036	6.337	76.664	12.098
1982/83	10.035	7.154	57.338	8.015
1983/84	10.808	8.031	108.609	13.524
1984/85	11.946	9.036	138.055	15.278
1985/86	12.821	10.035	156.887	15.634
1986/87	13.421	10.808	150.000	13.878

FONTE: EMATER/SC-ACARESC - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 13

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	83.065	1.250.618	15.056
1947/48	80.807	1.203.701	14.896
1948/49	86.421	1.356.642	15.698
1949/50	80.777	1.331.569	16.485
1950/51	84.393	1.422.363	16.854
1951/52	91.146	1.518.946	16.665
1952/53	95.701	1.617.591	16.903
1953/54	97.823	1.598.466	16.340
1954/55	105.894	1.716.811	16.213
1955/56	95.237	1.543.276	16.205
1956/57	95.482	1.530.250	16.027
1957/58	104.756	1.701.963	16.243
1958/59	99.906	1.694.114	16.957
1959/60	106.188	1.735.165	16.340
1960/61	113.726	1.837.789	16.160
1961/62	121.235	1.866.014	15.392
1962/63	124.113	2.017.472	16.255
1963/64	131.253	2.202.675	16.782
1964/65	138.398	2.226.537	16.088
1965/66	129.822	2.438.129	18.781
1966/67	119.730	2.553.442	21.327
1967/68	130.686	2.832.020	21.670
1968/69	138.674	2.936.226	21.174
1969/70	142.816	3.017.231	21.127
1970/71	155.431	3.065.236	19.721
1971/72	152.585	2.869.240	18.354
1972/73	161.708	2.297.852	14.210
1973/74	142.174	2.128.200	14.969
1974/75	80.525	995.310	12.360
1975/76	80.846	1.303.973	16.129
1976/77	82.962	1.239.687	14.943
1977/78	77.528	1.208.159	15.584
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	71.013	1.002.841	14.122
1980/81	76.073	1.274.881	16.759
1981/82	79.033	1.141.097	14.438
1982/83	76.480	999.746	13.072
1983/84	83.102	1.090.968	13.228
1984/85	88.213	1.180.775	13.385
1985/86	84.812	1.234.686	14.558
1986/87	80.000	1.120.000	14.000

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC 1984 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 14

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	205.486	353.797	1.722
1947/48	199.630	360.385	1.805
1948/49	194.890	321.690	1.651
1949/50	179.842	345.202	1.920
1950/51	200.359	375.600	1.875
1951/52	218.169	398.062	1.825
1952/53	233.241	442.800	1.898
1953/54	246.234	434.778	1.766
1954/55	245.516	457.404	1.863
1955/56	259.479	494.559	1.906
1956/57	262.587	506.790	1.930
1957/58	283.532	548.287	1.934
1958/59	295.753	571.061	1.931
1959/60	319.363	596.897	1.869
1960/61	322.608	615.218	1.907
1961/62	341.719	616.922	1.805
1962/63	374.255	670.275	1.791
1963/64	384.938	684.434	1.778
1964/65	407.614	748.442	1.836
1965/66	427.299	699.052	1.636
1966/67	488.007	897.667	1.839
1967/68	474.868	792.498	1.669
1968/69	537.455	989.626	1.841
1969/70	672.156	1.197.110	1.781
1971/71	693.530	1.206.742	1.740
1971/72	692.212	1.225.215	1.770
1972/73	705.295	1.375.325	1.950
1973/74	723.347	1.713.609	2.369
1974/75	728.929	1.661.958	2.280
1975/76	779.224	1.901.306	2.440
1976/77	825.977	2.076.506	2.514
1977/78	819.534	1.294.044	1.579
1978/79	837.482	1.327.409	1.585
1979/80	877.716	2.017.999	2.299
1980/81	905.836	2.264.590	2.500
1981/82	903.742	2.142.772	2.371
1982/83	901.629	1.686.948	1.871
1983/84	936.231	2.345.209	2.505
1984/85	942.149	2.159.049	2.292
1985/86	955.658	1.951.299	2.042
1986/87	1.008.000	2.419.200	2.400

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC 1984 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

NOTA: Os dados de área e de produção da cultura do milho referentes às safras de 1969/70 a 1983/84 foram reajustados tomando-se por base as informações censitárias de 1980.

TABELA 15

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1951/52	40	51	1.275
1952/53	47	60	1.277
1953/54	2.200	4.162	1.892
1954/55	2.782	4.069	1.463
1955/56	2.026	2.628	1.297
1956/57	2.191	2.827	1.290
1957/58	3.116	4.003	1.285
1958/59	2.214	3.558	1.607
1959/60	2.220	3.761	1.694
1960/61	2.365	3.970	1.679
1961/62	2.468	4.129	1.673
1962/63	2.805	4.339	1.547
1963/64	3.002	4.733	1.577
1964/65	3.412	5.123	1.501
1965/66	5.700	7.595	1.332
1966/67	7.342	9.187	1.251
1967/68	11.507	14.827	1.289
1968/69	32.049	31.650	988
1969/70	65.956	52.998	800
1970/71	101.694	77.376	760
1971/72	115.930	99.448	857
1972/73	202.000	260.000	1.287
1973/74	364.985	431.850	1.183
1974/75	361.475	467.200	1.292
1975/76	339.370	409.885	1.208
1976/77	350.642	476.365	1.359
1977/78	408.785	354.681	868
1978/79	504.570	433.863	860
1979/80	520.401	718.764	1.381
1980/81	483.880	648.000	1.339
1981/82	445.000	534.000	1.200
1982/83	404.300	405.400	1.003
1983/84	420.246	578.763	1.377
1984/85	420.130	563.883	1.342
1985/86	395.560	498.034	1.259
1986/87	369.885	455.339	1.231

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC 1984 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 16

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	85	250	2.941
1947/48	101	304	3.010
1948/49	125	320	2.560
1949/50	141	469	3.326
1950/51	190	484	2.547
1951/52	221	661	2.991
1952/53	233	736	3.159
1953/54	266	613	2.305
1954/55	253	621	2.455
1955/56	280	1.154	4.121
1956/57	339	1.712	5.050
1957/58	429	2.561	5.970
1958/59	525	3.700	7.048
1959/60	752	3.376	4.489
1960/61	694	3.474	5.006
1961/62	824	3.610	4.381
1962/63	795	4.104	5.162
1963/64	842	4.768	5.663
1964/65	749	6.455	8.618
1965/66	669	9.036	13.507
1966/67	645	11.811	18.312
1967/68	657	12.098	18.414
1968/69	881	18.170	20.624
1969/70	891	17.998	20.200
1970/71	872	16.775	19.273
1971/72	1.184	24.190	20.431
1972/73	841	17.570	20.892
1973/74	621	14.311	23.045
1974/75	740	17.590	23.770
1975/76	943	25.217	26.741
1976/77	926	22.917	24.748
1977/78	997	28.029	28.113
1978/79	1.100	32.930	29.936
1979/80	1.260	35.197	27.934
1980/81	1.389	41.004	29.520
1981/82	1.426	38.900	27.279
1982/83	1.545	33.694	21.808
1983/84	1.570	48.225	30.748
1984/85	1.354	42.050	31.056
1985/86	1.353	35.225	26.035
1986/87	1.500	52.500	35.000

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol. XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina de 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC 1984 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 17

ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87

SAFRA	ÁREA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1946/47	73.443	77.388	1.054
1947/48	88.941	84.908	955
1948/49	96.698	99.383	1.028
1949/50	101.481	107.537	1.060
1950/51	105.875	72.178	682
1951/52	135.941	132.548	975
1952/53	150.404	138.114	918
1953/54	146.438	111.887	764
1954/55	139.575	141.760	1.016
1955/56	91.453	91.471	1.000
1956/57	110.248	93.609	849
1957/58	116.790	96.915	830
1958/59	113.734	109.433	962
1959/60	111.692	108.949	975
1960/61	100.445	79.165	788
1961/62	104.097	105.098	1.010
1962/63	102.874	70.903	689
1963/64	102.277	95.457	933
1964/65	98.585	84.830	860
1965/66	77.993	63.311	812
1966/67	77.401	67.685	874
1967/68	81.087	72.138	890
1968/69	96.668	81.694	845
1969/70	119.434	92.203	772
1970/71	116.302	78.154	672
1971/72	121.500	61.965	510
1972/73	71.950	55.250	768
1973/74	99.100	80.820	816
1974/75	67.776	30.484	450
1975/76	37.522	20.328	542
1976/77	37.522	20.328	542
1977/78	11.620	4.279	368
1978/79	4.587	3.791	826
1979/80	34.749	18.864	543
1980/81	19.255	9.033	469
1981/82	8.953	8.606	961
1982/83	25.812	13.650	529
1983/84	17.319	9.881	571
1984/85	25.158	11.815	470
1985/86	40.000	51.200	1.280
1986/87	134.146	152.009	1.133

FONTE: SUPLAN - Série Estatísticas Agropecuárias - Santa Catarina, nº 3, vol XIX, 1947/73.

IBGE - Censo Agropecuário de Santa Catarina do 1970, 1980 e 1985.

IBGE - Produção Agrícola Municipal de 1974 a 1984.

IBGE/GCEA-SC 1984 a 1986/87.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 18

CONSUMO DE LENHA, POR SETOR, SANTA CATARINA, 1980 E 1981

(metro estéreo)

SETOR	1980	1981
INDUSTRIAL	3.458.042	3.968.890
Cerâmica	288.754	265.746
Têxtil	193.187	398.837
Química	200.100	234.120
Metal mecânico	4.626	4.671
Sabões	294	330
Alimentos/bebidas	2.387.801	2.615.655
Couros/peles	35.000	35.000
Papel celulose	272.811	370.255
Matéria plástica	-	-
Fumo	75.469	44.276
COMERCIAL	484.266	512.053
Padaria	198.660	205.860
Hotel	43.206	44.791
Hospital	20.100	34.335
Supermercado	172.800	175.200
Restaurante	49.500	51.867
TRANSFORMAÇÃO	715.345	674.446
Termelétrica(auto)	141.000	165.000
Carvoarias	574.345	509.446
RESIDENCIAL	8.597.000	8.737.000
Rural	6.247.000	6.243.000
Urbano	2.350.000	2.494.000
AGROPECUÁRIO	2.238.765	2.626.122
Secagem (grãos/ervas)	338.765	326.122
Secagem de fumo	1.900.000	2.300.000
TOTAL	15.493.418	16.518.511

Fonte: Secretaria da Indústria e do Comércio, IBGE, IBDF, Instituto CEPA/SC e AFUBRA

TABELA 19

QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS EXTRATIVOS E DA SILVICULTURA, POR MRH DE SANTA CATARINA, 1970-1980

MRH	ANO	CARVÃO VEGETAL (NATIVOS)		MADEIRA PARA PAPEL E CELULOSE (REFLORESTADA)		EUCALIPTO (EXISTENTE)	PINHEIRO (EXISTENTE)	PINUS (EXISTENTE)	ACÁCIA NEGRA (EXISTENTE)	ERVA-MATE		LENHA (NATIVAS)		MADEIRA (NATIVAS)		PALMITO	
		Tonelada	Mil Cruzeiros	1.000 m³	Mil Cruzeiros	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	1.000 Árvores	Tonelada	Mil Cruzeiros	1.000 m³	Mil Cruzeiros	1.000 m³	Mil Cruzeiros	Tonelada	Mil Cruzeiros
Colonial de Joinville	1970	999	86	-	-	47	626	3.673	0,0	-	-	403	1.372	32	922	98	18
	1975	1.579	564	-	-	2.621	92	9.751	0,0	-	-	227	3.240	253	52.142	-	-
	1980	2.908	8.924	0,8	6.138	1.516	234	30.688	25	0,5	67	146	23.145	0,62	89.594	498	7.798
Litoral de Itajaí	1970	129	11	-	-	22	14	158	-	-	-	131	556	11	507	18	18
	1975	101	35	0,0	0,6	41	2	121	-	-	-	97	1.513	0,7	1.153	-	-
	1980	220	1,354	-	-	349	89	345	-	-	-	56	10.385	17	41.939	0	0
Colonial de Blumenau	1970	1.679	112	-	-	656	42	2.001	-	-	-	862	3.304	96	3.320	174	176
	1975	6.441	1.484	-	-	1.091	288	3.883	0,0	-	-	572	9.562	145	18.593	-	-
	1980	13.400	51.913	0,0	96	3.891	1.378	26.241	0,3	150	2.100	625	104.355	175	241.229	291	10.507
Col. Itajaí do Norte	1970	51	5	-	-	20	41	151	-	-	-	187	537	15	419	276	57
	1975	19	0,9	-	-	125	24	590	0,0	0,15	0,28	139	1.438	15	2.042	-	-
	1980	1.939	7.037	-	-	516	527	5.646	0,0	66	2.702	114	15.155	36	51.510	3	62
Colonial Alto Itajaí	1970	228	21	-	-	56	639	2.064	-	-	-	579	1.787	71	2.057	-	-
	1975	147	109	-	-	192	889	3.107	0,1	-	-	468	5.798	27	1.580	-	-
	1980	832	3.166	-	-	1.117	1.696	8.127	13	213	4.754	349	56.782	56	55.234	56	55.234
Florianópolis	1970	72	14	-	-	515	0,1	3.677	-	-	-	347	1.581	0,3	101	0,9	0,4
	1975	152	67	-	-	1.075	29	12.190	0,7	-	-	229	4.207	43	3.656	-	-
	1980	722	3.599	0,1	1.138	1.215	366	10.518	170	-	-	187	35.157	52	71.734	20	400
Col.Serrana Catarinense	1970	32	0,3	-	-	51	33	1.329	-	-	-	460	1.607	33	1.153	62	18
	1975	0,45	25	100	6.000	248	498	16.999	0,5	-	-	417	5.859	41	3.945	-	-
	1980	924	2.967	-	-	1.902	1.108	21.954	0,31	18	78	287	52.092	55	71.140	49	691
Litoral de Laguna	1970	34	0,7	-	-	730	0,1	18	127	-	-	84	425	0,3	165	18	15
	1975	0,0	0,0	-	-	917	0,2	2.011	194	-	-	60	1.695	0,3	508	-	-
	1980	0,3	24	-	-	947	0,3	5.777	299	-	-	45	8.695	0,3	8.447	-	-
Carbonífera	1970	3.246	195	-	-	13.829	45	90	881	-	-	627	3.105	35	1.654	0,1	0,0
	1975	684	226	-	-	18.631	101	389	5.584	-	-	565	12.304	41	6.755	-	-
	1980	2.100	5.036	-	-	33.607	416	266	12.747	-	-	477	84.691	49	75.940	0	0,1
Lit. Sul Catarinense	1970	-	-	-	-	9.462	25	0,7	0,3	-	-	149	906	0,0	11	-	-
	1975	0,0	0,0	-	-	17.398	0,2	14	60	-	-	104	3.080	0,0	0,5	-	-
	1980	36	480	-	-	31.288	107	4.938	315	-	-	53	14.285	0,0	238	-	-
Col. Sul Catarinense	1970	356	53	-	-	2.030	0,8	48	-	-	-	165	674	16	565	486	351
	1975	328	204	-	-	4.665	0,0	124	251	-	-	183	4.945	0,18	3.325	-	-
	1980	178	788	-	-	9.086	189	204	400	-	-	223	47.382	20	31.004	11	164
Campos de Lages	1970	94	11	-	-	3.043	2.147	41.359	-	0,2	0,0	726	2.940	453	44.305	-	-
	1975	0,0	0,2	130	14.214	2.538	4.100	111.800	0,0	0,3	0,5	327	5.177	97	17.454	-	-
	1980	25	96	272	294.520	2.415	4.650	102.151	-	1.054	11.063	117	15.070	140	172.310	-	-
Campos de Curitibanos	1970	734	44	-	-	87	1.478	27.110	-	-	-	540	1.973	239	10.556	-	-
	1975	41	11	0,2	135	1.113	4.769	50.691	-	-	-	420	6.311	217	48.896	-	-
	1980	655	2.581	2.639	1.100.433	2.887	10.523	125.010	0,0	2.669	19.138	301	41.503	-	-	-	-
Col. do Rio do Peixe	1970	25	0,2	-	-	3.128	4.282	15.255	-	2.590	140	721	3.589	164	7.074	-	-
	1975	320	161	0,0	0,28	2.286	9.263	40.976	0,0	1.539	2.140	710	13.034	146	26.834	-	-
	1980	119	800	173	81.621	6.702	25.562	88.743	21	7.482	95.713	348	60.160	291	759.806	-	-
Col. Oeste Catarinense	1970	189	24	-	-	942	1.088	5.448	-	8.154	518	989	6.305	134	7.486	-	-
	1975	93	57	0,0	15	1.697	2.536	7.864	0,3	4.338	1.930	260	5.463	123	16.111	-	-
	1980	197	320	12	3.216	7.151	6.794	11.847	119	6.765	91.156	317	69.395	192	494.236	-	-
Planalto de Canoinhas	1970	1.681	246	-	-	312	6.030	30.062	-	13.307	2.324	746	2.137	107	4.809	-	-
	1975	4.255	1.748	245	17.570	445	8.439	36.886	200	16.347	13.937	782	8.756	500	122.421	-	-
	1980	19.212	27.843	477	276.600	603	9.455	133.656	0,4	31.920	452.272	527	59.058	172	292.326	-	-
TOTAIS	1970	11.549	835	-	-	34.942	16.519	132.460	1.101	44.054	2.982	7.716	32.797	1.412	65.254	1.853	688
	1975	14.018	4.701	477	37.819	55.084	32.033	297.486	6.705	22.142	17.938	5.579	91.383	1.677	327.409	1.132	4.361
	1980	39.477	116.935	3.690	1.769.139	105.200	63.094	576.668	14.152	50.345	679.247	4.177	697.117	1.538	2.630.394	873	18.435

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários de Santa Catarina de 1970, 1975 e 1980.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 20

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREAS DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS, PESSOAL OCUPADO E Nº DE TRATORES - 1985

MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	NÚMERO DE ESTABELE-CIMENTOS	ÁREA DAS LAVOURAS (ha)		PESSOAL OCUPADO	NÚMERO DE TRATORES
		Permanentes	Temporárias		
Colonial de Joinville	7.710	12.570	29.969	23.668	3.171
Litoral de Itajaí	1.512	1.226	12.911	4.881	911
Colonial de Blumenau	17.124	6.978	57.454	53.384	4.074
Colonial Itajaí do Norte	4.684	359	24.682	18.036	1.403
Colonial Alto Itajaí	16.391	834	106.308	61.686	7.791
Florianópolis	4.137	3.187	16.530	13.930	765
Colorial Serrana Catarinense	9.227	3.199	40.060	33.448	2.151
Litoral de Laguna	3.749	866	13.262	12.509	158
Carbonífera	15.132	6.634	75.415	60.627	2.279
Litoral Sul Catarinense	7.439	1.970	40.017	30.698	1.350
Colonial do Sul Catarinense	6.096	5.893	50.955	29.189	2.076
Campos de Lages	9.294	4.636	41.007	34.667	1.956
Campos de Curitibanos	14.159	3.833	151.841	59.171	2.350
Colonial Rio do Peixe	28.791	16.043	252.256	113.739	4.179
Colonial Oeste Catarinense	72.506	13.793	702.369	261.113	6.753
Planalto de Canoinhas	17.411	5.053	179.457	72.907	4.104
TOTAL	235.361	87.074	1.794.493	883.653	45.471

FONTE: IBGE - Sinópse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985, vol.4, nº 4, Região Sul.
ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 21

ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1960/1985

GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)	1960				1970				1975			
	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%
0 - 10	48.513	30,7	235.532	4,0	66.074	31,9	339.873	4,8	69.921	33,9	344.507	5,0
10 - 20	40.136	25,4	556.948	9,4	56.236	27,1	788.319	11,2	55.203	26,8	766.700	11,1
20 - 50	48.224	30,5	1.436.734	24,2	61.180	29,5	1.834.402	26,1	58.035	28,1	1.739.018	25,3
50 - 100	13.377	8,4	888.614	14,9	14.764	7,1	987.259	14,1	14.693	7,1	979.683	14,2
100 - 200	4.578	2,9	600.539	10,1	4.939	2,4	665.133	9,4	4.779	2,3	642.689	9,3
200 - 500	2.146	1,3	632.202	10,6	2.664	1,3	806.639	11,4	2.559	1,2	773.077	11,4
500 - 1.000	712	0,4	479.990	8,1	874	0,4	591.453	8,4	832	0,4	570.245	8,3
Mais de 1.000	454	0,3	1.118.391	18,8	468	0,2	1.012.247	14,4	475	0,2	1.061.361	15,4
TOTAIS	158.140	100	5.948.950	100	207.199	100	7.025.326	100	206.505	100	6.877.280	100

(continua)

(conclusão)

GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)	1980				1985			
	Nº	%	Área	%	Nº	%	Área	%
0 - 10	75.724	35,1	376.793	5,0	92.111	39,1	448.913	6,1
10 - 20	58.943	27,3	824.559	11,0	63.951	27,2	887.141	12,0
20 - 50	57.588	26,7	1.720.446	23,0	56.239	23,9	1.672.367	22,6
50 - 100	14.257	6,6	953.380	13,0	13.387	5,7	894.386	12,0
100 - 200	4.946	2,2	670.444	9,0	4.913	2,1	661.966	9,0
200 - 500	2.901	1,3	881.613	12,0	2.975	1,3	906.603	12,2
500 - 1.000	1.009	0,5	694.035	9,0	1.015	0,4	701.852	9,5
Mais de 1.000	624	0,3	1.352.505	18,0	590	0,3	1.226.767	16,6
TOTAIS	215.992	100	7.473.778	100	235.361	100	7.399.999	100

FONTE: IBGE. Censo Agropecuário - Santa Catarina - 1960/1980.
Sinópse Preliminar do Censo Agropecuário - Região Sul - 1985.

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 22

CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO A PROPRIEDADE DAS TERRAS E GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM SANTA CATARINA, 1960/1985

(Nº Estabelecimentos Rurais)

GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)	PROPRIETÁRIOS				ARRENDATÁRIOS				PARCEIROS			
	1960	1970	1980	1985	1960	1970	1980	1985	1960	1970	1980	1985
0 - 10	48.513	43.423	46.456	54.088	3.706	6.581	8.027	10.689	5.643	7.288	8.990	12.171
10 - 20	40.136	49.774	50.386	54.049	976	2.041	2.579	2.991	1.218	1.831	2.630	3.012
20 - 50	48.224	56.196	52.649	50.598	681	1.610	1.526	1.665	867	1.340	1.343	1.409
50 - 100	13.377	13.705	13.251	12.108	133	346	336	426	139	204	202	221
100 - 200	4.578	4.481	4.568	4.417	71	159	163	212	41	52	57	74
200 - 500	2.146	2.494	2.648	2.623	54	65	131	163	23	22	40	46
500 - 1.000	712	802	931	905	23	31	35	61	5	12	14	13
Mais de 1.000	454	442	593	530	15	11	17	47	5	3	2	10
TOTAIS	158.140	171.320	171.482	179.349	5.659	10.844	12.815	16.235	7.941	10.752	13.282	16.961

(continua)

(conclusão)

GRUPO DE ÁREA TOTAL (ha)	OCUPANTES				TOTAIS			
	1960	1970	1980	1985	1960	1970	1980	1985(1)
0 - 10	3.758	8.782	12.251	14.390	61.620	66.074	75.724	92.111
10 - 20	1.201	2.590	3.348	3.534	43.531	56.236	58.943	63.951
10 - 50	848	2.034	2.070	2.240	50.620	51.180	57.588	56.239
50 - 100	175	506	468	537	13.824	14.764	14.257	13.387
100 - 200	54	247	158	154	4.744	4.935	4.946	4.913
200 - 500	29	83	82	106	2.345	2.664	2.901	2.975
500 - 1.000	9	29	29	21	749	874	1.009	1.015
Mais de 1.000	5	2	10	14	479	458	622	583
TOTAIS	6.080	14.283	18.576	20.997	177.820	207.199	216.155	235.361

FONTE: IGBE. Censo Agropecuário - Santa Catarina - 1960/1970 e 1980.
Sinópse Preliminar do Censo Agropecuário - Região Sul - 1985.

ELABORAÇÃO Instituto CEPA/SC.

(1) No número total de estabelecimentos, em 1985, (235.361) estão incluídos 708 estabelecimentos classificados como "outra condição" e 1.111 estabelecimentos como sem declaração.

TABELA 23

GRUPOS DE ÁREA TOTAL E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA-1985

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL ITAJAÍ DO NORTE	COLONIAL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA
ÁREA	203.783	52.584	346.647	107.347	352.749	123.703	291.629	54.035	324.865
Menos de 10	12.263	2.245	30.771	5.666	29.980	8.590	14.488	9.421	26.670
10 a menos de 100	99.353	25.363	214.346	96.503	239.462	50.547	174.873	24.787	244.339
100 a menos de 1.000	39.217	22.474	67.667	14.165	46.576	45.057	79.646	16.040	49.493
1.000 a menos de 10.000	42.949	2.500	33.861	1.012	36.730	19.507	22.621	3.786	13.361
10.000 e mais	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-
ESTABELECIMENTO	7.710	1.512	17.124	4.683	16.391	4.137	9.227	3.749	15.132
Menos de 10	3.091	514	7.637	1.191	6.077	2.135	3.368	2.699	6.602
10 a menos de 100	4.411	905	9.205	3.426	10.089	1.798	5.448	979	8.872
100 a menos de 1.000	152	89	264	62	206	193	393	68	240
1.000 a menos de 10.000	21	1	15	1	15	8	14	3	8
10.000 e mais	1	-	-	-	-	-	-	-	-

(continua)

(conclusão)

GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL DO SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANOINHAS	TOTAL
ÁREA	123.663	123.678	1.107.295	1.074.901	1.020.384	1.243.108	849.620	7.399.999
Menos de 10	20.772	12.637	9.198	25.356	41.548	170.812	28.489	448.913
10 a menos de 100	70.421	95.289	174.151	248.927	536.560	819.966	37.926	3.453.895
100 a menos de 1.000	19.112	14.051	647.685	525.122	231.907	158.915	4.853	2.270.422
1.000 a menos de 10.000	13.356	1.700	263.025	229.093	187.896	93.414	-	1.134.658
10.000 e mais	-	-	13.234	46.402	22.472	-	-	92.109
ESTABELECIMENTO	7.439	6.096	9.924	14.159	28.791	72.506	17.411	235.361
Menos de 10	4.262	2.500	2.275	4.810	7.611	32.587	5.352	92.111
10 a menos de 100	3.058	3.505	4.546	7.329	20.172	39.132	1.596	133.577
100 a menos de 1.000	94	90	2.293	1.894	898	723	27	8.903
1.000 a menos de 10.000	8	1	155	113	87	38	-	576
10.000 e mais	-	-	1	3	2	-	-	7

FONTE: IBGE - Sinópse Preliminar do Censo Agropecuário - Censos Econômicos - 1985 - vol. 4, nº 4- Região sul (pg. 64 a 71).

ELABORAÇÃO: Instituto CEPA/SC.

TABELA 24

POPULAÇÃO CATARINENSE, 1920-1990

ANO	POPULAÇÃO
1920	668.743
1940	1.178.340
1950	1.560.502
1960	2.118.116
1970	2.901.734
1980	3.627.933
1981	3.771.000
1982	3.849.000
1983	3.929.000
1984	4.011.000
1985	4.096.000
1986	4.174.000
1987	4.256.000
1988	4.339.000
1989	4.424.000
1990	4.511.000

FONTE: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil, 1985.

LISTA DE GRÁFICOS

p.

CLIMA 43

1. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - CAÇADOR 58

2. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - CAÇADOR 59

3. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - CAÇADOR 59

4. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - CHAPECÓ 60

5. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - CHAPECÓ 60

6. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - CHAPECÓ 61

7. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - LAGES 62

8. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - LAGES 62

9. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - LAGES 62

10. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - CAMPOS NOVOS 63

11. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - CAMPOS NOVOS 64

12. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - CAMPOS NOVOS 64

13. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - URUSSANGA 65

14. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - URUSSANGA 65

15. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - URUSSANGA 66

16. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - TURVO 67

17. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - TURVO 67

18. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - TURVO 67

19. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - LAGUNA 68

20. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - LAGUNA 69

21. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - LAGUNA 69

22. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - ARARANGUÁ/JAGUARUNA 70

23. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - ARARANGUÁ/JAGUARUNA 70

24. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - ARARANGUÁ/JAGUARUNA 70

25. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - FLORIANÓPOLIS 71

26. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - FLORIANÓPOLIS 72

27. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - FLORIANÓPOLIS 72

28. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - SÃO FRANCISCO/MASSARANDUBA 73

29. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - SÃO FRANCISCO/MASSARANDUBA . 73

30. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - SÃO FRANCISCO/MASSARANDUBA 74

31. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - ITAJAÍ/CAMBORIÚ 74

32. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - ITAJAÍ/CAMBORIÚ 75

33. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - ITAJAÍ/CAMBORIÚ 75

34. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - INDAIAL/MASSARANDUBA 76

35. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - INDAIAL/MASSARANDUBA 76

36. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - INDAIAL/MASSARANDUBA 76

37. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - AGROLÂNDIA 77

38. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - AGROLÂNDIA 78

39. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - AGROLÂNDIA 78

40. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS TEMPERATURAS (MÉDIA, MÁXIMA E MÍNIMA) - PORTO UNIÃO 79

41. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DAS PRECIPITAÇÕES (TOTAL E MÁXIMA EM 24 HORAS) - PORTO UNIÃO 79

42. MÉDIA MENSAL HISTÓRICA E DE 1986 DO NÚMERO DE DIAS DE CHUVA - PORTO UNIÃO 79

VEGETAÇÃO NATIVA 81

1. EVOLUÇÃO DA COBERTURA VEGETAL NA REGIÃO ALTO ITAJAÍ - 1957-1979 84

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 165

1. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO - SUBSETORES PRIMÁRIOS 1980-86 190

2. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO - SUBSETOR LAVOURA - 1980-86 190

3. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO - SUBSETOR PECUÁRIA - 1980-86 191

4. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO - SUBSETOR FRUTA 1980-86 191

5. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO - SUBSETOR EX.VEGETAL 1980-86 192

LISTA DE MAPAS

p.

ELETRIFICAÇÃO RURAL 22

1. CONSUMO MÉDIO MENSAL (KWH)/PROPRIEDADE RURAL/AGÊNCIA - 1986 25

CLIMA 43

1. GEADAS - FREQÜÊNCIA MÉDIA ANUAL EM SANTA CATARINA 44

2. DEFICIÊNCIA HÍDRICA EM SANTA CATARINA - TOTAL ANUAL (mm). 50

SOLOS 85

1. ESPAÇO GEOLÓGICO DE SANTA CATARINA 90

2. HIDROGRAFIA DE SANTA CATARINA 91

LISTA DE TABELAS

p.

ARMAZENAGEM 13

1. PROPRIEDADE DA ARMAZENAGEM EM SANTA CATARINA CONFORME TIPO E PRODUTO ARMAZENADO-1986/87 13

2. CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM EM MEIO AMBIENTE (a)-FEV/87, E EM MEIO CONTROLADO (b)-FEV/87, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS E ENTIDADES MANTENEDORAS NO ESTADO DE SANTA CATARINA 20

TELEFONIA RURAL 26

1. TELEFONIA RURAL EM SANTA CATARINA, 1980 A 1986 27

SISTEMA RODOVIÁRIO 28

1. MALHA RODOVIÁRIA, POR SITUAÇÃO, SEGUNDO A JURISDIÇÃO EM SANTA CATARINA - DEZ/86 29

2. EXTENSÃO TOTAL E DOS TRECHOS PAVIMENTADOS DAS PRINCIPAIS RODOVIAS ESTADUAIS EM SANTA CATARINA - DEZ/86 30

3. EXTENSÃO TOTAL E DOS TRECHOS PAVIMENTADOS DAS PRINCIPAIS RODOVIAS FEDERAIS EM SANTA CATARINA - DEZ/86 30

SISTEMA FERROVIÁRIO 31

1. TAMANHO E SITUAÇÃO DAS PISTAS DOS AEROPORTOS EM SANTA CATARINA - 1986 40

CLIMA 43

1. DADOS COMPARATIVOS DE UMIDADE DAS ESTAÇÕES LOCALIZADAS NAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS EM SANTA CATARINA 47

2. MÉDIA DAS TEMPERATURAS MENSAIS VERIFICADAS EM ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS, AGRUPADAS SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1986 51

3. PRECIPITAÇÃO TOTAL MENSAL, PRECIPITAÇÃO MÁXIMA EM 24 HORAS E DIAS DE CHUVA MENSAL VERIFICADOS EM ESTAÇÕES METEOROLÓGICAS, AGRUPADAS SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1986 54

COBERTURA VEGETAL 80

1. TIPO DE COBERTURA VEGETAL DE SANTA CATARINA, POR HECTARE E PERCENTUAL DE DISTRIBUIÇÃO, 1986 80

VEGETAÇÃO NATIVA 81

1. MATA NATIVA - ÁREAS REMANESCENTES E DE REFLORESTAMENTOS NO ESTADO DE SANTA CATARINA (SITUAÇÃO EM 1979/1980) 83

SOLOS 85

1. CLASSIFICAÇÃO, EXTENSÃO E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS SOLOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA 89

CRÉDITO RURAL 95

1. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1982 100

2. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1982 101

3. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1983 102

4. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1983 103

5. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1984 104

6. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1984 105

7. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1985 106

8. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA, EM 1985 107

9. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA EM 1986 108

10. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE E O PORTE DOS BENEFICIÁRIOS DE SANTA CATARINA EM 1986 109

11. QUANTIDADE, VALOR CORRENTE E VALOR CONSTANTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE AGRÍCOLA, SEGUNDO A FINALIDADE EM SANTA CATARINA - 1982-86 110

12. QUANTIDADE, VALOR CORRENTE E VALOR CONSTANTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO PELO BANCO DO BRASIL À ATIVIDADE PECUÁRIA, SEGUNDO A FINALIDADE EM SANTA CATARINA - 1982-86 110

13. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85 . 111

14. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE PECUÁRIA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85 112

15. QUANTIDADE E VALOR CONSTANTE(1) DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE AGRÍCOLA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE -1970-85 113

16. QUANTIDADE E VALOR CONSTANTE(1) DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE PECUÁRIA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE -1970-85 114

17. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS ATIVIDADES - 1970-85 115

18. QUANTIDADE E VALOR CONSTANTE(1) DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS ATIVIDADES - 1970-85 115

19. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85 116

20. QUANTIDADE E VALOR CONSTANTE(1) DOS CONTRATOS DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO A FINALIDADE - 1970-85 117

21. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DO CRÉDITO DE CUSTEIO CONCEDIDO ÀS PRINCIPAIS CULTURAS EM SANTA CATARINA, 1970-84 . 118

22. ÁREA PLANTADA E CUSTEADA COM CRÉDITO DO BANCO DO BRASIL E PROPORÇÃO DA ÁREA CUSTEADA SOBRE O TOTAL PLANTADO DAS PRINCIPAIS CULTURAS DE SANTA CATARINA - 1976-84 120

23. QUANTIDADE E VALOR CORRENTE DOS CONTRATOS DE CRÉDITO RURAL CONCECIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS EM SANTA CATARINA - 1982-86 121

AGROTÓXICOS 125

1. VENDAS BRASILEIRAS DE INSETICIDAS(1) E VALOR, POR DESTINAÇÃO, 1983-85 129

2. VENDAS BRASILEIRAS DE HERBICIDAS E VALOR, POR DESTINAÇÃO, 1983-85 130

3. VENDAS BRASILEIRAS DE FUNGICIDAS E VALOR POR DESTINAÇÃO, 1983-85 130

4. AGROTÓXICOS - VENDA DE PRODUTOS FORMULADOS POR REGIÕES GEOECONÔMICAS E/OU ESTADOS - BRASIL, 1983-85 131

5. VOLUMES FÍSICOS DE AGROTÓXICOS (INGREDIENTE ATIVO) PRODUZIDOS E COMERCIALIZADOS; CONSUMO APARENTE; VARIAÇÃO ANUAL; REPRESENTAÇÃO NA COMERCIALIZAÇÃO; PARTICIPAÇÃO DAS CLASSES NOS TOTAIS COMERCIALIZADOS - BRASIL, 1985/86 ... 133

6. VOLUME TOTAL DAS VENDAS DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA E VARIAÇÃO ANUAL DA CONCENTRAÇÃO - 1985-86 133

FERTILIZANTES E CORRETIVOS 134

1. CONSUMO BRASILEIRO DE FERTILIZANTES FOSFATADOS, 1950-85 141

2. QUANTIDADE NACIONAL, IMPORTAÇÃO, CONSUMO APARENTE E VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS NUTRIENTES NO BRASIL, 1980-86 142

3. ÍNDICE DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E CONSUMO APARENTE DOS NUTRIENTES NO BRASIL, 1980-86 143

4. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO NACIONAL E IMPORTAÇÃO DOS NUTRIENTES NO CONSUMO APARENTE - BRASIL, 1980-86 143

5. PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO E CONSUMO APARENTE DOS NUTRIENTES, POR REGIÃO, 1986 144

6. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO NACIONAL, IMPORTAÇÃO E CONSUMO APARENTE DOS NUTRIENTES, NO TOTAL, POR REGIÃO, 1986 144

7. VOLUME DOS NUTRIENTES ENTREGUE NA REGIÃO CENTRO-SUL, NO PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1986 145

MÁQUINAS AGRÍCOLAS 146

1. CAPACIDADE INSTALADA DA INDÚSTRIA DE PRODUÇÃO DE TRATORES NO BRASIL, 1975/1985 148

2. PRODUÇÃO E VENDA BRASILEIRA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, SEGUNDO O DESTINO, POR TIPO DE POTÊNCIA - 1985-86 149

3. QUANTIDADE DE PRODUTO NECESSÁRIO PARA AQUISIÇÃO DE UM TRATOR MÉDIO (MARCA: MF); MODELO: 265; POTÊNCIA: 61 CV) - SANTA CATARINA 1983-87 149

4. RELAÇÃO DA ÁREA CULTIVADA, PESSOAL OCUPADO E Nº DE ESTABELECIMENTOS/TRATOR EM SANTA CATARINA - 1970/1985 150

5. PRODUÇÃO E VENDA BRASILEIRA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, SEGUNDO O DESTINO, POR TIPO DE POTÊNCIA, NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 1986 E 1987 150

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS 153

1. ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1985/86 155

2. ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA - SAFRA 1986/87 156

EXPORTAÇÕES CATARINENSES DE PRODUTOS AGRÍCOLAS 159

1. EXPORTAÇÕES - QUANTIDADE E VALOR DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS E DERIVADOS, SANTA CATARINA, 1985/86 161

2. EXPORTAÇÕES - QUANTIDADE E VALOR, E PARTICIPAÇÃO DE SANTA CATARINA EM RELAÇÃO AO BRASIL, 1977-86 162

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA 165

1. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA 1980-86 185

2. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA 1980-86 186

3. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS SUBSETORES NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA - 1980-86 . 187

4. PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRODUTOS EM CADA SUBSETOR NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA - 1980-86 188

5. ÍNDICE DE CRESCIMENTO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA - 1981-86 189

6. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1980 ... 193

7. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1981 194

8. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1982 195

9. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1983 196

10. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1984 197

11. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1985 198

12. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1986 199

13. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1980 200

14. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1981 201

15. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1982 202

16. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1983 203

17. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1984 204

18. VALOR BRUTO CORRIGIDO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1985 205

19. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO DE SANTA CATARINA POR MICRORREGIÃO EM 1986 206

19A. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS NOS PRINCIPAIS PRODUTOS E TOTAL - SANTA CATARINA EM 1986 207

19B. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DO SETOR PRIMÁRIO - PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NAS MRH DE SANTA CATARINA - 1986 208

INFORMAÇÕES BÁSICAS 211

1. ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS 1976/77 A 1986/87 211

2. PRODUÇÃO OBTIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA - SAFRAS 1976/77 A 1986/87 212

3. ÁREA E PRODUÇÃO BRASILEIRA E CATARINENSE, PARTICIPAÇÃO DO ESTADO NO TOTAL DO PAÍS E POSIÇÃO DE SANTA CATARINA NO TOTAL DA PRODUÇÃO - SARFA 1985/86 E 1986/87 213

4. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1947/48 A 1986/87 214

5. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO ARROZ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 215

6. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA BANANA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 216

7. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA BATATA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 217

8. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 218

9. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 219

10. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 220

11. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO FUMO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 221

12. ÁREA PLANTADA, ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO OBTIDA E RENDIMENTO MÉDIO DA CULTURA DA MAÇÃ EM SANTA CATARINA - SAFRA 1976/77 A 1986/87 222

13. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 223

14. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO MILHO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 224

15. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 225

16. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 226

17. ÁREA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA - SAFRA 1946/47 A 1986/87 227

18. CONSUMO DE LENHA, POR SETOR, SANTA CATARINA, 1980 E 1981 228

19. QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO DE PRODUTOS EXTRATIVOS E DA SILVICULTURA, POR MRH DE SANTA CATARINA, 1970-1980 .. 229

20. NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, ÁREAS DAS LAVOURAS PERMANENTES E TEMPORÁRIAS, PESSOAL OCUPADO E Nº DE TRATORES-1985 230

21. ESTRUTURA FUNDIÁRIA EM SANTA CATARINA, SEGUNDO OS GRUPOS DE ÁREA TOTAL DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 1960/1985 231

22. CONDIÇÃO DO PRODUTOR, SEGUNDO A PROPRIEDADE DAS TERRAS E GRUPOS DE ÁREA TOTAL EM SANTA CATARINA, 1960/1985 232

23. GRUPOS DE ÁREA TOTAL E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS, SEGUNDO AS MICRORREGIÕES HOMOGÊNEAS DE SANTA CATARINA - 1985 233

24. POPULAÇÃO CATARINENSE, 1920-1990 233

BIBLIOGRAFIA

ACOMPANHAMENTO CONJUNTURAL DA AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.8, n.1-11, 1986.

_____. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.9, n.1-10, 1987.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, v.47, 1986.

CENSO AGROPECUÁRIO; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, v.2, t.3, n.21, 1980.

CENTRO DE COMÉRCIO EXTERIOR DE SANTA CATARINA. Exportações Catarinenses - 1984, 1985, 1986. Florianópolis, s.d. p. irreg.

COMPANHIA BRASILEIRA DE ARMAZENAMENTO. Cadastro nacional de unidades armazenadoras. Brasília, 1986. n.p.

CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, FGV, v.40, n.2, 1986.

_____. Rio de Janeiro, FGV, v.41, n.5, 1987.

CRÉDITO RURAL; dados estatísticos. Brasília, BACEN, 1980-1985.

CUSTO DE PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.6, n.6, dez. 1985.

_____. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.7, n.6, dez. 1986.

GABINETE DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis, 1986. 173 p.

IDE, B.Y.; ALTHOFF, D.A.; THOMÉ, V.M.R. & VIZZOTTO, V.J. Zoneamento agroclimático do estado de Santa Catarina; 2ª etapa. Florianópolis, EMPASC, 1980. 106 p.

INDICADORES ECONÔMICOS RS; Desempenho da economia RS 1986. Porto Alegre, FEE, v.14, n.4, 1986.

INFORMAÇÃO SEMANAL CACEX. Rio de Janeiro, v.21, n. 979-1016, 1986.

_____. Rio de Janeiro, v.22, n.1017-1022, 1987.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL. Inventário florestal nacional; florestas nativas: Paraná/Santa Catarina. Brasília, 1984. 309 p.

LEVANTAMENTO de reconhecimento dos solos do estado de Santa Catarina. Revista do Centro de Ciências Rurais, Santa Maria, UFSM, 2(1/2, 3/4): 11-494, 1972.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA MUNICIPAL; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1980-1984.

PRODUÇÃO EXTRATIVA VEGETAL. Rio de Janeiro, IBGE, 1981-1984.

PRODUÇÃO PECUÁRIA MUNICIPAL; Santa Catarina. Rio de Janeiro, IBGE, 1980-1984.

PRODUÇÃO PESQUEIRA. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1980-1986.

PROGNÓSTICO REGIÃO CENTRO-SUL 84/85. São Paulo, IEA, v.11, 1984.

SANTA CATARINA. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Programa de conservação e uso da água e do solo. Florianópolis, 1979. 45 p.

SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO AGROPECUÁRIO: REGIÃO SUL. Rio de Janeiro, IBGE, v.4, n.4, 1985.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1985-86. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.2, 1986.

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA 1986-87. Florianópolis, INSTITUTO CEPA/SC, v.1, 1987.

INSTITUTO CEPA/SC
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA

CONSELHO DELIBERATIVO

Secretário da Agricultura e do Abastecimento	Presidente
Delegado Federal da Agricultura em SC	Vice-Presidente
Secretário-Chefe do GAPLAN	Membro
Presidente da FETAESC	Membro
Presidente da FAESC	Membro

SECRETARIA EXECUTIVA

Carlos Roberto Roncatto Filho	Secretário Executivo
Osmar Alcides da Conceição	Secretário Executivo Adjunto

COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO

Econ. Vitório Manoel Varaschin – COORDENADOR
Engº Agrº Hélio de Oliveira Filho – SAA
Engº Agrº Hugo Gustavo Hadrich
Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva
Engº Agrº José Maria Paul
Engº Agrº Luiz Carlos R. Echeverria – EMPASC
Econ. Luiz Marcelino Vieira
Econ. Márcia Janice Freitas Cunha
Méd. Vet. Olices Osmar Santini – ACARESC
Engº Agrº Otto Luiz Kiehn – ACARESC
Econ. Paulo Ceser Zoldan
Engº Agrº Rubens Altmann
Engº Agrº Walter Antonio Casagrande

COORDENADORIA DE ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE CONJUNTURAL

Engº Agrº Simão Brugnago Neto – COORDENADOR
Econ. Francisco Assis de Brito
Engº Agrº Geraldo Buógo
Engº Agrº Guido Boeing
Méd. Vet. Jurandi Soares Machado
Engº Agrº Tabajara Marcondes

COORDENADORIA DE ESTATÍSTICA E DOCUMENTAÇÃO

Est. Gilberto de Oliveira – COORDENADOR
Aux. Téc. Amélia Silva de Oliveira
Anal. Sist. Cláudio Cesar Reiter
Bibl. Édina Nami Régis
Téc. Agríc. Francisco Carlos Heiden
Prog. Ilmar Borchardt
Pesq. Merc. José Janio Kahl
Aux. Téc. Luiz Lima – CIDASC
Op. Dig. Neusa Maria dos Santos
Prog. Renato Deggau
Bibl. Telmelita Maria Senna Ronsoni
Téc. Agr. Eugênio Moretti Garcia (Jaraguá do Sul/Joinville)
Téc. Agr. Evandro Uberdan Anater (Joaçaba)
Téc. Agr. Getúlio Tadeu Tonet (Mafra)
Pesq. Merc. Luiz Carlos Marafon (Chapecó)
Téc. Agr. Manoel Amadeu Plácido (Criciúma)
Téc. Agr. Valdir Cembranel (São Miguel d'Oeste)

UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

José Souza Filho – COORDENADOR
Contador - Ademir Ribeiro da Rocha
Alcemir Luiz Lessa
Aldo Cesar Machado Cruz
Celso Bedin Junior
Claudete Bento Setúbal
Janice Maria Waintuch
João Luiz Schaefer
João Manoel Anderson
Jocenan Maria Cardoso
Jocenir Miriam Cardoso de Sousa
Manoel de Aguiar Pereira – SAA
Manoel Rodrigues Júnior – SAA
Margarete Ramos Bento
Mauri Cardoso
Paulo Cesar Bion
Rubia Mara Barichello
Sidaura Lessa
Terezinha Maria Pamplona
Walmir Bernardo Schmidt

FUNCIONÁRIOS EM LICENÇA E/OU À DISPOSIÇÃO EM OUTRAS EMPRESAS

Engº Agrº Cesar Augusto F. Silva
Econ. Custódio Horácio da Silveira
Dora Maria Pagano Gasperini
Fernando Vieira Machado
Imenésio de Souza
Econ. Jesiel de Marco Gomes
Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina
Engº Agrº Júlio Alberto Rodigheri
Laurindo Altino Cordeiro
Engº Agrº Luiz Toresan
Paulo Cesar Arns
Vanildo Antonio Furtado